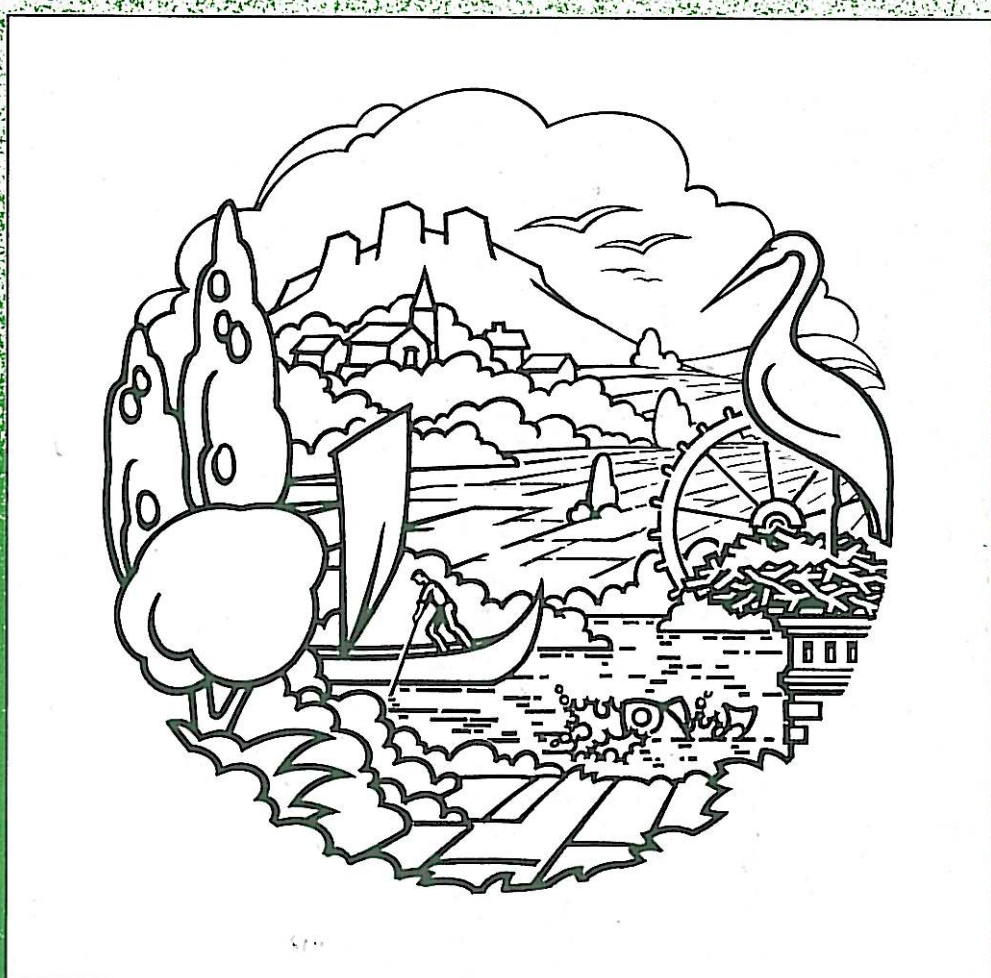


# BAIXO MONDEGO

## REGIÃO E PATRIMÓNIO





# BAIXO MONDEGO

REGIÃO E PATRIMÓNIO

COIMBRA  
1992

## FICHA TÉCNICA

**Título:** BAIXO MONDEGO  
REGIÃO E PATRIMÓNIO

**Edição e Distribuição:**

GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro  
R. Corvo, 39-3º – 3000 COIMBRA

LACAM – Liga dos Amigos dos Campos do Mondego  
Carapinheira – 3140 MONTEMOR-O-VELHO

ADPCNS – Associação de Defesa do Património Cultural e  
Natural de Soure  
3130 SOURE

ADPCP – Associação de Defesa do Património Cultural de  
Pombal  
R. Santa Luzia, 20 – 3100 POMBAL

AF – Assembleia Figueirense  
Av. Saraiva de Carvalho, 140 – 3080 FIGUEIRA DA  
FOZ

ADRL – Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro  
Loureiro, Cernache – 3000 COIMBRA

ADCRP – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de  
Pereira  
Pereira – 3140 MONTEMOR-O-VELHO

CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro  
Rua Bernardim Ribeiro, 80 – 3000 COIMBRA

**Capa:** Logotipo do Congresso  
Francisco Matias

**Composição:** Vítor Duarte

**Revisão:** Eng.º António José Cardoso

**Offset:** *Paginação e Montagem* – Adelino Bandeira  
*Transporte* – Henrique Taborda  
*Impressão* – Joaquim Felício

**ISBN:** 972-569-028-1

**Depósito Legal:** 55045/92

Composto e Impresso na Secção de Offset da  
Comissão de Coordenação da Região Centro

Tiragem: 1200 exemplares

Concluído em Agosto de 1992

BAIXO MONDEGO  
REGIÃO E PATRIMÓNIO



Actas  
do

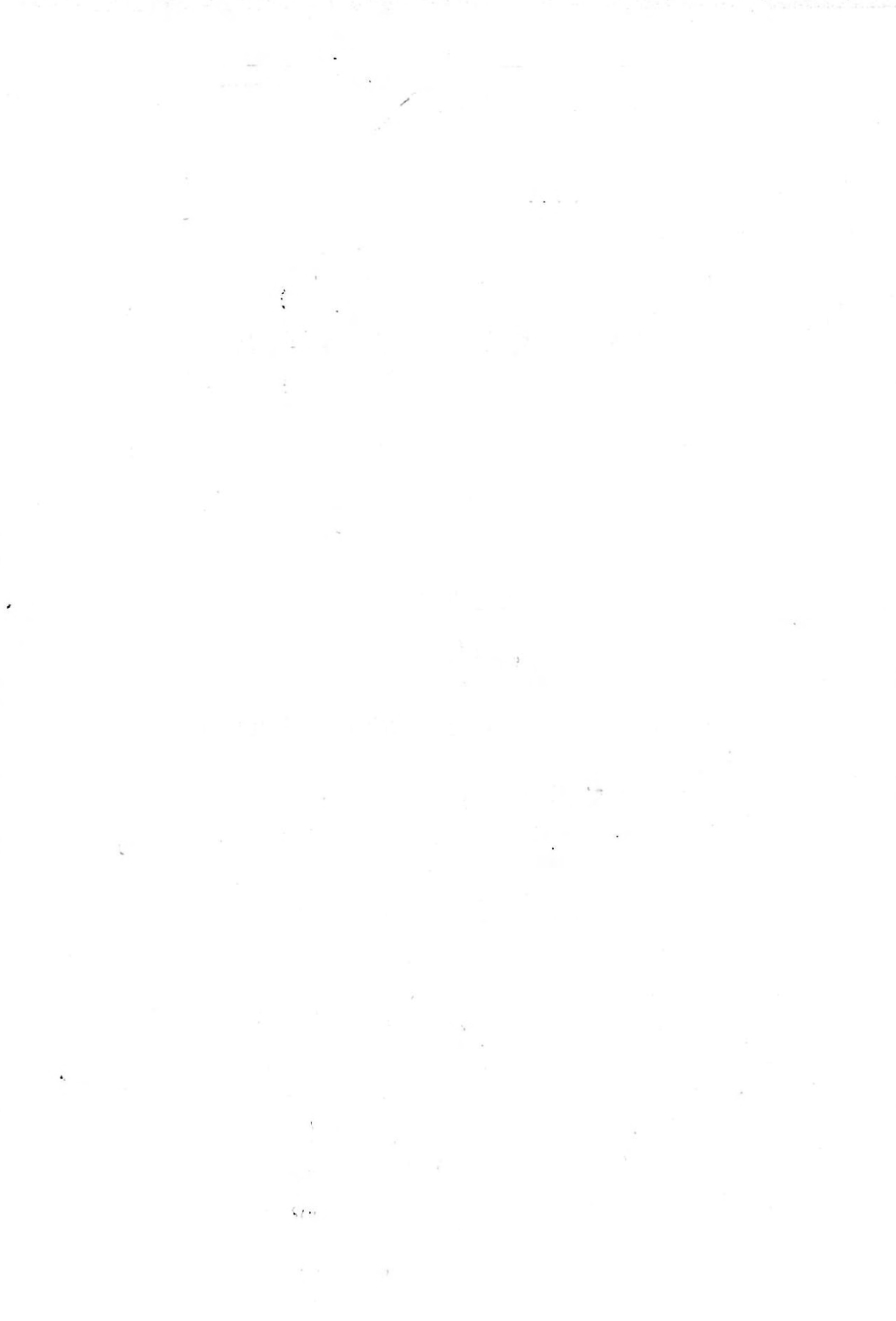
1º CONGRESSO DO BAIXO MONDEGO  
REGIÃO E PATRIMÓNIO

26 Maio – 29 Julho 1990



Organização:

GAAC, LACAM, ADPCNS, ADPCP, AF, ADRL, ADCRP



ÍNDICE

Pág.

- Programa do 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património ..... 7
- Colaboração, Comissão de Honra, Comissão Executiva, Organização.... 19
- Discurso de Abertura do Presidente do Congresso ..... 27
- Discurso do Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais..... 29
- *As barcas serranas e a navegação, comercial no Rio Mondego* – Edgar Lameiras e José Bandeira..... 37
- *Ocorrência de achados arqueológicos junto à igreja de Verride* – José Eduardo Reis Coutinho ..... 63
- *O Baixo-Mondego – o seu património hídrico subterrâneo. Preservação e protecção dos seus aquíferos e da água subterrânea que neles circula* – Fernando António Castro Veloso ..... 67
- *Os moinhos da ribeira de Cernache: retrocesso de uma indústria artesanal e degradação do património* – Maria de Lurdes Roxo Mateus..... 99
- *Património Cultural construído de Soure* – Carlos Morão de Paiva ..... 107
- *Coimbra, o Rio e os Campos. Ciência, Poesia e Património* – Fanny A. F. Xavier da Cunha..... 111
- *Património Natural do Baixo Mondego: situação e perspectiva* – Armando de Carvalho ..... 123
- *O encanamento do Mondego num documento de 1800* – Emília Mariano e Dias da Silva ..... 131
- *O Mondego na Literatura* – Isaltina Martins ..... 143
- *Pereira do Campo: testemunhos de famílias senhoriais pluriestruturais, à luz das figurações heráldicas subsistentes* – Pedro José da França Pinto dos Reis..... 153
- *O património local e regional: a Figueira da Foz* – Pedro Aboim Borges 177
- *Identificação física do rio Mondego* – Fernando Rebelo ..... 181

|  |     |
|--|-----|
| • <i>Baixo Mondego: património e desenvolvimento</i> – Santos Veloso.....                                | 183 |
| • <i>Originalidade, ou não, das danças do Baixo Mondego</i> – Tomaz Ribas ....                           | 185 |
| • <i>Descasque de arroz e Património Industrial no Baixo Mondego</i> – José M. Amado Mendes.....         | 187 |
| • <i>Eu, Mondego, rio ... choro</i> – Francisco Serra Rodrigues Matias .....                             | 199 |
| • <i>Arquitectura popular no Baixo Mondego</i> – Luís Marçal Correia de Oliveira.....                    | 211 |
| • <i>A gastronomia perdida da região de Coimbra</i> – Gonçalo dos Reis Torgal.....                       | 217 |
| • <i>Turismo e Património no Baixo Mondego</i> – Mário Nunes .....                                       | 223 |
| • <i>A Ordem dos Templários e a Ordem de Cristo em Soure e no Baixo Mondego</i> – H. Barrilano Ruas..... | 233 |
| • <i>O cidadão pereirense, Manuel Soares de Oliveira, Vice-Rei das Filipinas</i> – Correia Góis .....    | 237 |
| • <i>O Marquês de Pombal: vida e obra</i> – Carlos Rodrigues Jaca .....                                  | 241 |
| • <i>Os campos e as gentes do Baixo Mondego em tempos medievais</i> – Maria Helena da Cruz Coelho .....  | 259 |
| • <i>Palavras de Encerramento do Presidente do Congresso</i> .....                                       | 275 |
| • <i>Conclusões</i> .....  | 277 |
| • <i>Anexos</i>  |     |
| – Roteiro da exposição "Aldeia" e guia de visita ao Loureiro .....                                       | 285 |
| – Exposição de Cerâmica Popular – Prato Ratinho .....  | 295 |



# PROGRAMA



26 de Maio

COIMBRA  
(Org. Secret. Congresso)

- 09H00 – Recepção e entrega de documentos na Comissão de Coordenação da Região Centro.
- 09H30 – Sessão de Abertura com a presença de S. Exa. o Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais.
- 10H15 – Inauguração das Exposições "Património Degradado" e "Bibliografia do Mondego".
- 10H45 – COMUNICAÇÕES:
- *Alguns sistemas primitivos de transporte de carga do rio Mondego* – Edgar Teles Marques Salgado Lameiras e Fernando José dos Reis Cunha da Silva.
  - *Ocorrência de achados arqueológicos junto à Igreja de Verride* – José Eduardo Reis Coutinho.
  - *O Baixo-Mondego – o seu património hídrico subterrâneo. Preservação e protecção dos seus aquíferos e da água subterrânea que neles circula* – Fernando António Castro Veloso.
  - *Os moinhos da ribeira de Cernache: retrocesso de uma indústria artesanal e degradação do património* – Maria de Lurdes Roxo Mateus.
  - *Património Cultural construído de Soure* – Carlos Morão de Paiva.
  - *Coimbra, o Rio e os Campos. Ciência, Poesia e Património* – Fanny Andrée Font Xavier da Cunha.
- 13H00 – Almoço Livre.
- 15H00 – Conferência, pelo Eng<sup>o</sup> Armando Carvalho, *Património Natural do Baixo Mondego: situação e perspectiva*.
- 16H00 – Conferência, pelo Prof. Doutor Pedro Dias, *Esculturas à volta dum rio*.
- 17H30 – COMUNICAÇÕES:
- *O encanamento do Mondego num documento de 1800* – Emília Mariano e Manuel Dias da Silva.
  - *O Mondego na Literatura* – Isaltina Martins.
  - *Pereira do Campo: testemunhos de famílias senhoriais pluriestruturais, à luz das figurações heráldicas subsistentes* – Pedro José da França Pinto dos Reis.
  - *O património local e regional: a Figueira da Foz* – Pedro Aboim Borges.
- 19H30 – Jantar-Convívio, oferecido aos participantes, no Castel dos Caiados

27 de Maio

- 09H30 – Conferência, pelo Prof. Doutor Fernando Rebelo, *Identificação física do rio Mondego*.

## Baixo Mondego

---

- 10H30 – Conferência, pelo Eng<sup>o</sup> Santos Veloso, *Baixo Mondego: património e desenvolvimento*.
- 11H30 – Conferência, pelo Etnólogo Tomaz Ribas, *Originalidade, ou não, das danças do Baixo Mondego*.
- 13H00 – Almoço Livre.
- 15H00 – Conferência, pelo Prof. Doutor Amado Mendes, *Descasque de arroz e Património Industrial no Baixo Mondego*.
- 16H00 – COMUNICAÇÕES:
- *Eu, Mondego, rio ... choro* – Francisco Serra Rodrigues Matias.
  - *Arquitectura popular no Baixo Mondego* – Luís Marçal Correia de Oliveira.
  - *A gastronomia perdida da região de Coimbra* – Gonçalo dos Reis Torgal.
- 17H00 – Conferência, pelo Dr. Mário Nunes, *Turismo e Património no Baixo Mondego*.

### 09 de Junho

#### COIMBRA–PENACOVA–LOUREIRO (Org. GAAC, ADR Loureiro e INATEL)

- 09H30 – Concentração na Praça D. Dinis.
- 09H45 – Visita guiada, pela Dra. Ana Faria, aos Moinhos de Vento (Aveleira, Gavinhos e Portela), Fornos de Cal (St<sup>o</sup> Amaro) com pequena introdução sobre o valor económico e social deste património, pelo Dr. Mário Nunes.
- 13H00 – Piquenique junto ao Mondego.
- 14H30 – Viagem até ao Loureiro.
- 16H00 – Visita à Exposição "Aldeia", integrada na 3<sup>a</sup> Semana Desportivo-Cultural do Loureiro, seguida de merenda.
- 18H30 – Visita à Exposição "Os Jovens e o Património" e diálogo com a juventude no Colégio de Cernache (CAIC) integrados na Festa da Família.
- 19H00 – Encontro Concelhio de Filarmónicas de Penacova organizado pelo INATEL, com a presença das Filarmónicas de Penacova, S. Pedro de Alva e Coja.

### 10 de Junho

#### PENACOVA–COIMBRA (Org. INATEL e GCRD dos SMTUC) (Descida do Rio Mondego em Barca Serrana)

- 08H00 – Saída de Penacova após "Carrego da Lenha" pelo Rancho Folclórico de Penacova; passagem pelas Carvalhosas onde o Rancho Folclórico de Chelo fará o "Carrego da Roupa"; chegada a Ceira onde o Rancho Folclórico de Ceira fará a reconstituição da "Barrela" no rio.

21H00 – IV Encontro de Folclore Distrital do INATEL.

- Desfile dos Grupos Folclóricos desde a Praça 8 de Maio até à Praça do Comércio.
- Actuação do Grupo Folclórico do Corticeiro de Cima, Grupo Folclórico da Vila de Pereira, Grupo Etnográfico de Souselas e Rancho Folclórico de Coimbra.

**17 de Junho**

**LOUREIRO**  
(Org. INATEL)

15H00 – Tarde de Folclore no Loureiro com a presença do Grupo Folclórico da Vila de Pereira – Baixo Mondego e o Rancho Folclórico dos Camponeses de Vila Nova de Cernache.

**23 de Junho**

**SOURE**  
(Org. ADPCN Soure)

10H00 – Recepção no Salão Nobre da Câmara Municipal e distribuição de documentação.

11H00 – Visita guiada a Soure.

13H00 – Almoço: Gastronomia do Concelho de Soure.

15H00 – Abertura da Exposição "Património Degradado" e lançamento da publicação comemorativa do Congresso "A vida de S. Martinho Sourense".

16H00 – Colóquio "A Ordem dos Templários e a Ordem de Cristo em Soure e no Baixo Mondego".

NOTA: Com data a definir, realizar-se-á a Semana Cultural de Soure e o 2º Festival de Gastronomia de Soure.

**30 de Junho**

**CARAPINHEIRA**  
(Org. LACAM e INATEL)

10H00 – Concentração no Largo da Feira, em Tentúgal, para visita ao Centro Histórico e monumentos.

13H00 – Almoço.

14H30 – Visita guiada pelo Dr. Correia Góis e Eng. Correia de Oliveira à Póvoa de Santa Cristina, Fornos, Arazede e Amieiro.

17H00 – Encontro Concelhio de Filarmónicas de Montemor-o-Velho, organizado pelo INATEL, com a presença das Filarmónicas de Arazede, Verride, Abrunheira e Montemor-o-Velho.

18H00 – Inauguração da Exposição "Cerâmica Popular-Prato Ratinho" na Sede da LACAM.

19H00 – Sardinhada.

## Baixo Mondego

---

01 de Julho

MONTEMOR-O-VELHO

(Org. Secret. Congresso, ADCR Pereira e INATEL)

09H00 – Concentração no Castelo.

09H30 – Visita guiada ao Centro Histórico pelo Dr. Manuel Carraco, Presidente da Câmara.

11H15 – Inauguração, por S. Exa. o Presidente da República, da Exposição de Pintura "Baixo Mondego", no Salão do Hospital Real.

13H00 – Piquenique no Parque Municipal de Montemor-o-Velho.

21H00 – Concerto, pelo Orfeão dos Antigos Estudantes de Coimbra, na Igreja dos Anjos.

01 de Julho

PEREIRA

15H00 – Visita às Exposições "Artes Tradicionais" e "Património Degradado".

16H00 – Visita guiada, por Arlindo de Almeida e Prof. Luís Veneza, ao Centro Histórico, Monumentos e Mostra de Jogos Tradicionais.

18H00 – Conferência, pelo Dr. Correia Góis, *O cidadão pereirense, Manuel Soares de Oliveira, Vice-Rei das Filipinas.*

18H30 – Danças e Cantares de Pereira.

14 de Julho

FIGUEIRA DA FOZ

(Org. INATEL)

21H00 – Encontro Distrital de Coros, na Assembleia Figueirense, com a presença de:

Grupo Coral David de Sousa

Grupo Coral dos Bancários do Centro

Grupo Coral do Conservatório David de Sousa

Grupo Coral Cova e Gala

Grupo Coral D. Pedro de Cristo.

15 de Julho

POMBAL

(Org. ADPC Pombal)

10H00 – Recepção nos Paços do Concelho.

10H30 – Visita ao Museu Marquês de Pombal, à Exposição "A Poluição no rio Arunca", à Igreja de Nossa Senhora do Cardal, ao Castelo, à Praça Marquês de Pombal e às Ruínas da Igreja da Misericórdia.

13H00 – Almoço Regional.

15H00 – Conferência na Biblioteca Municipal.

- 17H00 – Actuação do Rancho Típico de Pombal  
18H00 – Actuação da Filarmónica Artística Pombalense.

**28 de Julho**

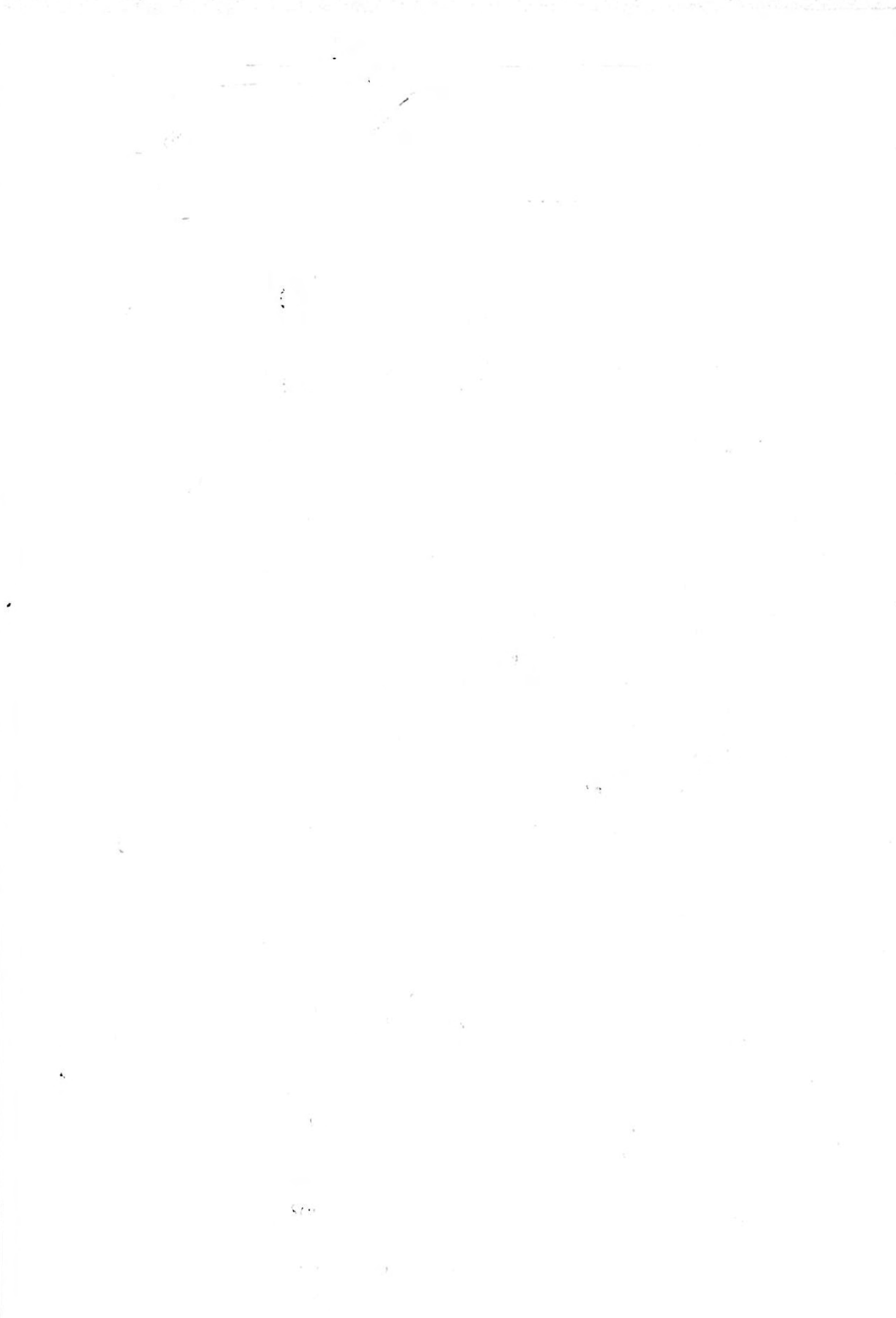
**PEREIRA**  
(Org. ADCR Pereira e INATEL)

- 21H30 – 13º Festival de Folclore da Vila de Pereira com a presença de:  
Grupo Folclórico Vila de Pereira – Baixo Mondego,  
Grupo Infantil Vila de Pereira,  
Grupo Folclórico de Camponeses de Vila Nova – Cernache,  
Grupo Folclórico de S. Salvador – Souto – Guimarães,  
Grupo Folclórico de Ferreira de Aves – Sátão – Viseu,  
Grupo Folclórico Os Pescadores de Vila Chã – Vila do Conde.

**29 de Julho**

**FIGUEIRA DA FOZ**  
(Org. Secret. Congresso, AF e INATEL)

- 10H00 – Recepção na Praça da Europa e concentração das Filarmónicas.  
11H00 – Colóquio "O Mar".  
13H00 – Convívio Gastronómico Regional.  
15H00 – Conferência, pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, *Os campos e as gentes do Baixo Mondego em tempos medievais*.  
16H00 – Sessão Solene de Encerramento do 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património, com a presença de S. Exa. o Secretário de Estado da Cultura.  
17H00 – Encontro Concelhio de Filarmónicas da Figueira da Foz, organizado pelo INATEL.





EXPOSIÇÕES  
e  
OUTRAS ACTIVIDADES



## EXPOSIÇÕES

### • PATRIMÓNIO DEGRADADO

Exposição fotográfica itinerante constituída por quarenta e seis fotografias formando sete painéis. Cada um destes foi da responsabilidade de cada Associação organizadora.

### • ALDEIA

Exposição organizada pela Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro (ver "Roteiro" em Anexos).

### • CERÂMICA POPULAR – PRATO RATINHO

Exposição organizada pelo Eng<sup>o</sup> Luís Marçal Correia de Oliveira em colaboração com a Liga dos Amigos dos Campos do Mondego e Secretariado do Congresso. As peças foram cedidas por Dra. Maria Cremilde Oliveira Cruz, Dr. José dos Santos Viegas e Eng<sup>o</sup> Luís Marçal Correia de Oliveira.

Foi editado um catálogo (ver Anexos).

### • PINTURA DO BAIXO MONDEGO

Exposição colectiva organizada pelo Secretariado do Congresso, sob a direcção do MAC – Movimento dos Artistas de Coimbra, na Igreja da Misericórdia, em Montemor-o-Velho.

Foi inaugurada por Sua Excelência o Presidente da República.

Participaram nesta colectiva os seguintes artistas: Adriano Costa, Albertina Camarneiro, Alberto Berardo, A. Nunes Pereira, António Costa, Botelho da Silva, Carlos Daniel, Carlos Lobo, Costa Neves, Domingos Pires, F. Abrantes Machado, Fernando Gaspar, Firmino, Francisco Matias, Glória Patrão, Graciete Marinho, Hébil, Humberto Gaspar, Jorge Dias, Levi Eirô, Lúcia Maia, Margarida Tenreiro, Maria José, Mário O. Soares, Mário Silva, Maris, Norberto Guimarães, Paulo Silva, Pedro Madeira, Pinho Dinis, Queimadela dos Santos, Rui Cunha, Valdemar Peixoto, Victor Matias, Victor Ramos e Zé Tó.

Foi editado um catálogo da exposição.

## OUTRAS ACTIVIDADES

- **EDIÇÃO DE BROCHURAS:**

- *Bibliografia do Rio Mondego* – António Gonçalves  
(Secretariado do Congresso e GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro)
- *O Mondego na Literatura* – Dr<sup>a</sup> Isaltina Martins  
(GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro)
- *A Vida de São Martinho Sourense*  
(ADPCNS – Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure)

- **PRATO DE CERÂMICA**

Foi emitida uma série, numerada, de 100 pratos, de cerâmica, alusivos ao Congresso.

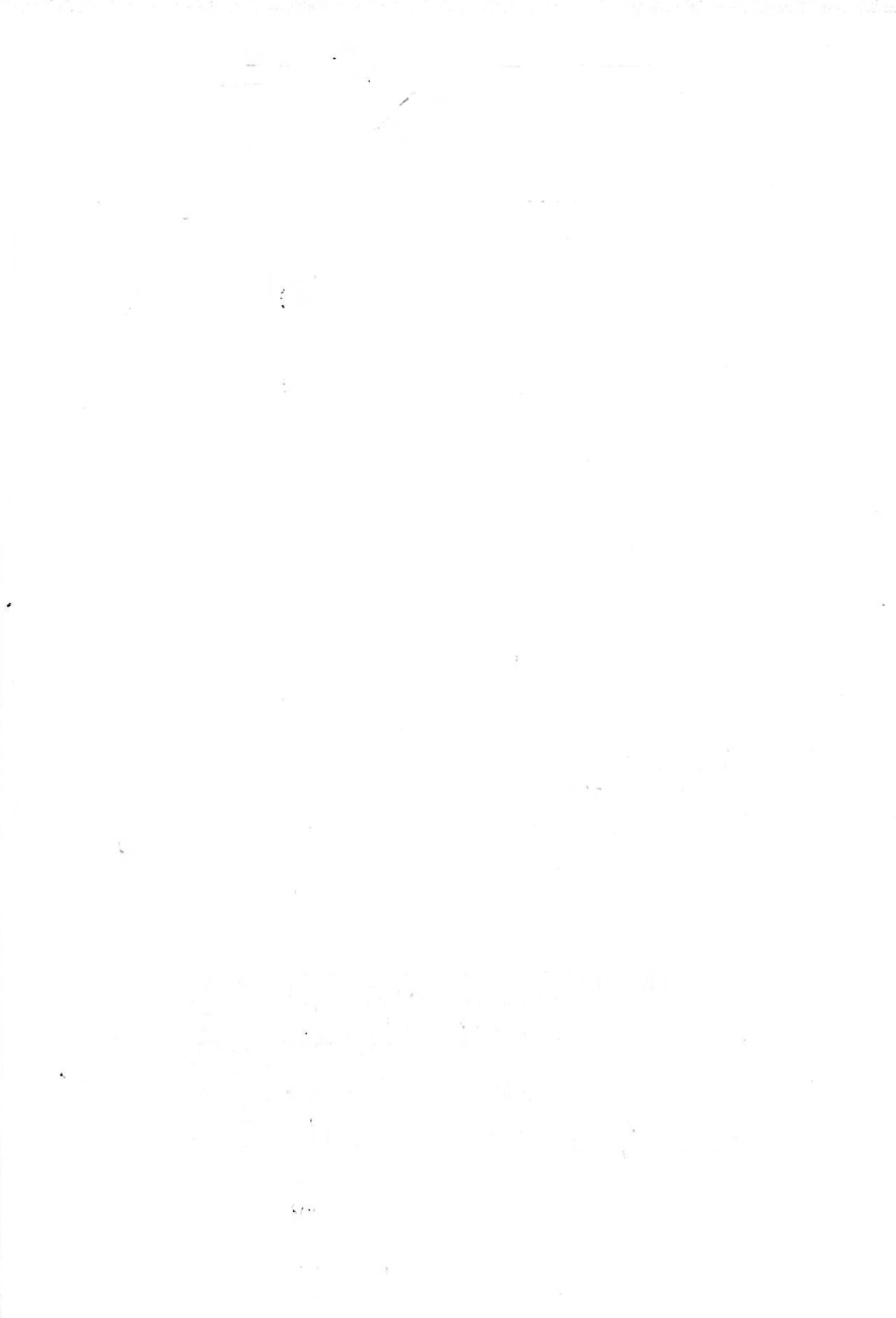
- **AUTOCOLANTES**

Foram feitos, para divulgação do Congresso, 5000 autocolantes.

- **CARTAZ**

Com desenho de Francisco Matias foram emitidos 1000 cartazes para publicitar o Congresso.

COMISSÃO DE HONRA,  
COLABORAÇÃO,  
ORGANIZAÇÃO,  
COMISSÃO EXECUTIVA



## COMISSÃO DE HONRA

Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais  
Secretário de Estado da Cultura  
Reitor da Universidade de Coimbra  
Bispo da Diocese de Coimbra  
Governador Civil de Coimbra  
Governador Civil de Leiria  
Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro  
Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho  
Presidente da Câmara Municipal de Pombal  
Presidente da Câmara Municipal de Soure  
Delegado Regional do Instituto da Juventude  
Presidente do INATEL  
Presidente do GAAC  
Presidente da LACAM  
Presidente da ADPCN Soure  
Presidente da ADPC Pombal  
Presidente da AF  
Presidente da ADR Loureiro  
Presidente da ADCR Pereira

## COLABORAÇÃO

ABB – Asea Brown Boveri  
Biblioteca Municipal de Coimbra  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – Abrunheira  
Câmara Municipal de Coimbra  
Câmara Municipal da Figueira da Foz  
Câmara Municipal de Montemor-o-Velho  
Câmara Municipal de Penacova  
Câmara Municipal de Pombal  
Câmara Municipal de Soure  
Castel dos Caiados  
Comissão de Coordenação da Região Centro  
CROVAM  
Electroclima  
Engeman – Engenharia de Manutenção, Lda.  
Governo Civil de Coimbra  
Governo Civil de Leiria  
GMB – Grupo Metalúrgico do Botão, Lda.  
Instituto da Juventude

Jobacel  
Jorge Mendes, Ld<sup>a</sup>  
J. Pinheiro  
J. Prior Lucas, Ld<sup>a</sup>  
Megetec – Merlin Gerin  
MIM – Metalúrgica Ideal do Mondego, Ld<sup>a</sup>  
Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais  
Mitera – Equipamentos Industriais, Ld<sup>a</sup>  
MOBIL  
Moisés Correia de Oliveira, Ld<sup>a</sup>  
Movimento Artístico de Coimbra  
Paulo C. Barbosa, Ld<sup>a</sup>  
Região de Turismo do Centro  
Reitoria da Universidade de Coimbra  
Secretaria de Estado da Cultura  
SEPSA – Sociedade de Construções Electromecânica, SARL  
Sindicato dos Bancários do Centro  
Tecnolusa, Ld<sup>a</sup>

## ORGANIZAÇÃO

Grupo de Arqueologia e Arte do Centro  
Liga dos Amigos dos Campos do Mondego  
Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure  
Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal  
Assembleia Figueirense  
Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro  
Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira  
INATEL

## COMISSÃO EXECUTIVA

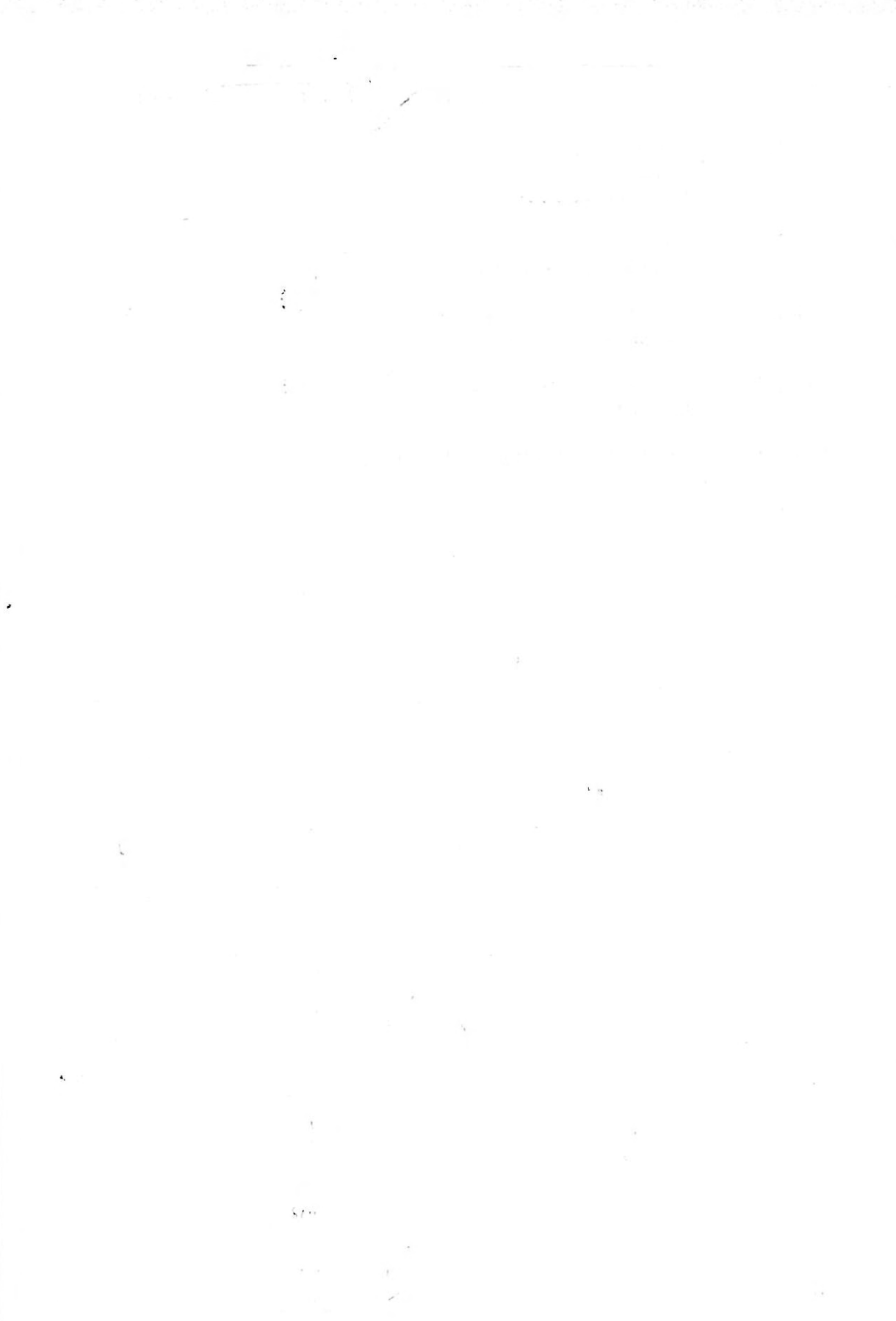
GAAC: Manuel Dias da Silva – Presidente  
António José Nunes Pinto  
Augusto Simões Alfaiate

LACAM: António Correia Góis  
José Monteiro da Costa

ADPCNS: Carlos Morão de Paiva  
António Santos Mota

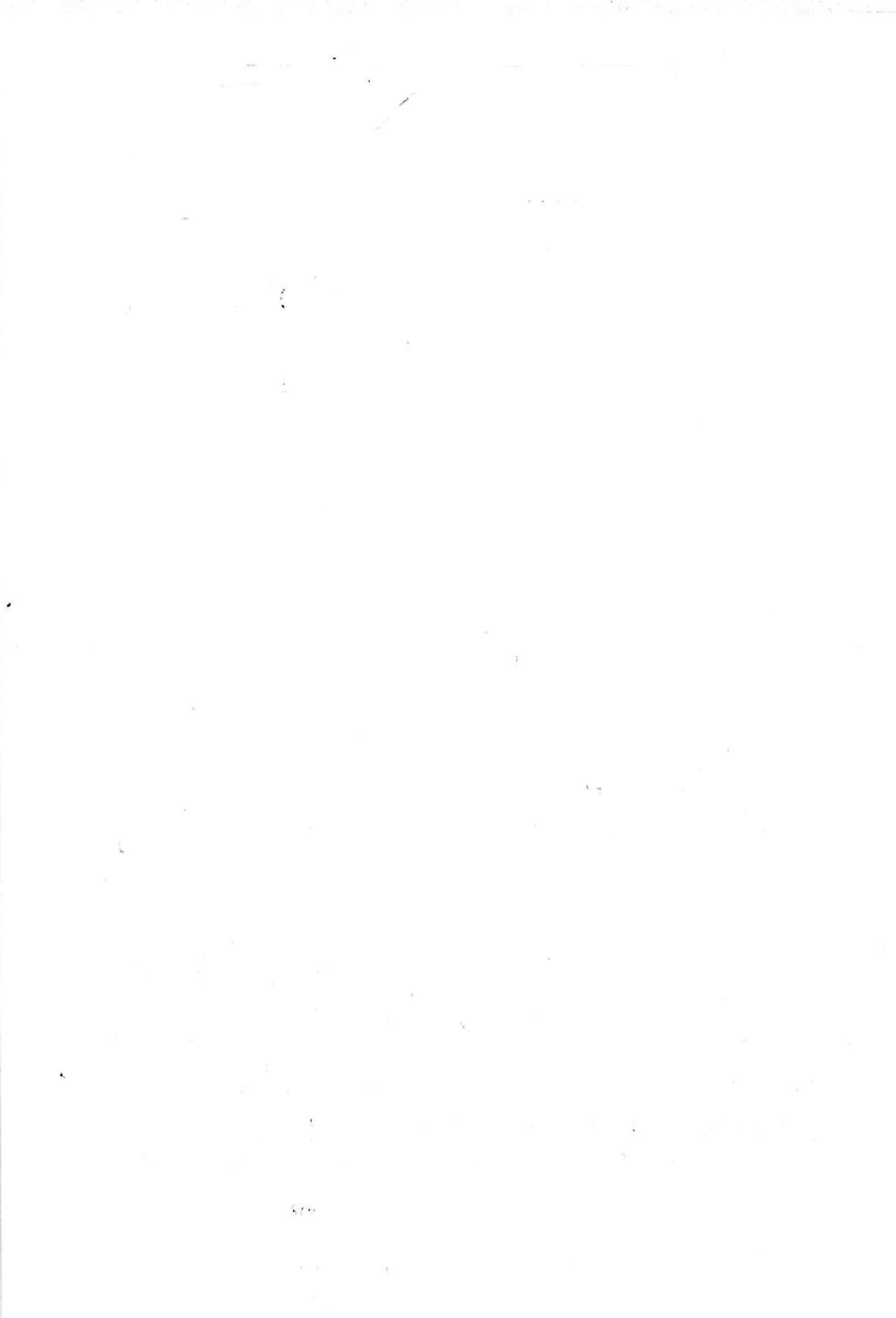


- ADPCP: Celestino Mota  
Otília Jorge  
Fernando Cruz
- AF: Sebastião Estrócio  
António de Jesus Godinho
- ADRL: Alice Maria Guiné Veríssimo  
João da Silva Amado
- ADCRP: Manuel Mendes dos Santos  
José Luís Veneza
- INATEL: António Cruz Teodósio Castelo Branco



**SESSÃO  
de  
ABERTURA**

**(1990/05/26 – Auditório da Comissão de Coordenação  
da Região Centro / COIMBRA)**



**DISCURSO DE ABERTURA  
DO PRESIDENTE DO CONGRESSO**

Dias da Silva\*

A minha primeira palavra é de agradecimento a S. Exa. o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais porque, tendo deixado os seus muitos afazeres e preocupações, veio, com a sua presença, testemunhar quanto lhe são caros os problemas ligados ao património e dar apoio ao 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património.

Seguidamente quero saudar-vos e manifestar o meu regozijo pela presença de todos vós, senhoras e senhores congressistas, pois que ela representa a melhor prova de que o património é algo que sensibiliza, cada vez mais, as pessoas.

Este congresso só é possível porque, qm 1989, as Associações organizadoras assinaram o que passou a designar-se por "Protocolo de Coimbra". Neste, aquelas comprometiam-se ao "estudo, defesa e divulgação do património cultural e natural da Região em que estão inseridas". O ponto 4 do referido protocolo explicita que será organizada, anualmente, uma iniciativa conjunta de divulgação. Na reunião anual de 1989 decidiram, as Associações subscritoras, centrar aquela iniciativa, a realizar em 1990, nos problemas que envolvem a bacia hidrográfica do Baixo Mondego. É assim que aparece, e que hoje se inicia, o 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património.

Pretendem as Associações organizadoras, a quem posteriormente se associou o INATEL, que este Congresso, além de constituir um elo de união entre elas, seja, fundamentalmente, um chamar de atenção para todo o vasto património cultural e natural do Baixo Mondego, para que sejam preservados esses valores porque fazem parte integrante da nossa cultura sem os quais ela

---

\* Licenciado em Engenharia Electrotécnica. Director do GAAC.

não existiria, tal como é. Aliás, na cultura, como na vida, deve haver uma perspectiva de futuro, de inovação, de vanguardismo, de romper com peias, mas sempre tendo como referência o farol do passado.

Ao organizarmos este Congresso não querem, as Associações, constituir um contra-poder. Mas pugnando estas pela defesa do património, sem fins lucrativos, têm obrigação de chamar a atenção, de denunciar os eventuais atentados àquele. Devem pressionar as entidades oficiais a olharem o património numa perspectiva cada vez mais cultural e menos política e económica. É importante que se compreenda que a qualidade de vida passa por um redimensionar do papel da cultura entendido como algo que se vai construindo ao longo de gerações.

É a nossa memória colectiva que está em causa. Temos obrigação de defendê-la, de divulgá-la, de pugnar para que lhe seja dado o seu verdadeiro lugar dentro da nossa sociedade que parece querer tornar-se, cada vez mais, materialista. No fundo é a paz de espírito, a libertação do *stress* diário, a felicidade que se nos escapa na medida em que não soubermos impôr o património como objectivo das nossas vidas.

Para falar do património e da Região do Baixo Mondego estarão presentes especialistas que aceitaram o nosso convite, o que agradecemos, e que nos mostrarão os aspectos ambientais, naturais, físicos, folclóricos, turísticos e artísticos. Depois serão os comunicantes que referirão algumas das suas variantes particulares. Em suma, seremos todos que trabalharemos nestes dois dias e nos outros que seguirão, para que este Congresso seja o mais rico e dê os melhores frutos.

Antes de concluir queria deixar um agradecimento muito especial às entidades, quer oficiais quer privadas, que entenderam a nossa mensagem ao contribuírem com os seus apoios e subsídios. Bem hajam!

Minhas senhoras e meus senhores.

É tempo de terminar e vou fazê-lo desejando que os trabalhos decorram da melhor forma e o mais proveitosamente possível.

DISCURSO DO MINISTRO DO AMBIENTE E RECURSOS  
NATURAIS, SENHOR PROF. DOUTOR FERNANDO REAL,  
NA SESSÃO DE ABERTURA DO 1º CONGRESSO DO  
BAIXO MONDEGO – REGIÃO E PATRIMÓNIO

Vai o 1º Congresso "Baixo Mondego – Região e Património", feliz iniciativa das associações e de outras organizações interessadas no desenvolvimento da região do Mondego, realizar um ciclo de conferências a cargo de ilustres Professores e técnicos que conhecem profundamente os problemas existentes na região, mas também o seu extraordinário património que cada vez mais urge preservar.

O honroso convite para estar presente na sessão de abertura vai permitir-me, de forma muito sumária, dar-lhes uma ideia sobre a importância do aproveitamento hidráulico do Baixo Mondego e da importância da água como fonte fundamental de todas as actividades humanas.

Na verdade, desde tempos muito remotos que os homens procuram minorar os prejuízos que o regime caprichoso do rio Mondego provoca.

O plano geral do aproveitamento hidráulico da bacia do rio Mondego elaborado pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos em 1962, e que fundamenta a obra em curso, preconiza a regularização das cheias em albufeiras a criar a montante e a contenção das mesmas através de um sistema de leitos regularizados a jusante.

Este esquema integra-se num sistema mais vasto que visa o aproveitamento integrado dos recursos hídricos da bacia e a sua utilização em múltiplos fins.

Deste modo, para além dos efeitos directos na produção de energia, no aumento da produção agrícola, na viabilização da indústria, na melhoria do saneamento básico, na modernização da rede viária e na defesa da vida e bens das populações contra o flagelo das cheias, o projecto do Mondego contempla ainda uma componente ambiental que, desde o espelho de água em Coimbra ao

ordenamento paisagístico do vale, valoriza a região e contribui para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos.

As obras foram iniciadas no troço médio do Mondego com a realização das barragens de Aguieira, Raiva e Fronhas, permitindo já o controle de cheias e a regularização do caudal para jusante.

O Açude-Ponte de Coimbra, que além da ligação viária importante à cidade de Coimbra criou as condições de cota adequadas à tomada de água para adução para todo o Baixo Mondego, e o Canal Condutor Geral, que a transporta ao longo de todo o vale, encontram-se igualmente concluídos.

A defesa do Baixo Mondego, implicando a regularização de todo o Leito Central, já concluído, será complementada com a regularização e correcção de traçado dos Leitos Periféricos Direito, em execução, e Esquerdo, ainda não iniciado.

As obras relativas à regularização e rede primária de enxugo estão em curso no Vale Central, prevendo-se que a partir do corrente ano se inicie o lançamento respectivo para os vales secundários, com a seguinte sequência: Arunca, Pranto, Foja, Ega e Cernache.

A ETAR de Coimbra, obra fundamental na defesa da qualidade da água na zona do Baixo Mondego, prevê-se que esteja concluída em 1991.

Além destas obras principais decorrem outras complementares, designadamente a rede viária e as redes secundárias de rega e enxugo.

No seu conjunto a componente hidroagrícola corresponde à rega e drenagem de cerca de 15.000 ha, que implicará um aumento dos benefícios do sector agrícola do Baixo Mondego, dado o aumento de garantia de rega e diminuição do risco e do tempo de submersão das culturas.

Este conjunto de infraestruturas hidráulicas deverá assim permitir racionalizar o aproveitamento da água como recurso natural que é, colocando-a ao serviço dos diferentes sectores da economia nacional envolvidos, como base de um plano de desenvolvimento sócio-económico da região.

Salienta-se ainda que se trata não só de um processo de desenvolvimento regional integrado, como também de um projecto de preservação e conservação da qualidade da água do Baixo Mondego e do património nacional constituído pelas excelentes terras agrícolas do vale.

Este projecto aproveita assim a água como factor de produção estruturante do desenvolvimento sócio-económico da região. A vastidão do mesmo toca praticamente todas as actividades e todos os sectores económicos da mesma, envolvendo uma multiplicidade de agentes públicos e privados, pelo que não é desejável que a responsabilidade da sua gestão seja exclusivamente circunscrita ao âmbito da Administração Pública.

Traçado este panorama de desenvolvimento, é necessário, no entanto, ter em conta que a valorização dos recursos naturais tem que estar enquadrada pela valorização da qualidade de vida e do ambiente, autênticas riquezas que devem ser permanentemente respeitadas, porque só assim as gerações



vindouras poderão encontrar resposta para as suas necessidades e ter uma vida mais segura e mais próspera.

O Governo, consciente das suas responsabilidades, está atento e vigilante, defendendo um justo equilíbrio entre o ambiente e a economia, para que o desenvolvimento do País não se processe em detrimento do património natural e cultural.

Estes princípios estão aliás já consignados na Lei de Bases do Ambiente que determina, com propriedade, que a política do ambiente tem por finalidade otimizar e garantir a continuidade de utilização qualitativa e quantitativa dos recursos naturais, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado.

Nesse sentido, o Governo tem desenvolvido um intenso esforço legislativo com o objectivo de defender aqueles valores, adequando ao mesmo tempo a legislação portuguesa às directivas comunitárias sobre o ambiente.

### Lei da Água

No respeitante aos recursos hídricos a pressão sempre crescente a que os mesmos têm sido sujeitos e a rápida deterioração da qualidade da água, levou a que se encarasse cada vez mais esse recurso natural já não como uma benesse, eternamente renovável e perene, de uso livre e indiscriminado, mas sim como um bem que necessita ser gerido com eficiência para que possa continuar a desempenhar o seu papel insubstituível na vida das sociedades actuais.

Muitos dos desperdícios e ineficiências nos usos que actualmente se fazem da água resultam de políticas que promovem uma já antiquada ilusão de abundância e incorruptibilidade. Por que não dispõe frequentemente de um conhecimento suficiente dos recursos hídricos disponíveis e dos seus usos ou de instrumentos adequados de planeamento e gestão, a intervenção dos Estados na regulamentação dos usos da água torna-se muitas vezes ineficaz.

Deu-se prioridade, nas políticas tradicionais de recursos hídricos, à vertente da oferta, assentando-se os maiores esforços no desenvolvimento de infraestruturas hidráulicas que aumentassem o recurso disponível.

Os resultados deste tipo de filosofia, embora tenham sido muito positivos numa época em que a oferta constitui um suporte fundamental do processo de desenvolvimento económico e social dos países e das regiões, conduziu a muitas ineficiências, sobretudo a nível da distribuição equitativa do recurso e a nível da sua conservação e preservação. Com efeito, uma mera gestão da oferta virada para a satisfação da procura, seja ela qual for, conduz facilmente à exploração dos consumos e usos. Ao mesmo tempo não estimula uma distribuição eficiente do recurso, gerando excedentes e déficits, simultaneamente, em segmentos diferentes do mercado que atribuem diferentes valores ao bem da água.

Perante este panorama a única atitude razoável é utilizar melhor em vez de utilizar mais, que é, em si própria, uma característica do desenvolvimento.

Impõe-se, portanto, a adopção de novas perspectivas e de novos instrumentos de gestão que permitam minimizar muitas das ineficiências geradas.

Cada vez, com mais insistência e aceitação começaram a surgir contribuições e sugestões do domínio da teoria económica, no sentido de encarar o problema como se de um Mercado da Água se tratasse. Com efeito, a água passou a ser um bem escasso, de usos competitivos e, por isso um bem económico.

Nesta nova perspectiva vão surgir metodologias de gestão inovadoras que assentam basicamente no princípio de que é necessário, não só gerir (expandir) a oferta para satisfazer a procura, mas também gerir (ordenar) a procura para preservar a oferta (o recurso).

Em Portugal iniciou-se recentemente uma reformulação do sistema institucional dos recursos hídricos, visando a aplicação desta política integrada de gestão da procura e da oferta da água, tendo sido publicado o Dec.-Lei 70/90 que enuncia os princípios gerais a que deverá obedecer a administração do domínio público hídrico do estado e do domínio hídrico privado.

Como suporte desta política integrada são de salientar:

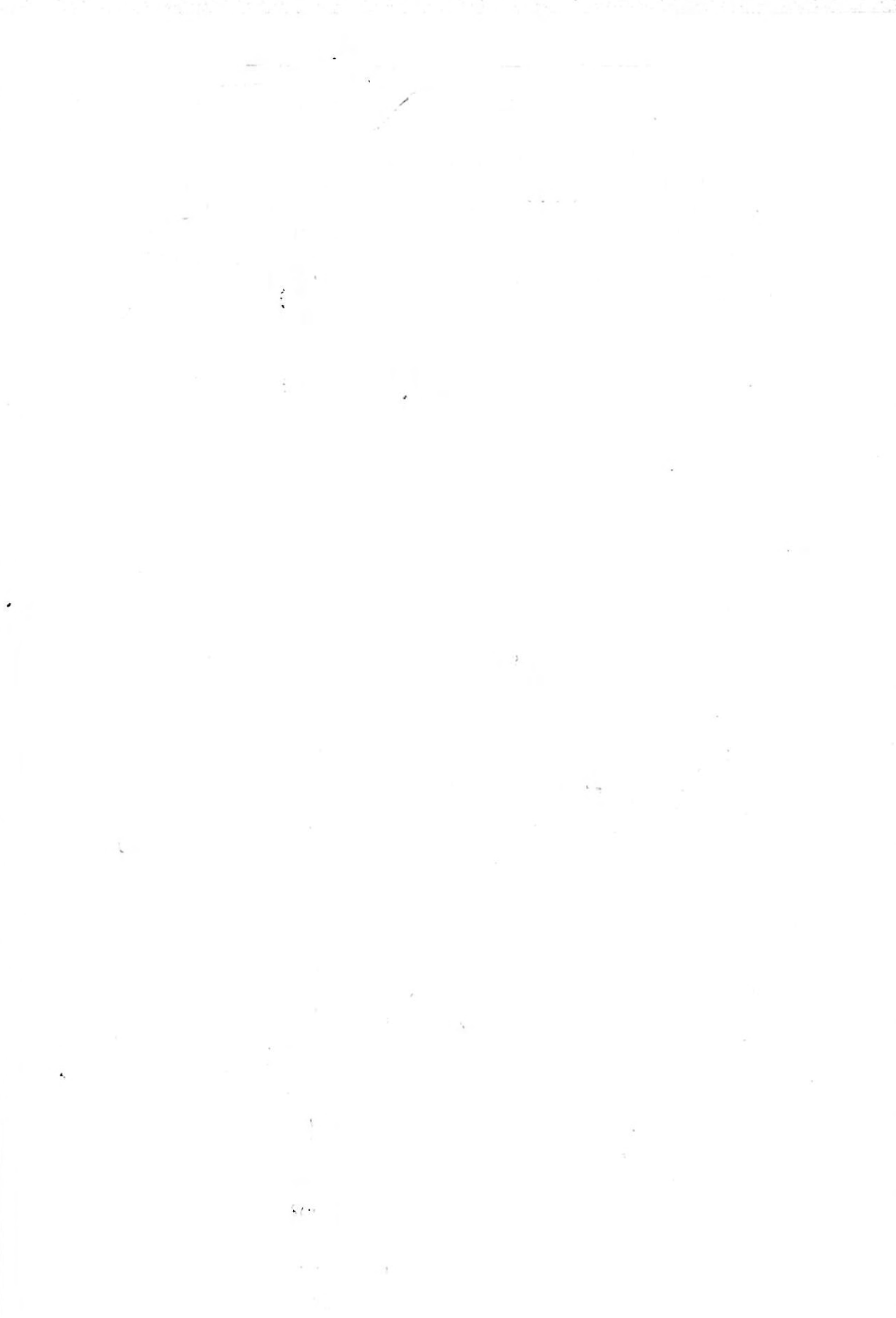
- A criação das Administrações de Recursos Hídricos (ARH's) como entidades vocacionadas para o planeamento e gestão dos mesmos, a nível da bacia hidrográfica;
- O papel de relevo que é atribuído às Associações de Utilizadores concebidas para libertar a Administração Pública de responsabilidades e tarefas que poderão ser melhor exercidas pelos seus directos beneficiários;
- A aceitação do princípio do Utilizador-pagador e, mais especificamente, do poluidor-pagador.

Na sequência deste decreto-lei estão neste momento em elaboração os Decretos Regulamentares que estabelecerão em detalhe o novo sistema institucional, o regime de bens do domínio público hídrico do Estado e o respectivo regime económico financeiro de utilização.

Esta legislação, assim como o também recém-publicado Dec.-Lei 74/90 que fixa as características mínimas de qualidade a que uma água deve obedecer em função do seu tipo de utilização, que define as regras objectivas para actuação da Administração Pública e estabelece o regime de contra-ordenações, constituirão no seu conjunto a nova lei da água pela qual o país se passará a reger.

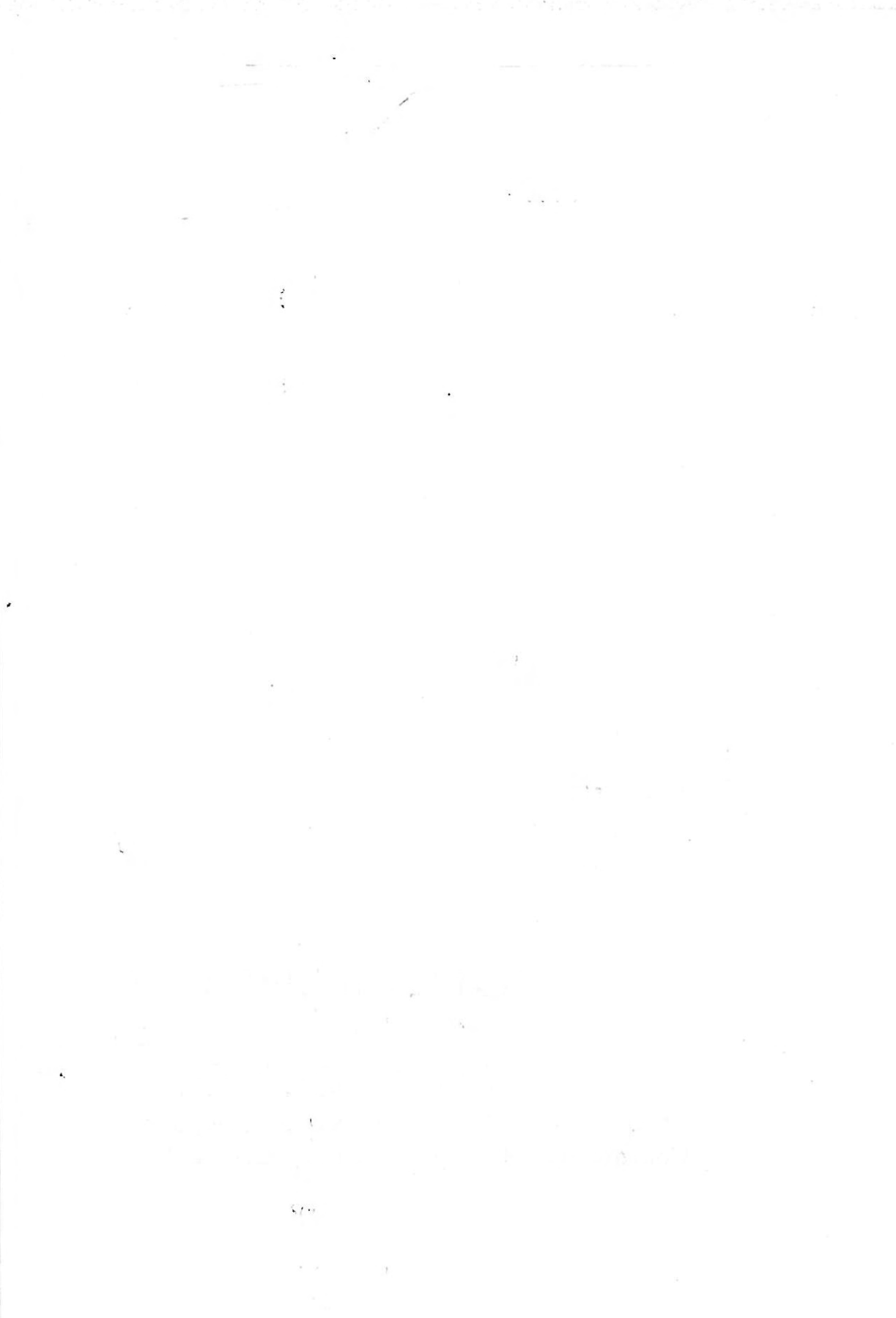
A água não constitui factor de desenvolvimento somente agora, ela enformou a evolução desde sempre, o que faz com que muitos factores culturais nela tenham mergulhadas as suas raízes.

Vêm, assim, Vossas Excelências que este Congresso, integrando os aspectos naturais e culturais, não poderia ter sido mais oportuno. Do confronto dos problemas que sentimos em Portugal, e sobre os quais temos a responsabilidade de tomar decisões urgentes, resultarão, seguramente sugestões pertinentes que analisaremos com o maior interesse. Essa consistirá, por certo, a melhor forma de vos incentivar e agradecer a vossa iniciativa que se deseja que sirva de exemplo e frutifique.



CONFERÊNCIAS  
e  
COMUNICAÇÕES

(1990/05/26 e 27 – Auditório da Comissão de  
Coordenação da Região Centro / COIMBRA)



## AS BARCAS SERRANAS E A NAVEGAÇÃO COMERCIAL DO RIO MONDEGO

Edgar Lameiras\*

José Bandeira\*\*

### RESUMO

Factores de diversas ordens faziam com que o rio Mondego fosse, desde tempos remotos, preferencialmente usado no transporte e exportação de mercadorias oriundas das diferentes localidades ao longo do rio: azeite, vinho, cereal e principalmente lenha, carqueja, ramalheira, carvão e madeira (cortada das encostas do concelho de Penacova) para Coimbra e Figueira da Foz. Já rio acima, transportavam produtos que as populações serranas carenciavam (por exemplo – sal), sendo descarregados principalmente no Porto da Raiva (com as suas feiras às 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras onde o material era rapidamente escoado).

Vários eram os sistemas primitivos de transporte de carga a montante de Coimbra, que percorriam o Mondego: barca serrana, barco, barco de Palheiros, barco de passagem e barco do trabalhador.

Mas vários condicionalismos contribuíram para o quase total desaparecimento destes tipos de embarcações, apesar de presentemente alguns esforços terem sido feitos no sentido da sua preservação.

*Palavras-chave:* Rio Mondego; Penacova; Barca Serrana; Lenha.

---

\* Licenciado em Biologia.

\*\* Licenciado em Direito.

### 1. A navegação comercial do Rio Mondego

#### 1.1. A navegação comercial

A cidade de Coimbra sempre foi um fluir de rotas comerciais, pela sua posição central onde se cruzavam, e ainda cruzam, um grande feixe de vias de comunicação, sendo o rio Mondego a grande via de todo o movimento de transporte da área – já que atravessa o concelho numa grande extensão, o que fez com que tivesse sido um poderoso factor de aproximação entre ele e as populações da área. Era através do Mondego, dos seus afluentes (várias eram as linhas de água da margem direita que corriam para o Mondego) (COELHO, 1983) e dos seus portos fluviais que, já desde a ocupação romana da Península, se lançavam os produtos produzidos no concelho e os que lhe chegavam de outras regiões<sup>1</sup>.

Devido ao facto de constituir um importante factor de aproximação litoral – Beiras interiores, à ausência de caminhos de ferro, estradas, transportes internos, e à rapidez e baixo custo do transporte de mercadorias pelas barcas, o rio Mondego era preferencialmente usado, dando emprego a muita gente das suas proximidades<sup>2</sup>.

Uma percentagem muito grande da população a Norte do Mondego – o Mondego foi a única via de comunicação importante que Penacova teve até ao séc. XIX – dedicou-se sempre à barcagem e actividades complementares ligadas ao rio (RELVAS): barqueiros, carafetes, carroceiros, etc. (ver Apêndice).

Muitos eram os *portos* importantes no carregamento e descarregamento de mercadorias ao longo do Mondego, a montante de Coimbra ainda neste século:

Coimbra, Foz do Caneiro, Rebordosa, Ronqueira, Carvoeira, Ponte de Penacova, Vila Nova, Raiva, Carvalho, Oliveira do Mondego, Almaça e Gondelim.

---

1 Artur Teodoro de Matos em *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, 1980, afirma que "no princípio do século ainda eram navegáveis em pequena extensão, os seguintes afluentes do Mondego: Dão, Alva, Ceira, Soure, Foja e Pranto ou rio do Lourical".

2 Jaime Cortesão em "Os factores democráticos na formação de Portugal" in *História do Regime Republicano em Portugal*, Vol. I, Lisboa, 1930, diz-nos que o estuário do Mondego foi, nos primeiros tempos da nacionalidade, o centro mais importante do comércio marítimo de Portugal.

Quanto à rapidez do transporte, Artur Teodoro de Matos, *op. cit.*, diz-nos "... a via fluvial, onde os transportes na descida dos rios chegam a atingir 20 km/hora, é-a na penetração para o interior, caso exista".

Quanto à possível competição que poderia haver com o sistema de transporte por estrada e seus custos, Adriano Peixoto em "A vida de um rio", in *Arquivo Coimbrão*, Vol X, Coimbra, 1947, relata que "a camionagem não ousa eliminar a concorrência das barcas. Por duzentos e cinquenta escudos uma barca leva a igual distância as mesmas dez toneladas que uma camioneta não transporta por menos de seiscentos".



De todos os portos a Norte do Mondego, há a salientar a grande importância comercial do Porto da Raiva, que chegou a ser um dos maiores e mais importantes do país até meados do séc. XIX, e até ao findar da navegação do Mondego o mais importante ao longo deste rio<sup>3</sup>. Era principalmente na Raiva que fabricantes de tecidos, negociantes, recoveiros e estudantes, vindos das Beiras a cavalo ou em carros de bois, tomavam o seu transporte – *as barcas* – em direcção, a Coimbra, facilitado pelo Ramal da Raiva – que era uma estrada que passando por nove povoações, fazia a ligação "Estrada Real da Beira-Raiva" (PEIXOTO, 1947).

Aveiro, Coimbra, Lavos, Ílhavo, Porto e província do Minho eram os pontos mais importantes para onde se exportavam as mercadorias saídas da Raiva, (onde existia um cais destinado ao empilhamento de lenha e madeira a exportar bem como armazéns para a recolha do sal vindo de jusante e indo até Espanha e outras localidades<sup>4</sup>) e também de outros portos. Essas mercadorias eram constituídas principalmente por:

- azeite (de Penacova que era uma região fértil neste produto, sendo exportado principalmente para o Porto, Aveiro e Região do Minho);
- vinho (um produto excedentário, que constituía uma das maiores receitas da Região – agora demarcada – do Dão, que depois era exportado para Buarcos ou Figueira e daqui muitas vezes para Lisboa ou França)<sup>5</sup> (RELVAS);
- cereal (existindo também vestígios de armazéns de cereais, e de legumes e batatas) (PEIXOTO, 1947);
- e principalmente lenha, carqueja e carvão, dos concelhos de Tábua, Mortágua e Penacova para Coimbra, e madeira para melhoramento da habitação e para os tonéis, tendo sido o rio Mondego ainda há meio século o principal meio de transporte deste material (PATO, 1982).

No mesmo sentido saíam de Coimbra, em direcção às praias da Figueira e de Buarcos, nas *barcas serranas*, grande número de veraneantes (SECO, 1965), além do transporte de roupa (de pensões e quartéis) das lavadeiras, entre Casal da Misarela e Torres do Mondego<sup>6</sup>.

3 Quanto ao Porto da Raiva, Adolfo Ferreira Loureiro em *Memória sobre o melhoramento do Mondego entre Coimbra e Foz-Dão*, Lisboa, 1880, escreve: "Diz também a tradição que a povoação da Raiva era então situada à Foz do Alva".

Quanto à importância do Porto da Raiva, conferir Adriano Peixoto, *op. cit.*, e Agostinho Rodrigues de Andrade em *Diccionario Chrographico do Reino de Portugal*, Coimbra, 1878.

4 Agostinho Rodrigues de Andrade, *op. cit.*, escreve: "(...) é este sal exportado para o interior e exterior (...) abastece toda a província da Beira e chega até Hespanha".

5 Agostinho Rodrigues de Andrade, *op. cit.*, diz-nos: "(...) ahi se fazia o embarque de quasi todo o vinho do baixo districto de Vizeu e de grande parte do de Coimbra com destino à Figueira da Foz".

6 De todas as entrevistas que fizemos, só um barqueiro da Carvoeira nos relatou o transporte de roupa, no entanto, em pesquisa bibliográfica detectámos referência a este transporte em

No sentido inverso era possível receber mercadorias por mar e embarcá-las rio acima, além de outros produtos que eram trazidos de localidades ao longo do rio:

- louça (sobretudo de Coimbra, grande centro de produção de louça);
- peixe (sobretudo seco ou salgado);
- vinho (tais como vinho da Bairrada e das Gândaras);
- adubos (de que as populações serranas careciam) (PATO, 1982);
- muitas outras mercadorias (que distribuíam pelo distrito);
- e os lentes e os estudantes coimbrões, que iam passar férias às terras natais (PEIXOTO, 1947).

Ainda no séc. XIX outros dois portos eram de vital importância ao longo do Mondego, que convém também aqui salientar:

- Foz d'Alva (confluência do Mondego com o Alva)<sup>7</sup> – era o porto mais importante depois da Raiva<sup>8</sup>;
- e Foz do Dão (confluência do Dão com o Mondego) – era um porto importante principalmente no Inverno, quando as águas enchiam o rio<sup>9</sup>. Deste porto a povoação em geral já não tem recordações do seu alcance devido à existência de rochas a partir da Raiva, que tornou o troço inavagável.

Outros portos se seguem de somenos importância:

- Foz do Caneiro, onde as barcas vinham carregar lenha e mato até ao cais da portagem de Coimbra (NEMÉSIO, 1984);
- em Gondelim, o antigo Porto dos Abraços, é recordado ingratamente por, de uma grande pedra lá existente, os habitantes das povoações próximas se despedirem dos familiares que emigravam para além-mar.

Ir-nos-emos agora debruçar sobre a navegação fluvial do Mondego (recordações da população) ao longo deste século (XX) até ao seu desaparecimento.

Por várias conversas e entrevistas feitas pelos diferentes lugares a montante de Coimbra ao longo do Mondego, concluímos que ainda neste século,

---

Octávio Lixa Felgueiras, "A barca serrana e o barco do lavrador" in *À Descoberta de Portugal* e numa entrevista por Rocha Pato no *Diário Popular* de 11 de Setembro de 1982.

7 Adolfo Ferreira Loureiro, em *op.cit.*, Lisboa, 1880, escreve a propósito de Foz d'Alva: "(...) onde os comissários que recebem e expedem todos os géneros e productos por via fluvial são importados por uma grande parte da província ou exportados para o estrangeiro".

8 A propósito da importância de Foz d'Alva o Padre Luís Cardoso em "Dicionário Geográfico", Tomo I, Lisboa, 1747, escreve: "Dos furados vay lançando a fua corrente até ao Rio Mondego, onde chamão a Foz de Alva, e nelle perde o fer, e o nome. He efa paragem da Foz de Alva de muita embarcação, onde carregão tudo o que he neccffario para a Província da Beira".

9 Augusto S. B. de Pinho Leal em "Portugal Antigo e Moderno", Vol. III, Lisboa, 1875 em relação às águas navegáveis até Foz Dão, diz: "... em quanto ha abundancia de águas, vão os barcos até Foz Dão, e d'aqui, em carros ou cargas se conduzem os objectos de commercio, até ao centro da Beira Baixa, ao O. e E. da Serra da Estrela".

Raiva com as suas feiras à 2ª e 5ª feira era o porto mais importante do Mondego. Aqui se carregavam e descarregavam os produtos vindos de quase toda a zona Centro. No sentido descendente a carga mais frequente seria a lenha e a madeira.

A lenha (pinheiro) era comprada pelo proprietário do barco, que pagava a Homens e Mulheres para o corte e carregamento<sup>10</sup>. Cortada a machado e serra ficava a 3\$50 por cada quatro centos de cavacas, cortando cada Homem cerca de 20/30 centos em cada oito dias. Cada cavaca tinha aproximadamente 60 a 70 centímetros de comprimento. As Mulheres transportavam os molhos de cavacas do local de onde eram cortadas até à barca (frete)<sup>11</sup>. Por vezes o dono do barco comprava a lenha ao proprietário do pinhal que se responsabilizava pelo seu transporte em carros de bois até ao local do embarque, adquirindo o cento da cavaca a preços que variavam entre os 2\$50 e os 7\$00, que mais tarde seria vendido na cidade a 5\$00, 10\$00 ou até 25\$00 (30/40\$00 no Inverno), ganhando o proprietário do barco normalmente uma média de 5\$00 por cada cento de cavacas vendido<sup>12</sup>.

Transportavam por *barca* cerca de 150 centos de lenha já seca o que, no dizer dos barqueiros, correspondia a uma carga de 12.000/15.000 kg.

Além da lenha em cavacas, levavam também rio abaixo *ramalheira* (tipo de lenha, também vendida aos centos, usada para os fornos do pão), *carvão vegetal* (que era queimado pelos homens no mato)<sup>13</sup>, *carqueja* (principalmente para a Figueira da Foz), *mato*, *telha* (vinda da Estrela d'Alva em camiões), e todos os produtos da serra com facilidade de venda em Coimbra ou Figueira da Foz. Muito raramente faziam o transporte de pessoas, excepcionalmente de estudantes<sup>14</sup>, havendo um barqueiro no Caneiro que levava regularmente para Coimbra pessoas que lá trabalhavam (recebendo 3\$00 por pessoa, por cada viagem).

Cobrindo então a *barca* com um oleado para a mercadoria não se molhar, saíam do respectivo porto, normalmente à 2ª feira, às duas da manhã, chegando à portagem em Coimbra às oito (o tempo de descida do rio dependia

10 Normalmente o proprietário era também barqueiro, ocupando o lugar de *arraís* no seu barco, uma espécie de chefe que era o responsável pelo leme e conseqüente o controle do barco.

11 A localidade dos terrenos onde era cortada a madeira, dependia da proximidade da residência do proprietário do barco. Por exemplo, o proprietário e *arraís* João Santos, de Terreiros de Stº António adquiria a madeira nas encostas do monte entre Caneiro e Coimbra.

12 Só muito raramente o dono do barco fazia o *frete* a um freguês, quer dizer, punha o "transporte" (não o barco mas a navegação do barco) à disposição de alguém – que poderia transportar o que de direito desciasse –, levando nestes casos 250\$00/300\$00 por este frete.

13 Apesar de possuímos referências em bibliografia ao transporte de carvão mineral, só encontramos um barqueiro – Sr. Américo Ralha da aldeia do Caneiro, que nos disse que há muitos anos, carregava-se carvão mineral das minas do lugar de Vale Bom, próximo do Caneiro.

14 João Santos, de Terreiros de Stº António afirmou-nos: "Por duas ou três vezes levei estudantes de Coimbra até Montemor. Mas não quis mais. Eram capazes de me partir o barco todo".

da distância porto – Coimbra e de factores naturais). Para o percurso eram necessários além do *arraís* mais dois barqueiros.

A alimentação era levada por cada barqueiro, cedendo normalmente o *arraís* a broa para a viagem, parando ao longo do percurso para comerem.

Por vezes o patrão também podia ceder um pouco de bacalhau (muito raramente cedia a refeição completa); quando não o fazia apanhavam umas lampreias pelo caminho e faziam um ensopado ou arroz, quando não levavam umas sardinhas em sal, para as assarem ao longo da viagem. Quando não tinham vinho, subrepticamente, com a ajuda de uma verruma faziam um buraco numa pipa de vinho (para vender na cidade) matando assim a sede<sup>15</sup>.

Munidos de umas ceroulas de linho até aos joelhos, de uma camisola de lã, um colete e um garruço (em caso de frio) e de pés descalços ou com *alpergatas* de pano, os barqueiros provocavam a deslocação da embarcação com a ajuda de remos (no Inverno), da vela, da corrente do rio e por vezes das *varas* (nas estações com menos água) espetando-as no fundo e andando pelo *bordo* apoiando a vara contra o lado do peito e virados para a *ré*<sup>16</sup>. Não eram raras as vezes que os barqueiros, escorregando no gelo formado nos *bordos* ou descuidando-se um pouco, caíam nas águas gélidas do rio, ou se tinham melhor sorte batiam com as costas nas *cavernas* do barco, enquanto o *arraís* sentado controlava o *leme* com as *cordas da rabeca*<sup>17</sup>.

Para dormir, possuíam os *barcos/as*, na *proa* ou na *ré* umas cavidades – *leito*, onde os barqueiros dormiam, tendo por cima do *estrado*, a servir de colchão *esteiras* de palha e a servir de cobertores a *vela* ou sacos que colocavam por cima, dormindo com os pés para o *bico*.

Quando se aproximavam de Coimbra, um *vigia* (fiscal da Câmara) alertado da proximidade do barco devidamente identificado com um número pintado a branco de um lado e de outro da *proa*<sup>18</sup>, aproximava-se da *rampa* para cobrar os respectivos impostos.

Após viva discussão entre *vigia* e *arraís*, aquele cobrava os impostos (ainda antes da descarga) sabendo de antemão que eram declaradas mercadorias em número inferior ao real<sup>19</sup>.

Os impostos eram:

- cada cento de lenha – \$20;
- cada galinha ou animal pequeno – \$20;
- cada saco de carvão – \$50;

---

15 Dizia-nos um barqueiro: "Eram refeições fartas, por causa do esforço. Comia-se melhor do que em casa".

16 "Tínhamos que pôr um pano grosso a proteger o peito, mas mesmo assim fazia mossa" (palavras do barqueiro Mauro da Silva Carvalho, do Soutelo). Raro é o barqueiro que não possui ainda os calos no peito provocados pelo contacto da vara.

17 Os *bordos* são as partes do barco, com 15cm de largura, cobertos de *pez e farelo*, por onde os barqueiros se deslocavam, para não escorregarem.

18 Por exemplo, a barca do Sr. José Calhau do Caneiro era o nº 19.

19 "Se eram 50 centos, dizíamos que eram 30" – palavras de José Calhau, do Caneiro.

– cada cento de carqueja – \$50.

Mal a mercadoria era descarregada, apresentavam-se para o seu transporte pelas casas de habitação e casas comerciais, os *carroceiros* – homens que com um carro de bois ganhavam o seu pão tirando algum dinheiro no transporte, pelas ruas de Coimbra, e na distribuição das mercadorias, caso os compradores fossem da *Alta* (Couraças e Montarroio) ou dos Olivais. Eram conhecidos pelo seu bom trabalho como *carroceiros* o Ti Alfredo e o Roque. Estes eram acompanhados pelo *arraís* para conferirem a venda e para lhes pagarem. Por cada cento de lenha transportado o *carroceiro* ganhava \$50. Se a venda era feita na parte baixa da cidade, eram os próprios barqueiros e arrais que de mercadoria às costas iam entregá-la ao devido local (hotéis, pensões, fábricas, cafés, pastelarias, padarias e outros; eram grandes compradores de lenha: Hotel Avenida, Pastelaria Central, Café Nicola e Café de St<sup>a</sup> Cruz).

Estando o negócio feito e após realizadas algumas compras nas lojas, feiras de Coimbra (a feira dos 23 era a mais procurada) e mercado onde adquiriam os alimentos de que necessitavam para o resto da viagem<sup>20</sup>, partiam no dia seguinte em direcção à Figueira da Foz para lá se abastecerem de produtos que carenciavam na serra, e para vender também alguma *carqueja* que tivesse sobrado.

Chegados à Figueira da Foz, embarcavam: principalmente sal<sup>21</sup>, que seria depois novamente vendido em Coimbra ou mesmo já na serra; areia fina, para as fábricas de cerâmica de Coimbra; sardinha; *solipas* (traves de madeira para os comboios); bacalhau, principalmente para os armazéns de Poiares; arroz; pregos; sacos; vinho; madeira de choupo e de salgueiro para a manufactura de palitos; massa; e toda a mercadoria de possível venda na feira da Raiva ou encomendada por gente da serra ou do Mosteiro de Lorvão.

No dia seguinte vinham rio acima, e se tivessem vento a favor vinham à vela sendo muito mais rápida a viagem, senão vinham à *vara* e muitas vezes à *sirga* (aumentando para quase dez vezes mais o tempo de viagem – chegavam a demorar um dia para subirem até à Raiva) ou com a ajuda do apoio dos ramos dos salgueiros das margens, impulsionando as embarcações com os membros.

Demorando ao todo três, quatro dias (na viagem de ida e volta), os tripulantes, no sentido ascendente, iam parando ao longo do rio nas povoações para desembarcarem a mercadoria, sendo naturalmente a Raiva o porto fluvial preferido para a venda dos seus produtos pela sua feira semanal que chamava centenas de pessoas vindas dos mais diversos lugares da Serra. Aí o produto era vendido quase de imediato, ou no caso do sal, bacalhau e cereais

20 No mercado poderiam adquirir algum bacalhau, que era o prato usualmente mais consumido. O jantar em Coimbra era normalmente bacalhau, e as suas sobras eram consumidas na viagem ascendente em gamelas de madeira e com um pedaço de pau afiado na ponta.

21 O sal também podia ser embarcado nos Loureiros ou em Pereira do Campo. Era muito usado, e com maior frequência para a salgadeira do porco. Traziam 7 ou 8 *moios* de sal por viagem (consoante a água do rio). Um *moio* são 60 *alqueires*, e cada *alqueire* são 10 litros. 18 *fangas* são um *moio*, e cada *fangá* 50 litros de sal. O sal era vendido à *rasa* (alqueire de 20 litros).

eram transportados para os armazéns, trabalho habitualmente feito pelas mulheres da povoação que assim faziam o seu *frete*. Mas não eram poucas as vezes que os barcos ultrapassavam a Raiva chegando mesmo até Gondelim ou Cunhedo.

Em semanas de bom vento, aproveitava-se ao máximo estas condições atmosféricas para se chegarem a fazer duas viagens a Coimbra ou Figueira por semana.

O principal lucrador deste negócio seria naturalmente o dono do barco. Os barqueiros, homens que na época do ano em que o rio era navegável, ganhavam quase o mínimo para comer. Cada barqueiro ganhava em média por dia 4 a 5\$00 (caso fossem pagos ao dia)<sup>22</sup>, se fossem pagos à viagem (considera-se uma viagem – ida e volta) o dono reembolsava 17\$50/20\$00 por barqueiro, considerando que a viagem na totalidade demorava normalmente três, quatro dias (isto caso não houvesse problemas com os *caneiros* – represas feitas ao longo do rio pelos agricultores<sup>23</sup>, com estacas de madeira elevando a água servindo esta para regar os campos com a ajuda da roda –, ou problemas com o abaixamento do nível das águas). Em tempo de guerra os barqueiros eram aumentados (devido à procura) já para 50\$00 por viagem.

Na globalidade, os barqueiros, indivíduos pobres e até socialmente num nível inferior, eram sujeitos por vezes a alguns gracejos ou afirmações, apesar de inocentes, algo pertinentes. As raparigas da terra chegavam a afirmar, à laia de brincadeira, que nunca casariam com um barqueiro, embora reconhecessem o seu esforço e vontade no trabalho. Ou como nos contou o fabricante de velas – Henrique Baptista Salvador, de Ronqueira: “– Uma coisa você não deve saber. Os barqueiros eram os únicos portugueses que cagavam nos cântaros. É que eles não levavam água e faziam as necessidades da borda do barco para o rio, depois bebiam a água do rio e usavam-na para cozinhar”.

### 1.2. *Causas do desaparecimento da navegação comercial*

Desaparecido já na década de 50, várias foram as razões para o desaparecimento destes sistemas primitivos de transporte:

- uma que nos parece ter sido da maior importância, também responsável pela crise do Concelho de Penacova na altura, já que a barcaçagem ocupava uma grande parte da população da zona, foi a abertura dos Caminhos de Ferro da Beira Alta em 1882, que transferiu para esta via o principal escoamento dos produtos;
- também a abertura de novas estradas e o melhoramento de outras com o conseqüente aparecimento da camionagem, privada ou não,

---

<sup>22</sup> Um barqueiro de Miro afirmou-nos que em 1928, muitas vezes nem \$50 ganhava por dia.

<sup>23</sup> “Só entre Coimbra e Penacova havia 14 represas” – palavras de Henrique Baptista Salvador, da Ronqueira.

embaratecendo e aumentando a rapidez de transporte de mercadorias e pessoas entre a serra e o litoral, foram factores preponderantes que actuaram como rude golpe nestas embarcações;

- o assoreamento contínuo do rio, provocado pela construção da ponte sobre o Mondego, e pelo corte sucessivo de árvores das encostas do Mondego provocou o alteamento do leito do rio (muito mais no Verão em que os barqueiros eram obrigados a diminuir as cargas transportadas), inutilizando-o para a navegação (MARTINS, 1940);
- a própria ponte do Mondego não permitia, quando o nível das águas era alto, que as barcas passassem por baixo, desmotivando, tal como nos afirmou um barqueiro, a sua actividade e conseqüentemente o seu progressivo desaparecimento. Já a pouca altura dos arcos da antiga ponte de Coimbra impossibilitavam por vezes a navegação (LOUREIRO, 1988);
- o progresso também não perdoa, e a lenha deu naturalmente lugar à electricidade e ao gás, preferindo as gentes da cidade técnicas mais modernas, mais cómodas e menos poluidoras;

### 1.3. *Acções de preservação*

Desde o desaparecimento destes tipos de embarcações, pouco se tem feito ao longo dos anos para a sua já quase impossível preservação ou seu ressurgimento; no entanto algumas actividades vão sendo feitas nesse sentido.

No átrio da Câmara Municipal de Penacova existe presentemente uma barca em exposição de cerca de 7/8 metros mandada fazer propositadamente para ali ser colocada.

Castro Pita, engenheiro em Coimbra e penacovense, encomendou há menos de 10 anos uma barca ao ainda vivo, *carefete* da Região – Sr. Armando Alves<sup>24</sup>. Esta barca foi doada à Sociedade de Progresso e Propaganda de Penacova, a qual encarregou alguém de a guardar. Em contacto permanente com a água, e não recebendo anualmente um tratamento com *pez* e *estopa*, acabou por se degradar.

Também a Direcção Geral dos Desportos de Coimbra recolheu uma barca no Mondego e colocou-a em exposição no Choupalinho de Coimbra, onde ainda permanece em já avançado estado de degradação e, parece-nos, irremediável.

O exemplar melhor conservado e sem dúvida o maior de todos – mas talvez não o exemplar ideal<sup>25</sup> – é o que se encontra patente no átrio do Museu da Marinha em Belém, transportado derradeiramente ao longo do Mondego

<sup>24</sup> Este *carefete* (*carefete* significa construtor de barcos) ainda hoje faz embarcações em miniatura (com um metro de comprimento), que a Câmara de Penacova e singulares possuem por todo o país e até pelo estrangeiro.

<sup>25</sup> Várias foram as críticas que lhe ouvimos, chegando a haver quem afirmasse que "aquilo não é uma barca".

por iniciativa dos amigos do Museu da Marinha (Prof. Dr. Luís Albuquerque, Prof. Arq. Octávio Lixa Felgueiras, Engenheiro Cabral Moncada, Dr. António José Soares e outros), tendo sido içada por um barco petroleiro que dali a conduziu para Lisboa.

Em Agosto de 1988, o engenheiro Humberto Jorge Conceição, mandou fazer uma barca de 12 metros de comprimento, a expensas suas, para iniciar viagens turísticas na zona do rio Mondego a montante da Ponte de Santa Clara. Esta barca encontra-se presentemente no rio Mondego junto ao Choupalinho, em Coimbra, tendo já feito algumas viagens de pequeno percurso.

O engenheiro Conceição pensa mandar fazer a curto prazo uma barca com 20 metros de comprimento.

Pouco tempo já nos resta se pretendermos preservar este tipo de transporte. O único *carefete* deste tipo de embarcações é o Sr. Armando Alves, de idade já avançada, mas com conhecimentos técnicos para ainda fazer uma embarcação destas. Um outro *carefete* existe na Região apesar de nunca ter feito sozinho uma barca – Sr. Júlio, da Ferrodosa, mas filho de um falecido *carefete*, possui certamente meios e técnicas para a execução de uma. Ambos possuem material para a sua construção. Temos conhecimento de muitos barqueiros e outros da população, que possuem ainda *rasas*, *pás de sal*, *pás de água*, *velas*, *fateichas*, *ferragens* de barcos, etc., que guardam ciosamente de olhares de estranhos. O único fabricante de *velas* na Região ainda é vivo – o Sr. Henrique Baptista Salvador, da Ronqueira.

Temos na região, material humano, material, técnica e conhecimentos... e o resto?

## 2. Sistemas primitivos de transporte de carga do rio Mondego

Vários eram os sistemas primitivos de transporte no Rio Mondego a montante de Coimbra; no entanto, um tem lugar de primazia – a *barca serrana* (designação provavelmente com origem na região litoral, já que na zona o nome pelo qual é comumente conhecida é só *barca*)<sup>26</sup>. Outros transportes existem na zona como: o *barco*, o *barco do lavrador* e o *barco* de Palheiros, menos significativos na altura quer em número (com excepção para o *barco do lavrador*), quer em eficácia de transporte de carga<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Os pescadores do Mondego na Figueira da Foz quando pretendiam que as barcas se afastassem das suas redes, para não as danificarem, dirigiam-se aos barqueiros por "Ó Serrano", daí talvez a origem do nome *barca serrana*. No entanto Luís Chaves in *Os Transportes Populares em Portugal. Carros e Barcos*, Lisboa, 1958, refere-se às *barcas serranas* também por *barcas montanhesas* ou *barcos de rio acima*, nomes que são totalmente desconhecidos por parte daquela gente.

<sup>27</sup> O *barco do lavrador* também é conhecido na zona por *barco do trabalhador*.



*Carefete* era o nome por que eram conhecidos os mestres que se dedicavam à construção (ou reparação) destes barcos<sup>28</sup>, nos seus toscos *estaleiros* (ou normalmente num *estaleiro* improvisado próximo da habitação do interessado num barco, para evitar o transporte de madeira)<sup>29</sup>. Levava cerca de 12 dias a construção de uma *barca*, com 4 ou 5 homens a ajudar, incluindo o interessado em adquirir a *barca*, trabalhando do nascer ao pôr do sol.

Importava há 30 anos a feitura de uma *barca* em cerca de 3 contos de réis<sup>30</sup> (PATO, 1982). Apesar de ter uma duração média de 10/12 anos, dependendo a duração da qualidade da madeira, a *barca* tinha de ser remendada anualmente com *pez* e *estopa* nas *juntas* e com a ajuda de um *maço*. Quanto aos materiais utilizados eles eram o pinho e o carvalho, este último apenas para as *cavernas*.

De origem mesopotâmica e da família dos moliceiros, a *barca serrana* caracterizava-se pelos seus dois *bicos* em ponta levantada<sup>31</sup>, de fundo chato, de cor negra contrastando com a vela branca, com um comprimento de 17 a 22 metros, por 2 metros e 40 de largura (FELGUEIRAS, 1970).

O *barco* e o *barco* de Palheiros eram de dimensões variadas atingindo no seu máximo um comprimento de 17 metros (normalmente de 11/12 metros), com as *cavernas* mais baixas e possuindo um só *bico* revirado (a *proa*) enquanto o outro reduzido, de perfil quase recto (FELGUEIRAS, 1981). A diferença que encontramos entre um e outro *barco* é o facto de o *barco* possuir um leme dirigível através de um *pau do leme* perpendicular a este, enquanto o *barco* de Palheiros possui o *pau do leme* encaixado na parte superior deste em posição paralela ao comprimento da embarcação.

O *barco do lavrador* (usado normalmente para o transporte de pessoas e alfaias ou gado de uma para outra margem do rio)<sup>32</sup> possui já formas muito semelhantes aos outros *barcos*, com excepção de usualmente não possuir leme e

28 Restam ainda vivos os *carefetes* Armando Alves, de Vila Nova e Júlio, da Ferrodosa. Outros, já falecidos, também dignos de serem mencionados: os irmãos Joaquim e Alfredo Manais, da Parede (S. Pedro d'Alva) e Júlio Dinis, de Belfeiro.

29 Por exemplo o *carefete* Armando Alves possuía um *estaleiro* em Vila Nova. Na Raiva existiam também *estaleiros* com muita importância. Onde actualmente está o Parque de Campismo de Penacova, em tempos existia lá um *estaleiro* e um *porto*.

30 Armando Alves informou-nos que há cinco anos atrás tinha feito uma *barca* que tinha montado em 40.000\$00, em contradição com uma entrevista que deu ao Diário Popular há mais de 10 anos afirmando que: "Hoje, 100 contos não pagavam a construção de um desses barcos (...)". Em Agosto de 1988, uma *barca* de 12 metros mandada fazer a este *carefete*, pelo engenheiro Humberto Jorge Conceição, orçou em 500.000\$00.

31 "Las extremidades iguales entre si, se hacen en forma levantada, de modo que la forma de la canoa es la de una luna de cuatro días (...)". *Apud.*, Felgueiras, Octávio Lixa, "Comentários Técnicos da Tese do Moçarabismo Náutico". Centro de Estudos da Marinha, Lisboa, 1975.

32 Octávio Lixa Felgueiras em "No crepúsculo das embarcações regionais", Lisboa, 1970, afirma: "Mas o *barco do lavrador* ao lado do do *pescador*, garante os atravessamentos e os pequenos percursos. Muito recentemente, até se estabeleceu uma *barca* de passagem de gado acima do Porto da Raiva".

com dimensões muito inferiores aos daqueles – cerca de 7/8 metros de comprimento, apesar de tal como no anterior poder ser, grande parte das vezes, movível à *vela* e à *vara*<sup>33</sup>.

Outro sistema de transporte de carga (de madeira para serrações, neste caso) é a *jangada*, normalmente usada no Verão quando a ausência de água era um facto e na impossibilidade de fazer circular as suas barcas faziam o transporte de madeira desta forma<sup>34</sup>. As *jangadas* chegavam por vezes a atingir um comprimento de 38 metros. Depois eram descarregadas e desmontadas no local de venda obtendo-se 8000 kg ou mais de madeira.

Deslizando ao sabor da corrente, as *barcas*, no sentido descendente raramente usavam outro meio de propulsão que não o da corrente. Quando havia algum vento os barqueiros aproveitavam para montar o *mastro* (de cerca de 8 metros de altura) encaixando-o no *coiciamento* da *coicia* e apertando-o fortemente com o *ferro* ou a *canga do barco*, fixando o mastro para não quebrar – em caso de muito vento – com duas cordas – *estais* – que, saindo do topo do *mastro*, vinha cada uma segurar firmemente às *adragas* dos *costados*. Içavam de seguida a *vela* puxando a *adriça*, corda que passando pela *roda do moitão* (que se encontrava presa pela *àstea* ao *punho do mastro*) ia segurar ac centro da *verga* ou *verguilha* (no caso da *vela redonda*; se fosse a *mandriona* já não era ao centro mas um pouco descentrado para o conjunto *verga/vela* ficar equilibrado).

As velas, de lona, feitas por alfaiates e por mulheres (cuja função era coser a vela a toda a volta com pontos certos e coser as *fitas* de lona para reforço), eram de dois tipos<sup>35</sup>: a *redonda* (só para *barcas*) e a *mandriona* (para barcos e *barcas*). Em caso de temporal a *redonda* tinha que ser arreada, o que não se passava com a *mandriona*, que largando-se os *estais* (que fixavam a vela às *adragas*) ficava estendida no sentido do vento. Assim que o temporal amainava era só puxá-la à posição normal. Também em caso de vento forte, a *mandriona* possuía a determinada altura as *fitas* ou os *imbergues*, que eram cordéis para prender a vela à *verguilha* para reduzir a superfície de exposição ao vento.

---

33 A "medida" que a gente daquela zona usa para definir a dimensão de uma embarcação é normalmente o número de cavernas que possui. Mas encontramos muitas imprecisões, enquanto uns dizem que uma barca de grandes dimensões, possui 28 ou 29 cavernas, outros diziam que as barcas possuíam 48 cavernas, visto que o intervalo entre as cavernas é normalmente 50 cm. Resolvemos então não usar este conceito por cavernas e optar pelo metro.

34 "Quando a água é muito escassa, as madeiras são transportadas para Coimbra em jangadas que habitualmente manobram por entre os extensos bancos de areia, procurando os canais de maior fundo". Alfredo Fernandes Martins em "O esforço do Homem na bacia do Mondego", Coimbra, 1940.

A venda de toda a madeira da jangada rendia normalmente 100\$00.

35 "As mulheres não tinham ordenado. Só eu e o meu pai éramos pagos. Depois, se fosse necessário, ajustávamos o resto com elas". Palavras do fabricante de velas Henrique Baptista Salvador, da Ronqueira.

A direcção da barca era controlada pelo *arraís* (ou outras vezes pelos barqueiros), que sentado à *proa* ou à *ré* da *barca*, fazia mover o *leme* puxando a *corda da rabeca* à sua esquerda ou à sua direita.

Outro sistema de propulsão, usado principalmente na subida do rio era a *vara*, sistema feito pelos barqueiros com a ajuda de uma vara que faziam mover a *barca* deslocando-se ao longo dos *bordos* (com 16 cm de largura), que muitas vezes se encontravam cobertos de *pez* e *farelo* (e serapilheira na *proa*) para não escorregarem.

Ainda na subida, quando a altura da água o permitia como em cheias, os barqueiros recorriam à remagem: colocavam um *tiroleto* (cotos de madeira ou ferro) em cada *buraco do remadoiro* (dois buracos) que se encontravam nos *bordos* a cerca de cinco *cavernas* de distância da *proa* da *barca* (desfazados um do outro, para permitir o cruzamento dos remos sem haver contacto entre eles). Colocavam lá os remos e um ou dois barqueiros para cada um (sentados em duas tábuas que colocavam de *adraga* a *adraga*) faziam oscilar os respectivos remos.

Na subida, quando a água era escassa, os barqueiros recorriam à *sirga*: prendiam uma corda à *proa* e na outra extremidade da corda prendiam uma ou duas varas (afastadas) com um ou dois nós (vulgar "nó de correr") com um barqueiro em cada vara e puxavam a barca de uma das margens.

Quando a corrente era tão forte que não podia ser vencida com o uso da *vara* por esta não se poder firmar no leito, navegava-se também à *goma* que consistia na alagem dos barcos pelos ramos dos salgueiros e arbustos das margens (LOUREIRO, 1880).

Quando atracavam, os barqueiros retiravam a *fateicha* que se encontrava encostada às *orelhas* da *proa*, desenrolavam o cabo da *fateicha* à volta da *proa*, e com a outra extremidade do cabo presa à *fêmea* (peça de ferro que se encontrava à *proa*), deitavam a *fateicha* à água e prendiam uma corda da *proa* à *draga* do porto com um *nó de cabaço* (vulgar "nó de barqueiro").

Para pernoitar, o *arraís* recorria ao *leito da ré* que possuía uma *porta* permitindo assim que *arraís* e dinheiro das vendas não fossem importunados) e os barqueiros dormiam no *leito da proa* (que normalmente não possuía porta)<sup>36</sup>.

Os sistemas de locomoção eram os mesmos nos outros barcos de grandes dimensões – *barcos* e *barcos* dos Palheiros, com o senão de nos últimos a direcção do barco ser feita directamente pelo *pau do leme*, sem existirem neste caso as *cordas da rabeca* para controlo do *leme*. Os *barcos do lavrador* podiam ter todos aqueles sistemas de propulsão, já citados, mas normalmente não possuíam leme (e toda a engrenagem consequente) e na maior parte das vezes também não possuíam *vela* e *mastro*<sup>37</sup>. Já os *buracos do remadoiro* neste tipo de

<sup>36</sup> O *leito da proa* nas *barcas* podia ou não possuir porta, em contrapartida o *leito da proa* dos barcos nunca possuía porta.

<sup>37</sup> Os *barcos do lavrador* que encontrámos ao longo do Mondego eram de uma inconstância de formas extraordinária, não conseguindo nós idealizar uma caracterização típica destes

## *Baixo Mondego*

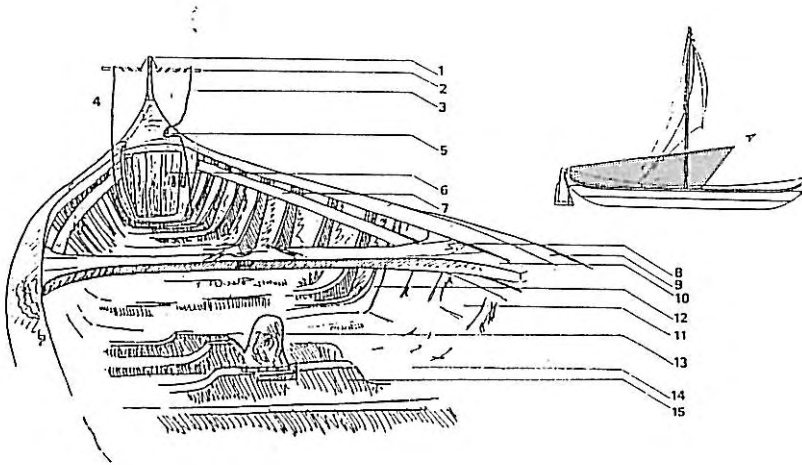
---

embarcação não se encontram próximos da *proa* (como no caso da *barca*), mas para além do *banco* mais próximo da *ré*, permitindo a largura deste barco que o acto de remar pudesse ser feito só por uma pessoa.

---

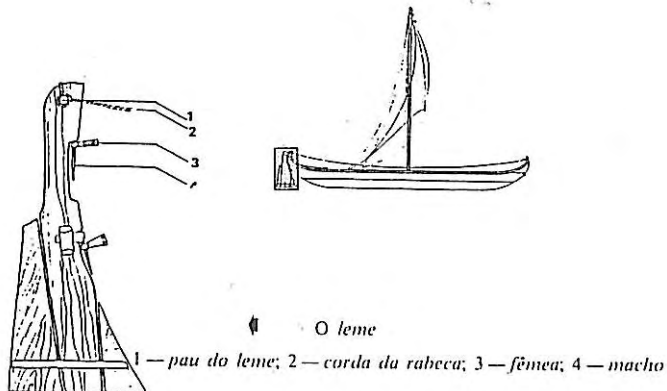
barcos. No entanto cremos que o desenho apresentado – que resultou de uma "média" de muitos barcos observados – não foge muito ao típico *barco do lavrador*.





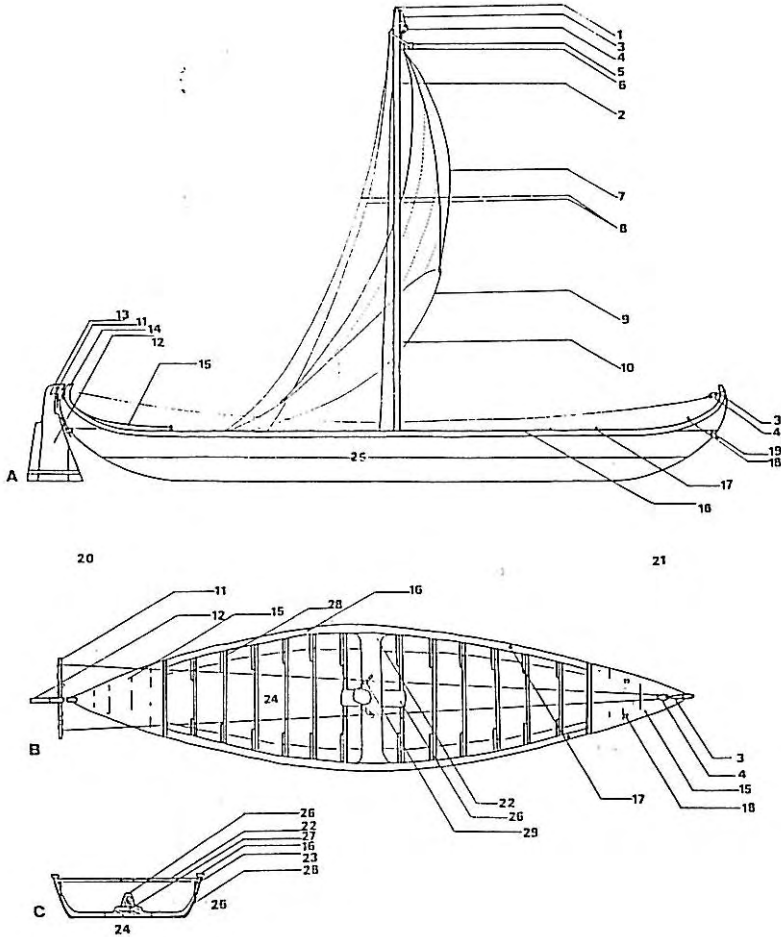
Vista da barca do banco para a ré

1 — leme; 2 — pau do leme; 3 — corda da rabeca; 4 — ré; 5 — leito; 6 — porta do leito ou da loja (que fecha a boca da ré); 7 — adraga; 8 — banco; 9 — bordos; 10 — curvas; 11 — costado; 12 — caverna; 13 — coicia; 14 — fundo; 15 — marmela



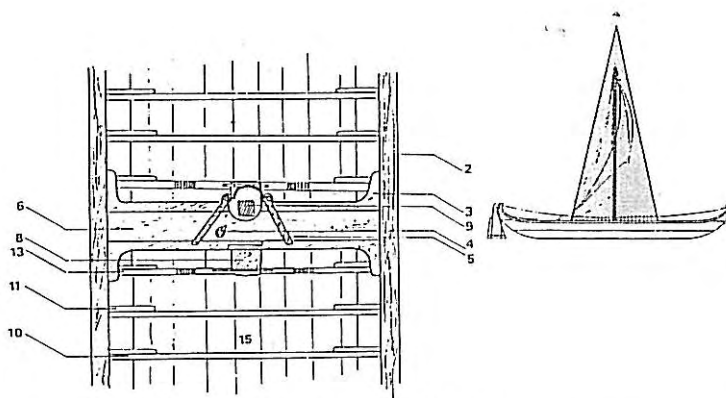
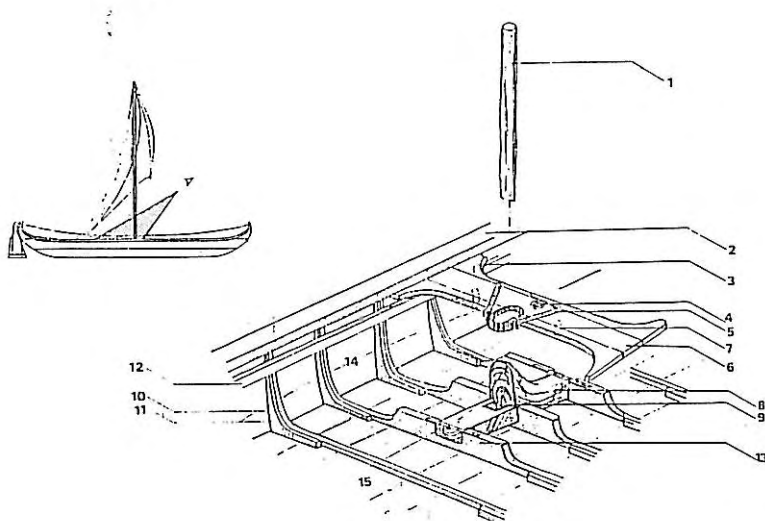
O leme

1 — pau do leme; 2 — corda da rabeca; 3 — fêmea; 4 — macho



Barca vista de perfil (A), por cima (B) e em corte transversal (C)

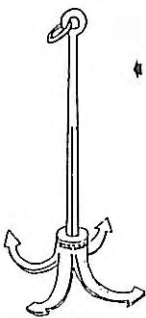
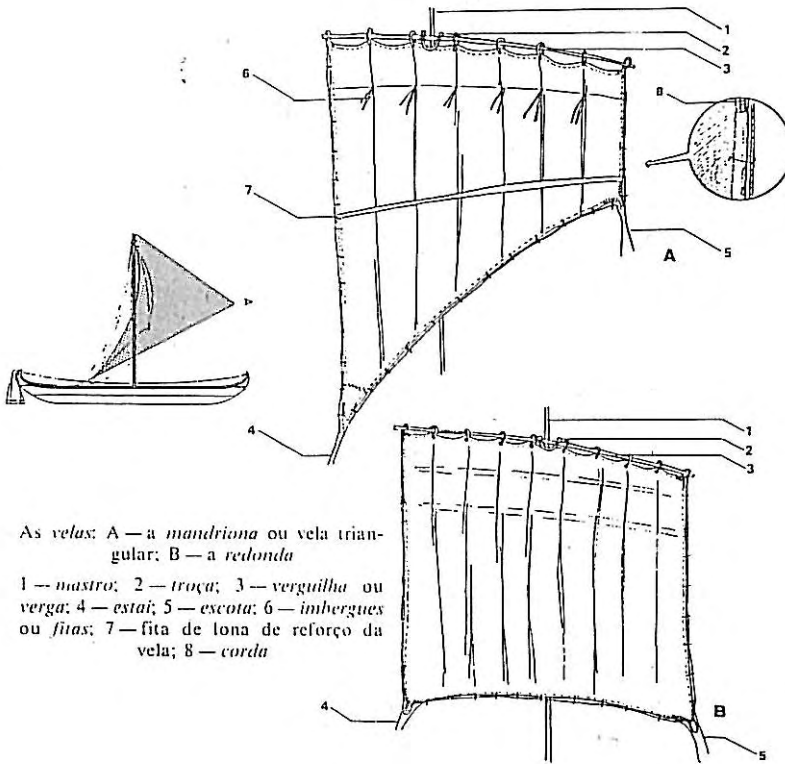
- 1 — punho do mastro; 2 — mastro; 3 — ásteca (corda para segurar o moitão à ponta do mastro); 4 — moitão; 5 — troça; 6 — verga ou verguilha da vela; 7 — vela; 8 — estais (para segurar o mastro); 9 — escotas; 10 — adriça; 11 — pau do leme; 12 — leme; 13 — macho; 14 — fêmea; 15 — leito ou loja; 16 — bordo; 17 — tiroleto; 18 — orelhas (para pendurar a fateicha); 19 — fêmea (para prender o cabo da fateicha); 20 — ré; 21 — proa; 22 — banco; 23 — adraga; 24 — fundo; 25 — castado; 26 — coícia; 27 — marmela; 28 — caverna; 29 — ferro do banco



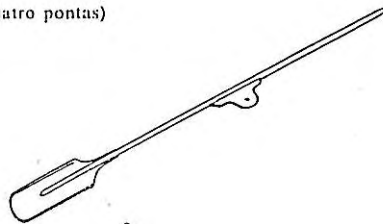
Duas vistas da barca

1 — mastros; 2 — bordos; 3 — curvas; 4 — croque; 5 — ferro ou canga (do banco); 6 — banco;  
7 — tornos ou croquis; 8 — coicia; 9 — coiciamento; 10 — cavernas; 11 — emendas; 12 — adraga;  
13 — marmela; 14 — costado; 15 — fundo

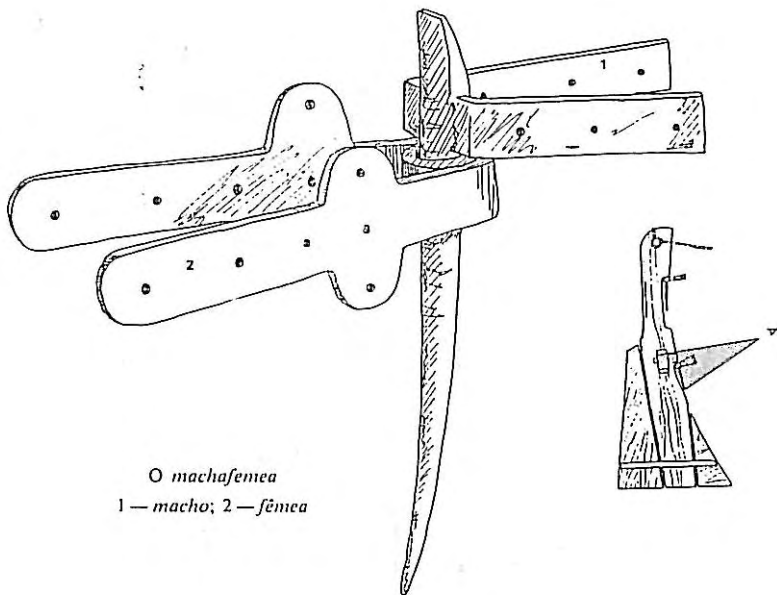




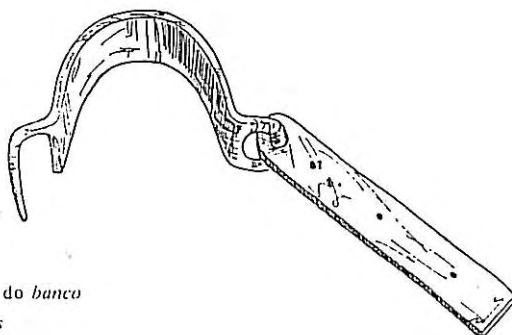
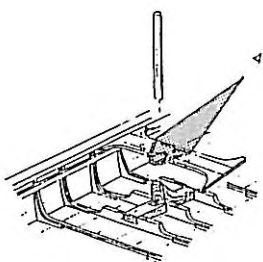
† A fateicha (de quatro pontas)



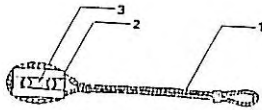
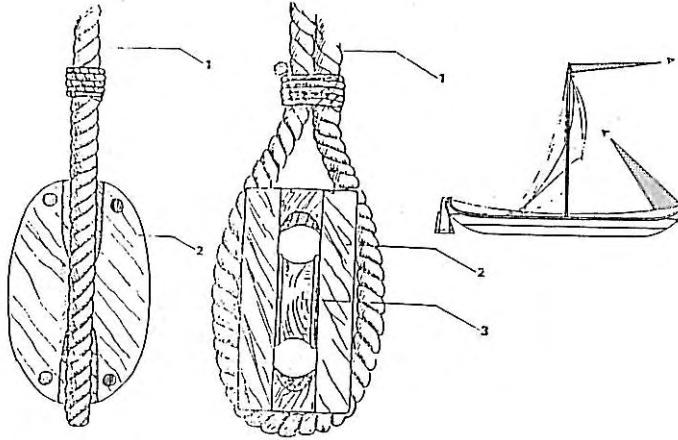
⊕ remo



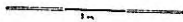
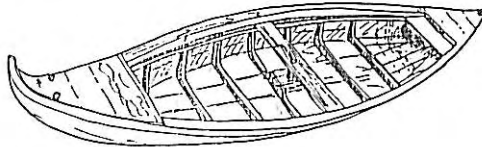
O machafemea  
1 — macho; 2 — fêmea



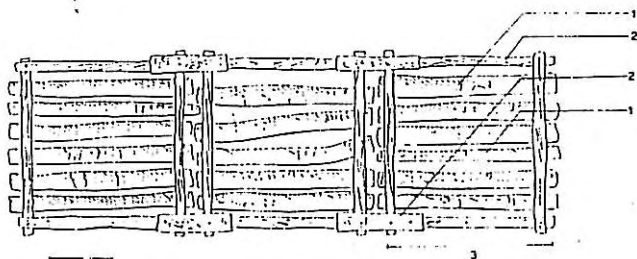
O ferro ou a canga do banco  
1 — cunhas



O moitão  
1 — ástoa; 2 — moitão; 3 — roda

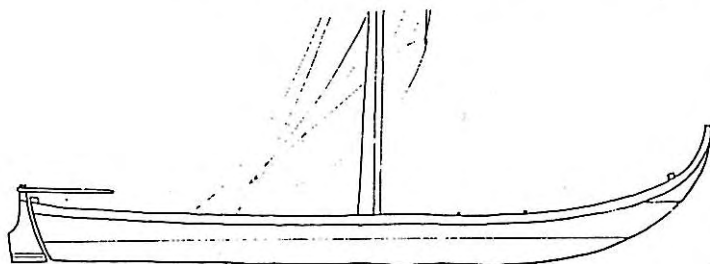


Dois panoramas do barco do lavrador ou barco do trabalhador

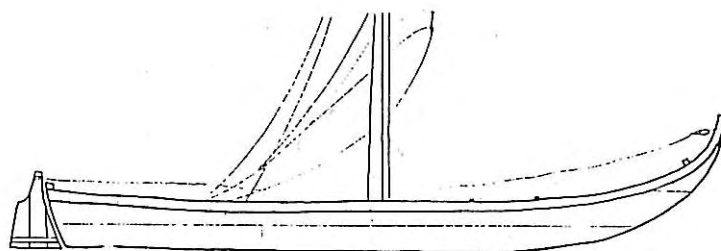


*A Jangada*

1 — rolos de pinheiro (com aproximadamente 35 cm de diâmetro); 2 — falheiros; 3 — uma ida (uma jangada podia chegar a ter 17 idas)



*O barco de Palheiros*



*O barco*

**APÊNDICE**

Relação dos barqueiros vivos (até Junho de 1987) dos diferentes lugares, ao longo do Mondego.

**Besteiro**

Arlindo Alves

**Caneiro**

Américo Ralha

António Lopes Moreira

José Calhau (dono, em tempos, de uma barca. Chegou a ter ao longo da sua vida 5 barcas)

Manuel Calhau

Mário Lopes

Zé d'Assunção

**Carvalhais**

Manuel de Oliveira

**Carvalhal**

Alípio Martins

Artur Ferreira

Américo Poças

Joaquim Silva

**Carvoeira**

António Caixeiro

António Pais

António Tomás

Constantino Grilo

Daniel Caixeiro

Jaime Oliveira (dono, em tempos, de um barco)

Leonel Tomás

**Coço**

José das Carvalhas

**Cunhedo**

Afonso Ferreira Febras

José Ferreira Febras

Manuel Ferreira Febras

**Gondelim**

António Lopes Flório  
António Maia de Oliveira (foi barqueiro só até aos 20 anos)  
António Martins Belbouche  
Joaquim Martins Belblouche (dono, em tempos, de um barco)  
Leonel Martins Branco  
Manuel Duarte (dono, em tempos, de uma barca de passagem)

**Miro**

Alípio Alves  
Alípio Fernandes  
David d'Ascensão  
Mário Fernandes

**Oliveira do Mondego**

António Costa (dono, em tempos, de uma barca de passagem)

**Ponte (de Penacova)**

Alípio Manso  
Alípio dos Santos  
Alípio da Silva Cruz  
Daniel Praça  
Daniel da Silva Cruz  
Henrique dos Santos  
Joaquim Pinéu

**Raiva**

Manuel

**Rebordosa**

Américo Granha  
Eugénio Flório  
Henrique Padinha de Oliveira  
Maximino Padilha de Oliveira

**Riba de Baixo**

Diamantino (Carapinha) dos Santos (dono, em tempos, de um barco)  
José de Adelaide  
José Alves Novo  
José da Cruz  
Mário Alves

**Soutelo**

Mauro da Silva Carvalho

**Soito**

Abel da Cruz

António Martins Calrinho (dono, em tempos, de uma barca)

Francisco Alves

José da Cruz

**Terreiros de St<sup>a</sup> Antónia**

João Santos (dono, em tempos, de pelo menos seis barcos)

**Vila Nova**

Armando Alves

Armando Oliveira Courtão

José (da Rabeca) Ferreira da Silva

Luís de Oliveira Courtão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coelho, Maria Helena da Cruz, 1983 – "O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média", Coimbra.
- Felgueiras, Octávio Lixa, 1970 – "No crepúsculo das embarcações regionais". Lisboa.
- Felgueiras, Octávio Lixa, 1981 – "Barcos de Pesca de Portugal". Centro de Estudos de Cartografia Antiga, separata CXXXVIII, Coimbra.
- Lichnowsky, Príncipe, 1846 – "Portugal. Recordações do ano de 1842". Ed. Ática.
- Loureiro, Adolfo Ferreira, 1880 – "Memórias sobre o melhoramento do Mondego entre Coimbra e Foz-Dão". Lisboa.
- Martins, Alfredo Fernandes, 1940 – "O esforço do Homem na bacia do Mondego". Coimbra
- Nemésio, Vitorino, 1984 – "Guia de Portugal", Beira I, Beira Litoral. Coimbra.
- Pato, Rocha, 1982 – "O último calafete das barcas serranas evoca os tempos da navegação fluvial", in "Diário Popular", 11 de Setembro de 1982.
- Peixoto, Adriano, 1947 – "A vida de um rio", in "Arquivo Coimbrão", Vol. X, Coimbra.
- Relvas – "O Concelho de Penacova" in "Vida Local".
- Seco, Maria Adelina de Jesus Nogueira, 1965 – "A região de Penacova e a Navegação Comercial do Mondego", Coimbra.



## OCORRÊNCIA DE ACHADOS ARQUEOLÓGICOS JUNTO À IGREJA DE VERRIDE

José Eduardo Reis Coutinho\*

Em inícios do passado ano de 1989, quando procedemos à realização de obras de conservação e restauro, a efectuar em instalações anexas e pertença da igreja matriz, ao substituir uma degradada parede de tabique, e ao picar a argamassa de revestimento de umas outras de alvenaria, surgiu, na lateral Norte do corpo da igreja, emparedado, um portal manuelino ogival, em calcário, meramente chanfrado e sem decoração, excepto na base: um lado, com pequeno concheado; outro, com parte de um cálice floral (?), esboroado. Conserva vestígios de pintura primitiva, em tom vinoso, e foi picado para melhor aderência da argamassa de revestimento, certamente no séc. XVIII, como adiante teremos oportunidade de referir. Tem um metro e setenta e nove centímetros de altura, por um metro de largura.

Durante os mesmos trabalhos, bem junto à padieira do referido portal, fracturada a meio e muito desgastada pelo frequente uso de teve, sob o lagedo do piso estava reunido em conjunto de três moedas nacionais: I real de Dom Sebastião, facilmente identificado pelo S coroado, do anverso, e pela nitidez da legenda R SEBASTIANVS I, do reverso; 3 reais do mesmo soberano, em mau estado de conservação; e V réis de Dom João V, um tanto danificada, particularmente no local da data.

Uma análise, efectuada às estruturas, indica serem aquelas dependências – durante várias décadas ao pleno serviço da Confraria do Santíssimo Sacramento, que tê-las-á financiado – construídas em inícios de Setecentos, época em que a igreja teve abundantes obras que muito a alteraram: o primitivo altar-mor foi substituído por um de rica talha dourada, ao gosto da época de Dom Pedro II; o retábulo da capela do Santíssimo, em cada uma das jambas datada de 1543, teve semelhante remodelação no tempo de

\* Licenciado em Teologia e Filosofia.

Dom João V, como manifesta o exuberante enquadramento de talha dourada, com figuras de anjos, panejamentos em dossel, coloridos e concheados, em rococó, tão característicos daquele estilo decorativo. Estretanto, teve outra disposição de figuras, evidentemente deslocadas, a de São João Evangelista e a de São João Baptista, colocadas em nichos de igual feitura renascentista, a ladearem o sacrário, de menores proporções que elas, e destituído do conjunto de outros materiais que, possivelmente, englobariam um campo epigráfico relativo aos fundadores, como sucede em muitos casos similares. Teria sido retirado por ocasião do revestimento das paredes e azulejos azuis e brancos, de caixilho, do séc. XVII, do qual nada existe<sup>1</sup>, além de uma pedra com trabalhados a cinzel, e umas outras – em número de oito –, dorsalmente decoradas com tartarugas e alguns motivos vegetais, colocadas entre a pedra sepulcral de Jorge A. Coelho, e herdeiros, datada de 1623, e o primeiro degrau do supedâneo da capela das Almas, concluída em 1677.

Alguns outros dados são postos em evidência: o portal manuelino, que sugere dificuldades quanto à orientação da primitiva igreja, poderia dar acesso ao antigo cemitério, ali localizado até finais do século passado, e de onde saíram duas grandes cabeceiras de sepultura, durante anos deixadas ao abandono pelas imediações. Segundo informações, tinham o campo decorado com polígono estrelado; presentemente nada se conhece quanto ao seu paradeiro, admitindo-se que fossem colocadas a fazer parede, em algum sítio, ou levadas juntamente com entulhos, para alguma lixeira.

Refira-se que, ao longo dos tempos, a quase totalidade do património artístico, pertencente à igreja, foi desaparecendo e, até a velha pia baptismal, também manuelina, grande, e de talhe oitavado, em calcário da região, sem motivos decorativos, foi erradicada do lugar onde estava por direito e função litúrgica própria, para ser substituída por uma outra, recentíssima, e colocada a um canto do jardim, danificada, desprezada e utilizada em recolha de águas pluviais.

Digna de nota, e complementando esta panorâmica agora traçada, também pela Páscoa do ano passado, de perto acompanhámos os trabalhos camarários de abertura de valas para canalizações, nas proximidades dos locais a que nos temos referido, o que nos valeu recolher alguns materiais da

---

<sup>1</sup> Esta pequena capela transmite, de modo bem eloquente, o historial da Igreja, desde a Contra-Reforma, começando pela vigente especialidade portuguesa quinhentista: como botaréis exteriormente salientes, dois canhões esculpidos em todo o pormenor, até às argolas das amarras, tão usadas na carreira da Índia; forte e alto gradeamento de ferro forjado, do séc. XVI, a anunciar as depois chegadas doutrinas jansenistas, responsáveis pela abissal inacessibilidade ao sagrado; o revestimento azulejar, referente ao séc. XVII; a talha dourada do séc. XVIII e, com ela, a fixação de uma mesa de altar, congênera, a meio decorada com o brasão de armas dos Macedos: escudo azul, carregado de cinco estrelas em sautor, de cinco raios, de ouro, timbrado de elmo de ouro, à esquerda, encimado por braço vestido de azul e armado de maça. Em boa verdade, é possível atribuí-lo, bem como o conjunto setecentistas, àquele que, na mesma época, doou à igreja uma píxide, ainda em uso, de prata dourada, a qual, na base, tem a inscrição:

ESTE · VAZO · DEV · ANTONIO · LVIZ · DEMASEDO

época romana, designadamente a metade de uma mó manual, movente, em granito fino, de trinta e cinco centímetros de diâmetro, pedaços de láteres e de tijolo de coluna (?) e, em elevada quantidade, telhas e ímbreces partidos, em grandes concentrações.

O achado de numismas romanos é outro elemento de relativa importância. Têm sido encontrados por diversos locais<sup>2</sup>, todavia, como ainda não nos foi apresentado um só que fosse, aguardamos essa oportunidade. O mesmo se diga quanto ao futuro aproveitamento dos diferentes dados arqueológicos acabados de expôr: que a novidade, apesar de fragância aliciante em campo inculto, seja haurida na intencionalidade de prosseguir colheitas mais satisfatórias.

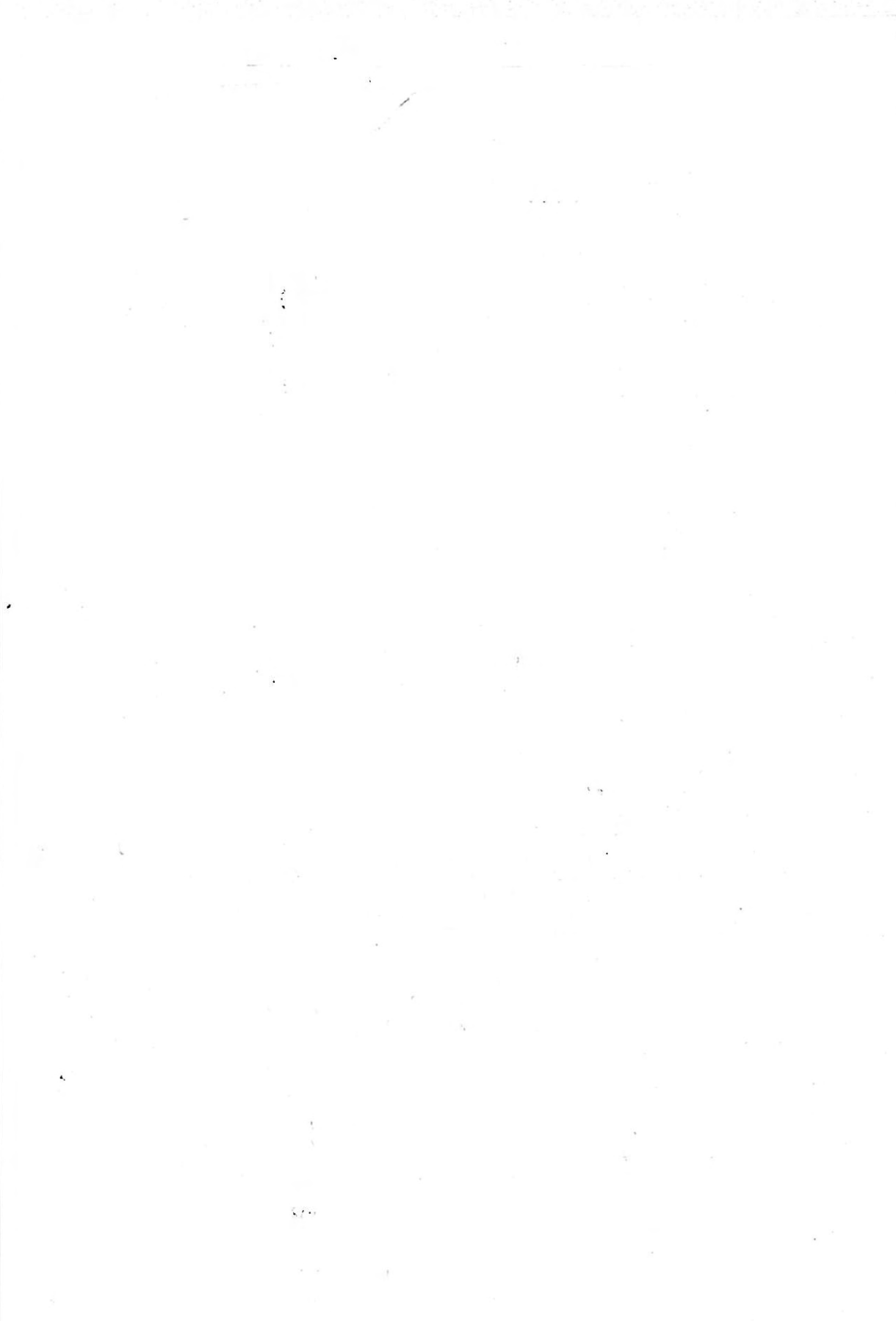
<sup>2</sup> Entre esse locais, a Quinta das Pretas deu uma lucerna em bronze, aparecida há cerca de trinta anos, e logo vendida a um antiquário de Montemor-o-Velho, segundo informação escrita, que agradecemos ao Rev<sup>o</sup> Padre Francisco Dias Ladeira.

De lá próximo, segundo vaga tradição, veio uma lápide sepulcral, em calcário, que se encontra na parede fronteira à torre da Igreja, e tem a inscrição:

CAEM  
Eq · qu · Abb · Ius  
iN Matt Al  
dic.  
Vev ide  
Ex hoc · svbl · loc  
JugvL  
Pev · vivg · gvat  
Vid · Rediv  
S · T · T · L

A forma do 2º u (linha 2) e, do h (linha 6) é, nitidamente, medieval.

Os v (linha 5, 8 e 9) parecem ser r. Trata-se de um documento duvidoso e forjado no séc. XVI, para "provar" a origem de Verride, ou é de outra natureza e, por isso, tem contundente significado arqueológico para a época romana?



**- O BAIXO MONDEGO -**  
**Seu património hídrico subterrâneo.**  
**Preservação e protecção dos seus aquíferos**  
**e da água subterrânea que neles circula**

Fernando António Castro Veloso\*

**SUMÁRIO**

1. Introdução e breve nota sobre Geologia Regional na área do Baixo Mondego.
2. Acidentes geo-estruturais presentes na área do Baixo Mondego e relacionados com:
  - 2.1. Fracturas e Falhas
  - 2.2. Tectónica diapírica
  - 2.3. Estruturas ciclinais e anticlinalis
  - 2.4. Estruturas em "Tecla de piano".
3. Importância das questões geo-estruturais quando se usa o solo, quer no domínio da engenharia civil, quer da engenharia agrícola.
4. Referência a alguns dos mais importantes aquíferos na área do Baixo Mondego, à preservação e à protecção dos aquíferos, e das águas subterrâneas que neles circulam.

---

\* Assessor do Quadro Único do M.P.A.T..

"O BAIXO MONDEGO"

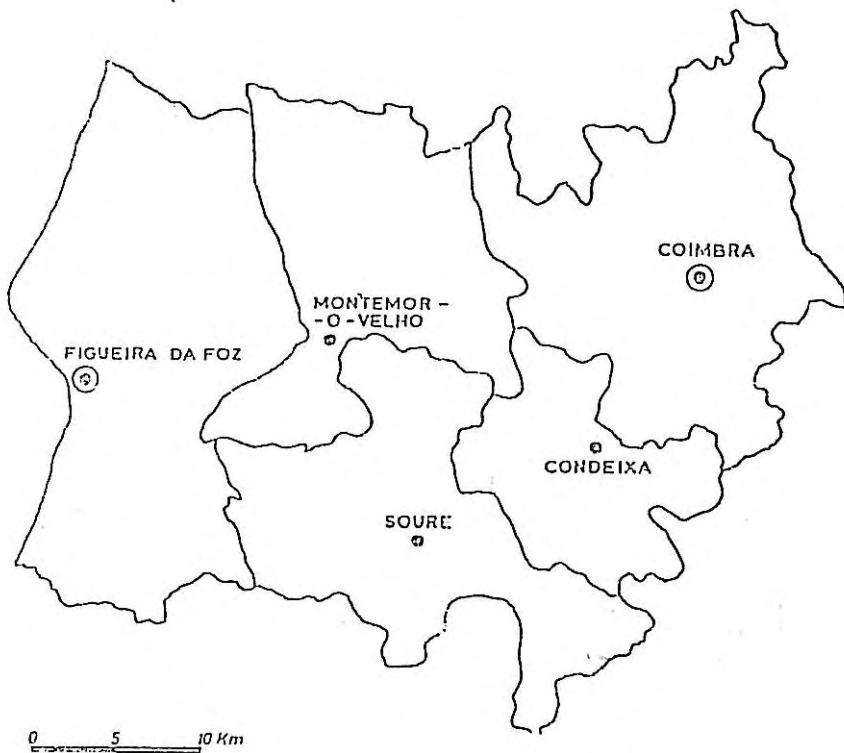


Fig. 1

A área da bacia hidrográfica do Rio Mondego que vem sendo designada por BAIXO MONDEGO corresponde, como se pode ver na Fig. 1, à sub-região desta bacia que abarca os Concelhos de:

Coimbra,  
Condeixa,  
Montemor-o-Velho,  
Soure e  
Figueira da Foz.

Esta área é quase equivalente à que o Prof. Amorim Girão designava de Mondego Litoral, na sua obra "Esboço duma Carta Regional de Portugal".

*Esboço duma Carta Regional de Portugal*

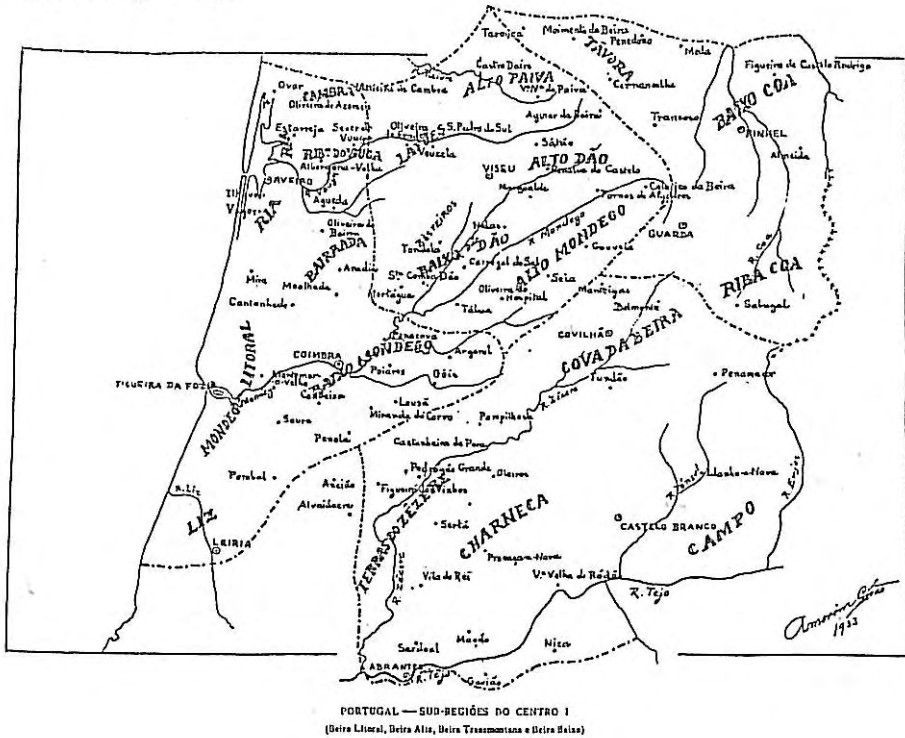


Fig. 2

Extracto de "Esboço duma Carta Regional de Portugal", por Amorim Girão.

Como se observa na Fig. 2, no Mondego Litoral incluía também aquele insigne mestre o Concelho de Cantanhede, mas excluía o de Coimbra. Este Concelho era englobado na sub-região de Baixo Mondego, em conjunto com os concelhos de:

Miranda do Corvo,  
Penela,  
Poiares,  
Lousã,  
Penacova,  
Góis e  
Arganil.

Mas, porque não cabe aqui questionar tal problemática, designaremos também de ora avante por Baixo Mondego, o conjunto dos 5 Concelhos inicialmente mencionados.

Embora esta sub-região corresponda somente a cerca de 19% da globalidade da superfície da bacia hidrográfica deste nosso Rio, o certo é que ele é, a nosso ver, e dos pontos de vista geológico e hidrogeológico, a parcela mais rica e diversificada de toda esta área, como se pode verificar observando a Fig. 3, onde esquematicamente estão representadas as formações geológicas que aqui ocorrem, que vão desde o Pré-câmbrico e Paleozóico até às formações modernas (Cenozóicas e Quaternárias).

E, porque esta área é geo-estruturalmente muito interessante e variada, ela deve (ou deverá) merecer uma delicada, e dedicada, atenção por parte dos utilizadores do seu património natural – atmosfera, terra e água, ou, dito por outras palavras: ar, solo, sub-solo e recursos hídricos (incluindo nestes, claro está, as riquezas hídricas subterrâneas).

Será pois desejável que os beneficiários e utilizadores deste património, quer sejam públicos, quer sejam privados, nunca actuem de modo a comprometê-lo, delapidando recursos, mormente, quando tão preciosos, como o são, os RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS.

Antes de mencionarmos alguns dos mais importantes aquíferos existentes nesta área do nosso território, e de nos referirmos a algumas das mais significativas captações de água subterrânea, que nos permitem aproveitar esse precioso recurso, parece-nos fundamental fazer de imediato, e de modo tão sucinto quanto nos seja possível, uma abordagem muito sumária da Geologia Regional e dos condicionalismos estruturais que aqui ocorrem, condicionalismos esses que não devem ser esquecidos, ou desprezados, por quem desejar fazer uma correcta ocupação ou utilização de áreas, de modo a preservar e/ou a não comprometer (mais) a qualidade e a quantidade dos diversos recursos naturais e, muito particularmente, esse ímpar recurso que é a ÁGUA SUBTERRÂNEA.

Nas folhas da Carta Geológica e nas figuras que se seguem podemos ver as unidades geológicas ocorrentes e poder-se-ão observar também alguns dos mais importantes acidentes geo-estruturais que afectam a região.



Passarei então de imediato a referir-me, ainda que de modo muito genérico, à GEOLOGIA REGIONAL.

Como se verifica observando de novo a Fig. nº 3 a área do BAIXO MONDEGO é constituída, fundamentalmente, do ponto de vista geológico por Formações Quaternárias e Terciárias, que se desenvolvem entre o Oceano Atlântico, a Ocidente, e Formações Calcárias Jurássicas, a Oriente, aparecendo aquelas Formações Quaternárias e Terciárias limitadas a norte e a sul, por manchas cretácicas.

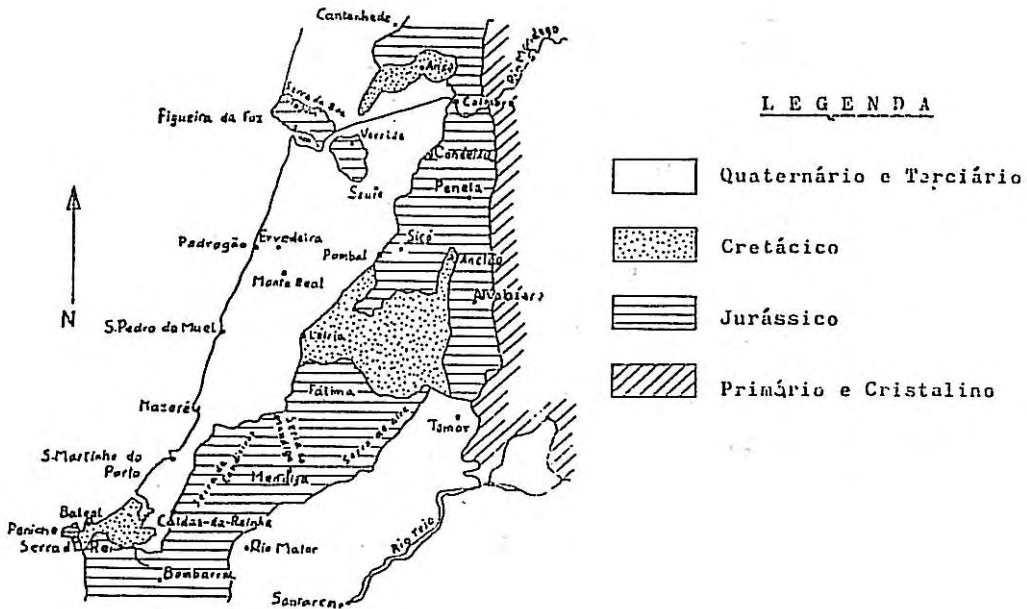


Fig. 3

Pode observar-se também que aquelas formações mais modernas se apresentam retalhadas pelos Núcleos Jurássicos, que constituem as Serras da Boa Viagem e de Verride.

## Baixo Mondego

Dada a índole desta comunicação não é necessário abordar aqui a geohistória desta região.

Mas, tem por certo muito interesse passar a fazer já menção dos acidentes geoestruturais mais significativos, pois que eles são determinantes e de capital importância no bom aproveitamento do património natural, quer seja quando se concretizam obras de Engenharia, quer civil, quer agrícola, quer seja quando se mobilizam recursos minerais, incluindo nestes, claro está, os RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS.

Nas figuras que de seguida vamos apresentar, podemos ver alguns dos mais importantes acidentes geológicos que ocorrem na área do Baixo Mondego.

Assim, começaria por lhes mencionar:

A) Falhas de direcção N-S, tais como:

A1- A falha de Coimbra (junto da bordadura ocidental do Maciço Ibérico):

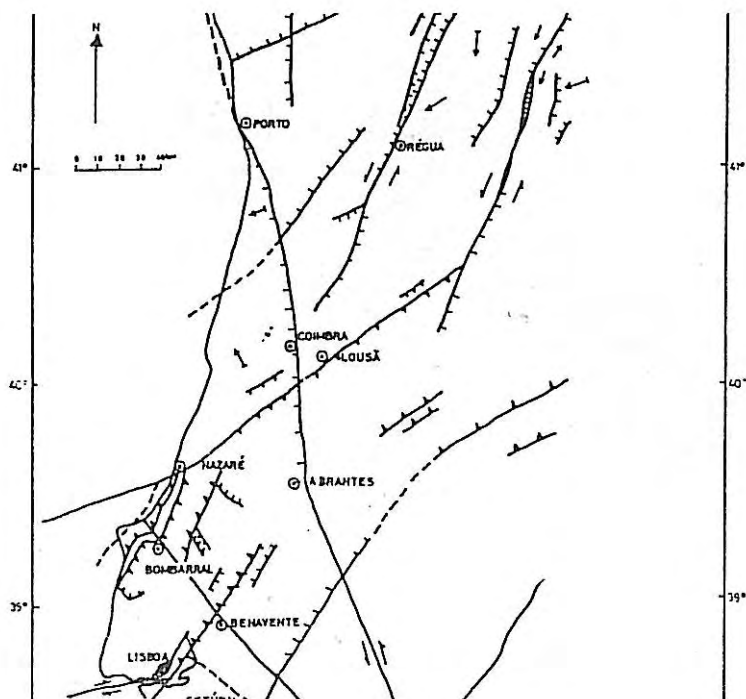


Fig. 4

Extracto do Esboço do Mapa Neotectónico de Portugal Continental (actividade tectónica nos últimos 2 Ma), segundo A. Ribeiro (1980) (10).

A2 – A falha de MIRANDA DO CORVO

ESBOÇO GEOLÓGICO  
escala 1:100.000

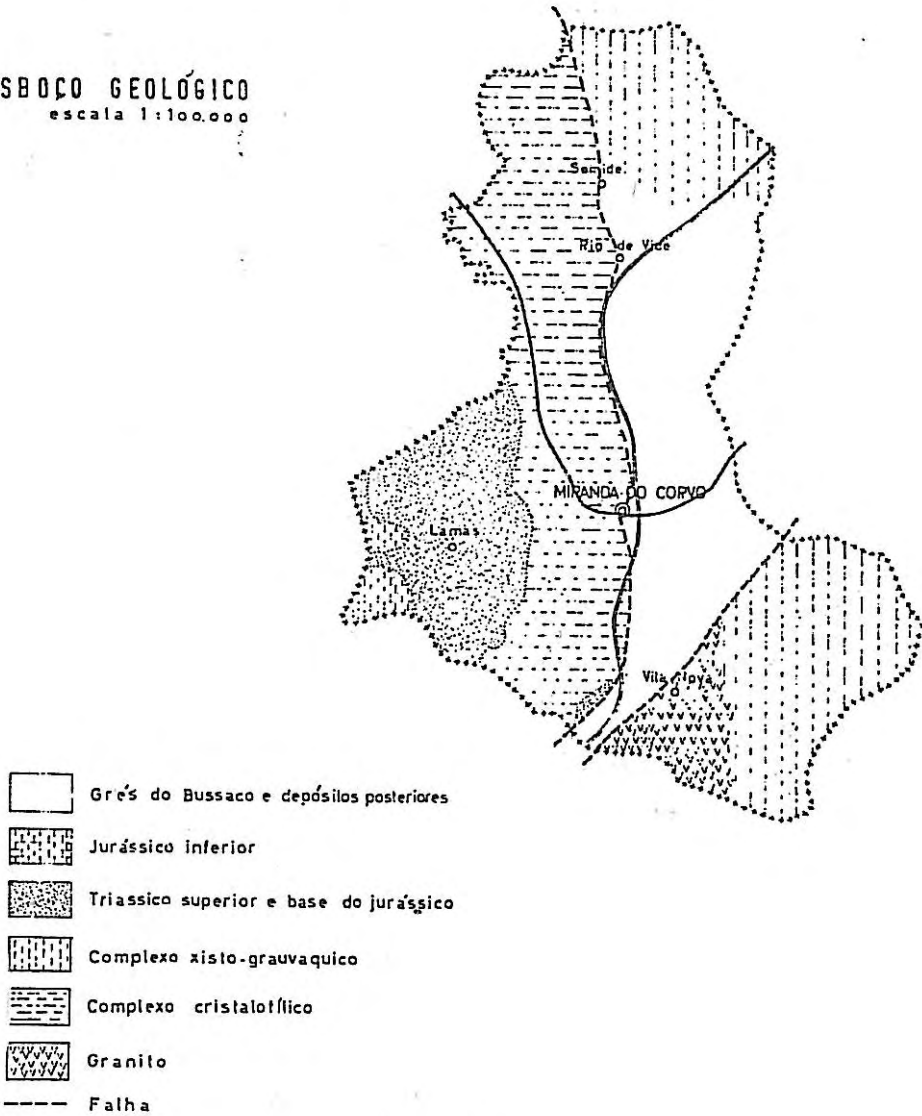


Fig. 5

Este acidente delimita a bacia da Lousã do lado ocidental, a sul do Rio Mondego e passa por: Luso, Mata de Peniz, Torres do Mondego, Semide, Miranda do Corvo, Penela (Fig. 5).

A3 – As falhas que ocorrem no Maciço Jurássico, nas áreas de Redinha e Monte Vêrigo:

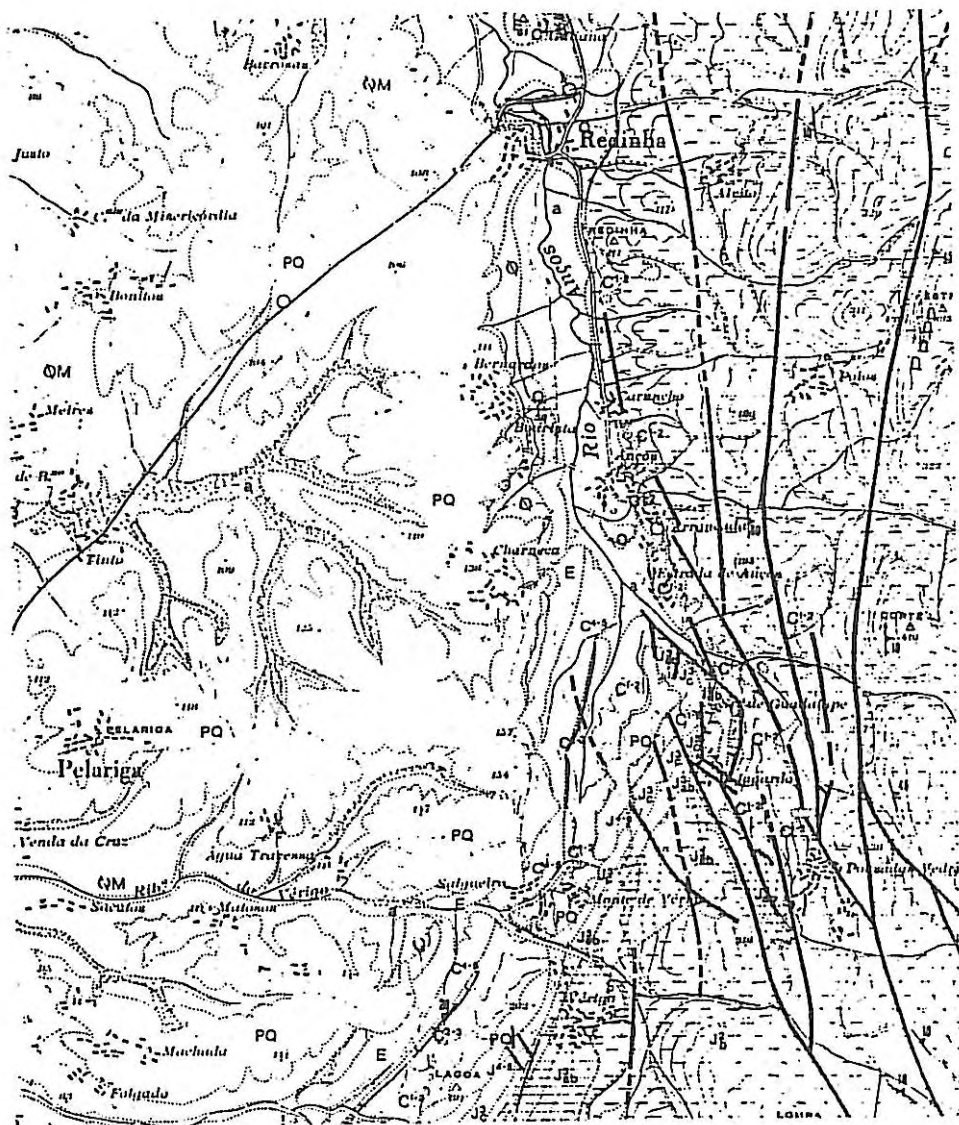


Fig. 6

Extracto da Folha nº 23-A (Pombal) da Carta Geológica de Portugal (original na Esc. 1/50.000).

B) Entre as falhas importantes de direcção NE-SW, devemos referir a que está presente na SERRA DO CÍRCULO (Fig. 7)

Esta falha corta a estrutura anticlinal da Serra do Rabaçal.

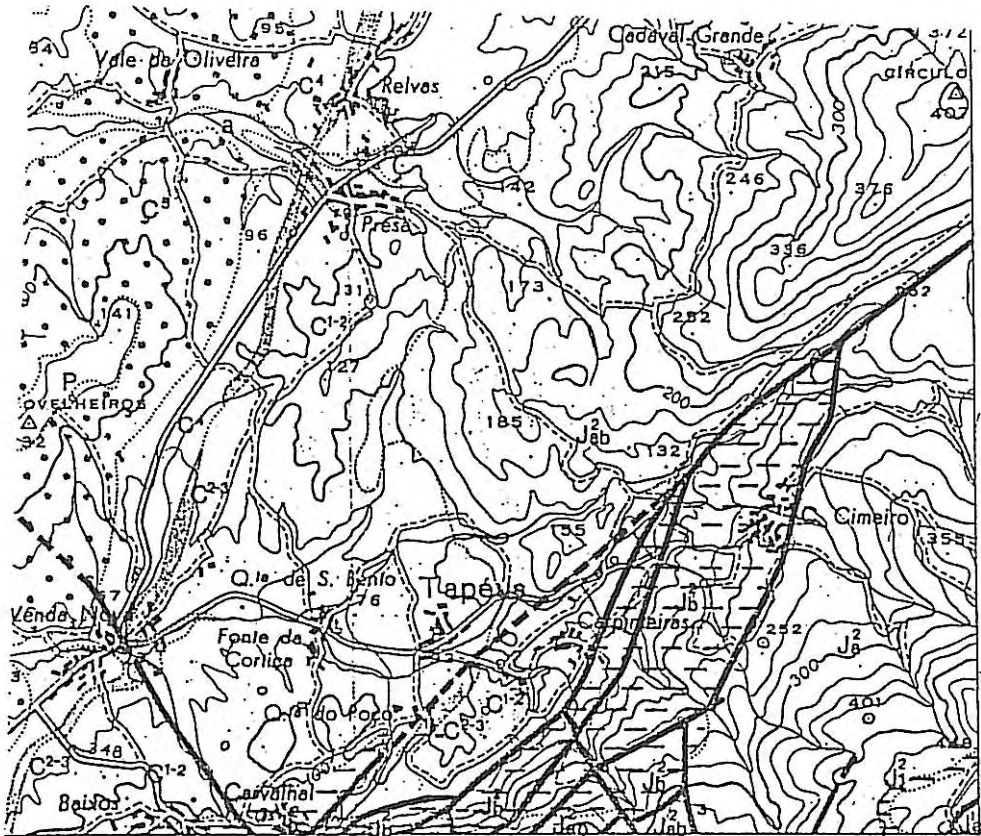


Fig. 7

Extracto da Folha nº 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

## Baixo Mondego

Mas, não são estes os únicos acidentes notáveis que ocorrem na Região do BAIXO MONDEGO.

Assim, observando agora mais alguns extractos das Folhas nº 19-C e nº 23-A da Carta Geológica de Portugal ( reproduzidas da escala 1/50.000), poderemos observar:

C) Falhas que se desenvolvem seguindo rumos NW-SE, como sejam:

C1- A Falha da Cova da Serpe – Santa Eulália (Fig. 8).

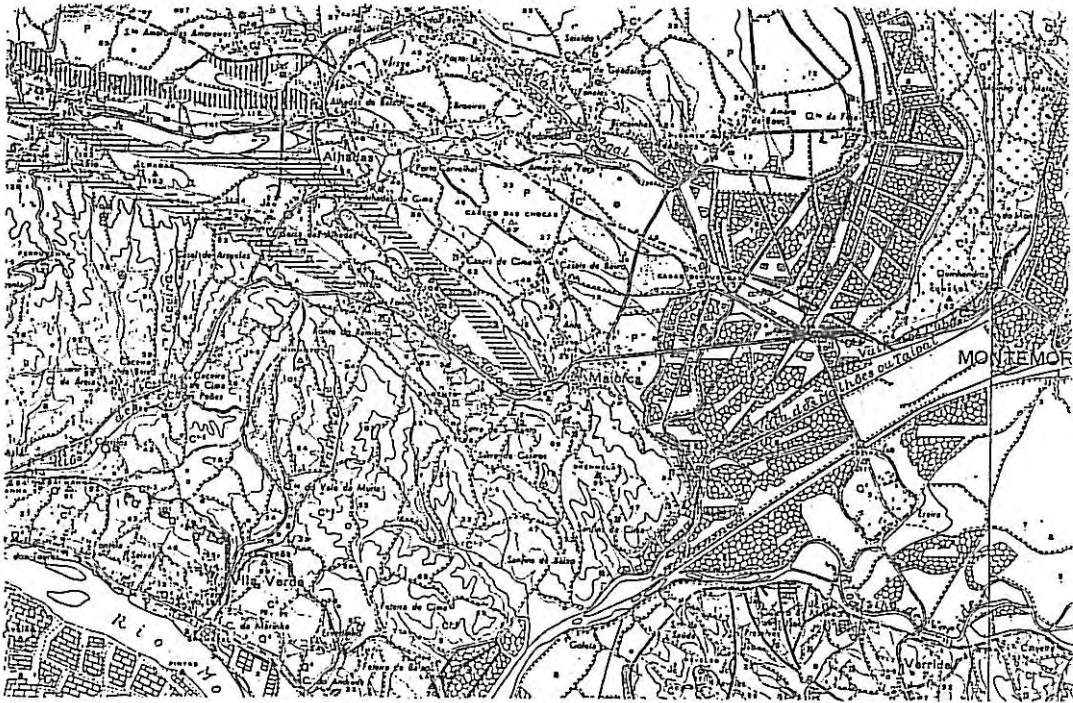


Fig. 8  
Extracto da Folha nº 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

C2- A Falha Presalves-Brunhós.



Fig. 9  
Extracto da Folha nº 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

C3– A grande Falha de DEGRACIAS (que separa a Serra de Sicó da Serra do Rabaçal) (Fig. 10).



**Fig. 10**

Extracto da Folha nº 23-A (Pombal) da Carta Geológica de Portugal (original na Esc. 1/50.000).

Admite-se que este sistema de fracturação esteja provavelmente ligado a um sistema conjugado da Falha da Nazaré, que tem boa expressão na Falha de Degracias e no andamento do Rio Anços (Fig. 10).

Estas falhas devem ter sido originadas pelo escorregamento do solo ao longo do grande acidente da Nazaré, o que induziu na cobertura mesozóica Falhas e Fracturas com aquela direcção.

D) Mas há falhas também de grande expressão estrutural e de direcção NNE-SSW, como sejam as falhas de:

D1– Sargento-Mor,

D2– Adões,

D3– a da Sra. das Neves (Fig. 11).





Fig. 11

Extracto de Esboço Estrutural da Região de entre Sargento-Mor e Montemor-o-Velho (Margem direita do Rio Mondego).

## Baixo Mondego

Seguem também este rumo (NNE-SSW) as falhas de:

D4– Reveles

D5– Brunhós

D6– e a que afecta o bordo ocidental da Serra de Montemor-o-Velho

(Fig. 12).



Fig. 12

Extracto da Folha nº 19-C (Figueira da Foz) da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

Ocorrem ainda falhas de direcção NNW-SSE, como por exemplo a oriente da Ribeira de Ançã (Fig. 13).

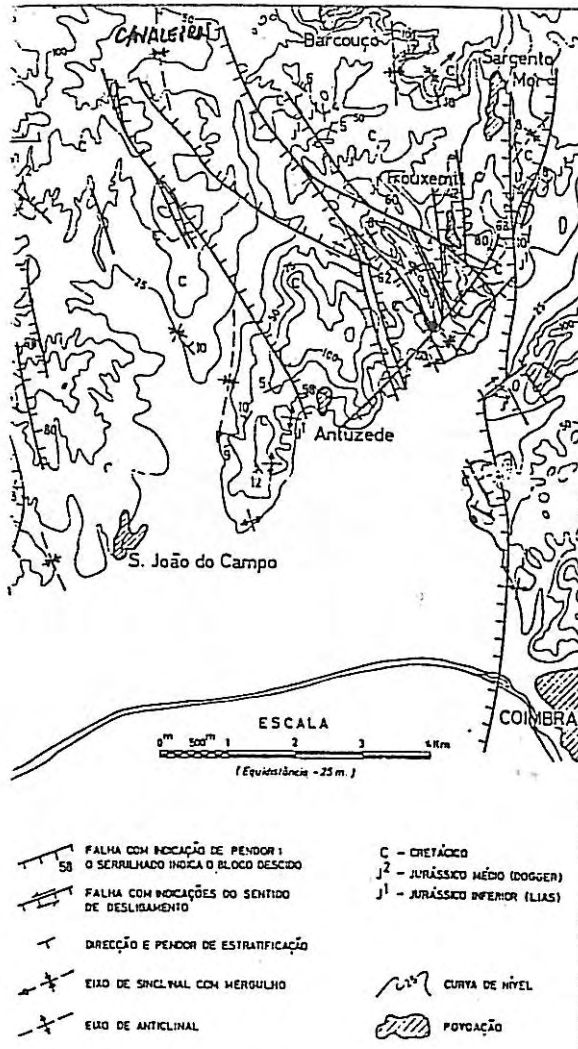


Fig. 13

Extracto de Esboço Estrutural da Região de entre Sargento-Mor e Montemor-o-Velho (margem direita do Rio Mondego).

Estas falhas, como diz o Prof. A. Ferreira Soares, na sua tese "O Estudo das formações pós-jurássicas da região entre Sargento-Mor e Montemor-o-Velho – margem direita do Rio Mondego", definem a Fossa de Antuzede – Cavaleiros, em consequência de degraus estruturais que tais falhas originam.

Mas outros acidentes tectónicos estão presentes no Baixo Mondego.

Na verdade, esta bacia sofreu também os efeitos da Tectónica Diapírica e por isso aqui ocorrem Relevos Diapíricos e Vales Tifónicos.

Muito sucintamente vamos apresentar alguns dos mais significativos. Assim, passamos a citar:

I – As deformações tifónicas da área de Soure – aqui os afloramentos da Sra. do Bom Sucesso estão separados em 2 partes pela estrutura diapírica de Soure, que tem orientação sensivelmente E-W (Fig. 14).



Fig. 14

Extracto da Folha nº 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

II – As deformações tífónicas no Concelho de Pombal, sendo particularmente notável o prolongamento para norte do Diapíro de Monte Real.

III – As ocorrências do plicénico na região de Soure a níveis mais baixos do que lhe são habituais e que é explicado por fenómenos de abatimento relacionado com acções diapíricas.

IV – A estrutura de Ereira (aqui ocorre uma pequena estrutura anticlinal diapírica, que é visível no meio dos aluviões do Mondego) (Fig. 15).

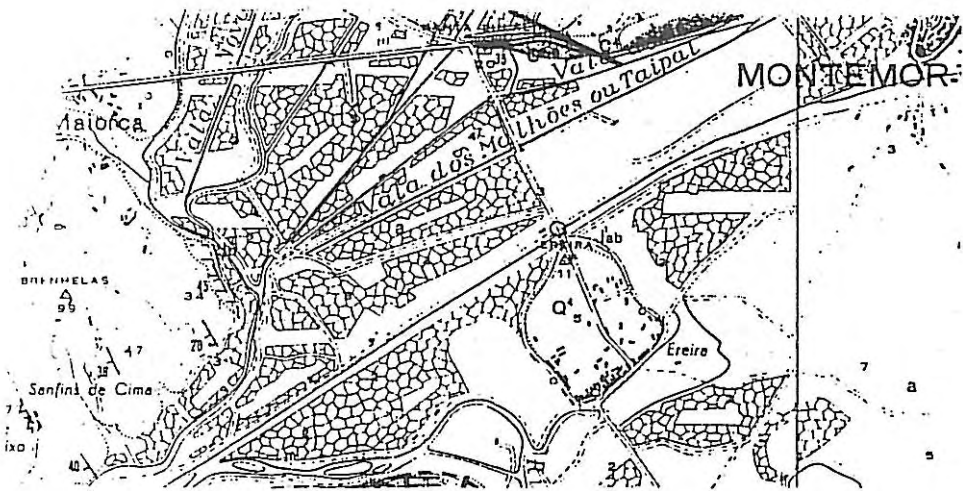


Fig. 15

Extracto da Folha nº 19-C (Figueira da Foz) da Carta Geológica de Portugal (original na Esc. 1/50.000).

V – As duas estruturas de Outeiro de Moura (Fig. 16).

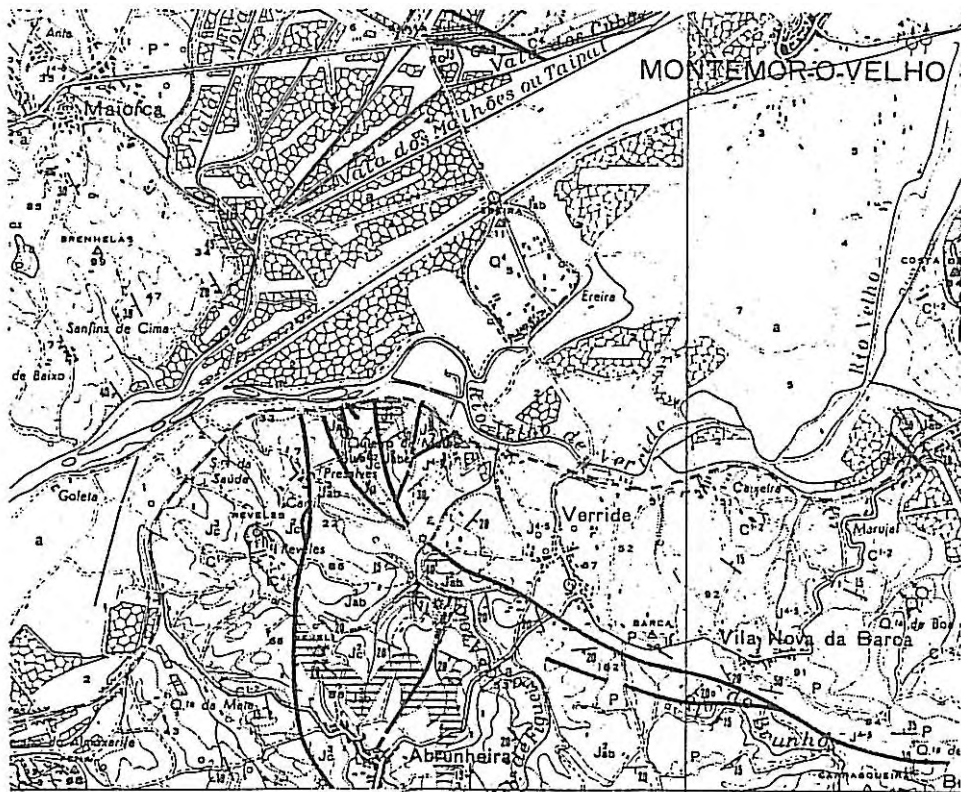


Fig. 16  
Extracto da Folha nº 19-C (Figueira da Foz) da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

Nestas estruturas dá-se ao nível das formações calcárias margosas e margas do Toarciano – J 1g.

VI – Também o anticlinal complexo Buarcos – Verride (Fig. 17), relacionado com a tectónica salífera, disposto em arco e fallado no flanco NE, tendo havido abatimento do bordo nordeste e levantamento do flanco SW.



Fig. 17

Mas além de todas as estruturas já mencionadas, importará falar também, e ainda que genericamente, de algumas estruturas Sinclinais e Anticlinais, que ocorrem na área do Baixo Mondego.

Entre as Estruturas Sinclinais salientam-se:

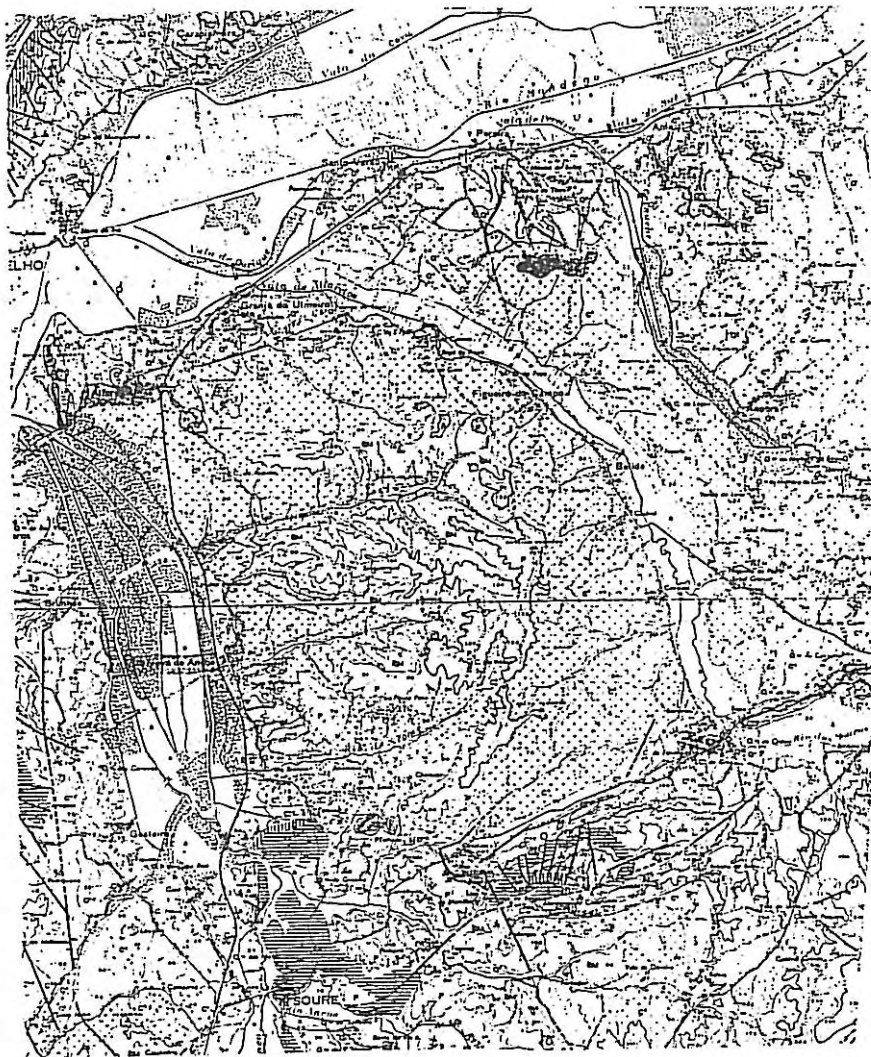
1. O vale de Mós – a sul de Alencarce, no Concelho de Soure, que corresponde a um Sinclinal abatido – o Sinclinal de Alencarce – Relves (Fig. 18.)



Fig. 18

Extracto da Folha nº 19-C (Figueira da Foz) da Carta Geológica de Portugal (original na Esc. 1/50.000).

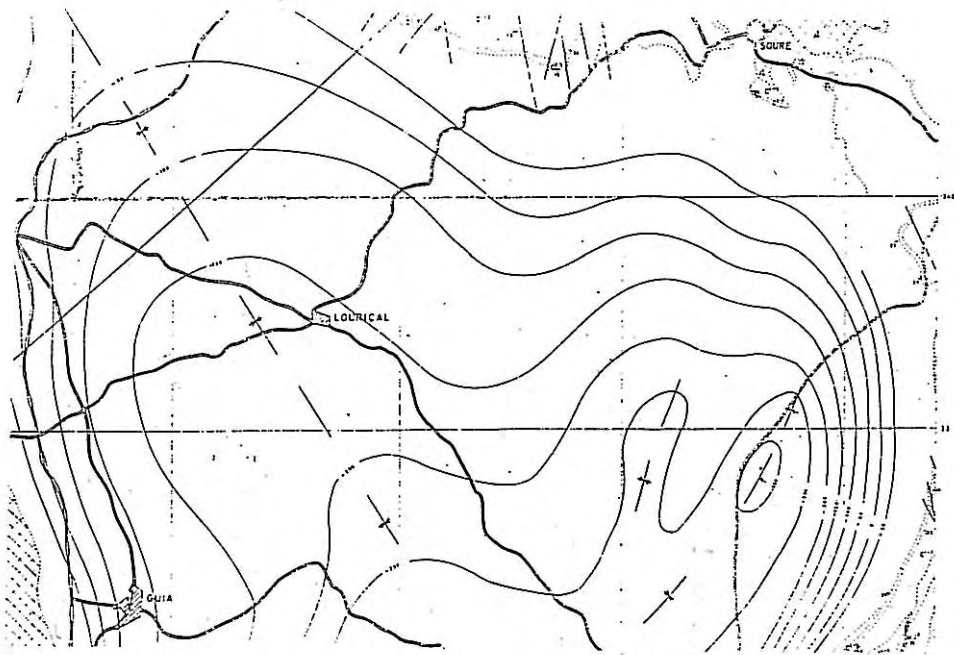
2. O Sinclinal que se desenvolve entre Arzila - Ega - Vila Nova de Anços - Alfarelos (Fig. 19).



**Fig. 19**  
Extracto da Folha nº 19-C (Figueira da Foz) da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).



3. O Sinclinal que ocorre entre Soure – Louriçal – Guia, ver Fig. 20.



**Fig. 20**

Aqui se construíram duas captações artesanais (os furos AC1 e JK1), que fornecem caudais de ordem dos 7,5 l/s, com rebaixamentos hidráulicos que rondam os 15 metros.

4. O Sinclinal de Andorinha como é denominado pelo Prof. António Soares. A estrutura deste Sinclinal é definida a oriente, no jurássico pelos afloramentos de Ançã, e a ocidente pelos afloramentos do Zambujeiro, englobando os afloramentos cretácicos entre a ribeira de Ançã e a Serra de Montemor-o-Velho (Fig. 21).

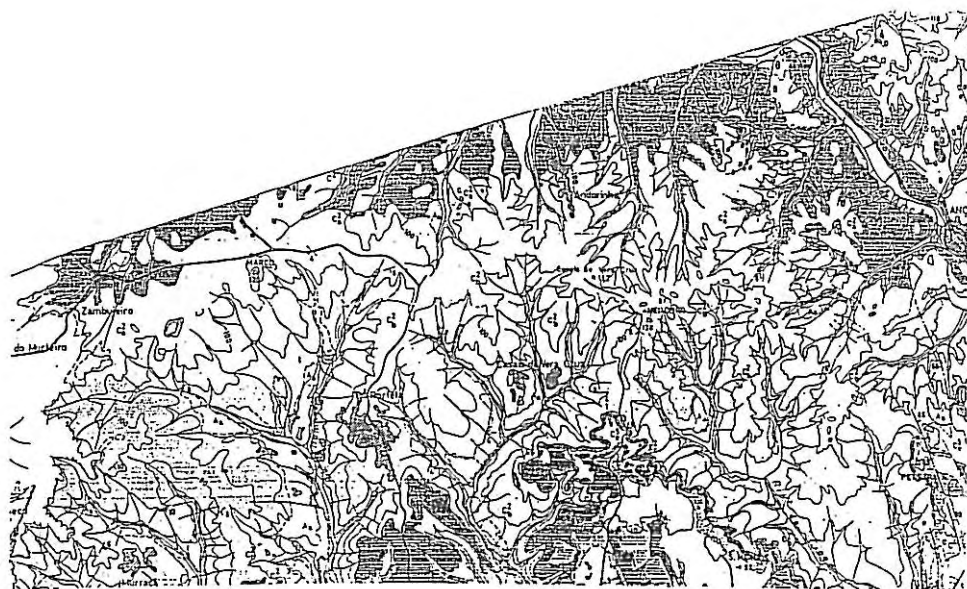
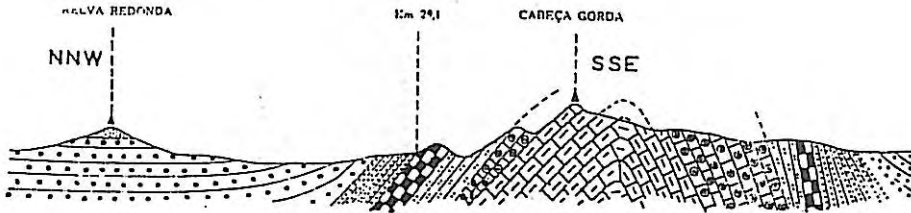


Fig. 21

5. Finalmente, na zona de Eiras – Coimbra, a estrutura entre a serra de Brasfemes e a Serra de Alhastro.

Quanto às estruturas Anticlinais poder-se-ão mencionar por exemplo:

- a) O anticlinal da Cabeça Gorda intimamente relacionado com a estrutura diapírica de Soure.



Perfil geológico da área tifónica de Soure, seg. o Prof. Carlos ROMARIZ, em "Estudo geológico e petrográfico da área tifónica de Soure (Com. dos Serv. Geol. de PORTUGAL - Tomo XLIV (1 960)

Fig. 22

- b) A Serra de Montemor-o-Velho (Fig.s 23 e 24).

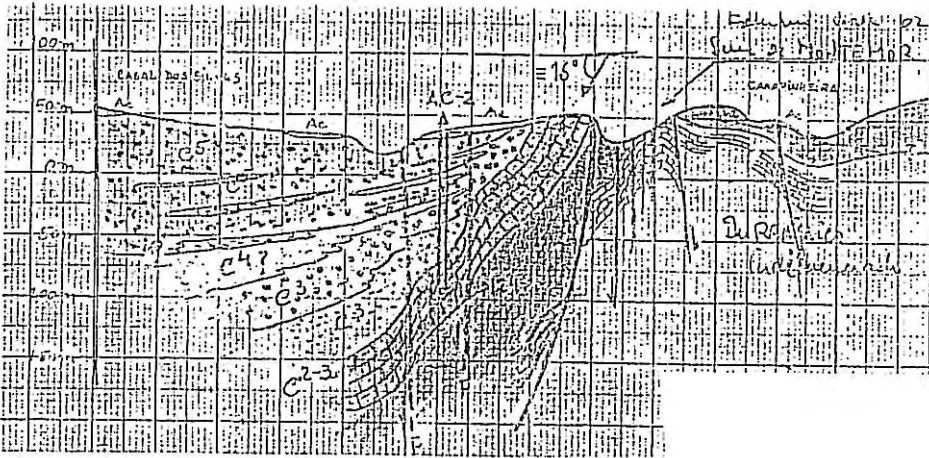


Fig. 23

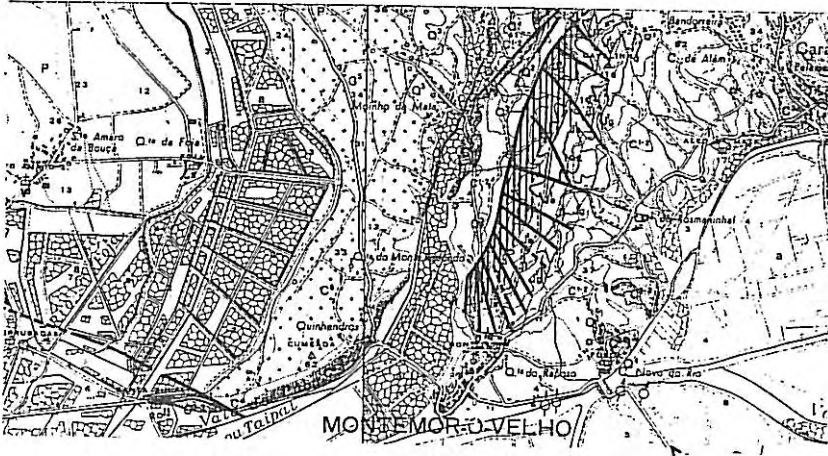


Fig. 24  
Extracto da folha 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na esc. 1/50.000).

Trata-se de um anticlinal complexo com o núcleo jurássico falhado a ocidente e repuxado.

- c) O anticlinal da Serra de Verride onde os calcários de Liássico e do Dogger se apresentam muito fracturados (Fig. 25).

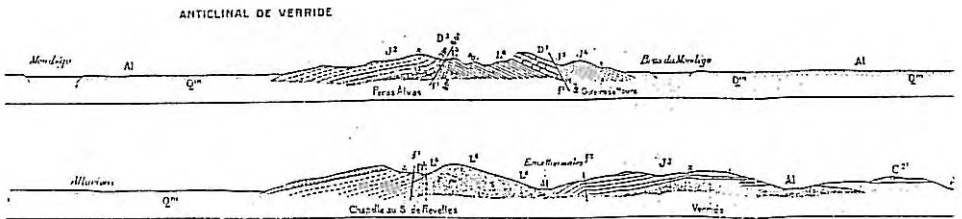


Fig. 25

É nesta zona (entre Verride e Reveles) que ocorre uma das emergências importantes da bacia do Mondego – a Fonte de Brulho.

d) O anticlinal complexo Buarcos – Verride já referido a propósito da Tectónica Diapírica.

ou

e) O anticlinal de Carvalho de Azóia (Fig. 26).

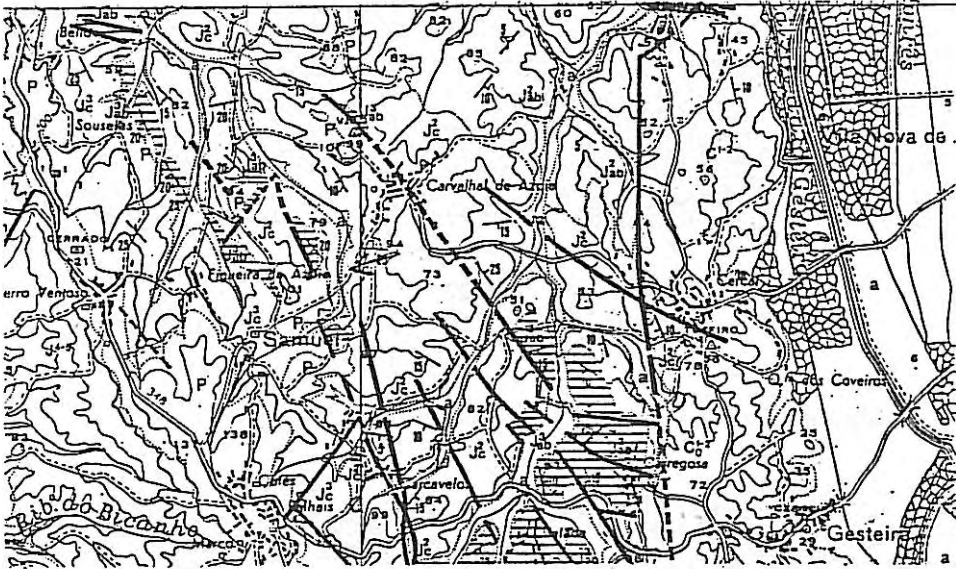


Fig. 26

Extracto da Folha nº 19-C (Figueira da Foz) da Carta Geológica de Portugal (original na Esc. 1/50.000).

A finalizar esta abordagem das estruturas geológicas presentes no Baixo Mondego, não posso deixar de me referir às "Estruturas em Tecla de Piano" (uma sucessão de "horts" e de "garbens" provocadas principalmente por esforços verticais), como nos casos do:

1) Núcleo Jurássico da estrutura Diapírica de Soure (Fig. 27).

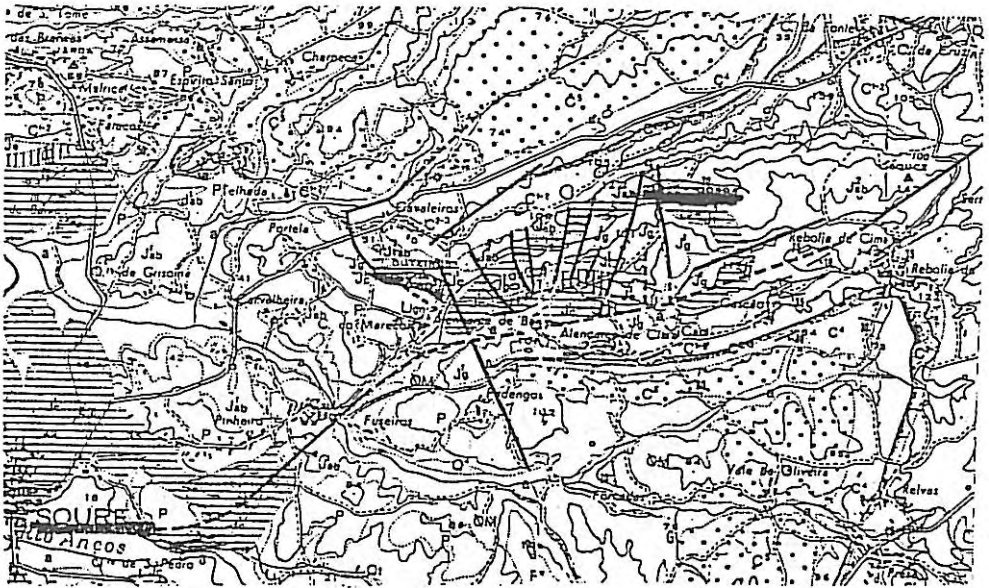


Fig. 27  
Extracto da Folha 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na Esc. 1/50.000).

2) e, no Anticlinal de Montemor-o-Velho (ver Fig. 28).

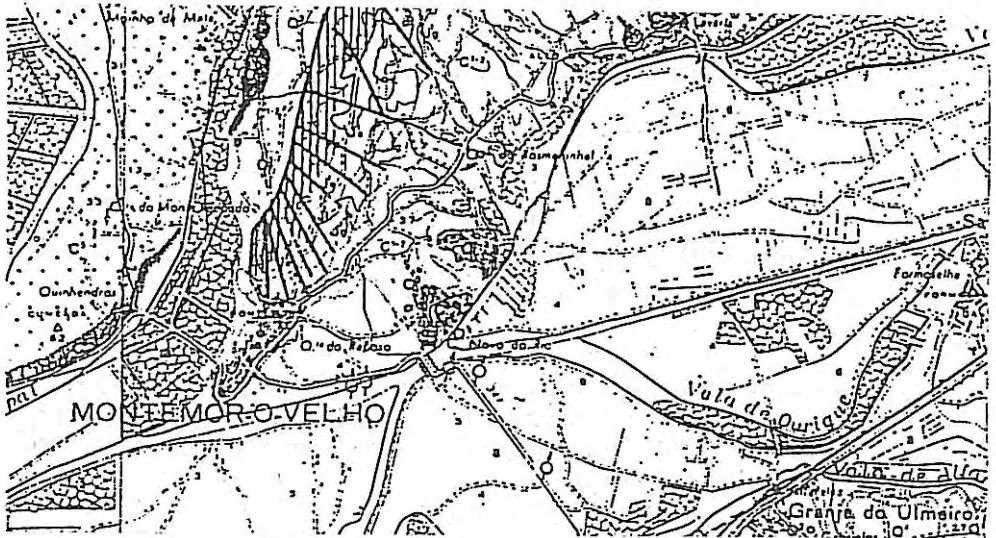


Fig. 28  
Extracto da Folha 19-C da Carta Geológica de Portugal  
(original na esc. 1/50.000).

Feita esta referência a algumas das mais notáveis estruturas geológicas que ocorrem na área do Baixo Mondego, cabe-nos dizer da razão do realce que demos às questões geo-estruturais.

Na realidade, estas não devem deixar de ser levadas em linha de conta quando se pensa utilizar o solo quer seja:

1. para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos;
2. para construir rodovias, aeródromos, parques industriais ou outras obras de engenharia;
3. para implantar lixeiras, aterros sanitários ou cemitérios; ou até mesmo,
4. Quando se usa o solo para fins agrícolas.

Na verdade, se não se atentar nas estruturas geológicas presentes e nas condições de permeabilidade e de transmissividade dos aquíferos, podemos vir a contaminá-los e/ou a poluí-los, em processos muitas vezes irreversíveis, ou podem diminuir-se os recursos hídricos subterrâneos, se se impermeabilizar a área de alimentação das formações aquíferas.

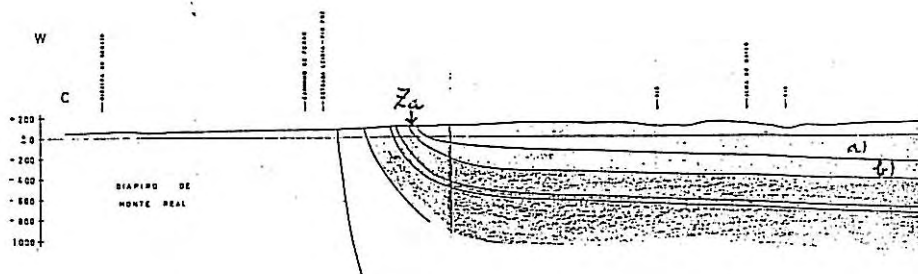
É pois fundamental agir com sabedoria e muita atenção para que não se destruam recursos de ímpar valor.

Creio ser de maior oportunidade realçar aqui e agora, que hoje já ninguém duvida que não é correcto admitir que se possa dispensar o aproveitamento das águas subterrâneas para fins domésticos, mesmo quando se dispõe de elevados volumes de água armazenados em Barragens (águas de superfície).

A este propósito recordar-lhes-ia apenas o problema da poluição imediata das águas superficiais por efeito de fugas de poluentes líquidos ou gasosos (às vezes radioactivos), ou, o problema dos TRIALOMETANOS (substâncias cancerígenas – tais como o clorofórmio, o bromofórmio, ou o tetracloreto de carbono, etc. – resultantes do tratamento das águas de superfície pelo cloro) ou tão somente o problema das turvações em períodos pluviosos, para lhes dar conta de alguns aspectos bem delicados que põe a utilização das águas superficiais, para fins domésticos.

Julgo também ser do maior interesse recordar ainda que só os aquíferos podem distribuir água evitando o investimento em extensas redes condutoras, e que só a água subterrânea (vulgarmente denominada água mineral) nos pode proporcionar o benefício de riqueza da sua composição mineralógica, em simultâneo, e felizmente, e por enquanto na maioria dos casos, da sua pureza bacteriológica, pelo que é essencial que jamais se desperdice ou comprometa este precioso património.

Para não alongar demasiado esta comunicação, direi apenas algumas palavras relativamente a dois ou três dos mais importantes aquíferos existentes na área do Baixo Mondego, começando por salientar uma vez mais a imperiosa necessidade de preservar e defender da poluição e/ou da contaminação a água que neles existe.



Nota: a) Formação impermeável ou semi-permeável

b) Formação aquífera

Za – Zona de alimentação

Impermeabilizando ZA o aquífero deixa de receber alimentação.

Fig. 29

De seguida, passarei a falar-lhes do aquífero aluvionar de Coimbra – Campo de Bombagem da Boavista, que nos permite obter caudais muito elevados (da ordem dos 108 mil m<sup>3</sup>/24h). Neste aquífero capta-se água que já abastece uma população de 145 mil habitantes e dele se prevê vir a abastecer uma população da ordem dos 250 a 300 mil pessoas, no ano 2015.

Na área deste campo de bombagem concluímos recentemente a construção de 2 novas captações (2 poços radiais – tipo Fehlmann – que em conjunto podem fornecer desde já caudais da ordem dos 1250 l/s, com um rebaixamento hidrodinâmico de cerca de 3 metros. (Nota: o NHest e o NHdin destas captações é de +17,5m e +14,5m respectivamente).

Se na área envolvente a este campo de bombagem vierem a ser cometidas atrocidades idênticas às que foram praticadas, aqui bem próximo – nos campos de Bolão – teremos fatalmente comprometida a magnífica água com que se abastece o extenso sistema desta Cidade e de todos os aglomerados que nele se integram.



Com efeito, na área dos Campos de Bolão, por causa de uma deficiência de princípios condicionantes do aproveitamento das Areias Aluvionares tão necessárias à Construção Civil, assistimos ao revolver de solos agrícolas da melhor qualidade, para se extraírem as arcias que sob eles jazem.

Depois, os vazios criados têm sido preenchidos, como se pode ver nas fotografias seguintes, com os mais diversos resíduos, que vão desde: pneus, fogões apodrecidos, desaterros, ou materiais de construção civil dos mais diversificados, e outros entulhos.



## Baixo Mondego

Enfim, um processo que conduz fatalmente à contaminação e à poluição dos aquíferos e da água subterrânea que neles circula.

Poluindo ou contaminando este recurso essencial, teremos de seguida contaminados os vegetais (basta recordar aqui que os sulfatos dos gessos usados na construção civil são mobilizados pela água subterrânea) e uma vez contaminados os vegetais, são de seguida contaminados os Animais e o Homem numa cadeia alimentar bem conhecida.

Outros importantes aquíferos existentes na área do Baixo Mondego são os aquíferos cretácicos.

É um deste aquíferos – o que ocorre na zona dos Carritos (Fig. 30) que nos permitiu reforçar no ano de 1981, em 25 l/s, o caudal de abastecimento do sistema da Figueira da Foz e melhorar substancialmente a qualidade da água distribuída neste sistema.

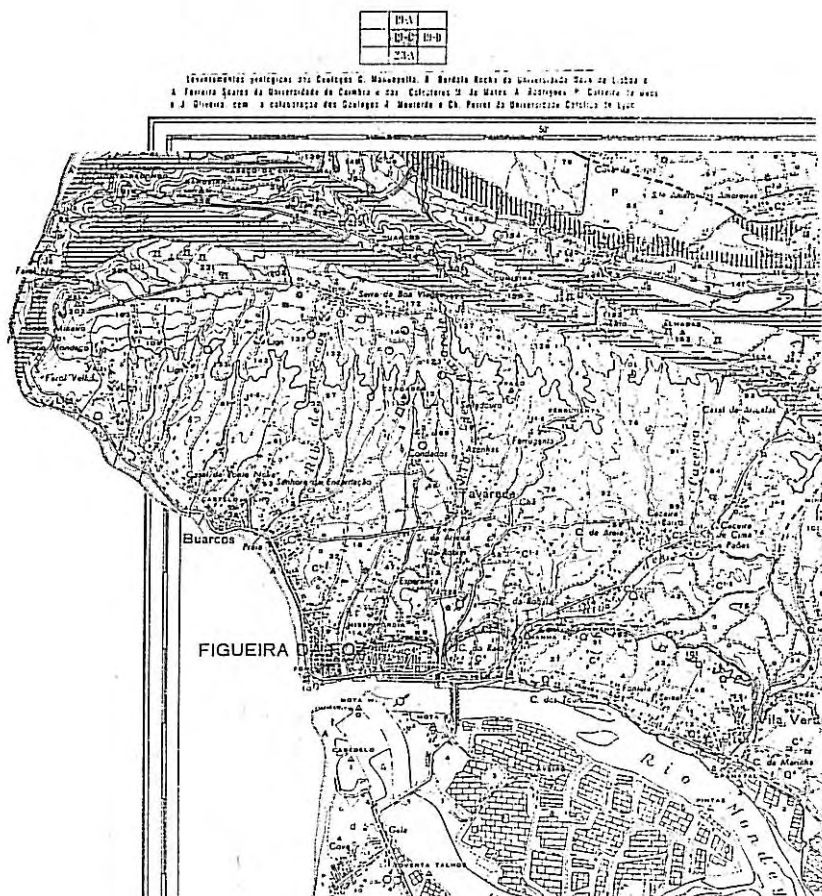


Fig. 30

No intuito de lhes dar conta das questões relacionadas com a Transmissividade e a Permeabilidade de aquíferos dir-lhes-ei que, quando entre 18 e 22 de Maio de 1981 se efectuou o Ensaio Final de Bombagem, extraindo caudais da ordem dos 25 l/s na captação JK29, dos Serviços Municipalizados da Figueira da Foz, provocou-se um rebaixamento de nível de 3 metros no furo AC1, uma captação particular da Fábrica Intebi ou Tiffany, que se situa a cerca de 2,5 km a montante daquele furo JK29, sem que entretanto houvesse interferência com uma captação particular localizada bem próximo, no terreno do proprietário do solo onde se construiu a captação JK29 (Sr. Gameiro).

Também no Concelho de Soure reconhecemos há relativamente pouco tempo (entre 1981-1988) aquíferos cretácicos valiosíssimos, que nos permitiram revolucionar o que se vinha pensando sobre os recursos hídricos subterrâneos disponíveis neste Concelho.

Estou a referir-me aos furos que construímos na área da Vinha da Rainha (as captações JK1 e JK6) e aos que também propusémos e orientámos em Lousões – Casa Velha e em Pouca Pena (os furos JK4 e JK5).

Estas captações com profundidade da ordem dos 220 metros, forneceram caudais que variaram de 10 l/s a 20 l/s.

Se nas áreas de alimentação destes aquíferos vierem a ser instalados aterros sanitários, parques industriais ou a infiltrar-se poluentes agrícolas industriais ou urbanos, teremos comprometido de forma porventura irreversível este nosso indispensável e valioso património, que urge salvaguardar, protegendo-o e preservando-o da poluição e da contaminação.

Quase a terminar dir-lhes-ei ainda que na área do prolongamento norte do Diapiro de Monte Real está localizado um dos melhores aquíferos nacionais, onde a CELBI tem captado caudais da ordem dos 900 l/s para abastecimento fabril.

Entretanto as populações das freguesias da Guia e do Carriço continuam ainda a não beneficiar deste precioso recurso, mau grado termos construído em 1966-1967 duas captações, os furos AC2 e AC4 para o abastecimento domiciliário desses aglomerados.

A finalizar esta minha comunicação gostaria de alertar aqui para os problemas que podem surgir se ocorrer uma eventual e significativa expansão humana e industrial na área da Serra de Sicó (Fig. 31).

Na verdade, se nesta região se vier a desencadear um acentuado desenvolvimento, sem que antecipadamente se concretize um bem cuidado plano de acções conducentes ao prévio estabelecimento de redes colectoras de esgotos e de águas residuais, ocorrerão um dia problemas insanáveis de contaminação e/ou poluição quase instantânea e total das águas que circulam no Maciço calcário de Sicó e que dele emergem. Nesta região tudo se passará ao jeito de "bomba relógio", isto porque é este um aquífero calcário muito carsificado, com algares muitas vezes inconscientemente e incorrectamente aproveitados como fossas ou vazadouros!

Ora, sendo certo que a carsificação do calcário vai progredindo e que a circulação de água se faz rapidamente por canais e cavernas resultantes de dissolução química dos calcários, poderá um dia – dia bem negro esse! – surgir uma contaminação e poluição completa e total das águas subterrâneas, que circulam neste Maciço – isto se, como dissêmos, não for atempadamente executado um bem cuidado plano de acções e de investimentos conducentes ao estabelecimento de redes colectoras de águas residuais e de esgotos.

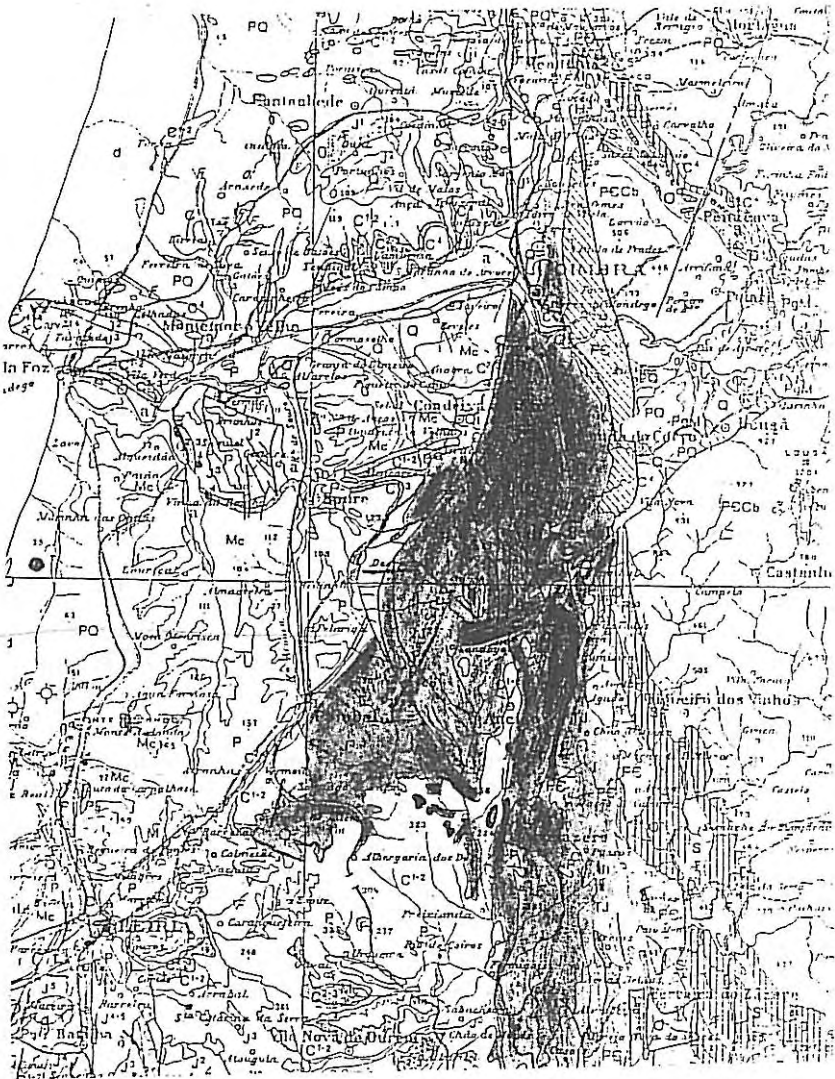


Fig. 31

**OS MOINHOS DA RIBEIRA DE CERNACHE**  
**Retrocesso de uma indústria artesanal**  
**e degradação do património**

Maria de Lurdes Roxo Mateus\*

**1. Introdução**

Situada no limite sudoeste do Concelho de Coimbra, a área onde decorre o nosso estudo é uma pequena célula dentro da Bacia Hidrográfica do Mondego (Fig. 1).

Percorrida no sentido este-oeste pela Ribeira de Cernache, é uma área fértil que ao longo dos séculos tem abastecido a cidade de Coimbra.

À actividade agrícola associou-se, desde cedo, a actividade artesanal. Tal se deve ao facto de aquela ser praticada em sistema nitidamente autárquico no que concerne ao contexto económico onde se desenrolava. Com efeito, o camponês procurava sempre autoabastecer-se não só em produtos alimentares como em outros bens de consumo. Assim, na sua economia doméstica, orientada essencialmente para a satisfação das necessidades familiares, ocupam papel primordial as actividades transformadoras de produtos agrícolas e pecuários. São as chamadas "indústrias caseiras" (H.Barros, 1975, p. 123) como a panificação, a vinificação, os lacticínios, as conservas vegetais e animais, etc..

Omitimos propositadamente a referência à moagem. De facto, embora esta tenha começado por ser também uma "indústria doméstica" integrada na exploração agrícola e relacionada com o fabrico caseiro do pão, cedo viu alargado o seu âmbito de utilização, ultrapassando os estreitos limites do agregado familiar.

---

\* Assistente de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

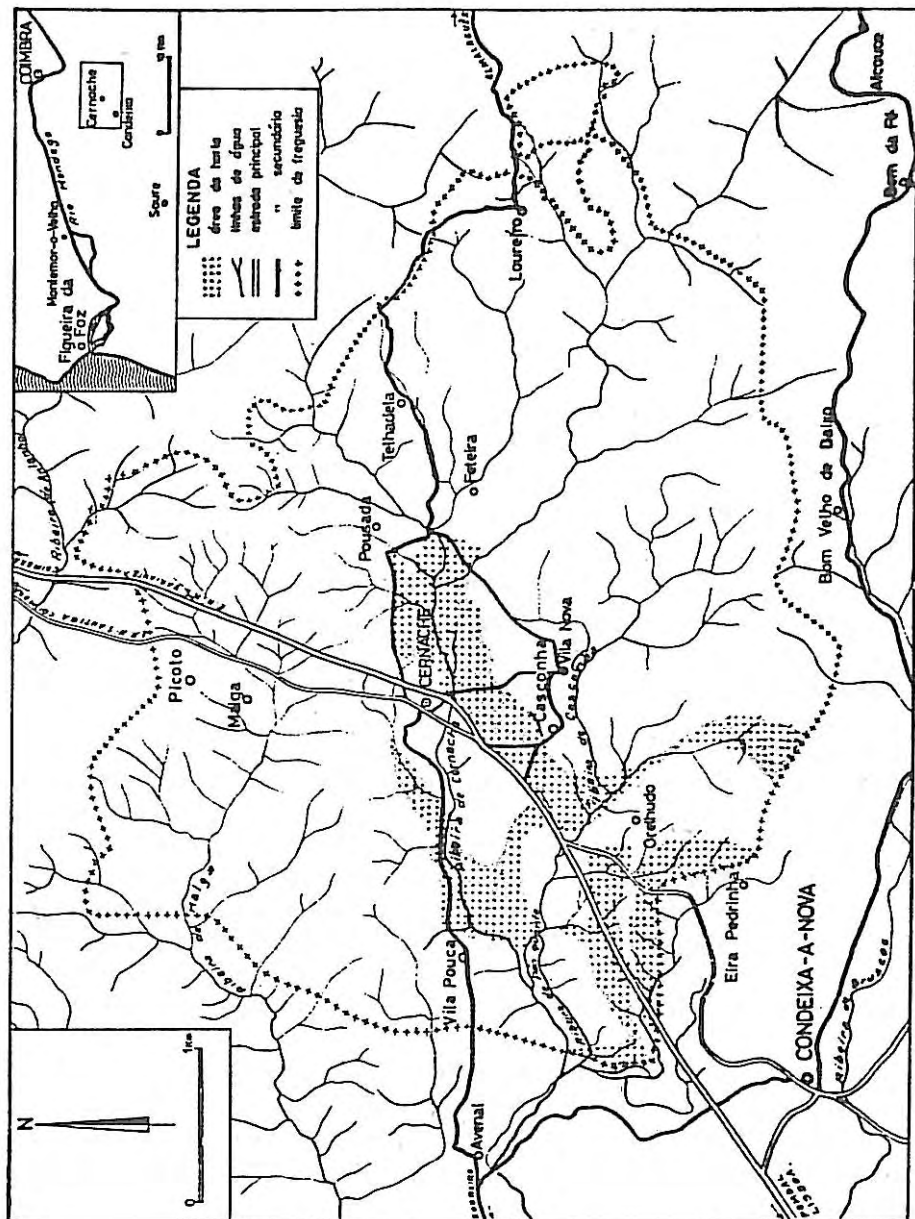


Fig. 1 - Localização geral da área.  
 (extraído de Maria de Lurdes Roxo Mateus, A Horta de Cernache, um espaço periurbano, Cadernos de Geografia nº 3, I.G.E., Coimbra, 1984).

Em plena Idade Média já os camponeses recorriam ao moleiro para moer o seu grão, ficando assim mais disponíveis para o cultivo dos campos (M. H. Coelho, 1983, p. 215).

A moagem, embora acompanhando de muito perto as transformações operadas no sector agrícola, cedo se autonomizou, conferindo aos profissionais que a ela se dedicavam um estatuto económico e social bem mais compensador e prestigiante do que o de agricultor.

## 2. Importância da moagem na Ribeira de Cernache

A actividade moageira teve, durante largas centenas de anos, grande significado económico no espaço geográfico dominado pela Ribeira de Cernache. A sua localização justifica-se não só pela facilidade de obtenção de matéria prima, dada a produção cerealífera dos campos, mas também pelo ímpeto do caudal e características do perfil longitudinal da ribeira. Este apresenta roturas de declive, as quais são especialmente aproveitadas para a instalação dos moinhos. A proximidade de Coimbra e o fácil acesso ao centro urbano foram também factores de localização determinantes.

### 2. 1. *Ontem ... prosperidade e prestígio*

Até ao século XVI, o pão moído na Ribeira de Cernache destinava-se essencialmente ao abastecimento das gentes locais. Com o rodar dos anos foi-se alargando a sua área de influência e em 1567, os moleiros de Cernache já moíam para povoações dos campos do Mondego, até Montemor-o-Velho.

Estreitavam-se também as relações com o centro urbano. Em 1623, era moído em Cernache todo o pão do Mosteiro de Celas. Por outro lado, era em Coimbra que se encontravam os grandes proprietários de terras e outros bens de Cernache. Documentos datados da primeira metade do século treze fazem referência a "moinhos e azenhas, propriedade do Mosteiro de Celas" (A. de Castro, 1982, p. 7)<sup>1</sup>. Nos finais do século dezasseis adquire significativa importância o núcleo de moinhos de Casconha, em especial os que pertenciam ao Colégio da Companhia de Jesus (idem, p.10). Esta ligação económica com a cidade prevaleceu nos séculos subsequentes, tendo-se até ampliado, especialmente no que toca à comercialização da farinha.

No princípio do século XIX, "eram os moinhos de água de Cernache que abasteciam (em grande parte) Coimbra de farinhas. Primeiro sem concorrência fabril e depois, a partir das últimas décadas do século, juntamente com as

---

<sup>1</sup> Anibal de Castro, Um pouco de História... , in *Moinhos e artesanato de Cernache*, Org. da U.D.R.C., Cernache, 1982.

fábricas a vapor instaladas na cidade" (J.L. Roque, 1982,p.66)<sup>2</sup>. Foi a partir da década de sessenta, no século passado, que o tradicional "monopólio" moageiro detido pelos moinhos passou a ser concorrenciado em pequena escala, por uma ou outra fábrica surgida em Coimbra (idem, p.67). Tal concorrência não evitou, no entanto, que se continuassem a construir moinhos, já que a expansão do mercado que advém do crescimento da cidade vizinha, aliada à concomitante melhoria das ligações, o justificava.

No princípio do século XX, existiam, ao longo das ribeiras de Cernache, de Casconha e de Pão Quente (estas afluentes da primeira), respectivamente: 29 assentos de moinho, com 65 casais de mós; 21 assentos de moinho, com 32 casais de mós e 8 com 15, o que perfaz 58 assentos de moinho, com 112 casais de mós.<sup>3</sup>

Durante a primeira metade do século XX, a indústria de moagem floresceu, podendo ser consideradas as décadas de 40 e de 50 como as mais prósperas. Foi neste período que o moleiro adquiriu um estatuto social mais elevado, pelo menos a nível local. A comprová-lo está o facto de o Regedor ter sido, durante muitos anos, um moleiro.

A partir de meados do século, a actividade moageira entrou em regressão. A concorrência das grandes unidades industriais de moagem; a intermitência laboral imposta pela estiagem; as transformações operadas na estrutura económica das populações as quais, por sua vez, originaram sensíveis mudanças nos seus hábitos alimentares,<sup>4</sup> foram factores que se conjugaram para que os moinhos de Cernache se fossem, progressivamente, paralisando.

Foram os de média dimensão os primeiros a emudecer ou a reduzir a sua actividade. De facto, a sua manifesta incapacidade para enfrentar os desafios impostos pela modernização de processos de trabalho, nomeadamente no que respeita à energia motriz, coarta-lhes de forma drástica, a possibilidade de manter a mesma área de mercado. Assim reduzem a sua actividade a uma escala local, limitando-se a satisfazer as solicitações dos vizinhos ou abandonam-na de forma mais ou menos radical. Destes, a grande maioria passa a dedicar-se, em exclusividade à agricultura, procurando na Segurança Social o apoio que lhes faculte a manutenção de um modo de vida minimamente digno. Alguns, mais jovens, optaram por outra profissão na indústria ou nos serviços.

---

2 Dos 122 moinhos existentes no Concelho de Coimbra, 48 localizavam-se na freguesia de Cernache, ou seja 39,3%. Vidé Francisco Teixeira da Silva, Informações para a estatística industrial, p. 19

3 Como se constata pela comparação entre o número de assentos de moinho e de casais de mós, é comum encontrar dois ou mais em cada moinho. São normalmente de tipos diferentes e com funções também diversas: uma mó alveira construída de material litológico de menor dureza, normalmente o calcário (extraído de pedreiras existentes em Condeixa-a-Velha), é utilizada para moer o trigo; a outra de arenito silicioso (tipo grés do Buçaco) ou quartzito, serve para moer o milho. Estas últimas eram adquiridas em Olho Marinho, Poiaras.

4 Reduziu-se o consumo da "broa" identificada como alimento de pobres.



Os moinhos de maior dimensão resistiram ao primeiro impacto da industrialização e à concorrência de mercado. Mecanizaram-se, primeiro a nível de produção e depois de transporte. Ainda na primeira metade do século, três industriais de moagem associaram-se para instalar o que foi localmente designado como a "fábrica", unidade moageira movida exclusivamente a motor diesel. Procuravam desta forma, libertar-se das flutuações energéticas impostas pelo regime das ribeiras. Mas, não foi possível manter o empreendimento, quer pelo individualismo atávico dos moleiros quer porque aquele onerava sobremaneira o processo produtivo, reduzindo a capacidade de competição.

Surgem posteriormente iniciativas individuais de mecanização. Nos anos 50 dois moinhos situados no Bairro, dois na Barroca e ainda um na Ponte de Sor (Ribeira de Casconha) instalaram sistemas de moagem eléctricos, tendentes a suprir a falta de água no Verão.

Também no transporte a mudança se tornou premente. A agitação da vida moderna já não pactuava com o transporte de tracção animal e as carroças deram lugar às carrinhas. À medida que caminhamos para o fim do século, mesmo os mais dinâmicos foram paulatinamente desistindo. A idade, a dureza do trabalho, a falta de apoio, os encargos financeiros e a redução da procura a isso os obrigaram.

## *2.2. Hoje... regressão e abandono*

O inquérito que recentemente elaborámos permite-nos afirmar que dos 58 assentos de moinho existentes no início do século, apenas 2 se encontram em plena laboração. São moleiros relativamente novos, que nasceram e sempre viveram ao som e ao ritmo dolente do moinho e que apesar das dificuldades inerentes ao ofício e das mudanças da estrutura económica, continuam.

Com desigual capacidade de iniciativa e de investimento, têm também níveis de produção e áreas de influência diversas.

Um, mais tradicionalista e avesso a mudanças, mantém-se fiel a técnicas e costumes de antanho. Apenas trocou o muar por um motocultivador para o transportar ao "carreto". Hoje mantém uma área de mercado restrita, num raio de escassos quilómetros (parte da freguesia de Cernache, Assafarge e Castelo Viegas). Tem uma produção de 70 a 80 quilos por dia (quando há água...).

O outro, mais dinâmico e empreendedor, há muito tempo que quebrou a autarcia própria do sistema. Autonomizou-se no que se refere a necessidades energéticas, motorizou-se, modernizou o sistema de embalagens, diversificou e aumentou a produção, investindo nos sectores onde tinha maior capacidade competitiva (farinha de milho, rações para animais, farinha de arroz).

Tirou partido da localização rural da sua moagem, para obter a matéria prima a preços mais reduzidos. Por outro lado, apostou na qualidade do

produto, dedicando especial atenção à preparação das mós<sup>5</sup> e ao funcionamento da engrenagem motora<sup>6</sup>. Tem capacidade para atingir uma produção diária que ronda os 1200 quilos de farinha, embora em média produza cerca de 3000 quilos semanais.

A sua área de comercialização é vasta. Engloba toda a parte norte do Concelho de Coimbra, ramificando-se ainda para Tentúgal, Carapinheira e Anadia.

Modificou o sistema de entregas e as relações com os clientes. Embora estas se mantenham personalizadas, já não há a troca directa do grão pela farinha como sucedia em épocas transactas. Hoje, os "taleigos" deram lugar a higiénicas embalagens de papel.

Enfim, gradualmente, foram-se apagando algumas das características tipicamente artesanais da actividade moageira. Outras se mantêm ainda, como a já referida preocupação pela qualidade e o carácter estritamente familiar da empresa.

Ao lado deste pequeno empresário que entrou nas "regras do jogo" da economia de mercado, outros se mantêm fiéis à tradição. Quase pararam no tempo. São poucos<sup>7</sup> e a sua produção intermitente e escassa. Moem apenas o milho que os vizinhos lhes levam, praticando um sistema de troca arcaico<sup>8</sup>.

### 3. O património arquitectónico e a indústria de moagem

Traçámos em linhas muito gerais o esquema evolutivo da indústria moageira na área da Ribeira de Cernache. Referimos a sua grande importância económica em tempos passados. Procurámos registar o último fôlego duma actividade próspera que projectou o nome de uma comunidade rural bem para além dos seus estreitos limites administrativos.

Cabe-nos agora falar do estado do património arquitectónico e industrial com ela relacionado:

Dos 58 assentos de moinhos existentes na área durante a primeira metade do século XX, apenas 18 se encontram em relativo bom estado de conservação; 19 estão já parcialmente destruídos e 21 totalmente perdidos (Fig. 2).

---

5 Substituição do "picão" pela "picola" ou "bujarda"(16 bicos).

6 Substituição dos "rodízios" pelo "rodão".

7 Dois em Vila Nova, um no Rolim e dois na Barroca

8 Praticam o sistema de "maquia".

| Localização                  | Estado de Conservação dos moinhos |                        |                      | TOTAL     |
|------------------------------|-----------------------------------|------------------------|----------------------|-----------|
|                              | Bom                               | Destruido parcialmente | Totalmente destruido |           |
| Cernache                     | 2                                 | 0                      | 1                    | 3         |
| Bairro                       | 3                                 | 4                      | 3                    | 10        |
| Barroca                      | 5                                 | 8                      | 3                    | 16        |
| R <sup>a</sup> de Casconha   | 6                                 | 5                      | 10                   | 21        |
| R <sup>a</sup> de Pão Quente | 2                                 | 2                      | 4                    | 8         |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>18</b>                         | <b>19</b>              | <b>21</b>            | <b>58</b> |

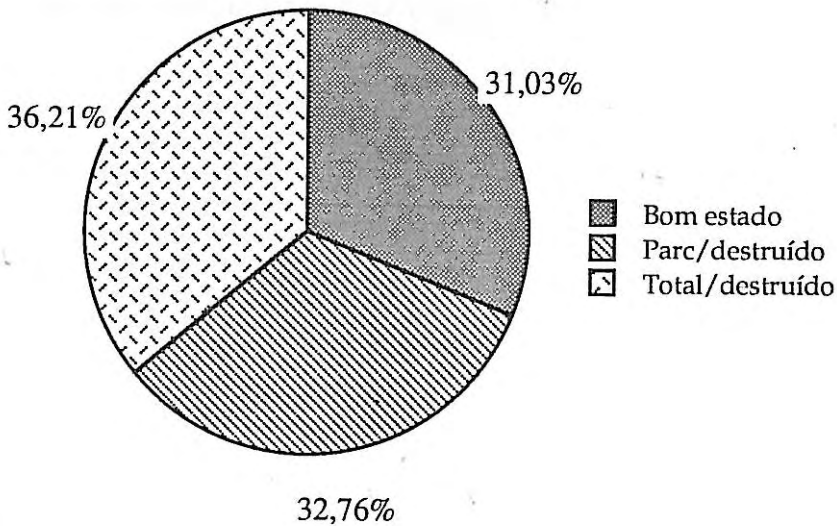


Fig. 2 – Estado de conservação dos Moinhos de Cernache (Maio de 1990).

A análise dos dados leva-nos a concluir que estamos perante um património em degradação acelerada. Na verdade, muitos dos que podem ainda ser considerados em bom estado de conservação devem-no ao facto de terem sido abandonados como habitação. Se os seus proprietários deles necessitarem para essa função, os seus dias estarão também contados.

Quanto aos que considerámos parcialmente destruídos e destruídos muitos foram sacrificados na procura de melhores condições de vida. Contabilizámos cerca de uma dezena de casais de mós que deram origem a outras tantas casas de banho. A substituição dos moinhos por cozinhas também é frequente.

Se atendermos ao facto de que os moinhos se situam sobre a linha de água e que na freguesia não existe rede de esgotos, facilmente compreenderemos a razão das transformações anteriormente referidas.

### **Concluindo...**

A procura de melhores condições de vida aliada à quase sistemática negação do passado fazem dos poucos moinhos que restam "espécies em vias de extinção".

Há que preservá-los. Eles são testemunho de um passado laborioso e nobre. Mas... cuidado! Não poderemos fazê-lo à custa do sacrifício de alguns. Alguns que também têm direito a uma habitação condigna, com mais conforto e salubridade.

## PATRIMÓNIO CULTURAL CONSTRUÍDO DE SOURE

Carlos Morão de Paiva\*

A Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure apresenta esta comunicação com o fim de dar a conhecer o estado em que se encontra o vasto património cultural construído do seu concelho.

Através da exposição fotográfica patente neste Congresso e da que irá realizar-se em Soure no dia 23 de Junho poderão os senhores congressistas apreciar o estado de abandono e ruína a que chegou aquele valioso acervo de bens culturais.

Quer através da recentemente elaborada Carta Arqueológica do Concelho de Soure, quer através da inventariação sumária a que a Associação de Defesa local procedeu, identificam-se, naquele concelho, mais de uma centena de locais e construções dignas de interesse histórico.

Dispensamo-nos de vos maçar com a longa enumeração do que consta nessas listas. Da sua leitura resulta claramente que o concelho de Soure merece alguma atenção de quem é responsável pela conservação e estudo do património cultural do nosso País.

Porém em toda a área do concelho de Soure existe apenas um monumento nacional: o Castelo de Soure.

Conheci-o na minha juventude funcionando como galinheiro do Sr. Comandante da G.N.R..

Mais tarde foi o seu interior utilizado para estacionamento dos burros que vinham ao mercado semanal. E há cerca de trinta anos foi mesmo posto à venda em hasta pública por dívidas fiscais dos seus titulares. Hoje é Monumento Nacional e continua a carecer de cuidados.

Aparte o castelo, onde recentemente se fizeram algumas incompletas, se bem que produtivas, escavações, apenas se assinala o estudo em curso dos vestígios pré-históricos do Alto do Crasto, no limite da sede do concelho.

---

\* Licenciado em Direito. Presidente da ADPCNS.

Numa ou noutra Igreja ou Capela vão os párocos ou as comissões fabriqueiras procedendo a obras de conservação, nem sempre realizadas com critério e em certos casos mais danosas que úteis.

A larga maioria dos nossos valores construídos estão entregues à usura do tempo e a agressões de toda a ordem. Entre elas cumpre salientar a descaracterização da paisagem e do enquadramento urbano através da implantação de novas construções.

É este o panorama do concelho de Soure, não muito diverso de outros concelhos da nossa região.

Perguntamo-nos então porque é que a Igreja Matriz de Soure, mandada construir por D. Manuel I, não é objecto de atenção dos organismos competentes?

Porque não é monumento nacional a capela quinhentista de S. Mateus?

Porque está abandonada a Igreja de Nossa Senhora de Finisterra de Vila Nova de Anços? E o que resta do Convento de Urmar?

E a Igreja da Misericórdia de Vila Nova de Anços? E a capela Manuelina da Quinta de Baixo? E ignorada a capela do Séc. XII da Quinta de S. Tomé? E esquecidos os vestígios romanos da Quinta da Madalena? E parcialmente soterrado em alcatrão o pelourinho de Urmar? E seladas as escavações do adro do Castelo de Soure?

Prometi não fazer longas enumerações e por isso páro aqui. Mas poderia continuar por muito tempo. E entrar pelos Concelhos vizinhos e talvez mesmo dar a volta a Portugal ....

Porquê? Como é que isto é possível?

Há alguns anos um grupo de "responsáveis" – digo responsáveis entre aspas – visitou a Igreja da Misericórdia de Soure. É um monumento dos finais do Séc. XVII com belos tectos pintados e onde se estavam desfazendo aos poucos cerca de trinta quadros da época. Os ditos "responsáveis" entenderam declarar que se tratava de pintura (tectos, altar-mor, coro e quadros) de valor questionável e de interesse secundário.

Aproveitando-se da ignorância e conformismo dos mesários relegaram para o rol do esquecimento um conjunto de elementos culturais e artísticos que são do melhor que há em Soure.

Não é a Capela Sistina, nem os quadros são dos grandes Mestres. Mas é o que temos em Soure. É o património cultural de um concelho, de uma Vila. Para nós, Sourenses, é de primordial importância.

E até é falso que, em termos gerais, o interesse daquele conjunto seja secundário.

Mas que o fosse! Então uma população de uma pequena localidade não tem direito à conservação e detenção do seu Património Cultural?

Será que os testemunhos histórico-culturais a defender são apenas Conimbriga, a Batalha, os telhados dos Jerónimos?

Todos sabemos que não é possível instalar um Teatro Nacional de S. Carlos em cada concelho. Mas já que não podemos ter ópera em Soure, ao menos

arranje-se maneira de não se perderem os instrumentos da filarmónica local. É que por este andar nem um píforo nos fica ...

Desta alegoria musical pretendo extrair as razões da situação presente.

A conservação do património cultural construído de Soure não se resolve em Soure. É em Lisboa, nos organismos centralizados responsáveis (ponho aspas?) que tudo se passa. Lá longe e onde connosco concorrem mais quatrocentos concelhos. São técnicos que nem conhecem as nossas coisas nem as amam. Pior: são funcionários públicos! Que coisa pior se pode fazer à Cultura que entregá-la ao Estado, à burocracia e ao funcionalismo público?

E lembremo-nos que a História, largamente dependente do património cultural, é a ciência mais parecida com a arte.

Bastava isto para que os resultados não fossem famosos. Mas há mais.

As populações não foram consciencializadas que quando se atenta contra o seu património cultural são coisas suas que lhes estão tirando ou destruindo.

As verbas públicas são escassas e figuram no fim das prioridades orçamentais. A política de cultura, nesta área, é apenas uma bandeira que todos agitam mas ninguém se dispõe a levar ao mundo real.

Falou-se há pouco de descentralizar serviços estatais e alguns funcionários foram removidos de Lisboa para as sedes dos distritos. Que ninguém se engane. Descentralizar é uma coisa e desconcentrar é outra.

Em nosso entender a solução do problema, a salvação do Património Cultural dos muitos concelhos que como o de Soure assistem impotentes à progressiva degradação dos seus valores, está afinal ao nosso alcance.

Basta que se reconheça com frontalidade que conservar e defender o património cultural construído do País a partir de organismos centralizados e estatizados é uma autêntica missão impossível. E que, por outro lado, se atribuam aos poderes locais a competência e os meios de intervenção. O que o Estado não poderá nunca fazer está ao alcance das autarquias locais, das Câmaras Municipais e das Associações privadas.

Não se ignora que também estas lutam com escassez de verbas e estão desprovidas de capacidade técnica para as necessárias intervenções.

Em nosso entender é justamente no apoio técnico e financeiro às instituições locais que o Estado encontra o seu lugar. Esse papel é o que lhe cabe. Não o de ser ele próprio, directamente, através dos seus serviços, a tudo fazer. Porque acaba por não conseguir fazer quase nada. Pensamos que enveredando por uma via nova como a que propomos deixará de ouvir-se o discurso de desânimo.

Ainda há bem pouco um alto responsável justificava a necessidade de inventariar o património cultural porque, disse-o perante as câmaras da TV – "... não se pode conservar tudo ...".

Esta afirmação, entendida em termos do concelho de Soure, equivale a dizer que ali não se conservará nada.

A nossa proposta de responsabilização do poder local e das populações pela defesa do seu património teve em Soure um ensaio cujos resultados serão visíveis em breve.

A Igreja da Misericórdia de Soure e a sua colecção de quadros está a ser objecto de uma intervenção em que participam a Câmara Municipal, a Misericórdia de Soure e a Associação de Defesa do Património.

Cada uma destas entidades cumpriu e está cumprindo a sua missão. A Associação de Defesa alertou e insistiu. A Câmara reconheceu a existência de um valor cultural em risco e decidiu-se a avançar. A Misericórdia aceitou cooperar e rentabilizar culturalmente o benefício.

Neste momento trinta quadros que estavam em perigo de se perder definitivamente estão a ser restaurados. E temos esperanças sérias que em breve comecem os trabalhos de restauro do edifício.

Se levarmos a nau a bom porto, Soure terá recuperado um dos seus mais importantes edifícios e, sem quebra do respeito pela sua natureza religiosa, disporá de mais um espaço de cultura.

É apenas um exemplo para que se não diga que estamos teorizando.

Uma última nota para referir que o concelho de Soure tem uma urgente necessidade de trabalhos de estudo e investigação arqueológica. Uma boa parte da sua riqueza patrimonial está à espera de ser desenterrada e estudada.

São coisas caras, dizem-nos.

Mas para um País em que a actividade turística é das maiores fornecedoras de divisas será mau investimento criar atractivos desta natureza?

E, para além disso, acreditamos ou não na rentabilidade dos investimentos culturais?



COIMBRA, O RIO, E OS CAMPOS.  
Ciência, Poesia e Património

Fanny A. F. Xavier da Cunha \*

"A Ciência, como a Natureza, é Infinita"  
RABELAIS (1494-1553)

Rabelais confiava na Ciência, que deveria conduzir a Humanidade ao Progresso. Da mesma forma pensava um grande cientista português, médico, higienista, precursor de uma Ciência que hoje denominamos Ecologia, autor de uma vasta obra científica e pedagógica: António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783).

No seu "Tratado da conservação da saúde dos povos"<sup>1</sup>, no capítulo "Dos sítios mais sádios para fundar cidades", encontraremos previsão e realidade, quanto a poluição e salubridade. Ribeiro Sanches escreve: "Aristóteles quer que, para fundar uma cidade, duas coisas se devam atender. A primeira, a conservação dos habitantes; e a segunda, a sua utilidade. O sítio mais adequado para satisfazer estas intenções será aquele virado para Oriente, aonde as águas sejam vivas e correntes ((...))" e vai enumerando as condições de salubridade ideais, frisando que "((...)) Todas as nações conhecidas buscam sempre as bordas dos rios para fundarem povoações; tiram, os homens, delas o sustento, poupam, navegando, muita fadiga e trabalho, conduzem para a fertilidade das terras, e, se é certo que, se soubessem aproveitar-se de semelhantes sítios que a natureza lhes oferece tão liberalmente, fariam as

\* Técnica do Museu Nacional da Ciência e da Técnica.

<sup>1</sup> António Nunes Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservaçam da Saude dos Povos: Obra útil, e igualmente necessaria aos Magistrados, Capitaens Generaes, Capitaens de Mar, e Guerra, Prelados, Abadessas, Medicos e Pays de familia*. Lisboa, Off. J. Filippe, 1757, Cap. IX, p. 61 e seguintes.  
António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*. Pref. de Maximino Correia, Coimbra, Universidade, 1959-1966.

suas habitações e a vida deliciosas. Mas, ordinariamente, pela negligência e ignorância de quem os habita, servem os rios, e principalmente os caudalosos, mais para a sua ruína que para a sua conservação"...

Grandes civilizações nasceram perto de Grandes rios: a Mesopotânea, a China, a Índia e o Egipto são filhas do Tigre, do Eufrates, do Rio Amarelo, do Nilo.

Coimbra é precisamente uma cidade citada por Ribeiro Sanches como exemplo de bem situada: "se alguma vila ou cidade tem a fortuna de ficar isenta das inundações, seria a mais bem situada a que estivesse virada para o Oriente e Sul, como está Coimbra, e o rio ficasse do mesmo lado"<sup>2</sup>((...)). Mas Coimbra não estava isenta de inundações, sendo então necessários os conhecimentos científicos, a arte e o engenho do Homem para debelar tal mal.

Sanches considerava que a poluição dos rios provocava muitos danos às populações, e entre esses danos o mais grave eram as febres intermitentes ou paludismo, "consequencias dos entulhos de todos os rios de Portugal nas barras; e que de necessário hão-de alagar os Campos, e fazellos cemiterios dos viventes..."<sup>3</sup>.

Sanches, referindo-se às povoações sitas junto dos rios, constatava uma triste verdade dos nossos dias: a poluição. E lançava, dois séculos atrás, o alerta, escrevendo:

((...))"Se os juncos, as ervas e troncos das árvores que apodrecem nas bordas dos rios, como também o curtir o linho nelas, são nocivas à Saúde, quanto mais o será mandar as imundícies das vilas, ou das cidades, nas praias e nas ribeiras"((...))<sup>4</sup>. Como higienista lembrava: "Tantas villas e cidades devastadas pela imundície das ruas e das casas, pela negligência dos monturos, pelas águas encharcadas: E não obstante vemos que rarissimas vezes os Magistrados remedeam esta desordem"<sup>5</sup>.

No passado, inúmeros mitos celebraram a água e incitaram os homens a respeitá-la.

Em pleno século XX existe um Tribunal Internacional da Água, que julga a poluição dos rios, que hoje são poluídos das mais variadas formas, inimagináveis no século XVIII, mas que Ribeiro Sanches, o cientista, actual decorridos dois séculos, previu. No caso concreto do Mondego, foi afirmado recentemente, durante as I<sup>as</sup> Jornadas do Ambiente da Região Centro:

2 António Nunes Ribeiro Sanches, Dos sitios mais sádios para fundar cidades. Extracto do Tratado da Conservação da saúde os povos..., Lisboa, Inst. Pasteur, s.d., pp. 1-10.

3 António Nunes Ribeiro Sanches, Carta a Francisco de Pina e de Mello, 7 de Março de 1759, in: António Ferrão, Ribeiro Sanches e Soares de Barros, Lisboa, Ac. de Ciências, 1936, pp. 44-45.

4 "D.C.", 90.05.08, IV, "Margens dos rios vão ser limpas pelos proprietários, que são os responsáveis pela sua conservação de acordo com a legislação". Palavras do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais.

5 Ob. cit., Tratado da Conservação ... p.83.

"O Mondego está a ser poluído"<sup>6</sup>. E indicadas as fontes de poluição, que seriam de origem industrial, como indústrias de tinturaria, de curtumes, de lacticínios (fabrico de queijo), ou de origem urbana e agropecuária. Nas mesmas jornadas foi afirmado que Coimbra despeja no Mondego os seus esgotos sem serem tratados, contaminando o rio até Montemor<sup>7</sup>. Cabe aqui referir o Dec.-Lei 74/90 de 3 de Março ("Lei da água") e a recente criação do Instituto de Investigação da Água. A água é, como o ar que respiramos, o mais precioso dos patrimónios da humanidade.

No início do século (1910) o grande Higienista Fernando de Almeida Ribeiro, na sua dissertação inaugural para o acto de Conclusões Magnas na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, da qual foi professor titular da cadeira de Higiene, escrevia: "Substancias residuais nocivas ha-de have-las em quanto a vida dure; são uma constante consequencia d'esta. A protecção dos seres vivos contra a nocividade d'esses productos da sua propria actividade é, em higiene, uma questão fundamental.

As aguas de esgoto – conjunto de materias rejeitadas, com origem na vida organica e de relação, nas aglomerações humanas - teem de ser objecto d'um activo cuidado scientifico que as desarme do seu poder nocivo, melhorando sanitariamente o seu estado, para que ellas não prejudiquem o nosso"<sup>8</sup>. Intitulava-se a sua dissertação: "Aguas de Esgoto e sua Depuração".

Das águas do Mondego diz outro cientista, do século XVIII, o médico Francisco da Fonseca Henriques, por alcunha o Mirandela, na sua obra "Aquilégio Medicinal"; "as suas agoas são muy delgadas, claras e salutíferas; e tomadas de Inverno em talhas, ou pipas, conservão-se incorruptas muyto tempo; e achão-se deliciosas quando se bebem no verão. Os banhos tomados neste rio, são excelentes para intemperanças cálidas, para affectos hipochondrios, e escorbuticos ((...)), etc. ((...)) de que são de mayor utilidade os banhos tomados da quinta da Portella para cima, antes de entrarem no rio a ribeira de Seyra, e a ribeira de Duessa, com cujas agoas, como que ficão sendo as do Mondego menos Medicinai"<sup>9</sup>.

Nascente térmica do Mondego de grande valor terapêutico reconhecido é a da Felgueira.

Exorcizados os malefícios das inundações com a construção de barragens, albufeiras, pontes e açudes, com a construção da estação de tratamento de esgotos de Coimbra, obra que deverá entrar em funcionamento dentro de um ano e meio, e tendo-se conseguido a erradicação do paludismo, lembraremos toda a poesia que emana de um rio que foi designado "o rio dos Poetas".

6 Américo Pires Batista, *I Jornadas do Ambiente da Região Centro*, in: "J. Coimbra", 1990-03-21, p. 11.

7 Ibid. "J. Coimbra", 1990-03-21, p. 11.

8 Fernando de Almeida Ribeiro, *Águas de Esgoto e sua Depuração*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910, p. 24.

9 Francisco da Fonseca Henriques, *Aquilégio Medicinal*, Lisboa, Oc., 1726, p. 229 cf. mns. 213 da Biblioteca Nacional, Lisboa.

As próprias inundações deram origem a escritos poéticos, como, a propósito do Choupal invadido pelo Mondego, decorria o ano de 1911, escrevia Carlos Malheiro Dias, transformando a praga das inundações em poesia: "Coimbra tem arredores bem pittorescos desde Santo Antonio da Oliveira às bellezas da estrada da Beira, mas um que melhor evoca poesia, mais cheio de beleza, é o Choupal, delicioso com as suas arvores altas, onde, pelos verões, os melros assobiam as suas ironias, enquanto os estudantes vão poetando na doçura d'aquelle' lindo lugar.

Também ao Choupal chegou a ultima inundaçao, tornando-o senão tão poetico como pelos ardores do verão, ainda mais pittoresco; os troncos das arvores cahindo, os ramos juntando-se, as folhas mortas indo nas correntes, onde os esguios choupos se miram, dão áquele trecho de Portugal como uns longes de bosques da Hollanda. As veredas, onde os bardos paravam por vezes a entalhar na casca dos choupos iniciaes entrelaçadas, a evocarem amores distantes, alagaram-se, ficaram como pequenos riachos; as largas clareiras eram como lagos e tudo isto reflectia as ultimas folhas do arvoredos; os troncos, os ramos, formavam os encantadores quadrinhos que as nossas fotografias revelam.(...)

E continua:

"A água anima sempre todos os trechos, dá-lhes mais vida, parece que lhes empresta tons diversos;... nos campos, retalhando os dorsos das serras, correndo lenta nos plainos, com o seu ruído de notas cantantes, ou sendo, no formoso Choupal, como um espelho a guardar a imagem d'essas lindas árvores, até que uns raios mais vivos de sol a sorvam e façam voltar, com os trinados dos melros, as relvas frescas com que a água de agora ajudará a atapetar as veredas e as clareiras que alagou"<sup>10</sup>.

A Mata do Choupal tem a sua origem em finais do século XVII (1791) e é importante património a preservar.

A estas lindas árvores altas do Choupal e à sua altura em comparação com o Amor refere -se a poesia popular nestes termos:

"Mais alto do que o choupo  
É o amor que te tenho;  
Mais vale o bem que eu te quero,  
Que as vezes que eu aqui venho"<sup>11</sup>.

Também as fontes estão ligadas ao amor. E, no caso do Mondego, os poetas cantam a "Fonte dos Amores":

---

<sup>10</sup> Carlos Malheiro Dias, *Choupal invadido pelo Mondego*, "Ill. Portuguesa", Lisboa (257) 1911-01-23, pp. 97-111.

<sup>11</sup> Rosette Batarda Fernandes, *A Botânica na Poesia Popular Portuguesa*, Sep. do "Anuário da Soc. Broteriana", Ano 53, Dez. 1987, p. 77.

"As filhas do Mondego a morte escura  
Longo tempo chorando memoraram,  
E, por memória eterna, em fonte pura  
As lágrimas choradas transformaram;

O nome lhe puseram, que inda dura,  
"Dos amores de Inês", que ali passaram.  
Vêde que fresca fonte rega as flores,  
Que lágrimas são a água, e o nome Amores!"<sup>12</sup>

Camões, *Os Lusíadas*, Canto III, est. 135.

Aliás, as fontes foram em todos os tempos motivo de culto e de lendas.

Coimbra é uma cidade bem situada, como exemplificava Ribeiro Sanches, e os poetas a cantaram:

"Ei-la, Coimbra, a mágica cidade que outra igual não gerou este país...  
O Mondego a seus pés, líquida endeixa, Eternamente chora porque a deixa,  
Porque a sorte o condena ao mar infindo ..." <sup>13</sup>. A qual, nos versos de Camões, se eleva das "doces e claras águas do Mondego" e Silva Gaio assim a retrata:

"A terra que vos pinto, meus amigos,  
é terra de cantares,  
cidade medieval – bairros antigos  
sobre um rio e pomares".

Nelson Correia Borges no seu belo livro "Coimbra e Região" designa-a **Coimbra, a colina sagrada**.

O etnógrafo J. Leite de Vasconcelos, numa recolha oral de contos e lendas, em um conto ouvido em 1895 em Ferreira do Zêzere, diz do Mondego e das suas margens: "Deitaram-se a dormir três rios: O Zêzere, o Mondego e outro, cujo nome não me disseram. O primeiro que acordou foi o Mondego e foi direito ao mar por **bons terrenos**"<sup>14</sup>.

Nova referência popular é feita ao Mondego no conto de Adelino de Abreu "Serra da Estrela" e no qual também se fala nos bons terrenos. O conto principia: "Havia três rios muito amigos e leais, o Mondego, o Zêzere e o Alva, que dormiam na Serra da Estrela.

Numa tarde de Abril travaram-se de razões, acabando o seu viver amigo como bons irmãos.

<sup>12</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, Est. Cor, Canto III, est. 135, 1971, p. 78.

<sup>13</sup> Alberto de Oliveira, *Coimbra amada (Últimos versos)*, Porto, Ed. de Maranus, 1930, pp. 10-11.

<sup>14</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Contos populares e Lendas*, coord. A. Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho, vol. I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1963, p. 665/666.

Cada um deles queria ser o mais forte. Combinaram então que seria mais forte o que, sem perda do seu nome e da sua dignidade, entrasse primeiro no mar. Cansados, os três rios adormeceram.

"O Mondego, astuto e vigilante, acordou primeiro e mansamente partiu, sempre por escolhidos e amenos vales, serpeou a velha Guarda, o castelo de Celorico, as duas Beiras, e foi espriar-se suavemente no mar, junto à Figueira da Foz...

"O Zezere, que acordou quando ao Mondego, seguiu-lhe as pisadas; mas perto do Sameiro, oh! ambição! volta ao sul, fugindo com a velocidade da água. Mas ... infeliz! ... perdeu o seu nome nas águas do Tejo, junto a Constança".

O Alva, ainda na contemplação das estrelas, sonhando, acordou espavorido e, vendo-se logrado, corre precipitadamente por montes e vales na direcção da Estrela de Alva que lhe dá o nome. Mas ... infeliz também! Avista-se novamente com o Mondego e, depois de várias refregas, confunde, raivoso, o seu nome e as suas areias de ouro com o Mondego, no lugar (povoação) que desde então tomou o nome **Raiva**".

Provou assim o Mondego ser o mais forte. Tão forte que os estudos efectuados para o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Mondego permitiram conhecer as grandes possibilidades energéticas deste rio e a sua força<sup>15</sup>.

A literatura popular faz também referência à flora indígena ou cultivada dos campos do Mondego, a qual é rica e variada.

Nos citados contos populares, referência é feita aos estudantes de Coimbra, e ao amieiro, *Alnus glutinosa* (L), arvore da Família das Betuláceas, cuja madeira se emprega em trabalhos de escultura, no fabrico de tamancos, etc.

Nesse conto, dois estudantes regressavam a casa, indo de férias de Coimbra e resolveram pedir esmola. Dizia um: "– Minha Senhora, sou estudante, venho de Coimbra, vinha pedir uma esmolinha. Acabou-se-me o dinheiro para a viagem". E era-lhe feita a pergunta: "– Ó meu tio, e que vai por lá?".

O estudante respondeu: "– Só vi um moinho a moer na coroa de um amieiro" e o outro confirmou: "– Eu isso num bi, mas bi os burros carregados de foles, por um amieiro acima e por um amieiro abaixo"<sup>16</sup>.

Na poesia popular portuguesa vamos encontrar referência à forma de propagação desta árvore, bem como de outra igualmente existente no Baixo Mondego: o **salgueiro**.

---

<sup>15</sup> Companhia Eléctrica das Beiras, Aproveitamento do Rio Mondego. Coimbra, 1959.

<sup>16</sup> J. Leite de Vasconcellos, Ob. cit., p. 90.

"Salgueiro pega de estaca,  
Ameeiro de raiz;  
Foste enjeitada de outrém,  
Para mim já não servis"<sup>17</sup>

Outra pequena árvore, o loureiro, consagrada pelos antigos gregos e romanos a Apolo, deus da poesia, música e artes e cantada por Camões: "e os loureiros / do louro Deus amados e queridos" é frequente nas margens do rio<sup>18</sup>. Com os ramos e folhas do qual, entrelaçados em coroas se premiavam os triunfadores de feitos notáveis, denominado por essa razão, de *Laurus nobilis*. Muito apreciado pelo povo, quer em culinária quer na consagração de um feito também notável, como o do terminus de uma obra, encontramos na já citada obra a quadra:

"Entre louro e salsa verde  
Água deve de correr;  
O amor de quem pretendo  
Inda está para nascer"<sup>19</sup>

Sendo os vales do Mondego tão amenos, também os citrinos, frutos das diversas espécies do género *Citrus*, são mencionados consoante os campos do Mondego onde ora são cultivados. Assim a canção popular diz dessa terra de pomares:

"Ó Coimbra das laranjas,  
Ó Montemor dos limões,  
Adeus Maiorca das limas,  
Figueira dos corações"<sup>20</sup>

A Figueira dos corações lembra-nos o fruto das figueiras cultivadas (*Ficus carica* L.) ou seja o figo, em forma de coração, consequência do desenvolvimento do receptáculo em forma de pêra em cuja cavidade se formam as flores, cavidade essa que apenas comunica com o exterior por um orifício estreito situado na parte superior.

Os "frutos" ou figos provêm do desenvolvimento desse recéptaculo que se torna doce e carnudo com o amadurecimento. Os verdadeiros frutos encontram-se no interior e são baptizados "sementes ou gráinhas"<sup>21</sup>.

17 Rosette Batarda Fernandes, Ob. cit., p. 59.

18 Luís de Camões, Ob. cit. Canto IX, Est. 59, p. 39.

19 Rosette Batarda Fernandes, Ob. cit., vol. II, 1988, p. 40.

20 Ibid., p. 30.

21 Jean Rostand, *Le Grand Livre des Plantes*, Paris, Ed. des deux coqs d'or, 1970, p. 226.

E ainda que etimologicamente o nome Figueira da Foz do Mondego nada tenha que ver com a árvore que dá os figos, mas sim com *fagaria*, *abertura*, *embocadura*, segundo Nelson Correia Borges, certo é porém que o brasão de armas da Figueira da Foz tem *uma orla de prata, com oito folhas de figueira de verde, carregadas cada uma de um fruto de ouro*,<sup>22</sup> visto que os figos se encontram na base das folhas.

Também a folha da figueira, sendo caduca, é lembrada nesta quadra:

"Você anda-se a gabar  
Que tem muito aonde escolha,  
Queira Deus, não vá ficar  
Como a figueira sem folha"<sup>23</sup>.

Ramalho Ortigão dizia da Figueira da Foz: "Não tem outro remédio senão vir à Figueira, quem quiser ver a mais linda praia de banhos de Portugal. A grande bahia compreendida entre o Cabo Mondego e a embocadura do rio desenha uma curva encantadora, lembrando os mais risonhos e os mais doces golphos do Mediterraneo"<sup>24</sup>.

Quanto ao limões, frutos do limoeiro (*Citrus limon L.*), andam associados ao rio, na poesia popular. Assim:

"Já o rio não leva água  
Senão folhas de limão...  
Donde irei lavar o lenço  
Do meu riquinho João?"

Para a lima, de Maiorca (*Citrus aurantifolia* Risso), fruto da limeira e espécie de limão pequeno, a qual tem na América tanto sucesso como o limão na Europa, há referência, não a Maiorca, mas sim à Figueira:

"Ó Figueira, verde lima,  
Ó praia verde limão,  
Rua Direita ao pinhal  
Onde os meus amores são"<sup>25</sup>.

---

22 Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região Centro*, Lisboa, Ed. Proença e Autor, 1987, p. 168, Col. "Novos Guias de Portugal".

23 Rosette Batarda Fernandes, *Ob. cit.* p. 99.

24 Ramalho Ortigão, *As Farpas, O País e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Clássica Ed., 1986, Vol. I, p. 281 (Nova ed. integral), 1887.

25 Rosette Batarda Fernandes, *Ob. cit.*, p. 32.



Para as laranjas de Coimbra, laranjas da laranjeira-doce (*Citrus aurantium dulcis*) é-nos lembrada a origem da espécie cultivar, laranja-da-China (*Citrus sinensis* L.)

"Toma lá esta laranja  
Que é da China vem do mar,  
Que te tire esse fastio  
Que tu tens de me falar"<sup>26</sup>.

E cabe aqui lembrar que, se a laranja já era conhecida dos chineses cerca de 2200 anos a.C., e embora elas tivessem sido introduzidas na Europa pela bacia mediterrânica, foram contudo os portugueses e os espanhóis que, depois dos Descobrimentos as introduziram em várias regiões da América, e que, devido às descrições por eles feitas dos tormentos sofridos a bordo com o escorbuto, deram azo a que os citrinos passassem a fazer parte, posterior e obrigatoriamente, das dietas de bordo.

A 1ª laranjeira da China que se plantou em Lisboa trouxe-a D. Francisco de Mascarenhas em 1635 da China, Goa e da Índia para o seu jardim de Xabregas<sup>27</sup>. Foi rapidamente difundida pelo velho e novo mundo e passou a suplantiar as outras laranjas doces até então conhecidas.

As árvores citrinas são relativamente pequenas, 5 ou 6 metros em geral, a maior sendo a laranjeira, que atinge 10 metros. As flores são belas, odoríferas e de um branco de grande pureza. Os frutos são geralmente consumidos no seu estado natural, sendo particularmente ricos em vitamina C (ácido ascórbico) e P, mas servem também para fabricar sumos, licores, essências, compotas, etc.. As suas folhas servem em medicina (como infusão calmante).

Das flores da laranjeira obtém-se a essência de néroli, utilizada em perfumaria, e água de flor de laranjeira, utilizada na confecção do celebrado "manjar branco"<sup>28</sup>, especialidade da cidade do Mondego, e na confecção da "sopa dourada" das Freiras de S.ta Clara. Nesta também se utiliza a casca da laranja cristalizada. Desta mesma casca se extrai a essência denominada "essência de Portugal".

Os campos ribeirinhos do Mondego são um dos mais vastos e ricos celeiros de Portugal, sendo a produção de arroz, uma das mais importantes para a alimentação base de muitas populações; tendo os primeiros arrozais florescido na China para cima de 4000 anos, e sendo o arroz considerado pelos orientais como carregado de poderes mágicos, ainda hoje, em Portugal, os

<sup>26</sup> Ibid. p. 31.

<sup>27</sup> Carlos França, *Subsídios para a história de algumas plantas cultivadas*, Porto, Ed. Araújo e Sobrinho (Col. "Natura"), 1928, p. 45.

<sup>28</sup> Maria de Lourdes Modesto, *Cozinha Tradicional Portuguesa*, Lisboa, S. Paulo, Ed. Verbo, 1982, p. 158.

noivos são geralmente recebidos com uma chuva de arroz, para garantir felicidade e abundância aos recém-casados. É também imprescindível na confecção de um doce de Coimbra sempre presente em bodas e baptizados – o arroz doce, e na confecção do qual se usa a casca de limão. Tão popular que também está presente na literatura: "Aparecera Cosme com um prato de arroz doce, gradeado finamente com canela", no "Prato de Arroz doce" de Teixeira de Vasconcelos<sup>29</sup>.

Camões também refere a "fertil erva" do Mondego:

"Fez primeiro em Coimbra exercitar-se  
O valeroso officio de Minerva,  
E de Heliconas as Musas fez passar-se  
A pisar de Mondego a fertil erva". (...) <sup>30</sup>

Nesta estância, Camões alude às nascentes de Helikónas, na Grécia, montanha em cujo cume se erguia um templo de Zeus, e em cujo flanco norte se abria o "Vale das Musas", com o seu santuário.

Na voz do poeta, Coimbra é bem o templo das Musas, e o Mondego, rio de lendas e poesia, o seu santuário.

Camões canta o seu amor ao Mondego e a tristeza da separação, no poema que transcrevemos:

"Doces e claras águas do Mondego  
Doce repouso da minha lembrança,  
Onde a comprida e pérfida esperança  
Longo tempo após si me trouxe cego:

De vós me aparto, sim; porque não nego  
Que inda, a longa memória, que me alcança,  
Me não deixa de vós fazer mudança,  
E quanto mais me alongo, mais me achego.

Bem poderá Fortuna êste instrumento  
Da alma levar por terra nova e estranha,  
Oferecido ao mar remoto e ao vento,

Mas a alma, que de cá vos acompanha,  
Nas asas do ligeiro pensamento  
Para vós, águas, voa, e em vós se banha".

---

<sup>29</sup> Teixeira de Vasconcelos, *O Prato de Arroz Doce*, Lisboa, Empresa Lus. Ed., 1875; ed. 1862, p. 343.

<sup>30</sup> Luís de Camões, *Ob. cit.*, Canto III, Est. 97, p. 59.

E Coimbra teve sempre um papel preponderante na vida literária portuguesa, desde a lenda de Inês de Castro até a letras de fados<sup>31</sup>.

Já nos nossos tempos, lembremos o belo fado coimbrão, com letra de Mário Faria da Fonseca e música de Edmundo Bettencourt<sup>32</sup>.

"Ó Coimbra do Mondego  
E dos amores que eu lá tive  
Quem te não viu anda cego,  
Quem te não amar não vive.

Do Choupal até á Lapa  
Foi Coimbra os meus amores  
A sombra da minha capa  
Deu no chão e abriu em flores".

**" A Solidão do Campo"**

"Ditoso o que em paternas poucas geiras  
Seus desejos encerra, e seus cuidados;  
E respira contente o ar nativo  
Em terra sua!

Seus gados lhe dam leite; pão seus campos,  
Seus rebanhos vestido; pelo estio  
Acha nas proprias arvores a sombra  
De hynverno o lume.

"Correm-lhe em um desleixo abençoado  
Suavemente as horas, dias, e annos;  
Com saude no corpo, paz no sp'rito  
Véla tranquillo.

A somno dorme; o estudo e commodo  
Possue unidos; - licito recreio -  
E co'a meditação mais saborosa  
Gosa o retiro.

31 O célebre fado coimbrão "Ó Águias", com letra de Camilo Castelo Branco, é disso um exemplo (cfr. Eduardo Proença Mamede, *O romance de Camilo*, "D.C." 60 (19953), 90.05.15).

32 Ed. album "Fados de Coimbra", 1981, voz de José Afonso (Zeca Afonso).

Deixem-se assim viver desconhecido  
Deixem-me assim morrer, sem ser chirado;  
Do mundo homisiado-e sem que a campa  
Diga onde jazo"<sup>33</sup>.

"Coimbra Amada"

"Ei-la , Coimbra , a mágica cidade,  
Que outra igual não gerou este país,  
Princípio e fim da nossa mocidade,  
Dos nossos sonhos maternal raiz

.....  
O Mondego a seus pés, líquida endeixa,  
Eternamente chora porque a deixa,  
Porque a sorte o condena ao mar infindo..."

Alberto de Oliveira - Coimbra amada  
(últimos versos), 1030.

Camões canta o seu amor ao Mondego e a tristeza da separação, no poema que transcrevemos:

"Doces e claras águas do Mondego  
Doce repouso da minha lembrança,  
Onde a comprida e pérfida esperança  
Longo tempo após si me trouxe cego:

.....  
De vós me aparto, sim;

.....  
Mas a alma, que de cá vos acompanha,  
Nas asas do ligeiro pensamento  
Para vós, águas, voa, e em vós se banha".

---

<sup>33</sup> José Anastácio da Cunha, *A Solidão do Campo*, in: *Composições poéticas*, Lisboa, Typ. Carvalhense, 1839, p.40.

**PATRIMÓNIO NATURAL DO BAIXO MONDEGO:  
SITUAÇÃO E PERSPECTIVA**

Armando de Carvalho\*

"Nos saudosos campos do Mondego,  
De teus fermosos olhos nunca enxuito"  
Luís de Camões  
"Os Lusíadas", Canto III, CXX

O conhecimento que na presente data possuímos do Baixo Mondego resulta essencialmente dos projectos que vimos desenvolvendo nesta região. Destes importa destacar os mais significativos: "Inventário florístico da Quinta do Taipal", "Cegonha-branca", "Inspecções costeiras" e "Coastwatch". A implementação das acções constantes dos referidos projectos tem-nos não só obrigado a percorrer todo o Baixo Mondego e áreas adjacentes, como a proceder a um acompanhamento regular no tempo da mesma região.

Função deste conhecimento de campo, bem como da percepção da dinâmica dos processos naturais e dos impactes das actividades antropogénicas, considerou-se conveniente possuir um contínuo inventário do seu património natural.

Neste, considera-se a existência de três vertentes:

- o património paisagístico;
- as áreas naturais e semi-naturais, e
- os mais significativos elementos da sua fauna e flora.

Estas três componentes deverão ser sempre consideradas como fazendo parte, ou incluindo no seu seio, recursos naturais vectores do desenvolvimento regional integrado.

---

\* Engenheiro Silvicultor. Técnico da Comissão de Coordenação da Região Centro. Presidente da "QUERCUS" – Delegação de Coimbra.

Como recurso entendemos aqui tudo o que o Homem considera útil ou indispensável à sua sobrevivência e bem estar, assumindo por esse facto um dado valor económico. Aqueles recursos genérica e empiricamente aceites como pertencentes à comunidade (energias renováveis, água, ar, etc.) vêem o seu valor alienado pela filosofia do crescente consumo e destruição humana.

### **Património Paisagístico**

A modelação da paisagem é sempre um acto que reflecte a cultura e o grau de sensibilidade dos povos face ao meio. Esta diferenciação materializa-se na atitude face aos elementos naturais.

Como exemplos máximos da clássica, encantadora e, porventura, bucólica paisagem dos bi-dimensionais campos do Baixo Mondego, indicam-se as abrangências panorâmicas que se desfrutam dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, de Vinha da Rainha, da Serra da Boa Viagem, etc..

A terceira dimensão assumida por estes pontos, de cota mais elevada, surge assim sobrevalorizada, como sobrevalorizadas estão as povoações que nelas se implantam (por exemplo a vila de Montemor-o-Velho) ou as estruturas de falha presentes próximas de Lares.

### **Áreas Naturais**

Nesta componente existem dois diferentes tipos de áreas a considerar: biótopos já classificados ao abrigo do Decreto-Lei nº 613/76 como Áreas Protegidas, e biótopos que não estando classificados são já reconhecidos como áreas de interesse para a conservação. As primeiras só pela necessidade de existirem podem considerar-se como um mau indicador quer do estado de preservação do meio envolvente, quer da atitude que se espera da população face à sua existência.

Estas áreas possuem valores que as poderão classificar como de interesse internacional, nacional, regional, ou meramente local. Surgem, contudo e sempre, com um carácter tipicamente "insular", isto é, em completa dissonância com o meio envolvente, mas sempre vítimas das actividades que se desenrolam na sua envolvente. Este facto só por si torna os respectivos ecossistemas extremamente permeáveis a essas actuações.

As áreas já classificadas são:

- Mata Nacional de Vale de Canas
- Mata Nacional do Choupal
- Reserva Natural do Paul de Arzila

Nesta destacam-se os valores pertencentes à fauna (Garça-vermelha e Lontra).

A importância internacional desta reserva foi recentemente reconhecida por uma comissão internacional de peritos que a considerou como Reserva Biogenética.

As áreas já inventariadas como de interesse para a conservação são:

- Serra da Boa Viagem - Cabo Mondego
- Paul da Madriz
- Paul da Quinta do Taipal
- Estuário do Rio Mondego - Ilha da Morraceira
- Montes de Santa Olaia e Ferrestelo

A avidez e a irracionalidade do Homem não lhe têm permitido constatar que estas áreas, além de alimentarem as ânsias do seu *stress* quotidiano, são também, p. ex., pólos de difusão de espécies cinegéticas.

### **Vida selvagem**

A vida selvagem deverá ser considerada como um recurso, tendo no entanto unicamente sido valorizadas até ao presente as espécies cinegéticas. Cabe aqui destacar o papel desenvolvido por inúmeras espécies que gratuitamente auxiliam o Homem (aves insectívoras, predadores, etc.).

Por outro lado esta mesma vida selvagem deverá funcionar como um indicador (biológico) de poluição. É o que se pode aferir pelo acompanhamento atento e contínuo das populações de algumas espécies sensíveis, das quais destacamos: a Lontra, a Cegonha-branca, a Garça-boieira, a Garça-vermelha, entre outras.

### **Ameaças**

Sem querer transformar estas notas num "muro das lamentações", considera-se de realçar, porventura uma vez mais, alguns dados de extrema importância.

É quando se inicia o estudo aprofundado das ameaças que pairam sobre o património natural desta região, que se compreende o grau de dependência deste sistema em relação às regiões circunvizinhas. O principal veículo dessa dependência é o elemento água, o mesmo que está na base de quase todas as actividades económicas que se desenvolvem neste espaço, o mesmo que permitiu ao longo dos tempos a modelação da actual fisionomia da região. Os 20-30 Km terminais deste rio, com cerca de 230 km de extensão, bem como as suas áreas envolventes, são de facto extremamente sensíveis a actos desenvolvidos noutros pontos da bacia. É o caso paradigmático dos fogos florestais que estiveram na base do seu assoreamento (p.ex. entre 1872 e 1934 o leito do Mondego subiu em Coimbra 17 cm, em Montemor-o-Velho 1,5 m e em Lares 2,32 m).

Por montante entra na região toda a carga poluente oriunda de toda a parte alta da bacia hidrográfica do Mondego, as águas residuais das áreas urbanas, os efluentes líquidos das indústrias e particularmente das agro-indústrias instaladas.

Não esquecer a extracção e lavagem de inertes, bem como a exploração de barreiros e pedreiras que na ausência de eficazes tanques de sedimentação, são actividades que afectam consideravelmente os recursos aquícolas. A afectação paisagística resultante destas actividades é visível nas proximidades de Montemor-o-Velho, de Maiorca e na Serra da Boa Viagem; onde as feridas na paisagem, em vez de serem devidamente tratadas, apresentam tendência para alastrar.

A jusante, a poluição afecta toda a nossa "ocidental praia lusitana", sendo essencialmente oriunda quer da carga poluente que desagua pela via fluvial no Atlântico, quer dos resíduos que nele são permanentemente vertidos pelo intenso tráfego marítimo que corre paralelo à nossa costa, quer pelos efluentes industriais que nele desaguard directamente. Todos estes tipos da denominada "poluição telúrica" estão inscritos na Convenção de Paris (Convenção para a Prevenção da Poluição de Origem Telúrica, 1974) aprovada e ratificada por Portugal, como tipos de poluição a eliminar.

O arroz, cultura tradicional e extremamente exigente em tratamentos fito-farmacêuticos, tem sido a causa de muitos problemas ambientais. Os tratamentos referidos, por uma questão de eficiência e de custo, são exclusivamente efectuados por via aérea. Em face disto o arvoredado que tradicionalmente se instalava nas "motas" é abatido no intuito de facilitar a manobra das avionetas.

A caça furtiva é uma constante, recorrendo-se a diversas artes e técnicas. O abate de espécies protegidas continua a ser, como em todo o país, uma prática generalizada. Por outro lado, a poluição do meio unicamente com o conteúdo em chumbo de cada cartucho é, só por si, um facto preocupante.

A introdução de espécies exóticas florísticas (por exemplo as acácias e a erva-pinheirinha) e faunísticas (por exemplo o Lagostim vermelho da Luisiana), são riscos inconscientes dos quais a comunidade no seu todo começa agora a pagar a respectiva factura.

### **Desequilíbrios**

É fruto de todos estes impactes negativos, que surge toda uma sintomatologia cujo diagnóstico aponta para um desequilíbrio biológico cada vez maior do sistema. Esta degradação poderá conduzir a breve trecho a uma catástrofe ecológica generalizada.

Levada já quase ao extremo a capacidade de resistência do sistema ecológico existente e estimando-se que a sua resiliência (período de tempo que o sistema ecológico demora a reconstituir a situação inicial após uma dada perturbação) tem cada vez um valor mais elevado, é óbvio que as perturbações antrópicas apresentam efeitos visíveis cada vez de maior vulto e de difícil previsão.



## Alternativas

Recentemente o Comissário português junto da Comunidade referiu que os indicadores comunitários indicavam que no final do século o turismo se assumiria como a mais importante actividade económica no espaço do mercado único.

É este mesmo turismo que está em mudança:

- pretendendo valorizar cada vez mais o património,
- procurando cada vez mais a qualidade,
- oferecendo cada vez mais alternativas de bem estar, aliás atitudes já assumidas pelo nosso Plano Nacional de Turismo.

A esta assunção de objectivos e estratégias não são alheias as orientações comunitariamente preconizadas para o Ano Europeu do Turismo:

- a deslocação dos fluxos turísticos para novos destinos,
- a sua localização fora das épocas altas.

É em todo este contexto que o turismo de Natureza (essencialmente de observação), o agro-turismo e o turismo rural, os desportos de Natureza (exemplos da canoagem, vela, equitação, etc.) e mesmo as actividades lúdico-recreativas (o passeio de domingo), se assumem como formas de valorização do nosso património natural.

Na actualidade considera-se impossível a fixação das populações, e de técnicos superiores em particular (o conhecimento é sempre um vector indispensável ao desenvolvimento), nos meios rurais sem que neles os parâmetros de qualidade de vida e ambiente assumam níveis aceitáveis.

A prática tem demonstrado que o desenvolvimento exige "um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado", citando o Artº 66 da Constituição da República Portuguesa.

Aliás, o IV Programa de Ambiente da Comunidade, precedido de um parecer do Comité Económico e Social apontando no mesmo sentido, indica que não poderão existir actividades turísticas sem qualidade de ambiente.

Tem sido pelo facto de as soluções não estarem ao alcance das sociedades, que a História tem assistido ao desaparecimento de florescentes culturas. Saibamos nós relativamente ao Baixo Mondego concretizar inteligentemente o sonho do poeta:

" E minhas águas cresceram  
E minhas águas levaram,  
Rosas que os campos encheram  
Rosas que o mar perfumaram"

Silva Gaio, "Fala do Rio Mondego"



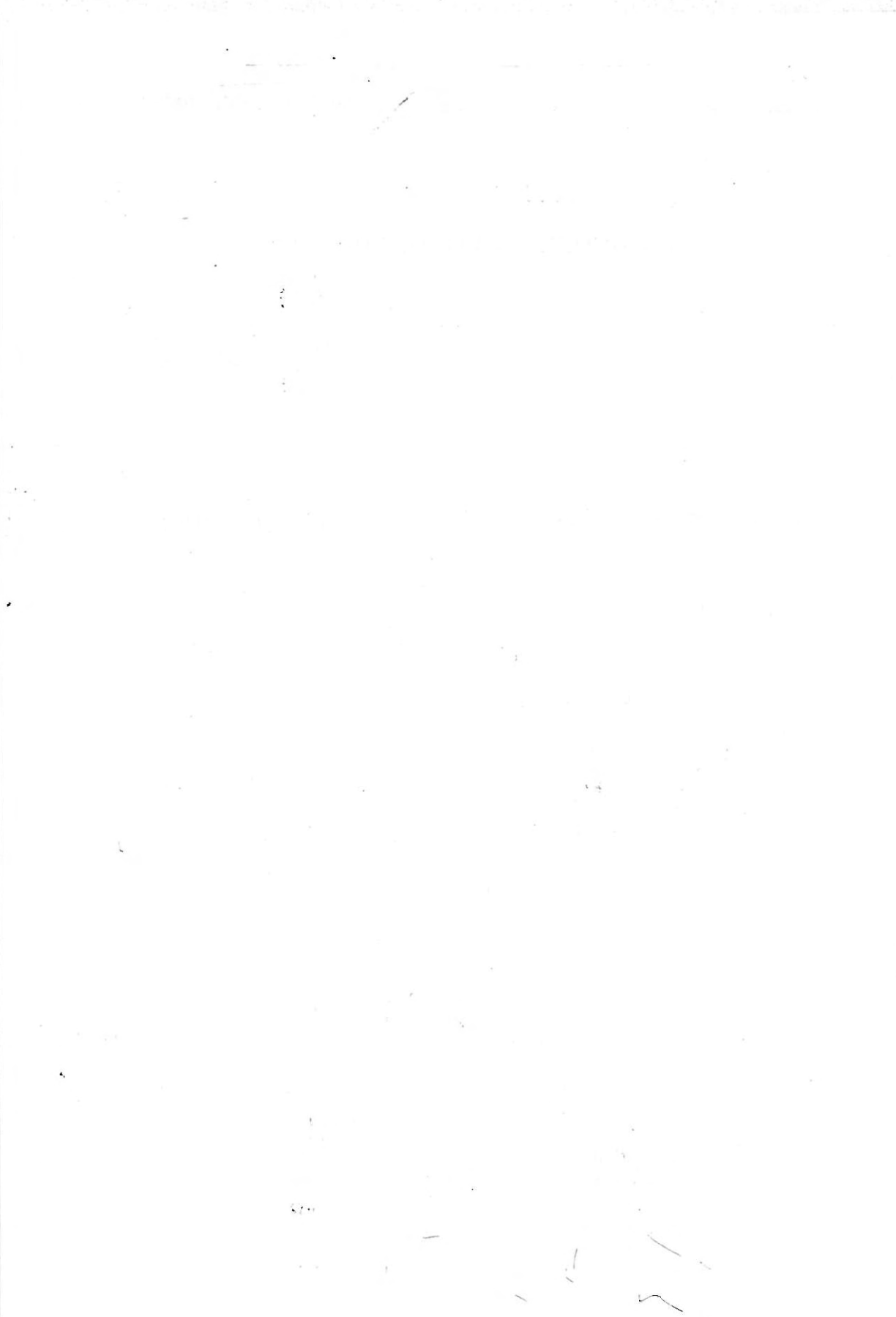
ESCULTURAS À VOLTA DUM RIO

Pedro Dias\*

ESTA CONFERÊNCIA NÃO SE REALIZOU POR DOENÇA DO AUTOR

---

\* Prof. de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Director do Instituto de História de Arte. Integra a Comissão das Comemorações dos Descobrimentos.



## O ENCANAMENTO DO MONDEGO NUM DOCUMENTO DE 1800

Emília Mariano\*  
M. Dias da Silva\*\*

Tem esta comunicação o objectivo de divulgar um documento manuscrito, existente no Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, enviado, em 16 de Outubro de 1800, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino<sup>1</sup>, ao Sr. José Monteiro da Rocha<sup>2</sup>, Decano da Faculdade de Matemática.

---

\* Técnica Superior Principal de BAD do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.

\* \* Licenciado em Engenharia Electrotécnica. Director do GAAC.

1 Secretário de Estado dos Negócios do Reino no tempo em que era Regente o futuro D. João VI. É o Marquês Mordomo Mor que assina a carta enviada ao Dr. José Monteiro da Rocha.

2 José Monteiro da Rocha nasceu em Canaveses, em 1734 e morreu em 1719, em Carnaxide. Era filho de João Teixeira, lavrador na província do Douro. Foi para o Brasil tendo feito, segundo uns, os primeiros estudos no Colégio dos Jesuítas da Baía e, depois de extinta esta Ordem, permaneceu encarregado dos filhos do Governador da Província. Segundo outros terá entrado para a Companhia de Jesus, ainda em Portugal, e só depois da extinção desta Ordem vai para a Baía donde voltou, alguns anos depois, vindo residir em Coimbra na rua de S. Pedro. Aparece-nos matriculado em Cânones em 01. Outubro. 1769, e alcança os graus de Bacharel em 1770.

Por intervenção do Bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, o Marquês de Pombal tem conhecimento do seu valor e encarrega-o da organização dos Novos Estatutos da Universidade na parte das Ciências Naturais.

Como prova de apreço, segundo a tradição, o Marquês deu-lhe uma medalha de ouro e um anel de brilhantes.

Foi doutorado em Matemática, gratuitamente, e incorporado na Faculdade de Matemática. Foi nomeado Lente de Astronomia em 1783 tendo sido jubilado nesta cadeira em 1785 e, por carta régia de 15 de Abril de 1795, foi nomeado Decano, Lente de Prima e Director Perpétuo da Faculdade de Matemática e do Observatório Astronómico.

Neste documento pedia-se que a Faculdade de Matemática fizesse as diligências, convenientes e necessárias, para uma completa informação ao Regente<sup>3</sup> sobre as questões levantadas pelo ençanamento do rio Mondego, a fim de que aquele pudesse dar seguimento a queixas que tinham subido ao Paço, relacionadas com o mesmo assunto.

Antes de chegarmos ao objecto que motivou a comunicação presente, falaremos, ainda que duma forma ligeira e sumária, sobre as cheias do rio Mondego e os problemas que com elas andaram associados.

Nem sempre o Mondego terá sido um rio de carácter impetuoso, com forte caudal e de características torrenciais. Quando, por volta do Séc. XII, se iniciou o povoamento do território português, houve necessidade de se devastar o arvoredo e as matas que o cobriam. Este facto, bem como a introdução de cereais de cultivo nas margens do rio, e mais tarde o consumo de madeiras para a construção naval, devem ter constituído factores importantes na alteração das características do rio. Do mesmo modo terão facilitado uma acentuada desagregação dos terrenos das encostas que as chuvas facilmente passaram a arrastar.

Com fraca arborização nas encostas e um acentuado declive, sem reservatórios reguladores do caudal, o rio Mondego passa a provocar, no seu curso superior e médio, uma forte erosão e as suas cheias passam a transportar grandes quantidades de materiais até ao curso interior, onde se depositam, devido ao seu reduzido declive.

Assim, nesta zona, vai-se alterando o leito do rio e este origina estragos quer nos campos quer nas construções situadas nas margens.

É assim que desaparecem terras de grande fertilidade e se vão formando as ínsuas, os meandros e os pauis. Também, pelo mesmo motivo, a Ponte de Coimbra passa a ter constante necessidade de ser reparada ou construída de novo e o Convento de Santana e os Mosteiros de S. Francisco, S. Domingos e Santa Clara e a Igreja de Santa Justa são arruinados.

---

Começou a exercer o cargo de Vice-Reitor da Universidade em 1783. Em 1801 foi chamado à Corte para ser mestre de S. Alteza o Príncipe D. Pedro e mais Infantes, cargo que desempenhou até à saída da família real para o Brasil, em 1807.

Em 1804 foram-lhe concedidas todas as honras de Vice-Reitor.

Ordenou-se sacerdote tendo sido Cónego Magistral da Sé de Leiria e Portalegre.

Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, membro da Sociedade Real da Marinha, Vice-Presidente da Junta da Direcção Geral dos Estudos, Comendador da Ordem de Cristo e Conselheiro do Príncipe Regente.

Foi nomeado Principal do Real Colégio dos Nobres das Três Províncias.

Faleceu, em 1819, numa quinta que tinha comprado próximo de S. José Riba-Mar (Carnaxide), com 85 anos.

Deixou numerosas obras publicadas.

3

D. João, filho de D. Maria I e de D. Pedro III, casou, em 1785, com D. Carlota Joaquina de Bourbon. Governou em nome de sua mãe, impossibilitada por grave doença nervosa, desde 1792 a 1799. Nesta data, tendo sido confirmada a incurabilidade da loucura de sua mãe, assumiu a qualidade de Príncipe Regente.

A Rainha faleceu em 1816, data em que foi aclamado Rei como D. João VI.

Cedo se tentaram encontrar soluções para o problema. D. Afonso V, em documento de 22 de Setembro de 1464, propôs a, pelo menos aparentemente, acertada providência: "... o Rio Mondego ... fazia grande dano no campo da dita cidade e no outro até Montemor e isso mesmo nos mosteiros que cerca dela estão e no arrabalde da dita cidade por a qual razão mandámos fazer uma estacada entulhada para tolher parte do dito dano que assim fazia com grandes despesas e trabalhos, que pouco prestaram e que para nisto haver algum reparo lhe não acharam senão um remédio, que segundo a notícia que haviam, se guardava nos tempos antigos: que da dita cidade até Seia nenhuma pessoa, de qualquer estado ou condição que fosse, não pusesse fogo a uma légua do rio em través de uma parte e da outra. E por esta maneira não correria areia ao dito rio e a que em ele jaz irá dando lugar a água".

As coisas continuaram semelhantes. Esta determinação pouco adiantou, ou por falta de cumprimento ou por carência de medidas complementares como a arborização. Esta foi tentada por duas Câmaras quinhentistas sem qualquer resultado prático.

Nada impediu que a situação do leito do rio, no seu curso inferior, se agravasse constantemente. Os paus, as valas e os charcos resultantes tornaram-se focos de doença que ameaçavam as populações limítrofes.

Não parecendo possível eliminarem-se as causas do problema, começou a tentar-se controlar os efcitos.

Embora já no Séc. XVI tivessem havido tentativas e em 1606 fosse publicado o primeiro Regimento dos Marachões "*para impedir os grandes estragos, que continuamente faz o rio Mondego*"<sup>4</sup>, é, em 1627, que surgem os primeiros estudos e as primeiras obras. O primeiro superintendente destas foi o Bispo de Coimbra e, mais tarde, o Reitor da Universidade.

Em 1684 foi criada a primeira "*Junta para o encanamento do rio Mondego*".

Com estas obras nenhuma melhoria se devem ter produzido porque, alguns anos mais tarde, foi decidido mudar a direcção do encanamento e abrir um novo leito.

Em 1708 D. João V mandou reunir as pessoas consideradas mais cultas e competentes para discutirem o encanamento do rio.

Destas segundas obras nada de melhor resultou. O Mondego destruiu tudo aquilo que tinha sido feito para lhe controlar a fúria.

Em 1791 foi determinado um terceiro encanamento do rio mas, desta vez, desde Coimbra até à Foz. O novo leito deveria começar antes da cidade e em Montemor devia dar-se-lhe uma outra direcção e um novo leito deveria ser rasgado próximo de Lares.

<sup>4</sup> FORTES, Mário - "O Aproveitamento Geral da Bacia do Rio Mondego, pelo sistema confederativo sindical hidrográfico", pág. 17.

Domingos Vandelli<sup>5</sup> e o Padre Estêvão Cabral<sup>6</sup>, entre outros, apresentaram projectos para estas obras. Foi escolhido o deste último.

A solução de Estêvão Cabral baseava-se em que quanto mais curto fosse o percurso, mais forte seria a corrente; logo, o que deveria fazer-se, era eliminar as voltas e ínsuas que o rio tinha no seu trajecto.

Surge assim um curso de rio construído para pôr em prática a teoria enunciada.

As obras decorreram desde Maio de 1791 até 1807, ano em que, sendo supervisor o Dr. José Bonifácio<sup>7</sup>, lente da Faculdade de Matemática, a primeira invasão francesa obrigou a interrompê-las.

- 
- 5 Domingos Vandelli nasceu em Pádua, cerca de 1730, e morreu, em Lisboa, em 27.06.1816. Tendo-se doutorado em Filosofia, na Universidade de Pádua, veio, em 1764 ou 1765, para Portugal, a convite do Marquês de Pombal a fim de ensinar na Universidade de Coimbra. Embora mais conhecido como biólogo do que como químico, foi-lhe confiada a direcção do Laboratório de Química. Como vinha ensinar, não só Química mas também História Natural, foi graduado na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Medicina em 1772. Dirigiu os primeiros trabalhos para a criação do Jardim Botânico do qual foi director. Fundou uma fábrica de Faiança à qual se deve o florescimento da indústria de cerâmica conimbricense nos fins do Séc. XVIII e princípios do Séc. XIX, conhecida pelo nome de "Louça de Vandelles". Foi Director do Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, desde 1787 até às Invasões Francesas. Foi acusado de pertencer ao partido dos "afrancesados" tendo sido preso e enviado para a Ilha Terceira donde foi transferido para Inglaterra. Regressou a Portugal em 1815. Era comendador da Ordem de Cristo; deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, e das de Upsala, Lusácia, Pádua, Florença, etc.. Escreveu numerosas obras em português e latim, especialmente sobre botânica.
- 6 Estêvão Cabral, cientista, nasceu em 1734 em Tinalhas e morreu em 1811 em S. Vicente da Beira. Estudou Filosofia e Ciências, em Coimbra. Entrou para a Companhia de Jesus em 1750 e foi desterrado para Itália em 1759. Notabilizou-se por numerosos trabalhos científicos no campo da hidráulica. A convite do governo de D. Maria I, regressou a Portugal em 1788. Foi eleito sócio da Academia de Ciências de Lisboa, em 1789, e encarregado, oficialmente, de realizar diversas observações no Mondego e noutros locais. Publicou os resultados nas "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa de 1790 a 1812". Publicou várias obras destacando-se o "Tratado de Agrimensura".
- 7 José Bonifácio de Andrade e Silva nasceu em Santos, S. Paulo, Brasil em 1763. Concluídos os primeiros estudos, seu pai, o coronel Bonifácio José de Andrade, mandou-o para Coimbra, em 1780, para se formar em Direito. Além deste curso, formou-se também em Filosofia. Para aprofundar os seus conhecimentos de História Natural e Metalurgia, percorreu a Europa entre 1790 e 1800. Foi um dos mais célebres mineralogistas do seu tempo. Regressado a Portugal é nomeado Intendente Geral das Minas em Maio de 1801. Em 1802 foi graduado gratuitamente na Faculdade de Filosofia. Foi também, nesse mesmo ano, dispensado das teses e exame privado e nomeado lente proprietário da cadeira de Metalurgia, expressamente criada para ser regida por ele. Foi major e depois tenente-coronel do célebre Batalhão Académico formado para combater os franceses durante as invasões destes. Por aviso régio de 7 de Julho de 1807, foi nomeado Superintendente e Director do Encanamento do Rio Mondego e Obras Públicas da cidade de Coimbra.



O alvará de Março de 1791, que ordenou o terceiro encanamento, determina que se iniciem "acima da cidade as obras necessárias, devendo começar por ali o novo leito, que o rio tinha principiado a abrir na volta do Almegue<sup>8</sup>; cortando-se as ínsuas, os mouchões ou camalhões, que obstarem ao encanamento sem compensação aos seus possuidores, por serem usurpações do alvéo, indenizando-se, porém, os senhores das terras por onde o novo alinhamento tivesse de passar"<sup>9</sup>.

Esta determinação, certamente, não iria agradar a todos. Aqueles que se vissem despojados das terras, que consideravam como suas, sem qualquer indenização, manifestariam o seu protesto.

Aliás, situação idêntica se teria já passado anteriormente, como refere Estêvão Cabral, em 1790, na sua "Memória sobre os danos do Mondego no Campo de Coimbra, e seu remédio" ao referir que lhe "foram mostrados os autos originais de uma comissão de encanamento do Mondego, do ano de 1708 existentes na mão do Desembargador José Magalhães Castelbranco, presentemente Superintendente das obras do Mondego. Nos ditos autos se começa de um Alvará do Senhor Rei D. João V, em que se relata, que Lourenço de Matos tendo comprado uma pequena ínsua no meio do rio por 300\$000, a tinha aumentado de modo, que valia mais de cincoenta mil cruzados, e em grandeza tinha mais de 80 geiras, com evidente usurpação dos campos circunvizinhos. Em consequência mandou S. Magestade, que esta, e as demais ínsuas fossem todas demolidas. Mais se continuam nos mesmos autos novas queixas, que, não obstante os Decretos de desfazer das Ínsuas, nada se executava, antes de faziam outras novas; pelo que expedio S. Magestade alguns Engenheiros, que não são nomeados, a reconhecer o estado do rio: êles ou julgando pouco possível o desfazer as Ínsuas, ou conhecendo, que a situação mais baixa dos campos da banda esquerda por S. Martinho, Casais, Vilapouca, Arzila, chamava naturalmente as águas a esta parte ou por outros

---

Em 1812 foi eleito, por unanimidade, Secretário da Academia das Ciências, cargo que exerceu durante sete anos.

Não resistindo às saudades da terra natal, voltou ao Brasil onde os acontecimentos políticos de 1821 despertaram o seu génio patriótico, intervindo, activamente, na causa da independência do Brasil. Foi deputado à Assembleia Constituinte e Ministro do novo Império.

Em consequência da luta entre os partidos foi desterrado para a Europa tendo-se exilado em França.

Regressou ao Brasil em 1829. Nesta altura, D. Pedro I confiou-lhe a tutela dos seus filhos, ao abdicar da coroa imperial para regressar, definitivamente, a Portugal.

Cansado da política e exausto de tantos trabalhos e estudos, fixou residência em Niterói, em 1838, onde faleceu a 6 de Abril do mesmo ano.

Além de naturalista e homem de Estado, foi também poeta.

Deixou numerosas obras publicadas.

<sup>8</sup> Alvéo, aliás alveo, do latim *alveus*, é o leito do rio.

<sup>9</sup> FORTES, Mário - ob. cit., pág. 22.

motivos, foram de parecer, que se mudasse o alvéo do Mondego do meio dos campos, aonde corria, para o lado esquerdo vizinho as referidas terras"<sup>10</sup>.

Ontem, como hoje, "os outros motivos" são, normalmente muito fortes.

A par do descontentamento de alguns havia outros que consideravam que estas obras apenas serviam para gastar dinheiro pois que, em cerca de cem anos, se iniciaram três obras no Mondego permanecendo os mesmos males.

Advogavam terceiros que as referidas obras eram muito importantes para a agricultura dos campos.

Todas estas razões e motivações ganharam corpo e voz e chegaram até ao Paço Real, em Lisboa, originando que, em 1800, o Marquês Mordomo Mor enviasse ao Dr. José Monteiro da Rocha o seguinte documento:

*"Tendo constado ao Principe Meu Senhor a diversidade de opinioens que há sobre a Obra do Encanamento do Rio Mondego que por ordem do mesmo Senhor se tem emprehendido, assentando huns que ella he muito util para a cultura dos Campos por onde o Rio corre, persuadidos outros que a dita obra tem sido muito prejudicial e perdida toda a grande despeza, que nella se tem feito, e queixando-se alguns de que os Terrenos por onde passa o novo Canal lhes não foram compensados contra o que expressamente se ordenou: e querendo Sua Alteza dar sobre este objecto a providencia, que pede materia tão importante, encarregando o exame deste Negocio a Pessoas, que alem da exactissima imparcialidade, que devem nelle ter, igualmente sejam dotados da pericia conveniente e necessaria para semelhantes averiguaçoens. Julgando que a Faculdade Mathematica dessa Universidade de Coimbra he a mais propria para ser encarregada de semelhante deligencia, assim pelo merecimento das Pessoas de que ella se compoem, como por serem os seus estudos os mais analogos ao conhecimento das obras daquella natureza: He servido encarregar à mesma Faculdade o exame deste Negocio, ouvindo sobre elle o Padre Estevão Cabral, e o Dezembargador Joze de Magalhaens Castello Branco, nomeando aquelles membros da mesma Faculdade, que melhor lhe parecer para fazerem os exames e vestorias necessarias, e informando depois para ser prezente a Sua Alteza o rezultado deste Negocio, esperando o mesmo Senhor que o que practicar a dita Faculdade seja obrado com tal acerto, e imparcialidade, que tenha muitos motivos para augmentar e acrescentar a estimação e apreço que della faz: Encarregando muito especialmente a VS. como Director da mesma Faculdade, que ponha todo o cuidado, e vigilancia neste importante Negocio, que se concluirá muito à Sua Real satisfação sendo feito debaixo da direcção de VS. cujo zelo e inteligencia são bem constantes ao mesmo Senhor.*

*Deos guarde a VS. Palacio de Queluz em 16 de Outubro de 1800.*

*Marques Mordomo Mor"*

O Dr. José Monteiro da Rocha exarou no documento o seguinte despacho:

*"Cumpra-se, e registre-se em Congregação da Faculdade Mathematica de 22 de Novembro de 1800".*

---

<sup>10</sup> FORTES, Mário – ob. cit., pág. 73.

Consultando, no Arquivo da Universidade, o Livro das Congregações da época podemos ler:

*"Na Congregação de 22 de Novembro de 1800 na casa das Congregações se fez esta de Mathematica sendo presidente o Ill<sup>mo</sup> Snr Jozé Monteiro da Rocha do Conselho de Sua Majestade Vice-Reitor da Universidade e Deputados os Lentes abaixo assinados.*

*Convocou-se esta Congregação para se publicar o Aviso do Secretário de Estado dos Negócios do Reino o qual é do teor seguinte:*

*... (Segue-se a cópia da carta) ...*

*E porque nada mais se tratou António José d'Araujo Sta. Bárbara<sup>11</sup> que serviu de Secretário fez este termo.*

*Jozé Monteiro da Rocha*

*Manuel Joze Per<sup>a</sup> da Silva<sup>12</sup>*

*António Joze d'Ar<sup>o</sup> Sta. Bárbara"*

Segue-se depois o envio, ao Padre Estêvão Cabral e ao Dezembargador José Magalhães Castelo Branco, da cópia da carta do Mordomo Mor para que se pronunciem sobre a matéria.

Acabámos a nossa pesquisa sem termos encontrado a Congregação onde teria sido presente a informação daqueles e aquela onde teria sido enviada a resposta ao Mordomo Mor.

Pensamos, no entanto, que valeu a pena termos divulgado este documento pois julgamos que pode ter aberto caminho para outras investigações.

---

11 António José de Araújo Santa Bárbara nasceu em Melgaço em 1750 e morreu em 1818. Matriculou-se, na Universidade de Coimbra, em Matemática, Filosofia e Medicina, tendo-se doutorado em Matemática e bacharelado em Filosofia.

Foi opositor sem designação de cadeira em 1789, 4<sup>o</sup> Lente de Foronomia em 1805 e 1806, substituto extraordinário de Geometria em 1793 e de 1795 a 1799 e 4<sup>o</sup> Lente de Astronomia Prática em 1801 e de 1817 a 1820. Jubilou-se em 30 de Abril de 1817.

Exerceu o cargo de 2<sup>o</sup> Astrónomo.

Foi religioso Agostinho-descalço e pregador de nomeada. Foi-lhe concedido o hábito da Ordem de Cristo com doze mil reis de tença e possibilidade de usar insígnias.

Foi dos lentes mais críticos de D. Francisco de Lemos, agredindo-o mesmo com termos de grande falta de cortezia, pelo facto deste não pagar aos professores, gastando o dinheiro nas obras do Jardim Botânico e na reforma do órgão da capela da Universidade.

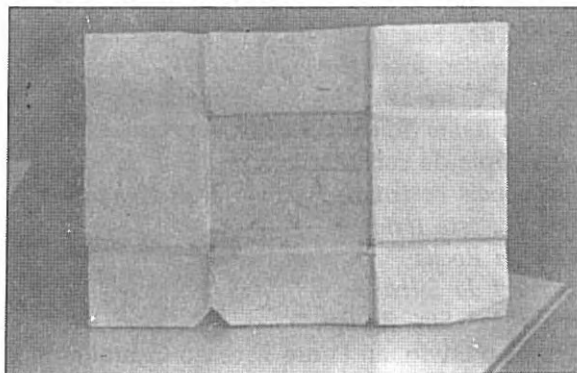
12 Manuel José Pereira da Silva nasceu em Barcelos em 1749 e morreu em 1827.

Doutorou-se em Matemática e bacharelou-se em Filosofia.

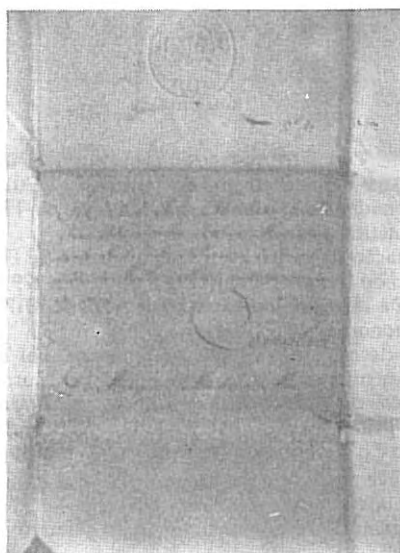
Foi substituto extraordinário de Astronomia, Lente Proprietário de Álgebra e Cálculo, e 1<sup>o</sup> Lente de Geometria.

Jubilou-se em 1817, tendo anteriormente ocupado os cargos de Vice-Director do Observatório Astronómico e o de 1<sup>o</sup> Astrónomo.

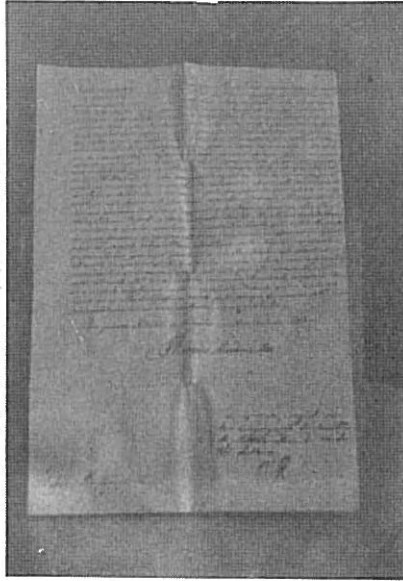
Foi Senhor da Comenda da Catedral de Elvas da Ordem de Cristo e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo.



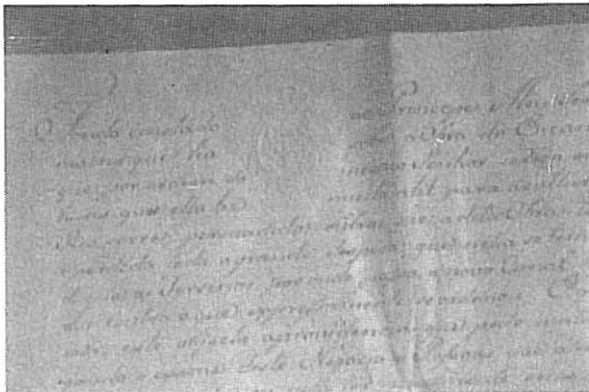
AJ.1- "Envelope" do Manuscrito existente no cofre do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.



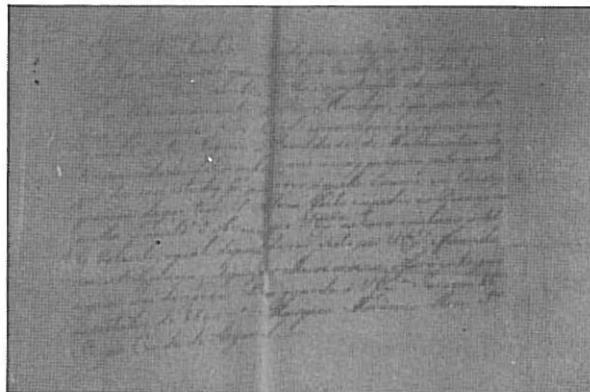
AJ.2- Parte do "Envelope" do Manuscrito existente no cofre do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.



AJ.3 – Manuscrito existente no cofre do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.



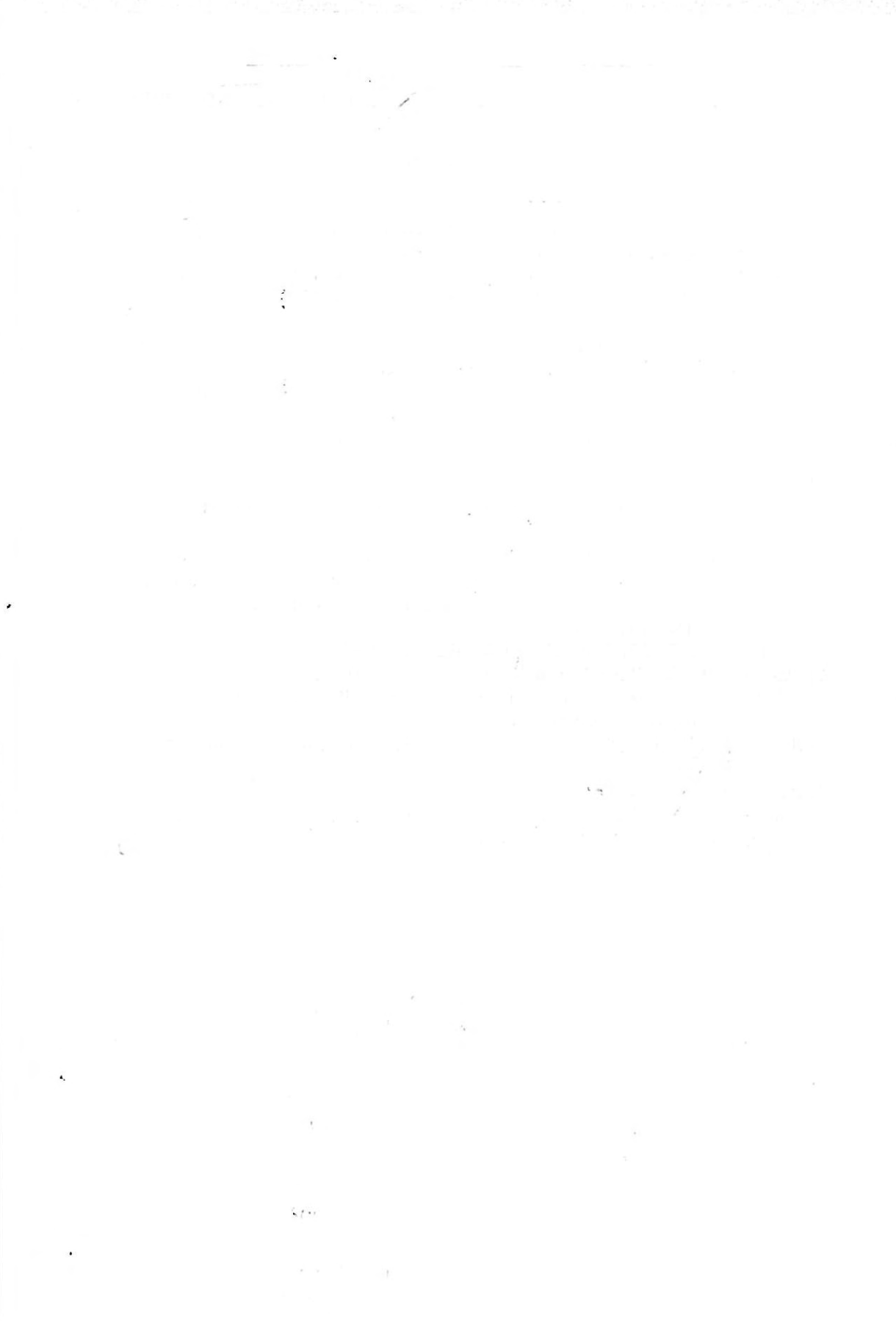
AJ.4 – Selo do Manuscrito existente no cofre do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.



AJ.5 – Cópia resumo do Manuscrito, existente no cofre do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.

**BIBLIOGRAFIA**

- A.U.C. – "*Livro das Congregações da Faculdade de Matemática*". Disponível no Arquivo da Universidade de Coimbra.
- BANDEIRA, José Ramos – "*Universidade de Coimbra. Edifícios do Corpo Central e Casa dos Melos*", Coimbra, Imprensa da Universidade, 1943.
- CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de – "*Memória Histórica da Faculdade de Philosophia*", Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.
- FERNANDES MARTINS, A. – "*Esta Coimbra ... Alguns apontamentos para uma palestra*", Coimbra, Cadernos de Geografia do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951.
- FORTES, Mário – "*O Aproveitamento Geral da Baxia do Rio Mondego, pelo Sistema Confederativo Sindical Hidrográfico*", Lisboa, Bertrand (Irmãos) Ld<sup>a</sup>, 1929.
- FREIRE, Francisco Castro – "*Memória Histórica da Faculdade de Mathematica nos cem anos decorridos desde a Reforma da Universidade em 1772 até ao presente*", Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA, Verbo.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA.
- O.A.U.C. – Cofre, papéis vários. Disponível na Biblioteca do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA MARQUES, A. M. de – "*História de Portugal*", Lisboa, Palas Editores, 1974.
- PERES, Damião – "*História de Portugal*", Porto Editora Ld<sup>a</sup>, 1983.
- ROCHA BRITO, A. da – "*Filipe Tércio e a Ponte Real de Coimbra*", Arquivo Coimbrão, Vol X, Coimbra Editora, 1947.





## O MONDEGO NA LITERATURA

Isaltina Martins\*

*"Vão as serenas águas  
do Mondego descendo,  
mansamente, que até ao mar não param,"*

Assim começa Camões a sua Canção IV. O Mondego e as suas margens servem de cenário à sua vida amorosa. A amenidade do local recorda-lhe tempos felizes que contrastam com a situação presente do poeta, de sofrimento e saudade.

O rio, as águas que correm, tema clássico, símbolo do fluir do tempo e da vida que se escoam, são tema constante de poetas e prosadores da nossa literatura.

O Mondego inspirou, e continua a inspirar, a arte literária e, por excelência, a poesia. Ele é o confidente de Inês, nos versos de Camões<sup>1</sup>, é o

---

\* Licenciada em Filosofia Clássica. Profª do Ensino Secundário. Membro da Direcção do GAAC.

1 *"Estavas, linda Inês, posta em sossego,  
de teus anos colhendo doce fruto,  
Naquele engano de alma, ledo e cego,  
Que a fortuna não deixa durar muito,  
Nos saudosos campos do Mondego,  
De teus fermosos olhos nunca enxuto,  
Aos montes ensinando e às ervinhas  
O nome que no peito escrito tinhas"*  
Luís de Camões, "Os Lusíadas", III, 120

portador da morte da tragédia de António Ferreira<sup>2</sup>, e é também nele que Pedro vê os sinais da maldição e da vingança que pretende tomar sobre aqueles que assim lhe roubaram o seu amor<sup>3</sup>. Como confidente ou simples cenário de um caso de amor, o Mondego é uma constante na saudade de todos aqueles que algum dia passaram por Coimbra. Ouvindo, serenamente, as mágoas dos estudantes:

*"Fui ao Mondego levar  
As penas das minhas mágoas"*

ele é também o calmo apaixonado que sabe escolher a mais bela, a quem beija, sonhador e submisso

*"Beija-te os pés Santa Clara  
O Mondego sonhador  
E nesse beijo de amor  
Vão mil preces, Santa Clara"*

Assim, o Mondego aparece ao longo dos Séc. XVI, XVII e XVIII, é constante em poetas do Séc. XIX, como Antero de Quental ou Gonçalves Crespo e na passagem para o Séc. XX, de Silva Gaio a Eugénio de Castro, Afonso Lopes Vieira ou Cândido Guerreiro, Vitorino Nemésio ou Miguel Torga.

Do Mondego são recordadas as suas margens, os salgueiros e os campos semeados. São lembrados os tempos de seca e as cheias dos invernos rigorosos. Como naquela quadra de Manuel Cardoso Martha:

*"Coimbra, menina garrida  
Que mal te quer o Estio  
P'ra te não veres ao espelho  
Mal chega, seca-te o rio..."*

---

2 "Ó Príncipe tão cego!  
Ó Príncipe tão duro!  
.....  
Tu dormes ou passeias,  
E pelos campos vem  
Do Mondego, correndo,  
A cruel Morte, em busca  
Da tua doce vida,  
Do teu amor tão doce"

António Ferreira, "Castro", Acto III, Cena II, Coro II

3 "... em sangue  
Se converta aquela água do Mondego  
As árvores se sequeem, e as flores.  
Ajudem-me pedir aos céus justiça  
Deste meu mal tamanho"

António Ferreira, "Castro", Acto V, fala de D. Pedro, vv. 141-145

No Séc. XVII ele é o centro de uma novela pastoril, de Eloy de Sá Sotto Maior, intitulada "Ribeiras do Mondego", publicada em 1623 e que teve uma nova edição da Imprensa da Universidade em 1932.

Aliando partes em verso com partes em prosa, os pastores falam da sua vida, contam os seus amores infelizes, com alguns interessantes poemas ao rio (eterno confidente) e suas águas claras:

*"No Mondego manso  
Claro e fresco rio  
Lágrima em fio  
Choro sem descanso  
Quando mais graciosa  
Se mostra a alvorada  
Que a manhã dourada  
Doura e faz formosa.  
Então julgo e vejo  
Vendo o bosque espesso  
Que faz grande excesso  
O Mondego ao Tejo.  
Quando os olhos lanço  
Na prateada areia  
Corre mansa a veia  
O rio mais manso."*

No Séc. XVIII, aparece, de António Manuel Gomes da Silveira Malhão, sob o pseudónimo de António Castanha Neto Rua, uma obra intitulada "Mondegueida", de 1788, que o próprio autor designe de poema "estrombótico", isto é, esquisito, fora do vulgar.

Como o nome nos pretende sugerir (lembrando a "Eneida", epopeia de Enaeias), trata-se de uma "epopeia" do Mondego. É na verdade um poema a que podemos, de algum modo, chamar herói-cómico, composto de quatro cantos, num total de 170 estrofes de cinco versos, em redondilha maior.

Com este poema pretende o autor descrever a cheia do Mondego desse ano e, como diz na Introdução-dedicatória, mostrar ao amigo ausente "Alexandre Bernardo Rodrigues Poda, estrela fixa da Rua das Fangas", a realidade que ele não viu.

É a personificação do rio que, ofendido com o modo como o têm tratado, resolve vingar-se:

*"Desta maneira o Mondego  
De vinte anos pelo espaço  
Viu com mágoa e com sossego  
Acanhar-lhe o antigo passo  
Das riquezas o amor cego!"*

*Viu, que à força de estacadas  
De muros e marachões  
Lhe punham freio às passadas  
E cheio de outras razões  
Quis as injúrias vingadas"*

Vai, por isço, ter com a mãe, pedir conselho e ajuda:

*"Ao Rei das águas da Beira  
Tanta injúria?! A mim que posso  
Dar ordens ao Alva e ao Ceira  
E semear o destroço  
À minha fala primeira!*

*A mim, que tenho por Mãe  
A grande Serra da Estrela,  
Que não precisa de alguém  
Para ajudar-me, pois ela  
Basta co'as neves que tem!"*

E, à semelhança de Marte que, no Concílio dos Deuses, pretende impor a ordem no alvoroço levantado à vontade de Júpiter, também o nosso Mondego,

*"..... batendo  
C'ó pé no chão de raivoso  
Se foi na cova metendo;  
E deste golpe horroroso  
A terra ficou tremendo"*

Ouvida a mãe que o aconselha a vingar-se, parte o rio a armar um grande exército para dar o devido castigo àqueles que se atreviam a injuriá-lo. Depois de invocar as "marítimas Deidades", que imediatamente enviam uma violenta tempestade:

*"E de roda os horizontes  
C'um dilúvio ameaçavam"*

Também a mãe o ajuda:

*"A Serra que o filho estima  
E c'ó despique se mete  
Quantas neves tem por cima  
Em um momento derrete  
E à dura guerra as anima"*

E então:

*"Na frente deste esquadrão  
Sai o Mondego arrogante  
Com seu tridente na mão  
Jurando da mais possante  
Muralha igualar ao chão."*

Outros se juntam:

*"O Alva que a mãe mandava  
A socorrer o irmão  
Já no caminho aguardava  
Com mercê de capitão  
E a soldadesca ordenava"*

E assim, na sua fúria, os rios:

*"Lagares, azenhas, muros  
Tudo vão pondo por terra"*

É a morte e a destruição: os muros, as barcas, as pipas de vinho, as ferramentas do pobre lavrador, as terras e as sementeiras.

Na Portela junta-se-lhes o Ceira que aí comandava as suas tropas, pois:

*"Como c'ó Mondego tinha  
Amizade muito estreira  
E servi-lo lhe convinha  
Desfilou pela direita  
Buscando a praia vizinha"*

As artes do homem para pôr um freio ao seu caminhar vão-se mostrando inúteis. E no lugar da vitória fica o troféu: "Mondego, chegou, veuceu". Nem sequer, como César, precisa de ver. Disso, ele sabia...

E as "faixas mais destemidas", as vinhas, os "marachões" tudo é deitado por terra, arrancado. O guerreiro, causado da refrega, busca algum conforto e apoio na Fonte dos Amores a quem conta as suas mágoas e, agora ufano da sua pompa, se queixa do desprezo a que ela o votou quando o viu:

*"..... No Estio  
Andar por aí de arrojo  
Tão parco d'águas e brio"*

Mais adiante, a ponte, arrogante e altaneira, não lhe dá atenção. Mas o Mondego não pode suportar tal:

*"Tu c'o chapéu na cabeça  
Ao ver-me passar em guerra?  
Inda faltava mais essa!  
Não temes te ponha em terra  
Ao rouco som duma peça?"*

A ponte impiedosa, lembra-lhe as fraquezas antigas:

*"Olá, como vem pomposo  
Respeitável e arrogante!  
Ó quanto o Inverno chuvoso  
Lhe muda a cor do semblante  
E o torna fero e vaidoso!*

*Não há seis meses inteiros  
Que por aqui nos corria  
Encostado aos arieiros  
E tão pobre que pedia  
Água às fontes e aos ribeiros*

*Foi dos ratos e toupeiras  
Há dois dias vadeado  
E brinco das lavadeiras!  
Hoje quer ser cortejado  
E puxa tropas guerreiras.*

*Ora vá que eu lhe prometo  
Dar-lhe a resposta em Agosto  
Quando menos circunspecto  
O vir, procurando encosto,  
Mais magro que um esqueleto."*

Ficou o Mondego em fúria com este insulto e:

*"Três vezes quis disfarçar  
A sua justa vingança  
Mas bramindo mais que o mar,  
Três vezes raivoso avança,  
Sem se poder explicar!*

*Bradando então: guerra, guerra,  
À rija ponte arremete  
E formando uma alta serra  
Lança-lhe as mãos ao topete  
E põe-lhe a riçada em terra!"*

Contente com esta vitória, o Mondego quer dar, à atrevida, lição condigna. Entra pela cidade levando consigo todas as tropas onde não faltam o Cova, o Lorvão e o Tobinho:

*"O Mondego, o General  
Em chefe de expedição  
Ao Nilo em forças igual  
À rectaguarda da mão  
Tem o estandarte real."*

Vai ao Largo das Ameias, ao Romal, entra por todas as ruas e, no sossego da noite, toda a cidade põe em alvoroço.

É o reboliço das moças que fogem, a boémia interrompida, o sapateiro que no meio de uma cura de vinho se vê atacado pela água.

*"Por bancas e cantareiras  
Salta mais destro que um gato  
Aqui rouba salgadeiras  
Ali faz em dois um prato  
Além quebra frigideiras."*

e

*"Assim vai amontoando  
Estragos de rua em rua  
seus camaradas buscando"*

E encontra os outros:

*"Vinha o Alva de Sansão  
Na frente dos seus ribeiros  
E topando-o de empurras  
Na rua dos sapateiros  
Deu c'umas casas no chão".*

Uns fogem pelos telhados, outros aparecem a boiar ainda deitados nas suas camas; vasilhas, pão, as sardinhas e o bacalhau, o presunto e o macarrão, tudo é levado na corrente.

## Baixo Mondego

---

O amanhecer na cidade é de desolação. Cada um procura contabilizar os estragos sofridos neste combate desigual. E todos vão ver com os seus próprios olhos:

*"Em alas pela Couraça  
A gente se amontoava  
Uns à ponte, outros à praça  
Um vão desejo levava  
De ver a comum desgraça."*

Parecia ter havido um dilúvio, ou mesmo um castigo divino, como diziam as velhas.

Há muito que socorrer. Há gente ainda em perigo, é preciso levar alimentos aos que estão isolados:

*"Mas como grande rumor  
Ia já pela cidade  
O Mondego, vencedor,  
Vaidoso da crueldade  
Mandou tocar o tambor."*

E retira-se o guerreiro, deixando atrás de si:

*"As casas arruinadas  
As ruas cheias de lodo  
Revolvidas as calçadas  
Sem comida o povo todo  
Por estorvo das estradas!"*

Ainda de longe, olha para trás, dizendo, impiedoso:

*"Suspira povo atrevido  
Que pelo meu leito largo  
Tens as terras estendido  
Eu acordei do letargo  
E o crime fica punido."*

e

*"Ao romper do sol doirado  
Chegou vaidoso à Figueira"*

Esta uma forma divertida de descrever a cheia do Mondego de 1788.

Mas, quem era este António Malhão? Segundo ele próprio diz numa obra, em quatro volumes, em que conta a sua "Vida e Feitos", era natural de Óbidos,



onde nasceu em 22 de Setembro de 1757. Depois de uma vida cheia de aventuras próprias da idade, quer na sua terra natal, quer em Leiria ou Alcobaça, entre outros locais, veio para Coimbra onde viveu oito anos e se formou em Leis em 1789. É da sua vida, até esta data, que ele nos fala nessa sua obra que dedica a todos os seus amigos.

Elemento activo da boémia coimbrã da época, escreve poemas vários, quer sonetos de amor às várias moças que despertam a sua paixão, quer élogos, fábulas tradicionais; tradução de poemas latinos ou até aquele outro "Diálogo" que tem como interlocutores uma pulga, um percevejo, um carrapato e um piolho.

Sobre a "Mondegueida" diz ter tido muita aceitação e ter rendido algum dinheiro que veio "a pedir de boca".

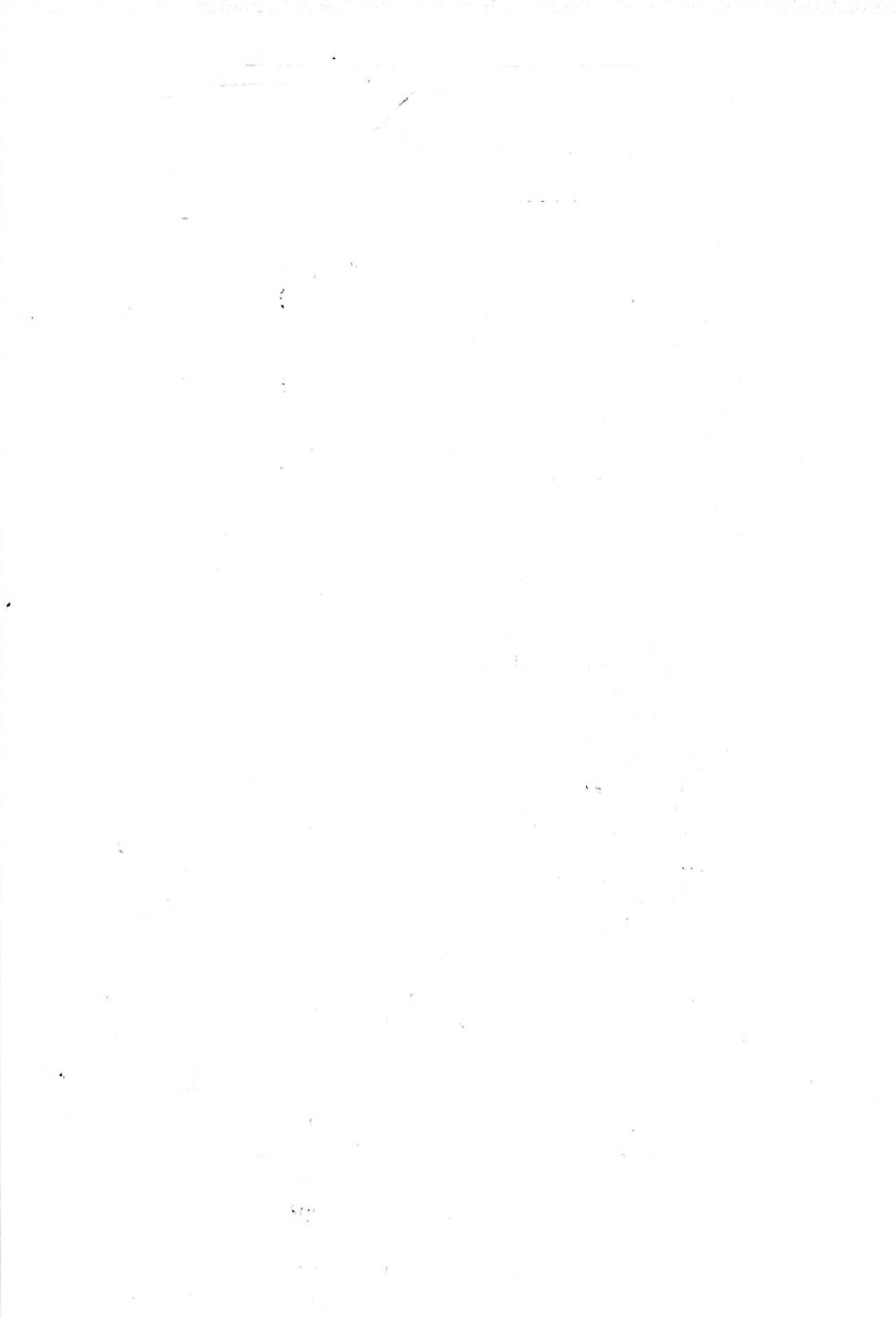
Muito mais se poderia dizer sobre a vasta produção poética que tem por tema o rio Mondego, gravada mesmo nas pedras saudosas do Penedo ou da Lapa dos Esteios. Não cabe nesta curta comunicação.

Terminarei dando a palavra aos poetas:

De Miguel Torga, "Anunciação", datado de 15 de Março de 1969<sup>4</sup>.

*"Surdo murmúrio do rio,  
A deslizar, pausado, na planura.  
Mensageiro moroso  
Dum recado comprido,  
Di-lo sem pressa ao alarmado ouvido  
Dos salgueirais;  
A neve derreteu  
Nos píncaros da Serra;  
O gado berra  
Dentro dos currais,  
A lembrar aos zagais  
O fim do cativoiro;  
Anda no ar um perfumado cheiro  
A terra revolvida;  
O vento emudeceu;  
O Sol desceu;  
A Primavera vai chegar, florida."*

<sup>4</sup> Diário XI, Coimbra, 1973.



PEREIRA DO CAMPO  
TESTEMUNHOS DE FAMÍLIAS SENHORIAIS  
PLURIESTRUTURAIIS, À LUZ DAS FIGURAÇÕES  
HERÁLDICAS SUBSISTENTES

Pedro José da França Pinto dos Reis  
(Pedro da França Machado)\*

O levantamento patrimonial de uma qualquer localidade ou área geográfica perfeitamente delimitada à partida, numa perspectiva de reconstituição e compreensão de um passado histórico, exige que sejam tidos em conta os grupos sociais devidamente estruturados, alicerçados, que fomentaram a existência e permanência desse património.

O tema central desta comunicação consiste na divulgação de um património solarengo recém-identificado, intimamente associado à família ou famílias que lhe deram razão de ser ou o tornaram possível.

Excluindo-se a Casa de Aveiro, dos Lencastres, que possuiu a Vila de Pereira em senhorio a partir da pessoa do 1º Duque – D. João (1501-71) –, ficamos em primeira análise a Casa dos Couceiros, e a Casa dos Barretos Botelhos Perdigões Vilasboas (Quinta de S. Luís), que são, afinal, o grande objecto do nosso trabalho.

Então, a casa que mais radicada está na Vila de Pereira, pertencente ainda à família dos fundadores é a dos Couceiros, também conhecida pela dos Magalhães Mexias (da Lousã) e sita na Praça Abílio Magalhães Mexia, dos mesmos. A casa compõe-se de dois andares ou pisos, tendo, sobre a porta principal, entre duas sacadas, um escudo de armas algo complexo e que se explica, estudo feito, do seguinte modo:

---

\* Licenciado em História. Mestre em História Cultural e Política da Época Moderna. Prof. do Ensino Preparatório.

Partido:

- O I esquartelado: – I, de Pinheiros (de Barcelos); II, de Pimentéis (das 5 vieiras de prata em sautor e com bordadura); III, de Couceiros (Modernas); IV, de Pereiras
- O II esquartelado: – I, de Coelhoos; II, de Seabras; III, de Brandões; IV, de Ávilas (do Continente).

Cada partição apresenta uma diferença no 1º quartel. O escudo é sobrepujado de um elmo colocado a três quartos. O timbre respeita ao 1º quartel da 1ª partição (Pinheiros), embora, para os vários casos nem sempre a leitura destes pormenores seja fácil.

Esta composição heráldica, apesar do edifício remontar ao Séc. XVII na sua maior parte, só foi possível uma vez reunidas as representações das duas partições, e isso só depois da aliança matrimonial de António Pedro Pimentel Pereira Couceiro, da Vila de Pereira e senhor da casa, com D. Josefa de Ávila Coelho Pinheiro Seabra, da Vila de Santo Varão, a 26.4.1832 (Santo Varão; Recebimentos, f. 2v.), ou posteriormente, quando sucede na dita casa a filha – Ana –, (Pereira; nasc. a 5.11.1839/bapt. a 26.11.1839, f. 73), casada com o Dr. Augusto Gomes Martins, natural de Aguieira/Valongo – Águeda.

Por outro lado, feita a reconstituição desta família a partir da criação de vínculo próprio com capela privativa (de Nossa Senhora do Rosário) do lado do Evangelho da Igreja Matriz (Santo Estêvão), podemos comprovar a antiguidade daquela, embora não, a sua ligação com os Couceiros de Tentúgal (em Manso de Lima/genealogista de renome do Séc. XVIII). O fio condutor desta mesma família, convertida em linhagem, é-nos dado por um processo de justificação de nobreza de João Couceiro da Silva Pereira, de 15.3.1796, existente no A.N.T.T. (Arquivo Heráldico nº 1128, Processo de Justificação de Nobreza Maço 32, nº 10), ao tempo, Tenente da Companhia de Granadeiros do 2º Regimento da Armada Real. Neste fica traçada a disposição heráldica da 1ª partição do brasão. Esta personagem era o senhor da casa de seus maiores e além deste processo mais nenhum outro foi encontrado para justificação de nobreza nesta família e até àquela altura. De qualquer modo, o mesmo vale para os vários membros de tronco comum e nos mesmos apelidos figurados.

O referido processo relata-nos que esta linhagem havia começado no Padre Simão Pereira, 1º instituidor, da Vila de Pereira, por princípios do Séc. XVII, passando depois a administração do vínculo a seu irmão António Fernandes (Pereira), casado com Catarina Couceira, a primeira nesta família e a que lhe deve identidade até aos dias de hoje. Os termos da instituição de vínculo estabeleciam que a sucessão ocorresse naquela descendência, usando sempre o nome de Couceiros, preferindo-se sempre o varão à fêmea, e esta na falta do primeiro, respeitando-se igualmente a ordem de primogenitura.

Os filhos de Catarina Couceira foram: João Couceiro (1609-44), Capitão (de Ordenanças) e um dos primeiros conhecidos a serem sepultados na capela

privativa dos Couceiros. Faleceu s.a. e sucedeu-lhe sua irmã – Maria Couceira<sup>1</sup>.

Fazendo o leitor reportar-se ao esquema genealógico anexo, apenas referiremos que até ao Séc. XX registar-se-ão mais sete quebras de varonia (num total de oito), preservando-se, contudo, e sempre, o apelido Couceiro.

Prosseguindo pois, o nosso estudo, adiantamos que é com a figura de Maria Couceira que esta família começa a ter maior irradiação pelo número dos seus membros. Seu marido, Sebastião Fernandes, da Vila de Pereira, foi também Capitão (de Ordenanças) e, é dito que ele é daqueles "que sempre viveram com o título de homens nobres, servindo todos os cargos honrados, e o de provedor da Misericórdia"<sup>2</sup>.

Sucedeu-lhes na casa sua filha Catarina Couceira (outra), casada com Manuel Jorge Poiares. Embora este fosse natural de Pereira, o pai – Agostinho Jorge Poiares –, provinha de Taveiro, e sua mãe – Antónia Simões –, de Rebolim/S. Miguel, de Ribeira de Frades. Também era pertencente ao título dos homens nobres e possuíam escravos<sup>3</sup>.

Entramos depois num período curto de varonia conseguida no filho – João Couceiro Poiares –, tido publicamente por licenciado<sup>4</sup> e que faleceu como Provedor em Torre de Moncorvo e foi enterrado na sua capela. A sua descendência perdeu-se à primeira geração, e a representação da casa sofre quebra de varonia na pessoa de uma sua irmã – Dionísia Couceira. Esta havia casado com Pedro Fernandes da Silva, natural de Ansião, cujos pais – André Fernandes e Domingas João –, viviam de suas fazendas e ele era rendeiro também (cobrador de rendas). Destes há a salientar que estavam aparentados com Familiares do Santo Ofício. Assim, um Baltasar Lourenço, cunhado do primeiro, e um sobrinho – Matias de Carvalho –, filho de irmão, para a segunda.

A sucessão segue na varonia com António Couceiro. Deste fica uma filha – (D.) Ana Maria Josefa –, que casa com António Pinheiro Pimentel, Capitão (de Ordenanças), natural de Pereira, mas ligado aos Pimentéis de Formoselha/Santo Varão. Por este entram as armas de Pinheiros e de Pimentéis. Destes foi filho o habilitante João Couceiro da Silva Pereira,

<sup>1</sup> O já comentado processo de justificação de nobreza aponta o registo de instituição de vínculo dos Pereiras/Couceiros para um tomo da Igreja de Pereira. Porém, nada existe a este respeito anteriormente ao Séc. XVIII. O que é suposto acreditar encontra-se no supracitado processo. Quanto à datação possível do documento de instituição de vínculo e base do processo de justificação de nobreza, podemos avançar para cerca de 1636/40, quando o Padre Simão Pereira seria já falecido, e quando Catarina Couceiro (1627-80) se acha já por seu tio-avô – António Fernandes Pereira –, com dote estipulado na falta de seus irmãos.

<sup>2</sup> Cf. informação provida de processo de Ordenação Sacerdotal de Timóteo Couceiro Poiares; O.M. (1691), Cx<sup>a</sup> 1681, neto dos mencionados.

<sup>3</sup> Cf. o mesmo processo acima, e os óbitos de Catarina e Cecília, respectivamente em 9.12.1658, f. 26. e 25.3.1662, f. 36v., escravas de Agostinho Jorge (-3.5.1672, f. 67v.).

<sup>4</sup> Cf. informação na tábua genealógica (I) N4.

anteriormente mencionado, pelo qual tomamos conta da origem e peso desta família<sup>5</sup>.

A sucessão, à morte do anterior, passa a sua irmã – (D.) Mariana Josefa da Piedade Couceira. Esta senhora reforça os laços de Couceiros na família por ter casado com Francisco José Xavier Couceiro, primogénito de António Pedro Couceiro (filho de Bento Couceiro, e este, por sua vez, irmão do avô materno da sucessora e administradora da casa).

Com estes surge, na filha – (D.) Ana Angélica Xavier Couceiro –, nova quebra de varonia. Estoutra administradora casa com Manuel Guedes Pereira da Silva do Amaral, natural de Lisboa. Este era filho de José Nunes da Silva do Amaral, e de D. Francisca Teresa, da Caparica / Lisboa<sup>6</sup>. Não possuímos mais dados aprofundados, para já, sobre esta nova transfusão, prejudicada pela falta de dados sobre o baptismo/nascimento do filho e sucessor – António Pedro Pimentel Pereira Couceiro –, o primeiro que conjuga os nomes figurados na 1ª partição heráldica, e, com cujo casamento vamos assistir à adunção da outra partição. Assim, com D. Josefa de Ávila Coelho Pinheiro Seabra entram os nomes restantes, já explicitados no início, sendo uma representação no seu todo de origem brasileira, apesar de ter nascido em Formoselha / Santo Varão. Era esta senhora filha do Dr. Vicente Coelho da Silva Seabra Teles, Lente da antiga Faculdade de Filosofia após o tempo da Reforma Pombalina, falecido a 25.2.1804 em Santo Varão, natural de Congonhas do Campo / Vila Rica em Minas Gerais (Brasil), e de D. Francisca Bárbara Pinheiro (Pimentel). Esta senhora era filha de António Pinheiro Pimentel e de D. Josefa Mariana Pimentel Lima, de Santo Varão (Formoselha). Este Pinheiro Pimentel era nada mais nada menos que um filho de Luís Pinheiro Pimentel, irmão de António Pinheiro Pimentel (Capitão) antedito, e naturais, estes, de Pereira, visto este último já para o caso dos Couceiros<sup>7</sup>. Há pois, parentesco entre os dois ramos.

Desta união nasceu D. Ana de Ávila Coelho de Seabra Couceiro e com ela nova quebra de varonia na casa. Casou com o Dr. Augusto Gomes Martins, cirurgião-médico da Escola do Porto, natural de Agueira / Valongo – Águeda,

5 António Pinheiro Pimentel era filho de Manuel Gonçalves Floriado e de Isabel Pinheira Pimentel, de Pereira. Houve outro filho – Luís Pinheiro Pimentel –, igualmente nascido em Pereira (b:6.1.1687, f. 9v.), pai de um outro António Pinheiro Pimentel (sobrinho do primeiro), avô de D. Francisca Bárbara Pinheiro, da tábuca (IV). Este Luís havia desposado Bernarda da Costa Aranha (Santo Varão/23.10.1707, f. 235v.), e António, filho deste, D. Josefa Mariana Pimentel Lima (Formoselha / Santo Varão / 27.11.1758, f. 41), sendo estes parentes em 4º grau de consanguinidade. De notar que Manuel Gonçalves Floriado faleceu em Pereira (7.3.1740, f. 32v.) sendo certamente parente dos Floriados que estão na origem da edificação da capela da Sra. da Tocha, em Santo Varão, no Séc. XVII, onde aliás se acha sobre a verga de uma porta lateral uma inscrição alusiva aos fundadores. Esta ligação carece de maior estudo.

6 Há informação sobre o casamento de D. Ana Angélica X.er Couceiro em filha de papel azul apenas ao livro de registos paroquiais (recebimentos, 1805-30) indicando a data de 1808 da sua realização.

7 Cf. nota 5.

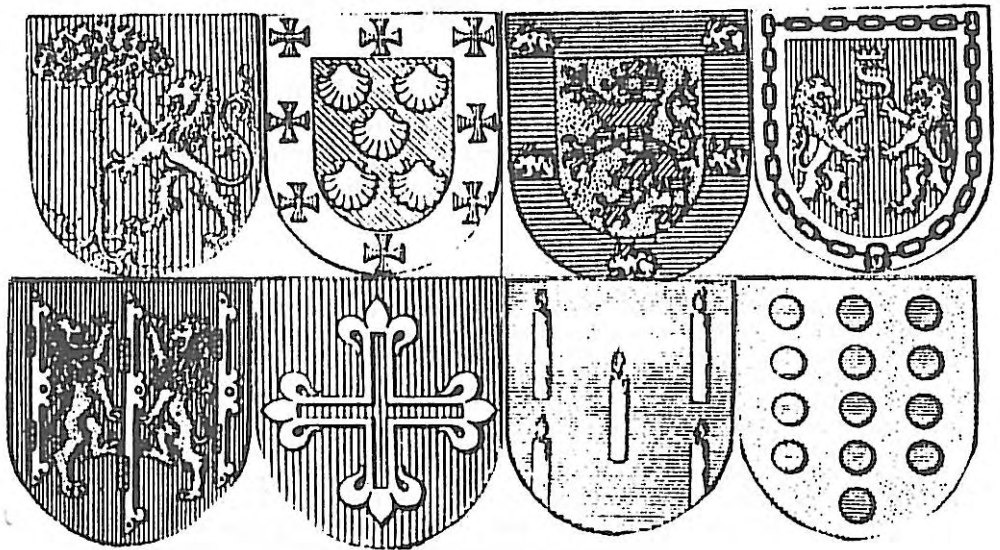
filho de António Gomes Martins e de D. Maria Luísa Pinheiro Martins. Desta união ficou por sucessora D. Alice de Ávila Coelho de Seabra Couceiro Martins, casada com o Dr. Abílio Maria Mendes Pinheiro de Magalhães Mexia, natural da Lousã, dos Magalhães Mexias desta vila, por quem se continua a casa dos Couceiros até hoje, Com esta ligação não se verificou qualquer outra modificação nas armas de família para lá do que fica dito<sup>8</sup>.

Entretanto convém dar algumas explicações acerca da nobreza dos Seabras Silvas. Primeiramente informamos que dois irmãos do dito Lente de Filosofia – Pedro Coelho Seabra (Alferes) e Francisco Coelho Brandão –, são os primeiros a habilitarem-se a armas, em 1782. O Dr. Vicente Seabra habilita-se em 1789, já depois de casado e residente em Portugal. Eram filhos de Manuel Coelho Rodrigues (Alferes de Cavalos), de Congonhas do Campo, e de D. Josefa de Ávila da Silva Figueiredo. Pelos Coelhos descendia de Belchior Coelho, irmão do Sr. de Felgueiras e Vieira, dos verdadeiros Coelhos, de Mesão Frio, de Entre-Douro e Minho. Os Brandões entravam por Francisco da Rocha Brandão (Capitão), avô materno dos habilitantes, e os Ávilas vinham pela avó materna destes – D. Maria da Silva Figueiredo –, dos Ávilas Srs. da Casa da Torre, na Baía. Os Seabras provêm-lhes de João de Seabra Guimarães (Capitão), pelo lado materno dos mesmos habilitantes...; o processo não deixa perceber exactamente qual das vias a seguir para se atingir racionalmente este antepassado<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> O Dr. Abílio Maria M.P. de Magalhães mexia tem certidão de idade como estudante na U.C. – L<sup>o</sup> XLV, n<sup>o</sup> 108, 1834-1900, e nela apresenta-se como aluno de Matemática no ano de 1895/96. Há a sua matrícula neste curso no 1<sup>o</sup> ano a 11.10.1895 como voluntário, a 11.10.1895 como ordinário em Filosofia, e a 14.10.1901 em Medicina, como voluntário. O seu processo académico, no A.U.C., está todo por fazer, tal como o de muitos outros para esta época e não só. Era filho legítimo de Manuel de Magalhães Mexia Macedo Pimentel e Bulhões, e de D. Maria Amélia Mendes Pinheiro, naturais e recebidos na Lousã. Era neto paterno de Joaquim de Magalhães Mexia Macedo Pimentel Bulhões e de D. Maria José de Magalhães Mexia Macedo Pimentel Bulhões. Neto materno de Abílio Maria Mendes Pinheiro (Juiz da Relação de Lx<sup>a</sup>), e de D. Maria José Brandão Pereira de Melo. Joaquim de Magalhães Mexia era irmão de Luís de Magalhães Mexia M.P.B., pai de D. Maria José, como se viu, sua sobrinha e mulher. Joaquim e Luís eram ambos filhos de José de Magalhães Mexia de Macedo, FCR., e de D. Guiomar Leonor da Silva, e netos de José Miguel de Macedo de M. Mexia Freitas Bulhões Pimentel e de D. Isabel Caetana Xavier, tal como Felgueiras Gaio, Tomo IV - árvore 212 e 212v em tít. de Magalhães Mexias, da Lousã. Os avós do Dr. Abílio de M. Mexia eram Srs. da Casa e Quinta de Santa Rita, Casal Rios / Lousã.

<sup>9</sup> O Dr. Vicente de Seabra obteve os graus de Bacharel Formado em Filosofia (25.6.1787, L<sup>o</sup> 2, f. 166 de Actos e Graus em Filosofia) e o de Bacharel Formado em Medicina (30.7.1791, L<sup>o</sup> 3, f. 123v. de Actos e Graus em medicina). V. os Processos de Justificação de Nobreza de Pedro Coelho Seabra e seu irmão Francisco Coelho da Silva Brandão, Maço 18, n<sup>o</sup> 21, de 14.11.1782 (lisboa), e o do Dr. Vicente Coelho Seabra da Silva Teles, Maço 25, n<sup>o</sup> 27, de 1789 (Lisboa). Ainda: Visconde Sanches de Baena, in *Arquivo Heraldico-Genealogico*, Lisboa, 1872, para Pedro Coelho Seabra (n<sup>o</sup> 2163, p. 543), Francisco Coelho da Silva Brandão (n<sup>o</sup> 753, p. 189), Vicente Coelho Seabra (n<sup>o</sup> 2363, p. 591-592), Francisco Sanches Brandão (n<sup>o</sup> 859, p. 216), este, irmão de D. Josefa de Ávila e Figueiredo, mãe do Dr. Vicente Seabra, e ele mesmo Sargento-Mor, Capitão de Dragões da Guarnição das Minas Gerais / Brasil. Foi ainda o Dr. Vicente Seabra, Doutorando em Filosofia a 13.3.1791 (L<sup>o</sup> 1, f. 72v.-73, de Actos Grandes em Filosofia). As armas concedidas ao tio-materno do dito Lente da U.C. foram somente as seguintes: Escudo

Fica então clarificada esta montagem e a historicidade desta família. O quadro anexo permite uma maior confrontação com esta realidade em todo o pormenor.



### Brasão de Armas da Casa-Solar dos Couceiros

---

Esquartelado = I e IV, de Brandões; II, de Silvas, III, de Ávilas. Escudo passado em 12.1.1775. A documentação heráldica desta família encontra-se no A.N.T.T., enquanto as informações académicas do Lente da U.C. se acham na A.U.C. A data de baptismo referida no Processo de Justificação de Nobreza para o mesmo Lente é a de 18.5.1763 relativamente à freguesia de N. Sra. da Conceição de V<sup>a</sup> Rica (Capela de S. José de Pombal), L<sup>o</sup> 7, f. 66, de Baptismos.



## Tábua Genealógica dos Couceiros de Pereira do Campo (I)

- 1) Simão Pereira (Pe.), (-22.1.1636, f. 56v.); Instituidor do vínculo dos Couceiros.
- 1) António Fernandes Pereira, (-18.12.1640, f. 66v.); Fundador da Capela dos Couceiros na Igreja Matriz de Pereira, e nela foi sepultado.
- 1) Domingos João Pereira, (-2.4.1649, f. 83); sucedeu no vínculo e foi sepultado na capela acima.  
C.c. Catarina Couceira, (-10.3.1611, f. 16)
  - 2) Maria Couceira, que segue.
  - 2) João Couceiro (Capitão), (b: 27.8.1609 / n: 20.9.1609, f. 40v. – 4.5.1644, f. 77); s.a., s.n.c.; cursou Leis / U.C. entre 1628-35.
- 2) Maria Couceira, (b: 19.12.1605, f. 13v./)  
C.c. Sebastião Fernandes (Capitão), (-14.7.1674, f. 73)
  - 3) Manuel, (b: 18.4.1626, f. 9v./)
  - 3) Catarina Couceira, que segue.
  - 3) Maria, (b: 18.2.1630, f. 23v./)
  - 3) João, (b: 19.4.1632, f. 33/)
  - 3) António Couceiro, (b: 30.8.1634, f. 43 – 1.1.1660, f. 30v.); s.n.c., s.g..
  - 3) Francisca, (b: 17.11.1638, f. 62/)
  - 3) Francisca, (b: 24.6.1640, f. 7 – 8.1.1663, f. 39v.)
  - 3) Jerónimo, (b: 23.3.1642, f. 8/)
- 3) Catarina Couceira, (b: 21.12.1627, f. 15 – 8.6.1680, f. 88v.)  
C.c. (27.11.1651, f. 43v.), Manuel Jorge Poiares, (b: 9.1.1631, f. 27v. – 23.8.1725, f. 46)
  - 4) António, (b: 3.12.1654, f. 5/)
  - 4) João Couceiro Poiares, (b: 28.12.1656, f. 21v. – 23.10.1718, f. 15v.); B.el F.do em Leis / U.C. (6.7.1682); c.c.g.e.; s.n.c..
  - 4) Dionísia Couceira, que segue.
  - 4) António, (b: 9.4.1662, f. 64/)
  - 4) Sebastião, (b: 20.3.1668, f. 40v./)
  - 4) Manuel, (b: 2.2.1671, f. 59/)
  - 4) Timóteo Couceiro Poiares, (-19.5.1696, f. 39v.); O.M. (1691).
- 4) Dionísia Couceira, (b: 9.2.1660, f. 46v. – 7.12.1711, f. 86v.)  
C.c. (3.8.1675, f. 30), Pedro Fernandes da Silva, (b: Ansião – 3.9.1712, f. 89v.)
  - 5) António Couceiro da Silva, que segue.
  - 5) Manuel da Conceição Couceiro Furtado, (b: 17.12.1679, f. 105v. – 13.10.1726, f. 50), c.c.g..
  - 5) Catarina, (b: 22.1.1682, f. 113/)

## Baixo Mondego

---

- 5) Marcelino Couceiro (Poiares), (b: 18.2.1684, f. 124 – 23.11.1707, f. 76); O.M. (1703) e O.S. Ep. (1705). Cursou Cânones / U.C. entre 1703-06.
- 5) José, (b: 31.1.1686, f. 3v./)
- 5) Francisco, (b: 6.5.1692, f. 52v. – 26.8.1723, f. 36), s.a..
- 5) Bernardo, (b: 7.2.1695, f. 66/)
- 5) Joaquim de S. Bento, (b: 28.3.1696, f. 26 – 24.5.1700, f. 61)
- 5) Mariana (D.) (b: 11.2.1698, f. 40 – 24.6.1724, f. 40v.), s.n.c..  
C.c. (11.10.1717, f. 108), Dr. Bernardo de Figueiredo, (b: Lamego – 14.6.1760, f. 19v.), s.n.c., c.g.. Tornou-se Presbítero depois de viúvo.
- 5) Vicente, (b: 5.4.1702, f. 5v. – 30.1.1780, f. 106v.), c.c.g..
- 5) Benta, (b: 21.3.1704, f. 15v./)
- 5) Bento Couceiro da Silva, que segue (III).

**Tábua Genealógica dos Couceiros de Pereira do Campo (II)**

- 5) António Couceiro da Silva, (b: 5.5.1678, f. 97 – 2.2.1762, f. 40), s.n.c..  
C.c. (16.11.1710, f. 96), Isabel Tavares, (b: 9.3.1679, f. 101 – 24.11.1760, f. 24v.), s.n.c.. Eram parentes em 3º e 4º graus de consang.de.  
– 6) Catarina, (b: 14.4.1712, f. 61/)  
– 6) Ana (Maria Aña Josefa), que segue.  
– 6) Timóteo, (b: 24.4.1717, f. 8 – 19.7.1719, 21v.)  
– 6) José Pedro, (b: 5.2.1720, f. 26v. – 18.4.1727, f. 53)
- 6) Maria Ana Josefa (D.) Couceira, (b: 15.6.1714, f. 76 – 13.3.1796, f. 22), s.n.c..  
C.c. (10.4.1734, f. 38), António Pinheiro Pimentel, (b: 14.1.1692, f. 50 – 5.8.1760, f. 20), Capitão, s.n.c..  
– 7) Jacinto António, (b: 13.12.1736, f. 93v/94/)  
– 7) Bento, (b: 28.12.1738, f. 1v./)  
– 7) Mariana Josefa de Jesus, (b: 16.1.1741, f. 7/)  
– 7) Teresa Maria de Jesus, (b: 25.10.1742, f. 32v./)  
– 7) João Couceiro da Silva Pereira, (b: 21.9.1744, f. 56v. – 30.1.1801, f. 60); s.a., s.n.c., Tenente da Companhia de Granadeiros do 2º Regimento da Armada Real. Parece ser o mesmo que João Pinheiro Couceiro (-31.1.1801, f. 56v., s.n.c.).  
– 7) Mariana, que segue.  
– 7) Maria, (b: 20.10.1750, f. 49/).
- 7) Mariana Josefa da Piedade Couceira (D.), (b: 22.8.1746, f. 79 – 13.6.1805, f. 79/70v.). (Há algumas possibilidades de confusão entre as Marianas).  
C.c. (?), Francisco José Xavier Couceiro, (b: 15.3.1745, f. 62v. – 31-1-1829, f. 166v.); cursou Cânones / U.C. entre 1758-67. Era neto paterno de Bento Couceiro da Silva (III).  
– 8) Maria (b: 6.3.1770, f. 111/)  
– 8) Teresa (b: 23.4.1774, f. 147 – 1.8.1774, f. 98v.), s.n.c..  
– 8) Beatriz (b: 23.4.1774, f. 147/)  
– 8) Ana Angélica, que segue.  
– 8) João, (b: 3.1.1788, f. 241v./).
- 8) Ana Angélica Xavier Couceiro (D.), (b: 25.7.1776, f. 160 / n: 9.7.1776 – 16.3.1829, f. 167).  
C.c. (7.7.1808, f. 57v./58 – Coimbra / S. Bartolomeu), Manuel Guedes Pereira da Silva Amaral, (b: Caparica / Lisboa – 28.3.1818, f. 115v.).  
– 9) António Pedro Pimentel Pereira Couceiro, (b: ? – ?).  
C.c. (26.4.1832, f. 2v. – Santo Varão), D. Josefa de Ávila Coelho Pinheiro de Seabra, (b: ? – 17.7.1870, f. 22/22v.) (IV).  
– 10) António, (b: 29.3.1835 / n: 13.3.1835, f. 22/)

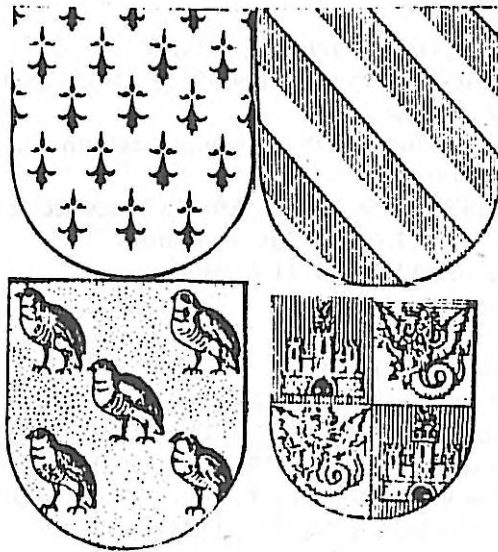
- 10) Francisco, (b: 2.7.1837 / n: 5.5.1837, f. 39v. - 27.7.1838, f. 53)
  - 10) ?, (b: 31.5.1838, f. 49 - 16.7.1838, f. 53)
  - 10) Ana, que segue.
  - 10) Vicente, (b: ? - 7.12.1844, f. 85).
- 10) D. Ana de Ávila Coelho de Seabra Couceiro, (b: 26.11.1839 / n: 5.11.1839, f. 73 - ?).  
C.c. (15.5.1869, f. 56v./57), Dr. Augusto Gomes Martins, (b: ? / n: 15.5.1835, Agueira / Valongo - Águeda - ?).
- 11) António, (b: 26.3.1870 / n: 6.3.1870, f. 38/38v./)
  - 11) Ana, (b: 9.3.1879 / n: 22.1.1879, f. 25v./)
  - 11) Alice, que segue.
- 11) D. Alice de Ávila Coelho de Seabra Couceiro Martins, (b: 24.6.1881 / n: 30.5.1881, f. 74/74v. - 3.2.1971 / Condeixa-a-Nova).  
C.c. (7.4.1901 - Coimbra / Sé Nova), Dr. Abílio Maria Mendes Pinheiro de Magalhães Mexia, (B: 24.1.1879 / n: 10.1.1879, f. 5v. / Lousã - 7.2.1954), c.g..

**Tábua Genealógica dos Couceiros de Pereira do Campo (III)**

- 5) Bento Couceiro da Silva, (b: ? – 28.4.1770, f. 83v.)  
C.c. (20.2.1721, f. 114v.), Jerónima Tavares Esteves, (b: ? – 23.2.1758, f. 5)
- 6) Severino António Couceiro, (b: 20.6.1722, f. 42v. / 43 – 26.12.1772, f. 93),  
c.c.g..
- 6) António Pedro Couceiro, (b: 15.7.1724, f. 59 – 30.12.1804, f. 75v.).  
C.c. (30.1.1744, f. 68), Angélica Maria de Aguiar / Ribeira, (b: 8.9.1725,  
f. 14v. / Ferreira-a-Nova – ?).
- 7) Francisco José Xavier Couceiro (II).
- 7) Jacinto António Couceiro, (b: 8.10.1747, f. 3v. – 15.2.1823, f. 129v.);  
D.G. – V.M. – P. (1773); c.c.g.; cursou Medicina / U.C. entre 1768-  
-69. Foi Escrivão Proprietário do Almojarifado de Pereira do  
Campo.
- 7) António José Couceiro, (b: 26.7.1751, f. 57v./); cursou Cânones /  
U.C. entre 1764-68.
- 7) Teresa Rita Xavier Couceira, (b: 11.2.1754, f. 101 – 18.1.1825, f.  
137v.), s.a..
- 7) Margarida, (b: 2.2.1757, f. 136 – 15.7.1779, f. 84).
- 7) Leocádia Rita Xavier Couceira, (b: 29.6.1762, f. 222 – 29.3.1817, f.  
113), s.n.c..  
C.c. (?) Manuel José Ribeiro.

### Tábua Genealógica dos Coelhoos Seabras do Brasil (IV)

- 1) Manuel Coelho Rodrigues, (b: ? / Congonhas do Campo – Vila Rica – ?);  
Alferes de Cavalos.  
C.c. (?) D. Josefa de Ávila da Silva Figueiredo.
  - 2) Dr. Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles, (b: / Congonhas do Campo – Vila Rica – 25.2.1804, f. 129 / Santo Varão).  
C.c. (2.12.1788, f. 79v./Santo Varão – Formoselha), D. Francisca Bárbara Pinheiro Pimentel, Seabra (b: 21.12.1762, f. 95 / Santo Varão – 12.4.1821, f. 157v./id.).
    - 3) Josefa, (b: 22.10.1789 / n: 3.10.1789, f. 250 – 24.7.1797, f. 112).
    - 3) Antónia, (b: 28.11.1790 / n: 12.11.1790, f. 258/258v./).
    - 3) António, (b: 4.2.1792 / n: 12.1.1792, f. 266/266v./).
    - 3) Maria, (b: 24.11.1793 / n: 31.10.1793, f. 277v. – 8.2.1795, f. 106).
    - 3) Maria, (b: 4.6.1795 / n: 14.5.1795, f. 293/).
    - 3) Bernarda Vitória (D.), (b: 15.1.1797 / n: 14.12.1796, f. 4/4v. – 12.10.1850, f. 40v.), s.a..
      - 3) Francisco, (b: 26.11.1798 / n: 2.11.1798, f. 17/).
      - 3) Leonor, (b: 25.12.1801 / n: 26.11.1801, f. 37 – 13.8.1802, f. 125v.).
      - 3) Josefa (D.) (II).
    - 2) Pedro Coelho Seabra, Alferes.
    - 2) Francisco Coelho da Silva Brandão.



**Brasão de Armas da Quinta de S. Luís**

**Tábua Genealógica  
dos Barretos Botelhos Perdigões Vilasboas (I)**

- 1) Simão Soares do Caso (-13.5.1658, f. 23), tabelião em Pereira.  
C.c. (?) D. Isabel Varela Amado de Vasconcelos (-14.7.1643, f. ?).
  - 2) D. Madalena do Caso (Amado da Cunha Vasconcelos Varela do Caso), (-3.12.1651, f. 5).  
C.c. (I) (?) Pedro Saro (-5.1.1634, f. 54).  
C.c. (II) (?) Martim Afonso Coelho, Des.or da Casa da Suplicação.
    - I - 3) Mateus (b: 27.9.1626, f. 11/).
      - 3) Pedro (b: 18.3.1629, f. 21/).
      - 3) Sebastiana (b: 22.1.1632, f. 32 - 5.10.1671, f. 66) (do Caso Amada).
      - 3) Francisco (b: 18.1.1634, f. 41 - 26.9.1700, f. 63) / Amados Vasconcelos, c.g..
    - II - 3) Luísa (b: 9.1.1640, f. ?/).
      - 3) Margarida Coelho (D.), que segue.
      - 3) Egas Coelho da Cunha (Sr. da Ilha do Maio), c.g., tronco dos Aragões Coelhos / Carvalhos Henriques, em Pereira.
- 3) D. Margarida Coelho (b: ? - 4.9.1648, f. 86v.).  
C.c. (?) Luís de Sousa Pimentel (Pimentel Amado), (-25.10.1657, f. 22).
  - 4) D. Maria Coelho Pimentel  
C.c. (I) (30.4.1646, f. 29), António Castanheda Galvão (Moura), (-26.3.1656, f. 16).  
C.c. (II) (2.9.1658, f. 68), Mateus Amado Vasconcelos.
    - I - 5) Luís (b: 20.1.1647, f. 33v. / Poiares).
      - 5) Ana (b: 8.12.1650, f. 41 / Poiares).
      - 5) Luísa (D.), que segue.
- 5) D. Luísa de Moura, (? - ?), (H<sup>a</sup>).  
C.c. (?) D. Nuno Álvares Botelho, (? - ?).
  - 6) Josefa (Luísa) (D.), (b: 30.7.1673, f. 123v. / Poiares - ?), c.g. (II).
  - 6) Inês (Micaela) (D.), (b: 30.7.1673, f. 123v. / Poiares - ?), s.a..
  - 6) Isabel (D.), (b: 9.8.1674, f. 80 / Pereira - 23.4.1716, f. 6v.), s.a..
  - 6) António, (b: 25.4.1679, f. 5 / n: 13.12.1678 / Poiares - 28.8.1708, f. 268 / Poiares), s.a..
    - 6) Brites, (b: 6.6.1680, f. 107v. / Poiares - ?).
    - 6) Francisco Sebastião (D.), que segue.
    - 6) Joana (D.) ou D. Joana Maria das Chagas, (b: 20.11.1681, f. 113 - 12.4.1771, f. 88v.), s.a., no Recolhimento das Ursulinas.
    - 6) Mécia (D.), (b: 17.7.1683, f. 119v. - 6.5.1711, f. 85v.), s.a..
    - 6) Maria (D.), (b: 17.9.1685, f. 131v. - ?).



- 6) Luís (D.), (b: 17.2.1686, f. 3v. - ?).
  - 6) Inácia (D.), (b: 17.6.1687, f. 14v. - ?).
  - 6) Margarida (D.), (b: 8.8.1693, f. 57v. / Pereira - 6.8.1705, f. 262v. / Poiares).
- 6) D. Francisco Sebastião Botelho, (b: 6.6.1680, f. 107v. - 30.4.1764, f. 49).  
C.c. (28.1.1705, f. 15v. / Góis), D. Catarina Francisca Josefa Barreto Vilasboas, (b: 8.7.1690, f. 16 / Góis - 16.8.1776, f. 101 / Pereira, nas Ursulinas, como D. Catarina das Chagas, religiosa daquele "Colégio").
- 7) D. José Botelho, (b: ? - 3.4.1774, f. 97), s.a..
  - 7) D. Luísa Maria (das Chagas), (b: 16.4.1721, f. 36v. / 37 - ?), nas Ursulinas.
  - 7) D. Maria (das Chagas), (b: ?), nas Ursulinas.
  - 7) D. Nuno António Botelho, (H<sup>o</sup>), (b: 12.9.1725, f. 15v. / Góis - 13.11.1796, f. 29v. / Pereira).  
C.c. (23.6.1776, f. 177v. / Góis), D. Maria Vitória Barreto Vilasboas, (b: ? - 12.4.1822, f. 128 / Pereira), s.p..

**Tábua Genealógica  
dos Barretos Botelhos Perdigões Vilasboas (II)**

- 1) António Barreto Perdigão, Capitão-Mor de Góis, (b: ? – 7.12.1720, f. 28 / Góis).  
C.c. (28.5.1679, f. 116v. / Pomares), D. Maria Teresa Barreto de Brito, (b: ? – 14.5.1750, f. 64v. / Góis).
  - 2) Vitor Barreto Perdigão Vilasboas, que segue.
  - 2) António, (b: 14.10.1683, f. 62v./).
  - 2) Bernardo Barreto Perdigão Vilasboas, c.c. sobrinha e H<sup>a</sup>.
  - 2) Mariana, (b: 13.6.1686, f. 81/).
  - 2) Teresa Maria, (b: 18.9.1687, f. 92v./).
  - 2) Luísa, (b: 19.3.1689, f. 3/).
  - 2) Catarina, (b: 8.7.1690, f. 16 / Góis – 16.8.1776, f. 101 / Pereira), ou D. Catarina Francisca Josefa Barreto Vilasboas, fundadora das Ursulinas de Pereira.  
C.c. (28.1.1705, f. 15v. / Góis), D. Francisco Sebastião Botelho, de Pereira, (I) c.g.e..
  - 2) José, (b: 29.7.1692, f. 36/).
  - 2) Luís, (b: 10.6.1695, f. 65/).
  - 2) Henrique, (b: 17.9.1698, f. 100v./).
  
- 2) Vitor Barreto Perdigão Vilasboas, (b: 11.4.1682, f. 48 / Góis – ?).  
C.c. (?) D. Josefa Luísa Botelho, (b: 30.7.1673, f. 123v. / Poiares – ?). (I).
  - 3) D. Vitória Isabel (Elisabeth) Botelho, (b: 28.7.1706, f. 180 / Góis – 18.3.1782, f. 219v. / Góis), H<sup>a</sup> dos Barretos Perdigões.  
C.c. (?) Bernardo Barreto Perdigão Vilasboas (tio), (b: 3.6.1685, f. 73 / Góis – 25.5.1751, f. 71 / Góis); Capitão-Mor de Góis.
    - 4) Maria (D.), (b: 12.7.1723, f. 378/).
    - 4) Josefa (D.), (b: 17.5.1724, f. 1/).
    - 4) Luísa (D.), (b: 7.9.1726, f. 31/).
    - 4) Josefa (D.), (b: 16.9.1727, f. 42/).
    - 4) Bernardo (D.), (b: 14.12.1728), f. 56v./).
    - 4) Rita (D.), (b: 25.1.1731, f. 86/).
    - 4) José (D.), (b: 12.3.1732, f. 100v./).
    - 4) Bernardo (D.), (b: 6.9.1734, f. 145/145v./).
    - 4) Maria Luísa (D.), (b: 7.2.1737, f. 191/).
    - 4) Francisco Xavier (D.), que segue.
    - 4) Fernando (D.), (b: 19.12.1739, f. 248 – 18.7.1757, f. 99v.).
    - 4) Bernardo (D.), (9.2.1741, f. 264v./).
    - 4) Pedro (D.), (b: 21.6.1742, f. 289v./).
    - 4) Manuel (D.), (b: 1.6.1744, f. 30v./), Lente em Leis / U.C..
    - 4) Henrique (D.), (b: 15.12.1745, f. 66/).

- 4) João (D.), (b: 9.3.1746, f. 105/).
  - 4) (D. Maria Vitória Barreto Perdigão Vilasboas, b: ? - 12.4.1822, f. 128 / Pereira), c.c. D. Nuno António Botelho, s.p. (I), seu primo.
- 4) D. Francisco Xavier Barreto Perdigão Vilasboas, H<sup>o</sup>, (b: 3.12.1738, f. 230 / Góis - ?).
- C.c. (?) D. Antónia Luísa de Vilhena Meneses e Nápoles (? - ?), s.p..
- 5) (Em Rita Maria Nogueira), D. Fernando Barreto Botelho Perdigão Vilasboas (H<sup>o</sup>), (b: 16.2.1779, f. 56 / Lousã - ?); c/ referência ao baptismo em Góis (L<sup>o</sup> 1775/88, f. 104/105 - Baptismos). Capitão-Mor de Góis. Escritura de perfilhação de 19.5.1804 / tab.ão António Figueiredo Serra, de Góis, na falta de sucessão de D. Nuno António Botelho (-13.11.1796).
  - 6) D. Francisco Barreto Botelho Perdigão Vilasboas, (b: 7.1.1816 / n: 15.12.1815, f. 39 / Góis - ?), H<sup>o</sup>, em Góis.
  - 6) D. André Barreto Botelho Perdigão Vilasboas, que segue (III).

**Tábua Genealógica  
dos Barretos Botelhos Perdigões Vilasboas (III)**

- 6) D. André Barreto Chichorro Vilasboas, (b: 26.4.1820 / n: 12.4.1820, f. 99v. / 100 / Góis /).
- (Não casou mas teve em Maria José Taborda, sua criada, do Nogueiro / Góis, legitimados)
- 7) Adelaide (D.), (b: 16.8.1856 / n: 1856, f. 40 / Pereira – 17.6.1859, f. 96).
  - 7) Francisco Barreto Chichorro, que segue.
  - 7) Maria Cândida (D.), (b: 29.7.1859 / n: 23.9.1858, f. 65, 68 / Pereira/).
  - 7) André (D.), (b: 31.7.1861 / n: 5.7.1860, f. 33v. / 34 / Pereira/).
  - 7) Adelaide (D.), (b: 31.7.1861 / n: 6.6.1861, f. 34v. / Pereira/).
- 7) D. Francisco Barreto Chichorro, (b: 1.5.1857 / n: 28.4.1857, f. 47 / Pereira – ?), sucedeu em Pereira como representante do seu ramo, tendo nascido em Góis (Quinta de Baião), tal como seus irmãos, e baptizados em Pereira na Capela da Casa do Exmo. Francisco Barreto Botelho Chichorro, seu tio e chefe da Casa.
- C.c. (?) D. Maria Isabel Gonzaga de Carvalho e Brito, (b: ? / n: St<sup>o</sup> António dos Olivais / Coimbra – ?).
- 8) André (D.), (b: 12.7.1877 / n: 9.6.1877 / Pereira, f. 49v. / 50 / Pereira – 16.11.1927 / Sé Nova – Coimbra).
- C.c. (28.6.1922 / Góis), D. Amália Catarina da Veiga (? – ?).
- 8) Maria da Assunção (D.), (b: 6.8.1878, f. 12v. / 13 / Pereira/).
  - 8) Fernando (D.), (b: 19.2.1886 / n: 26.1.1886, f. 6v. / 7 / Pereira/).
- .....

Entrando pois numa outra unidade heráldico-familiar, apresenta-se a Casa-Solar dos Barretos Botelhos Perdigões Vilasboas, ao cruzamento da Rua do Tojal com a Rua do Padrão. Trata-se de um complexo casa-quinta ainda hoje também conhecido por Quinta do Almindo, o nome mais primitivo, mas, dadas as evoluções históricas e as atribuições toponímicas lavradas documentalmente, Quinta de S. Luís é talvez a melhor colagem<sup>10</sup>. O edifício na sua aparência remonta ao Séc. XVII e nesta época domina a presença dos Botelhos, substituindo a marca dos Casos/Amados, dos Coelho/Castanhedas Mouras, algo diluída mas ainda assim sempre com notoriedade prosopográfica presente dado que permanece todo um fio condutor ligando as descendências entre os vários grupos de famílias.

Convém reter que os Botelhos entram na história desta casa imediatamente antes de 1673, ano em que pudemos detectar o primeiro filho (filha) de D. Nuno Álvares Botelho e D. Luísa de Moura (Herdeira da Casa). Os Botelhos tinham assento na sua Quinta da Azenha, em S. Miguel de Poiães. É muito natural este encontro, porquanto o pai de D. Luísa – António de Castanheda Galvão (Moura) –, também aí residia, e aí teve, no mínimo, dois filhos, entre 1647-50. O relacionamento estava criado, embora nem D. Nuno seja oriundo de Poiães (e sim, de Lisboa), nem António Castanheda, este, sendo decorrente dos Castanhedas (Castanheiras) Mouras, de Sinde (C<sup>o</sup> de Tábua)<sup>11</sup>.

Para se ter em conta a grandeza destes Botelhos, é preciso saber que D. Nuno é filho de D. Francisco Botelho (1<sup>o</sup> C.de de S. Miguel), e de D. Inês de Almeida, sua 2<sup>a</sup> mulher (casamento não reconhecido), que por isso não sucedeu na casa de seus maiores e sim seu irmão – D. Álvaro José Botelho e Távora –, saído do 3<sup>o</sup> casamento do dito conde<sup>12</sup>.

É com D. Nuno que a Quinta de S. Luís, na sua família alcança uma maior plataforma genésica. Constata-se uma declaração mais exacta dos seus membros em termos nominais. No entanto, registamos, não há uma única aliança desta família com a nobreza local, de Pereira, apontando-se já nas suas raízes uma origem fixada em S. Martinho de Árvore<sup>13</sup> e não propriamente em Pereira. Tudo contribui para que se diga de uma família alógnena e que aqui criou um espaço característico, ao longo de gerações, mas sem manter uma

<sup>10</sup> Cf. Augusto dos Santos Conceição / Terras de Montemor-o-Velho – Coimbra, 1944 – p. 288-290. V. tb. o assento de casamento de António Castanheda Galvão e D. Maria Coelho Pimentel, em Pereira do Campo (30.4.1646, f. 29), onde se destaca, para o próprio acto, a existência da Ermida de S. Luís, exactamente, a qual deu o nome à Casa e Quinta-Solar desta família dos Barretos Botelhos Perdigões.

<sup>11</sup> Cf. Felgueiras Gaio, Manuel da Costa / Nobiliário de Famílias de Portugal, em título de Amados, §13 N11, Mendanhas, §59 N7, Botelhos, de Pereira, Tomo II, ár. 93v., Barretos e N13, Perdigões Vilasboas, de Góis, Tomo II, ár. 109v., Mouras Castanhedas, §16 N13 e segs.

<sup>12</sup> V. F. Gaio, ob. cit., em tít. Botelhos, de Pereira, Tomo II, ár. 93v., e §59 N7. D. Inês de Almeida faleceu em Poiães (S. Miguel) a 25.2.1702, f. 257v., ficando sepultada na Capela-Mor da Igreja Matriz.

<sup>13</sup> Cf. Augusto dos Santos Conceição, ob. cit., id..

identidade uniforme, homogénea, tal como havíamos visto para o caso dos Couceiros.

Todavia, a casa-quinta tal como hoje é entendida mostra uma marca que só à morte de D. Nuno António Botelho (13.11.1796) terá sido conseguida, ou seja, a transferência de posse exclusiva nos Botelhos para a descendência por fêmea, destes, aliada aos Barretos Perdigões Vilasboas, da Vila de Góis. E assim, na fachada principal, sobre a portada, acha-se sobranceira uma pedra de armas, branca, polida, com a seguinte descrição:

Esquartelado: I, de Barretos, II, de Botelhos  
III, de Perdigões, IV, de Vilasboas

No escudo, o número de arminhos (Barretos) vem aumentado, e o esquartelado para Vilasboas está simplificado: em vez do usual I e IV (castelo de prata aberto, iluminado e lavrado de negro, a torre do meio rematada por uma palma de verde), e do II e III (dragão de prata, voante, armado e lampassado de vermelho), apenas estão o I e o II quartéis correspondentes. O todo do escudo é sobrepujado por uma coroa (coronel de nobreza) com uma grandeza duvidosa, porquanto na origem a família, por Botelhos, não ultrapassaria o grau de conde.

À parte esta visualização, subsiste ainda um aspecto que merece especial destaque, já que pelo facto, a novidade alterou a vocação inicial do complexo, dando-lhe uma configuração algo insólita e uma ambiência sacralizante. Com efeito, D. Catarina Barreto Perdigão Vilasboas, ainda antes de enviuvar (30.4.1764), decide, juntamente com duas de suas filhas – D. Luísa, e D. Maria –, fazer de parte das casas do mesmo conjunto habitacional, recolhimento de devotas. Assim, eis que surgem lavradas escrituras em número de três, a primeira (21.3.1746), sendo escritura de doação, dote e trespassação inter-vivos, avançava a propriedade ou terras onde seria edificado o recolhimento; a segunda (2.6.1747), sendo escritura de declaração e ratificação de doação, menciona e vincula as mesmas terras, e alarga a dotação a moradias de casas; a terceira (22.1.1748), sendo escritura de dote e doação para manutenção de capela, proporciona os rendimentos necessários para a mesma. Com tudo isto queremos explicar que o recolhimento inicialmente gizado foi de facto construído mas não dentro das ditas terras doadas e sim noutra lugar<sup>14</sup>.

Contudo, os dotadores – D. Francisco Botelho e D. Catarina –, pretendem fazer valer a anterior doação como se aquela "circunstância" não se tivesse verificado, e fazem-no em favor de duas suas filhas – D. Luísa e D. Maria –, ao tempo, com 31 e 28 anos respectiva e sensivelmente, já destinadas à vida religiosa juntamente com sua mãe. Mais adiantamos para este discurso que os

---

<sup>14</sup> V. Instituições Pias (sécs. XVI-XX) em Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, por Alice Correia Godinho Rodrigues, Filomena Maria Matos Ala Rodrigues; Coimbra: A.U.C., 1987, p. 174 (sobre "Capela das Chagas – Pereira; 1747, Junho, 6 – Pereira do Campo", cx. XV, nº 20).

bens de raiz cedidos vão no fundo constituir uma fonte de rendimentos para restauros e manutenção de uma capela que havia entretanto sido edificada junto ao recolhimento, com o que é feita petição das ditas senhoras para licença com vista à celebração do culto e missa.

Aproveitando a sequência do que fica exposto, caracterizaremos esses bens de raiz: primeiramente, 25 agulhadas de terra das terras de D. Francisco Botelho, que se acham "no limite do monte da Vila de Pereira", e partem do nascente com rua pública (dita, rua da Torre), e do poente e do sul com terras de D. Francisco Botelho; em segundo lugar, vinham umas moradas de casas, a saber: umas casas (1<sup>o</sup> grupo), que partem do sul com quintal do Rev<sup>o</sup> Capitão-Mor Bento Amado de Vasconcelos, e são casas mistas por se acharem nas 25 agulhadas de terra lavradia e de árvores de fruto (dízimas a Deus). O outro grupo constitui duas moradas de casas contíguas, sitas junto das casas dos dotadores, e onde estes vivem, defronte da Capela de S. Luís, tudo da mesma Quinta. E partem a nascente com os herdeiros de Manuel Simões Pinheiro (Pinheirinho), e a poente e a sul com rua pública (da Torre). O 1<sup>o</sup> grupo de casas havia pertencido a Francisco Amado Beirão, e o 2<sup>o</sup> grupo de duas casas, uma fora de Luís Ferreira Bandarra e a outra, do Capitão Manuel Tavares Esteves<sup>15</sup>. A valia de todo o conjunto montava a 163.200 reis (as terras) e a 65.000 (as casas). Assim, estas propriedades ou bens de raiz passavam, por efeitos da doação acima, do juízo do foro e privilégio dos dotadores para o juízo eclesiástico<sup>16</sup>.

Importa notar que a Capela edificada em anexo ao recolhimento é da invocação das "Chagas de N. Sr. Jesus Cristo" e as primeiras recolhidas, e fundadoras pois, adoptaram este invocativo adrito ao seu nome de baptismo...; daí termos D. Catarina Maria das Chagas, D. Luísa Maria das Chagas, D. Maria das Chagas de Jesus de Nazaré (e D. Joana Maria das Chagas, irmã do dotador)<sup>17</sup>.

Interessante é também saber que a referida capela (recolhimento) não servia apenas para lugar de oração e prestação de culto em tudo o mais... O chão do pequeno templo serviu durante décadas para depósito funéreo ou panteão das recolhidas e a primeira de que temos notícia a deixar ali o seu

15 Francisco Amado Beirão (da Torre), faleceu em 21.12.1733 (Pereira, f. 89); era procedente dos Amados Vasconcelos, de Pereira, mas de um ramo que exige estudo mais aprofundado. Havia c.c. Mariá de Sousa Soares, a 26.1.1693 (f. 49v.), falecida a 24.2.1736 (f.10) e de ambos saíram os Amados Beirões, de Pereira, inequivocamente. Acerca do Capitão Manuel Tavares Esteves recortamos o seguinte: era filho de António Tavares Esteves (Simões) e de Mariana de Sousa, recebidos a 17.5.1693 naquela Vila (f. 50). Era irmão de Jerónima Tavares Esteves (c.c. Bento Couceiro da Silva, em Couceiros, Tábua III). O mesmo principal da Vila de Pereira c.c. Maria Soares a 1.11.1711 (f. 98v.) e foi pai de Veríssima Tavares Esteves, c.c. Dr. António Pedro de Figueiredo a 11.10.1741, (f. 61), filho do Dr. Bernardo de Figueiredo e de D. Mariana Couceiro (Couceiros, Tábua I), c.g.. Podemos por aqui enfatizar o entrosamento destas duas famílias apesar das suas performances perfeitamente distintas.

16 Cf. Instituições Pias, ob. cit., id..

17 Cf. id., ob. cit., id..

corpo foi – Teresa das Chagas –, de Coimbra, a 4.8.1751 (f. 82v.) tendo-se-lhe seguido outras mais, mas, mesmo assim, em pequeno número ao longo de várias décadas, dadas as dimensões do recolhimento (ou colégio, também), que não chegou a obter exactamente o estatuto de convento, embora se subordinassem a uma regra conventual – a das Ursulinas<sup>18</sup>.

Curiosamente também, a família dos fundadores do Recolhimento das Ursulinas não possuíam em Pereira, ao contrário dos Couceiros, nenhum panteão ou capela privativa para sepultamento. Os membros da família Botelho (e antecessores), e mesmo seus sucessores nos Barretos Perdigões foram a sepultar na Igreja Matriz de Santo Estêvão, sobretudo na área preenchida pela capela-mor, embora sem inscrições de espécie alguma ou nota de presença desta ou daquela personagem. Em contrapartida, os Barretos Perdigões, em Góis, usufruíam de capela privativa ou jazigo pessoal – Capela de S. José –, sita na Igreja Matriz, conhecida por jazigo dos Barretos<sup>19</sup>.

Assim, eis que nos defrontamos com duas capelas distintas; a de S. Luís, anexa à morada dos Botelhos / Barretos e que dá nome à Quinta, e a das Chagas, anexa ao recolhimento já referido. Parece que de tudo isto pouco sobra em matéria de conhecimento na memória dos contemporâneos da actualidade...; com efeito, a ruína instalou-se no complexo solarengo e não é fácil hoje, apercebermo-nos das verdadeiras dimensões pátreas do mesmo, nem do passal, logradouro ou cerca de recolhimento. De toda a maneira, possuímos ainda a notícia do que foi ornamento e mais aparato para o necessário e condigno funcionamento da Capela das Chagas, conforme informação do Rev<sup>o</sup>

---

18 Outras recolhidas se seguiram, mas não temos o número exacto de seus óbitos, porquanto algumas, de fora da Vila de Pereira, terão tido o respectivo assento na sua freguesia de origem como sucedeu com D. Maria Caetana Rangel, religiosa nas Ursulinas de Pereira e sepultada no respectivo "convento" a 23.5.1804, conforme óbitos de Santo Varão (f.129), sendo esta senhora dos Rangéis Sás Pereiras do Campo de Coimbra. Captámos ainda para Pereira, e na ordem, os nomes e óbitos de: – Ana (filha de Inácio José da Silva, de Pereira, "e de Teresa Maria de Jesus") = 15.11.1755 (f.97); – D. Mariana Joaquina da Cunha (filha de Luis Coelho) = 1.6.1756 (f.98); – Paula Maria das Chagas = 10.9.1761 (f.38v.); – D. Maria Paula (noviça, sobrinha do Rev<sup>o</sup> Prior de Carvalho) = 22.2.1764 (f.48v.); – Maria do Carmo = 26.8.1765 (f. 55); – Maria da Encarnação = 9.1.1768 (f.73v.); – D. Mariana Vitória = 21.3.1768 (f.76); – D. Maria Joaquina das Chagas = 11.12.1768 (f. 77); – Maria de Jesus (natural de Montemor-o-Velho) = 18.1.1771 (f. 87v.); – D. Joana Maria das Chagas (dos Fundadores do Recolhimento) = 12.4.1771 (f. 88v.); – D. Catarina das Chagas (Fundadora do Recolhimento) = 16.8.1776 (f.101); – Teresa Micaela das Chagas = 17.8.1778 (f.103); – D. Mariana da Conceição = 6.12.1778 (f. 104v.); – Maria da Nazaré = 1.2.1791 (f.140v.); – D. Teresa Couceira = 10.6.1796 (f.24v.) / c. testamento; – D. Ana (filha do Dr. Manuel de Matos, de Lx) = 12.3.1773 (f.93v.); – D. Mariana (filha de Francisco Xavier Barreto, de Coimbra) = 26.9.1774 (f.98v.).

19 Cf. os assentos de óbito, na Tábua referente aos Barretos Perdigões Vilasboas. A Capela de S. José (ou dos Barretos), foi mandada construir por António Rodrigues Barreto, Capitão-Mor da Vila de Góis, e pai de António Barreto Perdigão, o 1º na tábua, desta família. Cf. Arquivo Histórico de Góis (Antigo Goes) – Torres Vedras: Ed. Mário Mendes Ramos, 1956-58 (nºs 1-9), 1971 (nºs 10-12), II vol., p. 175 e seqs., 255-283.



Padre José António Amado de Vasconcelos<sup>20</sup> que serviu de procurador nas escrituras atrás, em nome das filhas dos dotadores, e integrou a comissão apostólica que acompanhou a evolução do processo para obtenção da almejada licença de inauguração da capela. Assim, além de sabermos que a dita Capela das Chagas oferecia porta aberta para a rua, nela se achava mais: "*o altar fixo de pedra forrado de madeira, e da mesma, nele, uma banquetta, e bem proporcionado em altura, e comprimento, e a dita capela com as paredes bem rebocadas e caiadas por dentro e por fora, emadeirada e forrada pelo tecto com toda a limpeza, e com porta pública para a rua, e as imagens que nela vi é um crucifixo que tem de altura, a cruz, quatro palmos, bem encarnado no rosto e corpo e a cruz estofada com algum ouro, cuja imagem está em boa proporção e com decência. Também achei os ornamentos seguintes: uma casula de damasco branco, nova, ornada com galão de ouro aparelhado com manípulo e estola da mesma cor e peça, um frontal do mesmo damasco com seu galão, do mesmo ouro, e pelo meio um franção também de ouro e uma bolsa do mesmo damasco e guarnecida com o mesmo ouro, e também um véu de cálix de seda branca com sua renda de ouro e outro véu branco da mesma seda sem guarnição e tudo novo. Mais outra vestimenta de Ostenda verde, quase nova, com sua franja de retrós amarelo, com manípulo e estola da mesma cor; outra vestimenta de damasco branco, com sebastos vermelhos com franja de retrós vermelho e branco, com manípulo e estola e frontal tudo por mão quase nova; duas alvas e três amitos, uma de pano fino com suas rendas engomadas e cordões novos, ..., de seda vermelha, novas, quatro mesas de corporais finos, novos, e com suas rendas de volta, três palas de pano fino com sua renda de volta, tudo engomado; mais seis sanguinhos e três manustérgios, tudo novo, de bom pano, quatro toalhas do altar, que cobrem todo de bom pano de linho; duas galhetas de vidro; quatro castiçais prateados à romana; uma pedra de ara grande e nova, forrada de pano e madeira; um cálix de prata e patena, composto com um véu de seda vermelha; um missal novo com capa preta com seus ramos de ouro por fora, e composto com cordões de retrós azul; sacra e lavabo e evangelho de S. João, à romana, com seus filetes, parece que de metal branco, e todas cobertas de vidro, e bastantes ramilhetes de várias cores, e o pavimento do altar com seu tabarno de madeira, e por baixo, logo três degraus forrados da mesma madeira, toda nova".*

Com efeito, este é o relato do que ainda existia de toda a pujança de uma casa nobre, para 1.2.1748. O que disso resta passa para lá do facto de os actuais

<sup>20</sup> Cf. Instituições Pias, ob. cit., id.. O Pe. José António Amado de Vasconcelos pertencia à linhagem dos Amados Cunhas de Vasconcelos, já antecipados na n.2, e era pois, aparentado com os Botelhos, de Pereira, como se prova: era filho do B.el F.do em Cânones – João Pereira Pimentel e de Francisca Amada de Vasconcelos (filha il. de Francisco Amado de Vasconcelos, 1634-1700, da Tábua I dos Barretos Botelhos, e de Maria da Silva, solteira). O mesmo fora baptizado a 20.10.1695 (f.70v.), conforme seu Processo de Ordenação Sacerdotal, Pereira – 1730; D.G.-1730, P-1732, V.M.-1733. Há mais ordinandos desta família dos Amados, de Pereira, que é aliciante explorar e relacionar com Santo Varão / Formoselha.

proprietários do conjunto arquitectónico remanescente – os Alves Seabras –, nem serem da geração dos fundadores, constituindo assim o tipo do proprietário alienígena ou alógeno. Com aquisições transversas é muito frequente a dispersão e depredação de bens, o que, para qualquer caso de reorganização de património, não é nada abonatório.

Assim, para estoutro núcleo histórico, mais acidentado, constatamos o desenraizamento da linha dos fundadores e a conseqüente dispersão, além da perda de identidade do citado complexo patrimonial que novamente se acha sujeito a delapidação por haver sido já posto à venda.

Com este trabalho de investigação a que de toda a maneira tentámos dar corpo, deixamos também as nossas preocupações acerca do devir de um por outro alfobre da História de Pereira do Campo, com maior peso para o segundo caso em estudo. Interrogações várias secundam a nossa análise não pelo que fica dito mas por tudo quanto se poderia dizer ainda; todavia, em nota, ficam todas as nossas pistas-suporte para eventuais seqüências de trabalho em datas próximas ou futuras.

Agradecemos o interesse e incentivo manifestados por alguns Pereirenses a quem esta temática tem sido cara, e que reconhecem o verdadeiro significado dos testemunhos históricos, no caso vertente, estes, consubstanciados em documentos não escritos (construções), materiais visíveis que traçam logo à partida os contornos de historicidade de uma dada localidade e se incorporam na sua existência.

## O PATRIMÓNIO LOCAL E REGIONAL: A FIGUEIRA DA FOZ

José Pedro Aboim Borges\*

Ao falar em património nacional, vêm-nos imediatamente à ideia os grandes monumentos, os grandes conjuntos arquitectónicos, o denominado património construído de renome nacional e internacional. Descura-se, evidentemente, o património de carácter regional ou local, de autorias menores ou mesmo desconhecidas, que se julga não captar o interesse quer dos investigadores, quer dos turistas interessados, devido ao menor interesse e impacto do seu eventual estudo e divulgação. Mas é esse património, menos conhecido e estudado, eventualmente subvalorizado, que é deixado a um certo abandono, não por incúria, antes pelo desconhecimento das autoridades locais e da própria população.

Hoje em dia, os novos conceitos de musealização e de eco-museu, o empenhamento das populações locais pela sua própria história e cultura e o conceito de regionalização que as autarquias têm defendido operaram um volte-face no que toca ao conceito de património. Fundam-se associações de defesa do património cultural e/ou ambiental, recrudescer o interesse pelo estudo da história local, procura-se atrair turistas e interessados para estas regiões, destacando-se cidades, vilas ou lugares, zonas de paisagem protegida, publicam-se livros de viagens, roteiros – caso do distrito de Portalegre, pioneiro nesta área –, monografias especializadas, promovem-se percursos turísticos, congressos de história regional, em suma, propõe-se ao público interessado um vasto leque de opções que o leve a novos percursos cuja anterior percepção se esbatia pela falta de informação.

A Figueira da Foz é uma cidade eminentemente de veraneio, onde a praia e os lazeres a ela ligados são sobrevalorizados em detrimento do próprio

---

\* Mestre em História de Arte. Membro da Direcção da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

interesse patrimonial ou ambiental que a cidade possa oferecer. O visitante procura o descanso, o sol, a praia, os divertimentos nocturnos característicos de uma estância de férias de cariz mundano, descurando outros motivos de interesse, que se prendem maioritariamente com a sua história, a sua cultura, o seu património.

A divulgação desta história e desta cultura locais e regionais perpassa pelo papel fundamental desempenhado pelo museu municipal, pela biblioteca, pela proposição de diferentes percursos dentro da malha urbana antiga, com particular ênfase posto no património religioso, civil – particular e público – e militar, pela informação escrita (guias, desdobráveis, postais, diapositivos), correcta e oportuna, a ser oferecida ao visitante e pela necessária e adequada sinalização viária, que tão frequentemente escasseia nas nossas estradas e povoações.

A divulgação do património construído e ambiental da Figueira da Foz deve ser empreendida pela autarquia local. Divulgar e atrair o visitante a um património tão rico, onde pontificam: as matrizes da cidade e de Buarcos, ambas reconstruções do século XVIII, apresentando a primeira uma história tão longa como a da própria Nação, enquanto na segunda se revelam as consequências do terramoto de 1755; o Convento de Santo António, cuja similitude com o convento de Santo António de Coimbra é tão evidente; as diversas capelas e ermidas situadas ao longo do mar ou nas encostas da Serra da Boa Viagem, lugares de peregrinação e de protecção de um povo constantemente ameaçado pelos piratas; o Palácio Sottomayor com a sua mais que evidente conotação queirosiana, com uma decoração riquíssima e de extremo bom gosto; o Casino, onde a sala de jogos transmite uma ideia de calma a que não são alheios os frescos do tecto e os diversos espelhos que a envolvem, sem esquecer a estrutura metálica do salão nobre; as três praças da zona antiga, cuja memória longínqua leva a três praias do mesmo nome; a descoberta da malha urbana do Bairro Novo de Santa Catarina, com os seus interessantes edifícios e espaços recreativos, semelhantes a outros bairros em idênticas vilas veraneantes estrangeiras, em especial as francesas do fim do século passado; as fortalezas da Figueira, de Buarcos e de Palheiros, insuficientemente estudadas e valorizadas, com um papel fulcral na luta contra os franceses; em especial, o moinho das 12 Pedras e a Quinta do Canal, urgindo o estudo desta importante unidade agrícola na foz do Mondego, não esquecendo o património natural, com a maravilhosa Serra da Boa Viagem, cuja florestação recente, bem programada, os diversos panos de água e os panoramas que dela se avistam, fazem dela um local privilegiado que contrapontua o excesso de iodo do imenso areal figueirense, funcionando como um enorme pulmão da cidade, que hoje cresce industrialmente a um ritmo bastante forte.

Este novo interesse pelo local, pelo regional, pela cultura e história de uma povoação, aldeia, vila ou cidade, abarcando áreas tão vastas como o património religioso, civil, industrial, etnográfico e natural permite criar

novas apetências, novos hábitos de percursos insuficientemente explorados e estudados, valorizando a história e cultura locais, para além de valorizar a história e cultura nacionais. Um novo conceito de turismo, mais participativo e empenhativo, o turismo cultural pretende mostrar e divulgar a cultura, a sociedade locais, mas com a colaboração do turista, com o seu próprio empenhamento. Passeios fluviais em barcos da região, pernoitas em turismo de habitação nas suas diversas variantes, participação em festas e práticas locais, como o Banho Santo, são exemplos deste novo turismo, que paralelamente aposta na qualidade e na pessoalização.

O caso da Figueira da Foz não é único. Na região do Baixo Mondego existem várias propostas deste tipo que urge divulgar, criando as condições para a sua existência, para além de um exemplo sem continuidade. O papel das autarquias e dos diferentes responsáveis é primordial para a consecução de tal fim.



IDENTIFICAÇÃO FÍSICA DO RIO MONDEGO

Fernando Rebelo\*

NÃO FOI ENTREGUE O TEXTO PARA PUBLICAÇÃO

---

\* Prof. Catedrático de Geografia Física da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.  
Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.





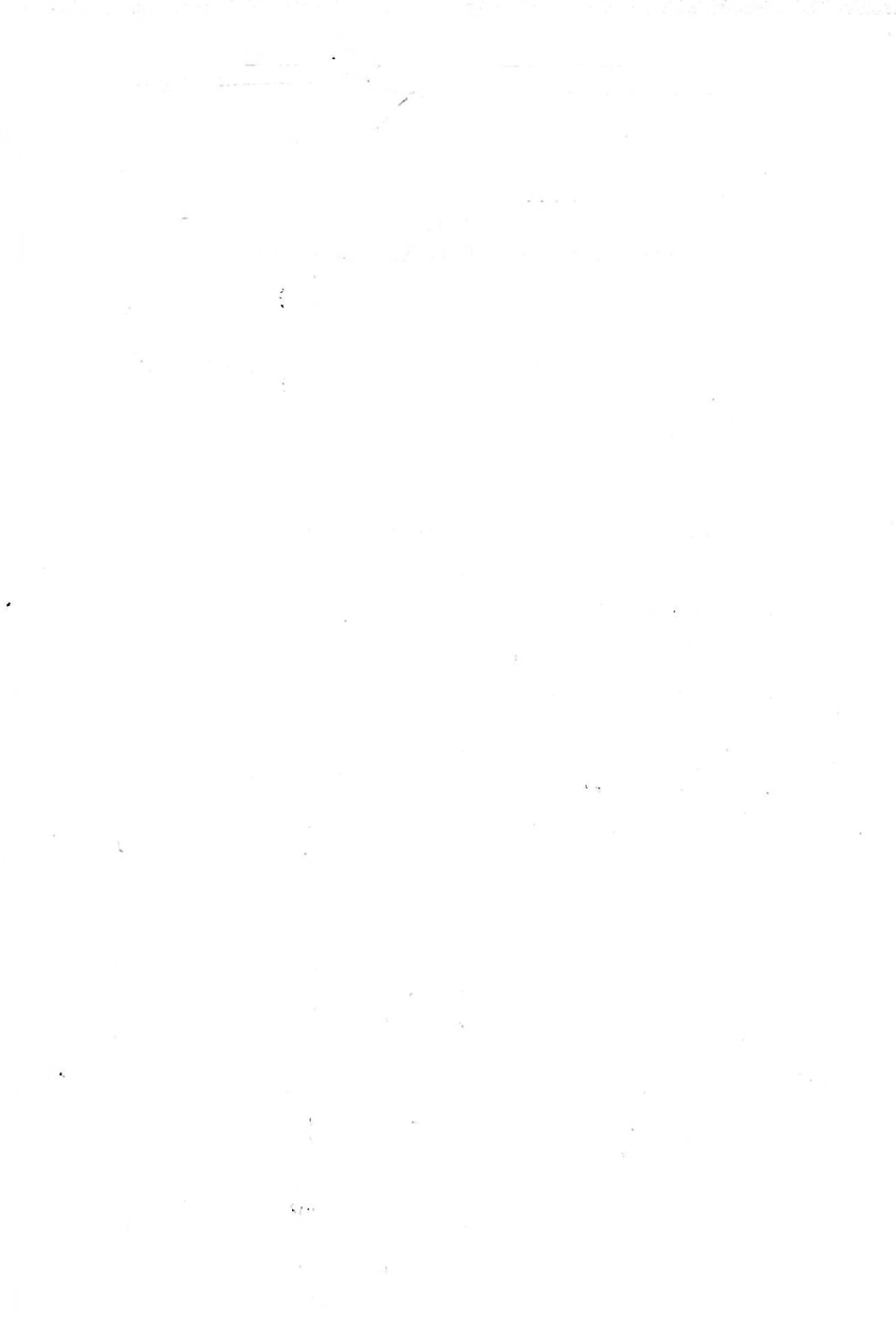
**BAIXO MONDEGO:  
PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO**

Santos Veloso\*

NÃO FOI ENTREGUE O TEXTO PARA PUBLICAÇÃO

---

\* Licenciado em Engenharia Civil. Director do GAT de Coimbra. Administrador do PIDR do Baixo Mondego.



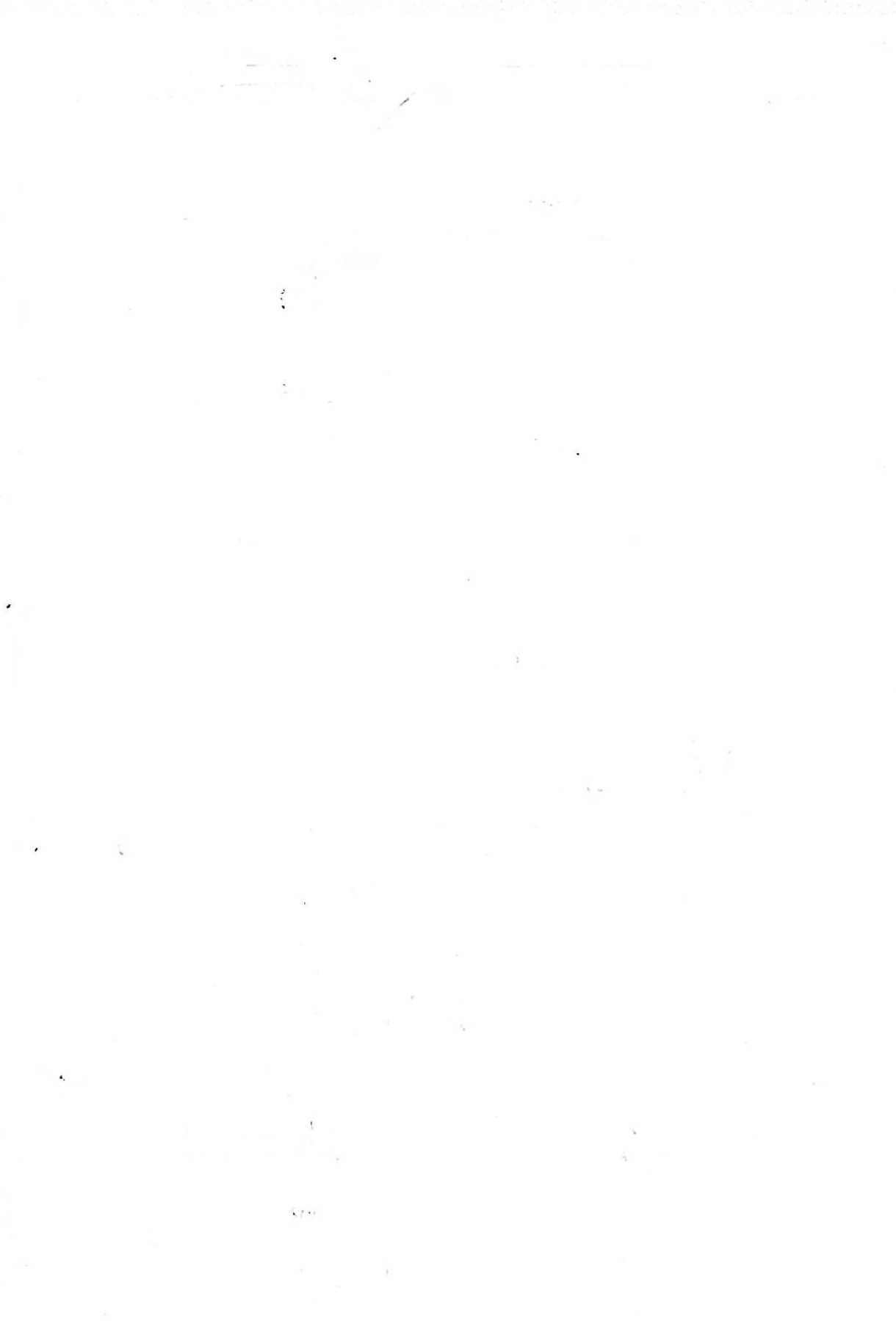
**ORIGINALIDADE, OU NÃO,  
DAS DANÇAS DO BAIXO MONDEGO**

Tomaz Ribas\*

NÃO FOI ENTREGUE O TEXTO PARA PUBLICAÇÃO

---

\* Membro do Conselho Científico e da Comissão Instaladora da Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa. Prof. de Dança do Conservatório Nacional. Director do Gabinete de Etnografia e Folclore do INATEL.



## DESCASQUE DE ARROZ E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NO BAIXO MONDEGO

José M. Amado Mendes\*

### Introdução

A história das actividades transformadoras das matérias-primas (artesanato e indústria) pode fazer-se segundo várias perspectivas. Assim, podem estudar-se, por exemplo:

- as suas origens e respectiva evolução;
- os laços que as ligam aos meios envolventes, do ponto de vista dos condicionalismos, implantação e suas repercussões;
- os produtos e a sua procura, tendo em conta a variação do preço;
- os vestígios que das referidas actividades vão ficando, os quais constituem, simultaneamente, testemunhos e monumentos.

Privilegiarei este último ponto de vista, uma vez que pretendo chamar a atenção para o património industrial relativo à actividade do descasque de arroz. Focarei, ainda que sucintamente, outros aspectos, quando tal se torne vantajoso, para o esclarecimento do tema principal.

---

\* Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Delegado, na Região Centro, da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

## 1. Orizicultura e descasque de arroz

A orizicultura começou a desenvolver-se, nos campos do Mondego, por meados do século XIX<sup>1</sup>. Não obstante a sua difusão, relativamente tardia, constata-se que, a partir de então, a referida cultura se tem desenvolvido consideravelmente naquela zona. Com efeito, em três dos concelhos de maior produção – Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure –, a área orizícola quase triplicou (subiu de 764,13 para 2151 ha), entre 1879 e 1924/28<sup>2</sup>. Para esse desenvolvimento, contribuíram factores de vária ordem. Por um lado, o aumento da procura, devido ao crescimento demográfico e às modificações nos gostos alimentares de uma parte – cada vez mais significativa – da população que se concentrava em núcleos urbanos. Por outro, as condições naturais favoráveis, quer quanto à natureza do solo, quer quanto à abundância de água. A progressiva utilização das máquinas a vapor / motores de rega, facilitando o abastecimento de água a zonas mais afastadas dos respectivos cursos – em particular já no nosso século –, também favoreceu a orizicultura. Naturalmente que os interesses económicos e os próprias vantagens comparativas também pesaram e, inclusive, contribuíram para vencer ou, pelo menos, atenuar as resistências de parte da população que, na primeira fase, se opunha à orizicultura, por questões de salubridade.

Assim como a cultura cerealífera exige, a jusante, a existência da moagem, também a orizicultura induz a montagem de descasques, posteriormente completados com operações específicas de branqueamento e de embalagem ou empacotamento.

## 2. Formas pré-industriais de descasque de arroz: antiguidade, persistência e significado

Até aos inícios do século XX, isto é, aproximadamente durante o primeiro meio século da orizicultura no Baixo Mondego, o descasque de arroz efectuou-se em pequenas unidades e de forma artesanal. Para o efeito, não só se aproveitaram alguns cursos de água – com as respectivas levadas, açudes, etc. –, como também em certos casos as pequenas unidades moageiras (moinhos e azenhas), já existentes. Como se tratava de actividades afins, havia que dar resposta a uma nova procura (descasque de arroz), resultante do já referido desenvolvimento orizícola. Tudo leva a crer que novas unidades, entretanto

---

<sup>1</sup> João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, vol. I, t. I, Universidade de Coimbra, 1982, p. 32 (Diss. de doutoramento, policopiada).

<sup>2</sup> José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial. 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p 208-209.

instaladas ou remodeladas, passaram a contemplar, simultaneamente, a moagem de cereais (particularmente de milho) e o descasque de arroz.

Qual a evolução quantitativa e a respectiva distribuição geográfica, dos referidos descasques, no Baixo Mondego? De momento, não é possível responder a tal questão, devido à escassez de elementos disponíveis. Com efeito, dos 1<sup>os</sup> inquéritos industriais, de índole nacional (de 1861, 1881 e 1890), ainda não consta a dita actividade e, quando na transição do século XIX para o século XX, ela começa a ser referenciada, não se incluem as unidades artesanais, mas tão-só o reduzido número das que se começavam a integrar no sistema industrial.

Seria do maior interesse fazer-se o levantamento / inventário, tão completo quanto possível, dos referidos descasques, pioneiros e antecessores das actuais fábricas em laboração. Para o efeito, há que recorrer a documentação diversa, não só escrita, como fundamentalmente oral e material. Além dos vestígios, mais ou menos conhecidos, muitos outros haverá, os quais permitirão completar, em certa medida, o respectivo quadro.

Uma das maiores concentrações de moinhos (geralmente com descasque de arroz e moagem de cereal) encontra-se na ribeira conhecida por Vala do Moinho da Mata. Esta tem a sua nascente na Azenha Derrubada (note-se a elucidativa toponímia) ou Brejo, no Amieiro, freguesia de Arazede, desaguando no Mondego, após um percurso de cerca de 10 km. Segundo informações orais, colhidas in loco, terão ali laborado para cima de 20 moinhos (cerca de uns 25?). A maior parte licalizar-se-ia nas Quintas do Cabral e da Malta. Entre as mais antigas famílias de moleiros – que, ao longo de cerca de um século, têm praticado a moagem e o descasque de arroz –, contam-se as seguintes:

- família Paulino (o moinho de António Paulino, perto da nascente da referida Ribeira, ainda há pouco trabalhava);
- família Tinoco (desde, pelo menos, José da Silva Tinoco, cujo neto, Abel Mendes da Silva, conhecido por Abel Tinoco, ainda prossegue, em Chãs de Baixo – Carapinheira, com a actividade de descasque artesanal, ainda que com algumas pequenas adaptações;
- família Louro (em Rego de Água, onde Zulmira da Ascensão Louro, filha e neta de moleiros, continua a exercer esta actividade, num moinho / descasque de arroz, reconstruído em 1928. Também Clarinda de Jesus Louro, neta e filha de moleiros, tem estado ligada à Azenha da Fonte Quente – Porto Valas).

A maior parte dos referidos moinhos tinha duas pedras ou mós (uma para moagem, outra para descasque), embora houvesse também um com quatro pedras (na moagem, como se sabe, cada pedra integra um par de mós). No descasque de arroz, a andadeira desliza sobre um lastro de cortiça.

Tendo em atenção o sistema de aproveitamento da energia hidráulica, as unidades supracitadas dividiam-se em dois grupos:

- azenhas (em número de três: Quinta do Cabral, Quinta da Malta e Azenha da Fonte Quente, em Porto Valas);
- rodízios (os restantes)<sup>3</sup>.

Felizmente, a referida actividade ainda não se extinguiu, por completo. De facto, enquanto em muitos casos já apenas é possível ver vestígios, mais ou menos abandonados, noutros ainda se ouve o característico ruído dos moinhos de água (Chãs de Baixo e Rego de Água). Por seu turno, a Azenha de Porto Valas, tendo embora deixado de trabalhar há pouco, ainda se encontra relativamente operacional. Em suma, fragmentos de "museus vivos" ou de um vasto "ecomuseu", ainda não organizado, mas para cuja constituição continuam a existir – até quando? – importantes e significativos elementos, que muito valorizam e enriquecem o importante e variado património cultural do Baixo Mondego.

### 3. Industrialização do descasque de arroz e das operações complementares

Como já se referiu anteriormente, a revolução industrial do descasque de arroz teve início nos finais do século XIX – inícios do século XX, tendo-se intensificado, a partir dos anos 1920/1930. Contrastando com o silêncio dos inquéritos industriais efectuados até 1890, inclusive, o Anuário Estatístico de Portugal começa a fornecer informações sobre o assunto, a partir de 1892. Assim, no distrito de Coimbra, são referenciados os seguintes números, no que toca a descasques de arroz:

| Ano        | Número |
|------------|--------|
| 1892 ..... | 3      |
| 1921 ..... | 5      |
| 1929 ..... | 9      |

Relativamente a estes últimos, tratava-se de seis fábricas, dois moinhos e uma azenha<sup>4</sup>. Actualmente, temos a situação que a seguir se indica: exceptuando as sete unidades que já suspenderam o descasque de arroz,

---

3 Sobre as características dos referidos sistemas de moagem, ver Nelson Correia Borges, "A farinação através dos tempos – 3: Moinhos hidráulicos", in *História*, nº 29, 1981, p. 66-74 e a obra referenciada *infra*, nota 9.

4 José M. Amado Mendes, *idem*, p. 209.



continuam a laborar, na área de Coimbra, doze fábricas, nove das quais se localizam no Baixo Mondego. Estas pertencem às seguintes firmas:

1. Álvaro Alves Borges, Lda. (Figueira da Foz);
2. Amadeu Alves Pontes Borges (Maiorca);
3. António Maria da Silva Cabete (Santana);
4. Augusto da Cunha Júnior, Lda. (Alfarelos – Gare);
5. Ernesto Morgado & Ca. Lda. (Barra – Alqueidão);
6. Nunes & Nunes, Sucrs., Lda. (Gatões);
7. Oliveira & Rodrigues, Lda. (S. Jorge – Montemor-o-Velho);
8. Patrão Rosete, Sucrs., Lda. (Gatões);
9. Sociedade Agrícola da Quinta de Foja, S.A. (Quinta de Foja – Santana)<sup>5</sup>.

Entre as mais antigas, contam-se as seguintes fábricas:

- Andorinha, já há muito tempo desactivada, localizada ao Arnado, em Coimbra, a qual pertenceu à sociedade "Vieira Lima & Soares", constituída em 1913, com o capital social de 17.740\$00<sup>6</sup>.
- de Nunes & Nunes, Lda., sociedade fundada nos finais da I Guerra Mundial (1917) e sediada em Gatões – Montemor-o-Velho;
- da firma Ernesto Morgado & C<sup>a</sup> Lda., sociedade fundada em 1920, na Barra – Alqueidão;
- de Patrão Rosete, Sucrs. Lda., fundada em 1929, em Gatões, por José Fernandes Patrão Rosete;
- descasque da Quinta da Foja;
- de Miguel Monteiro Grilo, na Quinta da Boavista – Montemor-o-Velho, já desactivada.

As próprias Fábricas Triunfo descascaram arroz, de 1957 a 1983. Como não é aqui o lugar adequado para fazer a história das ditas empresas, algumas delas já com mais de meio século de actividade, apenas sublinharei dois aspectos:

1<sup>a</sup> Trata-se, naturalmente, de empresas com potencialidades e dinâmica diferentes, como diferente será o estágio de desenvolvimento de cada uma. Tal facto, do ponto de vista histórico, permitirá acompanhar e compreender, de forma muito concreta, a evolução do descasque de arroz no Baixo Mondego, desde praticamente os inícios do nosso século. É até possível observar, in loco, tecnologia característica de, pelo menos, três fases distintas:

<sup>5</sup> Informação amavelmente cedida pelo Sr. Albano Lé, gerente da fábrica de Nunes & Nunes, Sucrs., Lda. (Gatões – Montemor-o-Velho).

<sup>6</sup> José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra*, p. 210.

- a) fase artesanal, ainda susceptível de ser observada em alguns moinhos em funcionamento, como se disse já;
- b) fase de tecnologia intermédia (anos 30/40), já desactivada, nos descasques de Monteiro Grilo e de Seica;
- c) fase actual, moderna e actualizada, como, por exemplo, na Fábrica de Patrão Rosete, Sucrs., Lda. (Gatões – Montemor-o-Velho) e, por certo, noutros estabelecimentos do ramo.

2<sup>a</sup> A industrialização do descasque de arroz no Baixo Mondego deve ser equacionada, tendo em conta:

- a) o desenvolvimento agrícola, em geral, e da própria agricultura, em particular;
- b) o abastecimento de água, respectiva regularização e alterações, no Mondego e seus afluentes;
- c) a produção energética, nas suas diversas modalidades, bem como os problemas que, em particular durante a II Guerra Mundial, houve que solucionar;
- d) a concorrência e o condicionamento industrial, adoptado pelo Estado Novo e suas principais consequências<sup>7</sup>.

#### 4. Património industrial a estudar, preservar e divulgar

Não sendo, obviamente, possível enumerar aqui todo o importante património industrial relativo ao descasque de arroz e tarefas afins, apenas sublinharei: a) o que me parece mais relevante; b) o que carece de intervenção mais imediata, por correr riscos de destruição iminente.

Começarei pela tarefa que consiste em separar o arroz da respectiva palha, também chamada debulha. Como precursor das modernas e funcionais máquinas, actualmente em uso, encontra-se, na povoação denominada Rego de Água (já referida), junto à respectiva estrada, um ESFARRAPADOR ou DEBULHADOR que bem merecia ser restaurado e conservado, num museu ou centro cultural. Trata-se de um aparelho relativamente pequeno, de estrutura em madeira e com partes em ferro, o qual, para funcionar, estava dotado de um pequeno motor. Porém, para se deslocar e laborar ao domicílio, era puxado por uma junta de bois. Invenção e construção dos Senhores António da Silva Tinoco (estrutura em madeira) e Joaquim Bretão (ferragens, engrenagem e montagem), teve na zona (Carapinheira – Montemor-o-Velho) uma certa divulgação, após

---

<sup>7</sup> Ver, sobre o assunto, José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.

o que terá sido substituído (nas décadas de 1930-40) pelos debulhadores que vinham do Tramagal<sup>8</sup>.

No período pré-industrial do descasque de arroz (isto é, antes da mecanização propriamente dita), a energia hidráulica e o seu aproveitamento constituíram como que o "núcleo duro" de todo o sistema. Daí o dever prestar-se atenção ao que ainda existe (junto aos cursos de água), mas que começa a ser cada vez mais difícil de encontrar. Por um lado, há as estruturas fixas: açudes, levadas, desvios de água relativamente improvisados, bem como as respectivas comportas de controlo do fluxo de água. Por outro, há o equipamento que, devidamente accionado pela pressão da água, possibilitava a produção de energia mecânica, a qual, por sua vez, permitia mover o equipamento de descasque e/ou moagem.

A título de exemplo, permito-me chamar a atenção para três tipos de objectos, pertencentes aos núcleos indicados.

- Uma pequena comporta num açude de Chãs-de-Baixo, inventada por António da Silva Tinoco (hoje pertencente ao seu filho, Sr. Abel Tinoco). Estrutura muito simples (pequeno rectângulo em chapa) que, devido ao facto de ter o eixo de fixação colocado a cerca de um terço da parte inferior, funciona automaticamente, pela acção da força da própria água.
- Dos rodízios, ainda existentes, há os de madeira (muito comuns noutras regiões, como é sabido) e os de ferro<sup>9</sup>. Seria do maior interesse preservar, pelo menos, um de cada tipo.

Extraordinariamente importantes, do ponto de vista histórico e da própria arqueologia industrial, são as rodas hidráulicas<sup>10</sup>. Apesar de terem desempenhado um papel muito significativo anteriormente e, inclusive, nos inícios da revolução industrial (por exemplo, ainda nos anos 1880 eram muito usadas na zona de Seia e da Covilhã), começam hoje a rarear. Daí que, em museus de certos países (Áustria e Grã-Bretanha, por exemplo), se encontrem

<sup>8</sup> Informação oral do Sr. Abel Tinoco.

<sup>9</sup> Os rodízios de ferro são mais modernos que os de madeira. Com efeito, como já foi sublinhado, "os rodízios antigos de madeira têm sido, em muitos moinhos, substituídos por outros, modernizados, em que o ferro entra mais abundantemente na sua construção" (Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem*, Lisboa, INIC / Centro de Estudos de Etnologia, 1983, p. 159).

<sup>10</sup> A expressão roda hidráulica é aqui usada em sentido lato, isto é, de "roda movida pela água e destinada a transmitir o movimento a um moinho, a uma máquina qualquer; o mesmo que roda de água" ("Roda", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, reimp., vol XXV, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., 1978, p. 871). Relativamente à roda hidráulica (vertical) aplicada à moagem, ver E. Veiga de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira, *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem*, p. 169-204 ("Moinhos de água de roda vertical").

rodas hidráulicas, a funcionar, não só dentro dos próprios museus como em lugares nobres (designadamente próximo da entrada e em local de passagem)<sup>11</sup>.

No caso concreto a que me reporto (Baixo Mondego), existem nos subúrbios da Carapinheira (concelho de Montemor-o-Velho), entre outros, os seguintes exemplares ou seus vestígios:

- na Quinta do Cabral, muito danificada e da qual só resta, praticamente, a estrutura em ferro;
- na Quinta do Canal<sup>12</sup>;
- em Porto Valas, a já mencionada Azenha da Fonte Quente.

Quanto a esta última azenha, de acordo com a informação do próprio moleiro (Senhor José Maria Carvalho), a referida roda hidráulica começou a operar em 24 de Abril de 1974, tendo-se mantido em funcionamento até há cerca de um mês (indicação fornecida em meados de Maio de 1990). Trata-se de um roda de dimensões bastante razoáveis, por meio da qual foi possível, até há pouco tempo, fornecer energia hidráulica ao descasque de arroz e à moagem de cereal. Embora esteja um tanto deteriorada, bem merecia ser restaurada e preservada in situ ou, caso isso se torne inexecutável, em núcleo museológico a criar. Para além do seu significado histórico-cultural, a referida roda de água bem podia transformar-se numa atracção turística, quer continuasse no seu meio, quer fosse integrada num espaço musealizado (ecomuseu ou museu).

Antes de concluir, chamarei ainda a atenção para alguns aspectos que reputo de interesse, do ponto de vista do património industrial e da própria arqueologia industrial.

Funcionaram, na zona do Baixo Mondego, grandes máquinas a vapor, as quais eram como que auto-alimentadas pela própria casca do arroz. Assim, o combustível era obtido localmente, através do aproveitamento de um subproduto (casca de arroz) da própria actividade do descasque. As ditas máquinas foram utilizadas, particularmente, durante a II Guerra Mundial, devido à crise dos combustíveis. Ainda há pouco (meados de 1989), existia uma dessas máquinas na Quinta de Foja, ainda que já desactivada. Pelas suas características, tamanho (faz lembrar uma pequena locomotiva) e significado

---

11 É o que sucede no Museu "ARBEITSWELT" (Steyr – Wehrgraben, Áustria), inaugurado em 1987, com uma notável exposição, intitulada *Arbeit / Mensch / Maschine* (da qual foi publicado um excelente catálogo, em 2 vols.) e no "GREATER MANCHESTER MUSEUM OF SCIENCE AND INDUSTRY" (Manchester – Grã-Bretanha). Neste Museu, a roda hidráulica é uma das principais atracções do "Power Hall", no qual se pode estudar a evolução da energia, desde a roda hidráulica até à turbina.

12 Segundo me informaram, de dimensões consideráveis e ainda operacional. Aguardo uma oportunidade para visitar a referida roda hidráulica, dado que, numa primeira visita ao local, as respectivas instalações se encontravam fechadas.

histórico, deve continuar a ser preservada, com vista a poder ser estudada e a tornar-se mais conhecida.

Do período da referida máquina a vapor também ficou, em alguns casos, a chaminé que, como é sabido, se tornou uma espécie de "ex-libris" da primeira industrialização. Ainda é imponente, por exemplo, a chaminé (de 33 m de altura)<sup>13</sup> da Fábrica da firma Patrão Rosete, Sucrs, Lda. (em Gatões – Montemor-o-Velho), actualmente ornamentada com a "habitação" de um casal de cegonhas.

Da tecnologia utilizada na transformação propriamente dita, há a destacar os seguintes tipos de máquinas: descascadoras, separadoras e branqueadoras. A sua evolução, em especial nas últimas décadas, sugere que se estudem as principais inovações introduzidas. Recomenda-se, por exemplo, quanto às descascadoras, que se vão preservando alguns exemplares das que, entretanto, se tornarem obsoletas. É que, também estas já começam a fazer parte do património industrial. Finalmente, deste fazem também parte outros equipamentos, talvez mais modestos mas não menos imprescindíveis. Refiro-me a:

- balanças;
- diverso material de laboratório;
- um antigo fole, de utilizar na afiação dos picões (em Chãs de Baixo), hoje desactivado e que também podia constituir peça de museu<sup>14</sup>;
- diferenças entre o sistema tradicional, em que uma só pedra (andadeira) desliza sobre uma estrutura construída com pedaços de cortiça (a qual faz de mó dormente) e o sistema actual, em que predominam os cilindros de esmeril.

Além do estudo das principais inovações introduzidas, urge preservar alguns exemplares das que, entretanto, se vão tornando obsoletas. É que também estas já começam a fazer parte do património industrial, componente insubstituível do nosso património cultural.

Antes de terminar, resta-me agradecer a todos quantos, de uma ou outra forma, me prestaram informações sobre a temática em causa, as quais constituíram um prestimoso auxílio na elaboração do presente trabalho<sup>15</sup>.

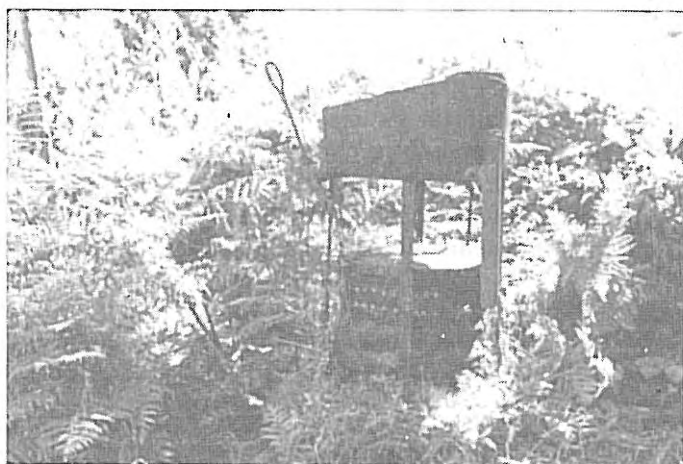
<sup>13</sup> Informação gentilmente cedida pelo Senhor Ilídio de Oliveira, proprietário-gerente da firma mencionada no texto.

<sup>14</sup> Os picões serviam para picar as mós. Em Chãs de Baixo (Carapinheira), junto ao descasque/moagem do Senhor Abel Tinoco, encontra-se um dos referidos foles, que merece ser preservado e, inclusivé, exposto num museu.

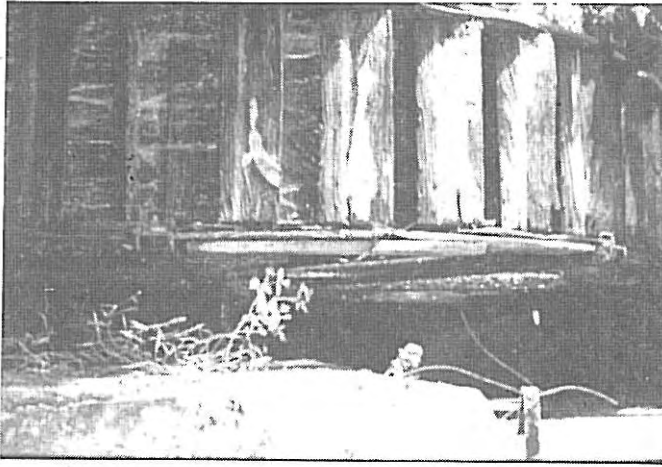
<sup>15</sup> Entre outros, cumpre-me destacar: os Senhores Abel Tinoco, Eng<sup>o</sup> Miguel Monteiro Grilo e Dr. Manuel Carraco, Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho; as administrações / gerências das seguintes empresas: Ernesto Morgado & C<sup>a</sup> Lda., Fábricas Triunfo, S.A., Nunes & Nunes, Sucrs., Lda., e Patrão Rosete, Sucrs., Lda.



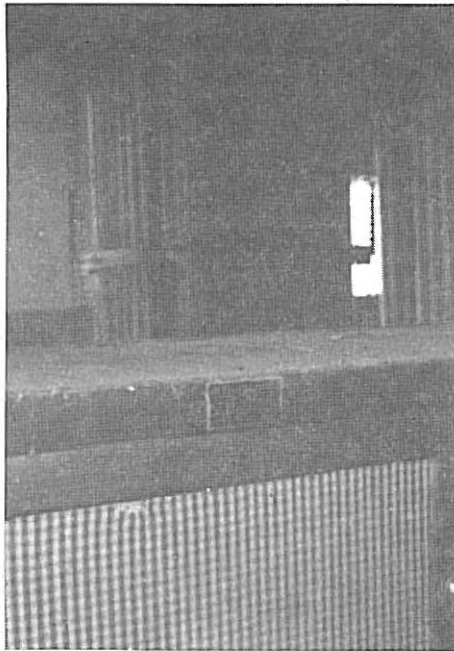
1. Esfarrapador ou debulhador (utilizado para separar o arroz da palha), inventado por António da Silva Tinoco e Joaquim Bretão (Rego de Água – Carapinheira).



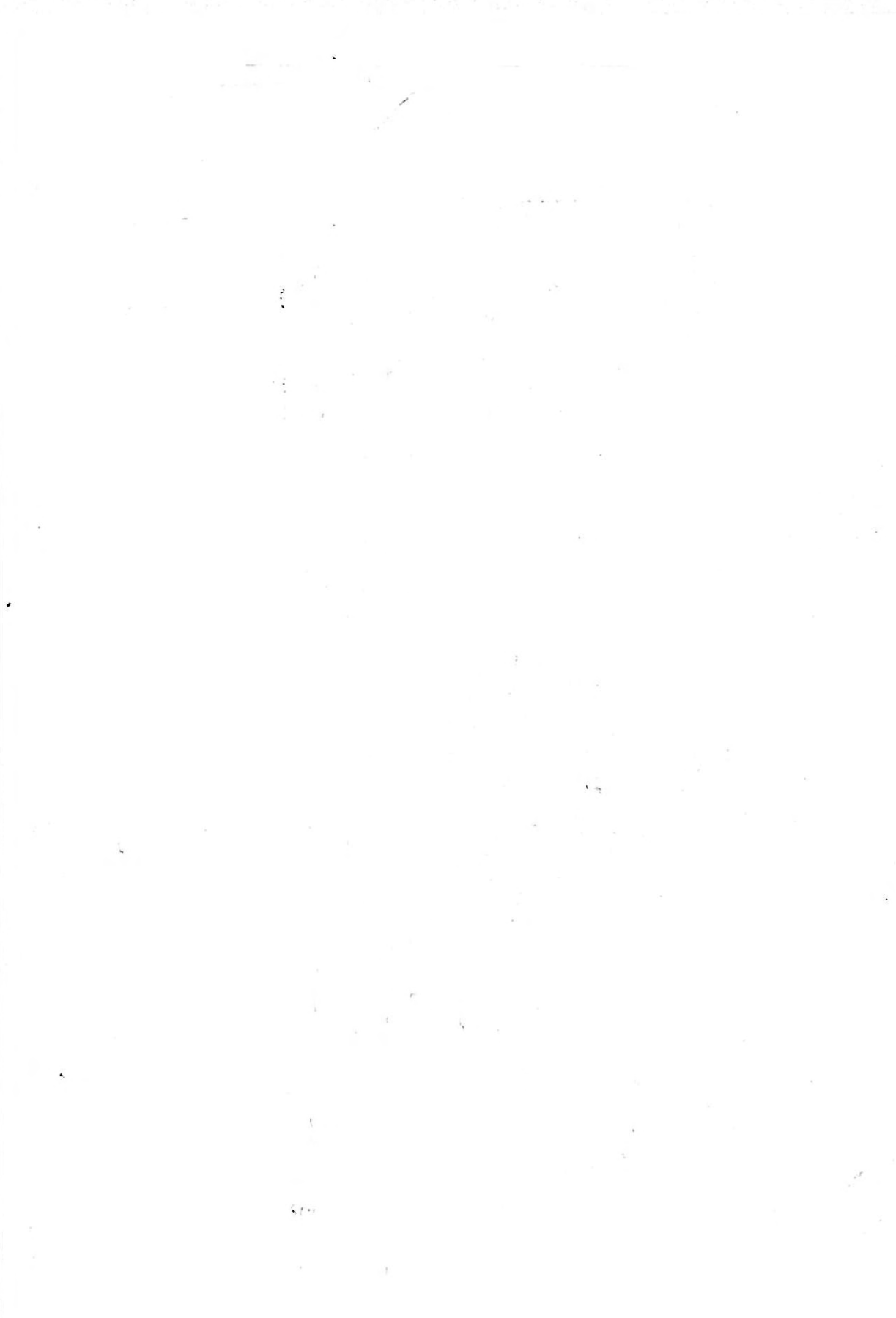
2. Fole de Abel Tinoco, utilizado na afiação dos picões, com que se picavam as mós (Chãs de Baixo – Carapinheira).



3. Roda hidráulica (azinha), instalada num descasque de arroz e numa moagem, a qual se manteve em funcionamento de 24.04.1974 até Abril de 1990 (Porto Valas – Carapinheira).



4. Equipamento do descasque de arroz da Quinta da-Boavista, desactivado (Alfarelos – Montemor-o-Velho).





## EU, MONDEGO, RIO ... CHORO

Francisco Serra Rodrigues Matias\*

### Introdução

Sou um homem visceralmente ligado à natureza. Consequentemente, desperto para os fenómenos a ela ligados, ou a acontecimentos provocados, que sobre ela possam influir.

Sou particularmente sensível ao meio ambiente e logicamente aos fenómenos ecológicos.

A realização deste Congresso do Baixo Mondego, considero-o uma acção meritória, no sentido de alertar as consciências adormecidas para a necessidade urgente (darei mesmo obrigação), de conservarmos os nossos vastos e ricos valores patrimoniais, a nossa raiz histórica e quiçá, a nossa própria sobrevivência, quer como grupo restrito, ou alargado a limites nacionais e mundiais.

Como cidadãos responsáveis, temos todos o dever de participarmos, na medida do nosso possível, no equacionamento e solução dos problemas ambientais que nos afligem, e que por vezes são o resultado da nossa própria negligência. Eu, não fujo à regra. Como indivíduo, tenho o dever de dar o meu contributo (mesmo modesto), para a solução desses problemas.

Homem ligado às artes, não sou naturalmente insensível à poesia. Sendo uma forma de expressão escrita de que algumas vezes me sirvo para dar voz ao meu pensar e sentir, pareceu-me a maneira mais interessante de intervir neste Congresso.

O Mondego não é (por ora) dos rios mais conspurcados pela poluição. É bom que fiquemos de atalaia.

---

\* Artista Plástico.

O poema que vos deixo, é esse meu preocupado alerta, talvez o grito do meu medo, personificado neste Rio Mondego, grito afinal, de todos os Rios deste mundo.

Que os Poetas me perdoem a forma;  
Os Eruditos as inexactidões históricas;  
Os Declamadores a timidez da voz.  
Que fique a intenção, e que frutifique.

EU, MONDEGO, RIO ... CHORO

Eu, Mondego,  
Rio vosso,  
Rio de vós,  
gostava de vos falar de mim.  
Mas não posso.  
Perdi pouco a pouco o alento,  
esmoreceu-me a voz.  
Assim,  
falai vós;  
falai por mim,  
que eu, calo  
triste e fundo,  
o meu lamento.  
Falai, falai vós ao vento;  
contai ao mundo,  
dizei do meu inglório sofrimento,  
das minhas penas,  
porque eu já não falo,  
sussurro apenas.  
Já não canto, murmuro.  
Não agonizo  
ainda,  
mas sofro,  
juro.  
E a minha vida, pode ser um sopro.  
Contai,  
contai, porque é preciso!  
Contai ao vento errante  
e vagabundo,  
falai-lhe do meu pranto.  
Falai também à ave viajante,  
contai-lhe o meu sofrer,  
O meu tormento.

Ide-lhes dizer  
que levem o alerta,  
que ainda é tempo.  
Ainda não é tarde.  
Dizei ao vento que corre  
o segredo do meu renascimento,  
e que o espalhe  
por toda a parte,  
por onde calhe,  
enquanto o alento me não morre,  
enquanto esta chama ainda arde.  
Que ainda não é tarde.

Eu, Mondego,  
Rio de vós,  
Rio vosso,  
queria falar-vos de mim,  
da minha vida,  
mas não posso  
assim,  
cansado,  
de voz sumida...  
Falai vós,  
peço,  
falai de mim,  
que julgo que o mereço.  
Contai-lhes como fui gerado.  
Contai-lhes da odisseia  
que a minha vida encerra.  
Filho do amor  
titânico e brutal  
que há entre o mar e a terra;  
Fruto de um beijo ardente  
que uma estrela acesa  
deu contente  
ao oceano;  
Saído de uma guerra  
que Neptuno travou  
com o ígnio Vulcano;  
Filho de mil lágrimas  
choradas sobre o chão,  
onde fiquei guardado e quedo,  
em gestação,  
(mil anos? talvez mais de um milhão),

a temer,  
cheio de medo  
de nunca mais nascer.

Até que um dia,  
chegado que era o tempo,  
depois dessa guerra telúrica e sofrida,  
entre deuses titânicos e irosos,  
senti que minha mãe  
entrava em convulsão.  
E numa dôr rugida,  
num grito, numa praga,  
abriu o sexo em fraga.

E da profunda entranha,  
deu à luz no alto da Montanha,  
um ténue fio de água  
que luzia.  
Era eu.  
Tinha nascido nesse dia.  
E liberto de repente  
do útero da terra,  
saltei contente  
p'los alcantis da serra.  
E de pedra em pedra,  
de monte em monte,  
saltei... saltei...  
numa ânsia incontrolada de chegar  
sem saber onde.  
Só sei  
que queria passar  
p'ra lá do horizonte,  
p'ralém...  
para o futuro.  
E corri... corri...  
numa alegria doida de criança  
que brinca solta e ágil  
com o corpo erótico e seguro  
de sua mãe.  
E como numa dança  
estonteante,  
rolei e contorci  
meu corpo ainda frágil  
e fui para diante.

E desci, desci,  
impelido por força desmedida  
num apelo de voz que me chamava.  
E nessa louca corrida,  
aqui tropeçava,  
ali caía,  
além me levantava  
para continuar,  
como flecha disparada,  
por vales e outeiros.  
E nessa pressa de chegar,  
ansioso de porvires,  
sem medo me atirava  
de altos e brutais despenhadeiros  
dividindo-me em mil gotas de arco-íris.  
E corria, corria,  
ora em passo tímido e miúdo,  
ora em salto galgado,  
na pressa de chegar ao vale, ao fundo.  
E fatigado  
de saltos e proezas,  
descansava às vezes  
em pegos e represas.  
E neste meu andar e repousar,  
neste meu caminhar  
sem desatino,  
encontrei numa curva do caminho,  
um outro fio de água  
que como eu, corria sem destino.  
Era, como eu, um fio ainda sumido.  
Era um irmão.  
E ali nos juntámos,  
num abraço fundido  
de emoção.  
E agora unidos, mais fortes,  
enfrentamos ambos a jornada  
e galgamos com fúria os contrafortes  
da montanha áspera e calada.  
Era já tarde,  
noite a cerrar,  
abrandámos um pouco num remanso,  
mas não parámos a nossa caminhada.  
Era forçoso andar,  
chegar,

não esmorecer o avanço,  
porque era longa e árdua a jornada.  
E metemos contentes ao caminho,  
(a noite já fechada).  
Partimos juntos, mais devagarinho.  
E encontrámos outro fio de água,  
que como nós, buscava seu destino;  
e outro mais adiante,  
e depois outro ainda,  
e fomo-nos juntando,  
numa emoção  
a cada encontro renovada.  
E desta junção  
se foi formando  
uma torrente em cada hora mais possante,  
avançando forte e decidida.  
E unidos partimos,  
que a caminhada não estava finda.  
Unidos como um só,  
empurrados  
por força imensa,  
formidável,  
irmanados num destino comum inevitável.  
Dia e noite corremos  
sem detença,  
sem descanso.  
E passados que foram montes e valados,  
nossos corpos já doridos  
e cansados  
das torturas  
do caminho,  
espraiaram-se estirados,  
distendidos,  
preguiçosos,  
nos remansos  
bonancosos  
dos imensos campos e planuras.

E aí nos quedámos  
frouxos,  
lassos;  
espreguiçados os corpos e os braços  
num lânguido e deleitado torpor,  
como donzela nua

em orgias de amor,  
em noite de esponsais.  
Era uma noite morna e transparente,  
e a lua,  
lá no ar,  
contente,  
derrama prata sobre o nosso olhar.  
E atrevida,  
por entre os choupos e os salgueirais,  
brincou connosco às escondidas.  
E assim ficámos  
naquela quietação,  
naquela paz,  
que abranda e compromete o coração.

.....  
Quando acordei,  
ouvi que me chamavam.  
Aquela voz,  
que agora a brisa me trazia...  
aquela voz...  
não sei... não sei...  
era uma voz que eu conhecia...  
Reparo então  
que era já dia,  
era sol alto,  
e meus irmãos onde estavam,  
que os não via?  
Só eu, ainda estremunhado  
e confundido.  
De repente,  
num salto,  
sem o querer, corria,  
num impulso incontrolado,  
em direcção àquela voz que me chamava,  
àquele sussurrar.  
E súbito, ali estava!  
à minha frente,  
a arfar  
contente,  
com os braços abertos  
e a voz rugida de emoção.  
Não pude reprimir um ai  
estrangulado,  
sumido

da surpresa.  
Era meu pai,  
O mar!...  
E emocionado,  
aturdido,  
apertei-o de encontro ao coração.  
Deu-me um beijo salgado,  
pegou-me pela mão  
e levou-me a passear  
p'la sua imensidão.

Depois,  
mil anos se passaram.  
E os peixes minhas águas povoaram;  
e o céu as aves;  
e a Terra os animais  
e as árvores em flor  
em frutos se tornaram.  
E foram mil anos de amor  
e de harmonia,  
delicada e subtil.  
E outros mil tão ternos e suaves  
e ainda outros mil vieram  
e mais... e mais...  
E eu, feliz,  
como quem vai  
em petiz,  
para a festa eterna de vai-vem  
entre os braços fortes de meu pai  
e o corpo terno e doce de minha mãe.

E veio o Homem.  
E com ele a força da invenção  
a magia  
da emoção  
e da aventura.  
E vieram cem, mil, todos  
em louca correria  
ou passos de brandura.  
E foram Godos,  
e foram os Suevos e Alanos  
que em minhas arribas repousaram.  
E foram Lusitanos  
que vieram



em busca de seu pouso e território.  
E neste contratempo, neste hiato,  
dei de beber a Sertório  
e Viriato.  
E vieram Romanos  
que às minhas margens  
estenderam seu Império.  
E foram depois os Muçulmanos  
com todo o seu saber  
e o seu mistério  
que em mim foram beber.  
Por fim o Rei primeiro  
com sua grossa espada e seu arnês,  
montado em seu cavalo, todo inteiro.  
E desta vez,  
fiquei definitivamente Português.

E puseram depois barcos esguios  
de panos enfunados de vento  
e de ternura  
a deslisarem fugidios,  
mansos de brandura,  
no meu dorso prateado,  
carregando vida dura  
no seu bojo calado;  
E puseram-me arcos de ponte na cintura;  
e amiúde,  
desviaram minhas águas em açude  
p'ra leiras e noras  
de suor e de sustento;  
e com fios de destreza  
teceram horas  
e redes de alimento.  
E nos quentes estios,  
brincavam comigo em doce refrigério,  
ignorantes em sua natureza  
das forças que os comandam,  
sentindo que os envolvia  
um singular mistério.  
E eu, Mondego, Rio... ria,  
contente com eles desta mútua atracção  
que nos unia.  
E mesmo quando no furor do inverno  
minha força brava

eu não continha,  
se numa mão lhes dava  
o inferno  
e o sofrimento,  
na outra ofrecia a vida em sedimento.

.....  
e mais mil anos passaram.  
.....

E a força do amor  
povoa a Terra,  
e a força do ódio traz no ventre a dôr  
e a guerra;  
e a ambição  
sem conta nem medida,  
feriu meu coração,  
abriu meu peito  
em frida.  
E desviaram meu leito,  
forçaram meu caminho.  
Violaram a cama onde me deito  
com dragas de violência;  
E devagar,  
bem devagarinho  
(p'ra ninguém notar),  
foram quebrando minha força, meu alento,  
tolheram o meu passo,  
o meu andar,  
com os muros altos da sua "sapiência".  
E agora, que faço,  
quase exangue,  
se vertem em meu sangue  
a escória imunda e pestilenta da "ciência"?  
Vêde se inverteis este processo,  
antes que me envenenem a alma  
de ambição e de "progresso".  
E até a nostalgia  
que me invade,  
pode matar-me  
de tédio e de saudade.  
Porque já não sou Rio ledo,  
Rio vida,  
rio liça.  
Rio calma,  
rio alma.

Rio água,  
rio frágua.  
Rio fonte  
rio horizonte.  
Rio amor,  
rio calor.  
Rio pão,  
rio paixão.  
Agora sou Rio pranto.  
Rio desencanto.  
Rio mágoa.  
Rio dôr.  
Rio tristeza.  
Rio despudor.  
Rio incerteza.  
Rio medo.

Eu, Mondego,  
Rio de vós,  
rio da vossa insensatez  
e ambição;  
Rio do vosso desequilíbrio;  
Rio da vossa pequenez  
e sofreguidão;  
Rio da vossa desmesurada ganância;  
Rio do vosso despudor,  
da vossa ânsia;  
Rio do vosso desamor;  
Rio do vosso desassossego;  
Rio do vosso indiferente desapego.

Eu, Mondego,  
Rio vosso,  
Rio de vós,  
já vos falei de mim  
com esta voz sumida,  
já vos falei da minha vida,  
do meu sofrer profundo.  
Contai a minha história  
ao vento vagabundo  
para que todos a saibam  
e a guardem na memória;  
fazei da minha voz

a vos dos rios todos deste mundo,  
que como eu,  
sofrem e agonizam.  
Porque por eles,  
Eu, Mondego, Rio...  
coro.  
Eu, Mondego, Rio...  
choro.

## ARQUITECTURA POPULAR NO BAIXO MONDEGO

Luís Marçal Correia de Oliveira\*

Em 1980, ano em que me fixei definitivamente na Carapinheira, em pleno coração do Baixo Mondego, depois duma longa ausência de trinta e poucos anos, só entrecortada por fugazes visitas de fins-de-semana, senti que a minha sensibilidade ao meio que me rodeava tinha sido profundamente afectada pela mudança havida.

Sacado na idade jovem do torrão natal, preocupado primeiramente em obter um curso superior e depois absorvido pela vida profissional, pouco tempo me sobrava para olhar com "olhos de ver" a paisagem onde estava inserido.

Foi no entanto a mudança radical de hábitos e ambiente que me obrigou a olhar à volta e aperceber-me que afinal, apesar de estar ainda em Portugal, era outra realidade humana e ambiental que me rodeava.

Vieram-me assim à mente recordações de infância, factos, lugares e pessoas da minha meninice, mas ao meditar sobre esta nova realidade, fazia-o agora duma forma muito mais correcta e selectiva, concluindo que afinal o meio rural à minha volta era muito mais humanizado que o meio citadino.

Se as terras chãs, os choupos, os salgueiros, os laranjais, as ribeiras mondeguinas, a azáfama das lides do campo, passavam na minha mente como um filme gravado na infância e não mais destruído, o mesmo não acontecia com a paisagem humana nem com o espectáculo constituído pela arquitectura local de raiz popular imaginada pelo cérebro do arquitecto espontâneo do Baixo Mondego.

Era preciso que dalguma vez tivesse parado para fixar na retina a diferença que aliás sempre existe quando o homem sabe respeitar os materiais que a natureza lhe oferece e utilizá-los de forma natural sem lhe impor

---

\* Licenciado em Engenharia Mecânica. Director da Empresa "Moisés Correia de Oliveira".  
Vice-Presidente da Assembleia Geral da LACAM.

receitas ou exigir deles formas, aplicações e limites de resistência pré-concebidos, como o faz o arquitecto projectista.

Perante esta nova percepção que me havia chegado, fui por isso levado a não deixar perder a oportunidade e a gravar em filme todos os tipos de construções de raiz popular, que a minha sensibilidade, até aí alheia, me fazia chegar, e achava possuírem características próprias, suficientes para individualizarem a região agora em foco.

Foi assim que sem possuir bagagem escolar ao nível de arquitecto, mas apenas tocado pelos sentidos, procurei fixar na minha modesta máquina fotográfica os tipos de construções de raiz popular que julguei possuírem traços comuns e constituírem modelos de exemplo duma arquitectura simples e anónima, onde a mão e imaginação do arquitecto espontâneo, sem curso de arquitectura, soube casar a pedra, a madeira e a cal, duma forma correcta e sem exageros, mas com naturalidade, respeitando a paisagem e os materiais na sua própria maneira de existir.

Saí então de máquina ao tiracolo e quando imaginava ter de calcorrear quilómetros para fixar imagens, bastaram alguns passos para me deter e fixar os mais representativos tipos dessas construções.

A região em causa insere-se na faixa do Litoral Centro, onde as manchas urbanas se desenvolvem essencialmente ao longo das vias de comunicação.

Em particular, como a exploração dos campos do Mondego foi desde finais do século XV, com a introdução do milho da Guiné, a razão de ser de sucessivas gerações, tal facto deu origem a que a quase totalidade das vias seja orientada no sentido do campo, directamente ou entroncando em outras principais.

Assim, a maioria das habitações tem a orientação este-oeste, não sendo por isso excessivamente quentes no verão ou demasiadamente frias no inverno.

Todas construídas em data anterior a 1950, podemos agrupá-las em três grandes grupos distintos, de acordo com as suas características, ainda que possuam no seu interior muito em comum.

### **1. A casa com patim**

Encontram-se na freguesia da Carapinheira belos tipos destes exemplares. São casas invariavelmente caiadas de branco, implantadas sempre acima da cota da rua, da qual estão "defendidas" por um murete também caiado. Entre o murete e a casa existe o patim que geralmente é térreo e se atinge por meio duma escada de pedra.

O patim foi uma solução inteligente do arquitecto popular. Nele se implanta a moldura verde que caracteriza a casa do beirão. Lá está sempre o parreiral, o alegrete ou vasos com flores. Para avivar o conjunto muitas vezes a saia da casa é pintada em tons de ocre.

O patim funciona como varanda, para aos Domingos os donos da casa passarem a tarde, ou verem passar procissões. Serve também para assoalhar os produtos da terra, ou jogar o raminho trouxado e o anelinho.

Pormenor digno de nota é o espectáculo que ainda hoje oferecem estes patins destas casas quando os seus moradores nas noites quentes de Agosto, por ocasião da Festa em Honra de Nossa Senhora das Dores, os enfeitam de modo feérico, colocando sobre os muretes torcidas acesas embebidas em azeite dentro de cascas de caracóis.

A porta principal da casa dá acesso ao patim, mas só em dias de festa, Domingos ou Dia de Páscoa.

Por isso esta porta abre geralmente para a sala que, sendo de visitas, pode conter numa das paredes a típica cantareira, onde para além dos azados de barro tão familiares às gentes do Mondego, estão também arrumados os pratos de loiça fina, as amêndoas ou as lembranças do Senhor da Serra ou da Senhora da Saúde.

A sala abre para todas as divisões da casa, mas é pelas traseiras que se faz toda a lide diária. Assim, a cozinha dá para as traseiras e para o pátio. Contíguos ao pátio ficam a casa do forno, os currais, o celeiro, a eira, o telheiro da eira e a adegã. O conjunto completa-se com o cerrado que a família trata sempre com desvelo, e a serventia para acesso ao casal.

## **2. Casa com sobrado**

Também aqui existem muitíssimas casas deste tipo.

A casa com sobrado resulta dum processo que procura economia de espaço. Se na casa com patim descrita atrás, toda a implantação é feita num só plano, aqui neste tipo de construção, existe um sobrado que cobre toda a casa e serve de celeiro.

Este sobrado é ventilado por quatro pequenas janelas ou óculos que se distribuem pelas frontarias e dá-lhe acesso geralmente uma escada de madeira implantada na cozinha.

A porta principal já não dá acesso à sala, mas a um corredor para onde abrem todas as divisões. O telhado é de duas águas e a implantação das restantes dependências do conjunto é em tudo idêntica à casa com patim, mas geralmente de dimensões mais reduzidas.

## **3. A casa dos cantos**

Para conhecer melhor a casa dos cantos temos primeiro que saber o que são os cantos.

Os cantos são agregados urbanos muito idênticos às antigas "ilhas" da cidade do Porto, mas em miniatura, e muito mais limpos.

Como é sabido a densidade populacional aqui é elevada para a região (220 hab/km<sup>2</sup>), resultando assim uma implantação urbana densa junto às vias principais, que não contendo o crescimento originou a formação de pequenos "apêndices" localmente designados por cantos.

Têm pois uma só entrada e neles habitam geralmente famílias com laços de sangue.

Curioso é que estes cantos são conhecidos pelos apelidos das mulheres que os habitam.

Assim se conhecem; o canto das Lopes, o canto das Fernandes, o canto das Lésinhas, o canto das Helenas, etc..

Pensa-se que a mulher é sempre uma constante presente na casa, já que o homem se vê forçado a sair dela para ganhar o sustento da família, regressando só ao fim do dia.

Daí que a mulher estando sempre presente junto ao local que habita, tenha pois o privilégio de ser mais conhecida.

As habitações dos cantos são pois as de dimensões mais reduzidas que aqui se constroem ainda hoje, mas primam pelo aseo. A sua implantação é de um só piso e a distribuição das dependências é idêntica às casas com sobrado.

#### 4. Outras construções do tipo popular

A nossa contribuição ficaria incompleta se deixássemos de enumerar outras construções vincadamente populares aqui existentes; celeiros, adegas, capelas, azenhas, moinhos de água, alminhas e fontes, cujas descrição e historial não abordaremos, para não alongarmos a comunicação.

Elas completam o universo que traduz o carácter do povo anónimo, pois constituem a resultante da conjugação dos factores históricos, religiosos, económicos e climatéricos, que ao longo de gerações condicionaram a sua existência.

#### 5. Considerações finais

Não é por acaso que escolhemos a localidade de Carapinheira como exemplo mais representativo dos modelos de arquitectura popular do Baixo Mondego.

Até à década de 50, foi esta freguesia alfobre de construtores populares, pedreiros, carpinteiros e trabalhadores anónimos, que com a experiência transmitida ao longo de gerações, transformaram os materiais, adaptaram-nos às suas necessidades e deram-lhes forma e sentido. E, sem ferir o ambiente, deixaram-nos belos exemplares de arquitectura popular no Baixo Mondego.

É provável que ao determo-nos perante estas construções nos venha à mente um certo ressaibo do Ribatejo ou até do Alentejo.



De facto, os homens do Baixo Mondego nunca andaram muito tempo longe dessas paragens, onde foram caramelos e parceiros da gente ratinha, por muitas gerações.

Firmou-se assim o gosto pela cal, herdado talvez das origens moçárabes por povos da beira-rio.

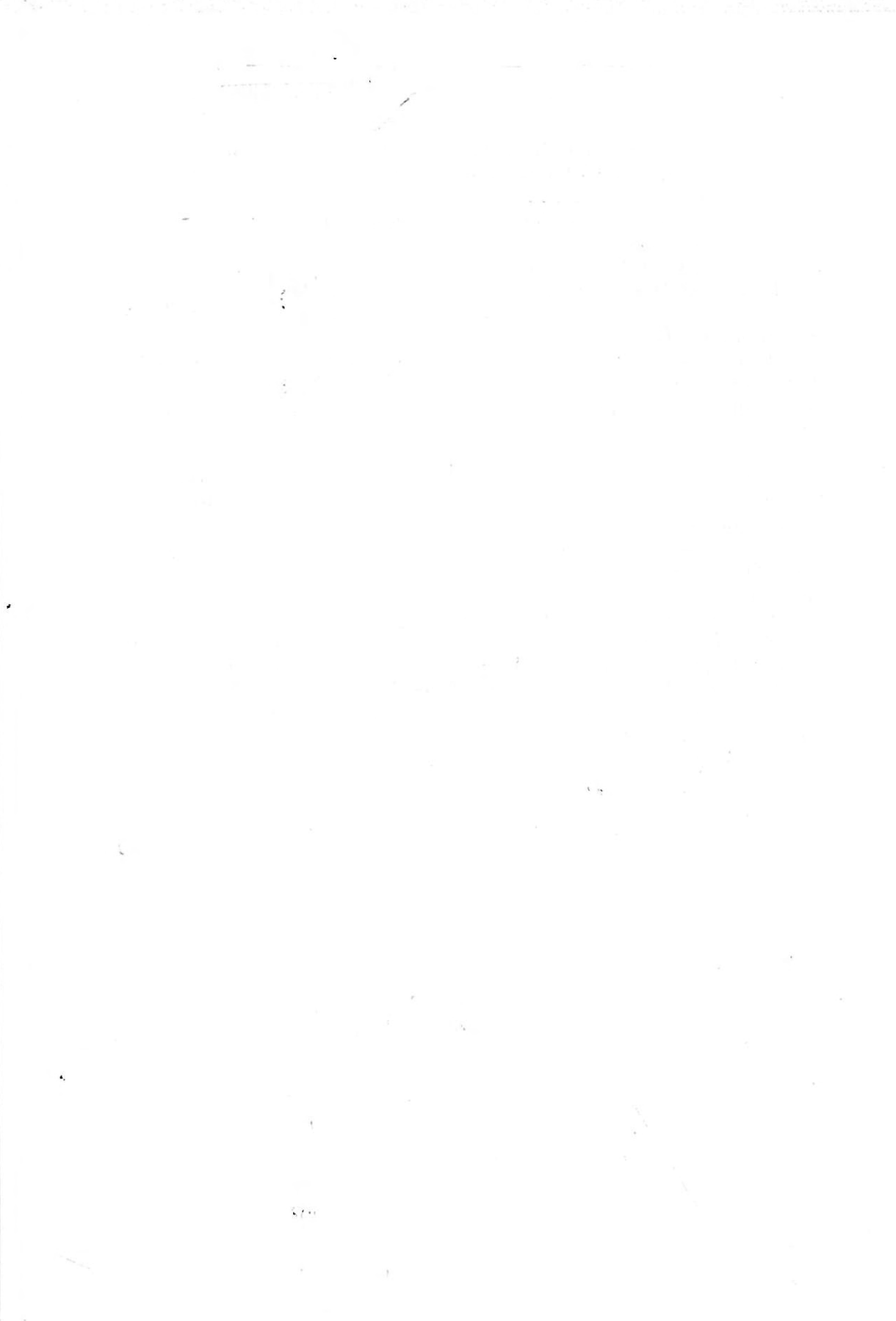
Mas o homem do Baixo Mondego soube alterar a paisagem e tirando partido da fertilidade das terras mondeguias deu a moldura verde à casa, levantou o seu assentamento, e rodeado por tudo quanto lhe basta, trabalha e ama a terra que o há-de consumir.

Poderíamos neste nosso breve apontamento, mostrar Tentúgal, Pereira, Montemor ou Soure, terras detentoras dum passado nobre e histórico, onde casas Senhoriais, Conventos, Igrejas, Hospitais e Castelos são exemplos maravilhosos da nossa arquitectura tradicional. Mas não era esse o nosso objectivo.

O nosso interesse residiu em dar a conhecer o gosto, o saber e o instinto do construtor anónimo, e não a forma erudita, calculada e desenhada da arquitectura tradicional e muito menos a de projecto.

Procurámos pois atingir tal meta, ainda que modestamente, tentando assim divulgar os tipos de arquitectura popular existentes, que outros mais entendidos e versados na matéria até hoje não referenciam.

Apelamos pois para todos os presentes, Associações de Defesa do Património representadas, arquitectos, projectistas, desenhadores e Câmaras Municipais, que pelo respeito que devemos aos nossos antepassados, saibam conservar o legado que nos deixaram e transmitam às gerações futuras, nas construções actuais, o toque, a beleza e o encanto da arquitectura popular da terra que nos viu nascer.



## A GASTRONOMIA PERDIDA DA REGIÃO DE COIMBRA

Gonçalo dos Reis Torgal\*

Da meninice retenho, com saudade, "aquele gosto amargo", aqui de felizes, o que se passava em Casa de meus Avós nas vésperas de Natal, quando reunida já toda a família se iniciavam, na noite de 23, os preparativos da Consoada que chegaria no dia seguinte. A cena passava-se na Cozinha e pelo seu pitoresco ficou-me a lembrança embora já mais de meio século lá vá. De Larçã, mandara vir meu Avô o mais gordo Perú, cevado na capoeira do Quintal, livre por vezes, para o que prudentemente se lhe haviam cortado as asas – outro ritual de uma cultura perdida. A tal ave, culinariamente desagradável pelas consequências que traz para os convites para a mesa, já que, como dizia alguém, "é demasiado para um, mas pouco para dois", tinha de ser preparada de véspera, num cerimonial com o seu quê de bárbaro, mas indiscutivelmente cheio de tipicismo e sentido gastronómico. O acto requeria um funil e boa aguardente. Munido deles um dos meus primos, de mais idade, tomava para si as funções de mestre de cerimónias metia o funil pelo bico do galinácio americano, faziânda de família e fazia-o emborcar um garrafósio de bagaçal aguardente. O bicho ficava tonto e então, com gáudio da pequenada, na qual durante anos me incluí, começava a vagabundear ebbriamente pela cozinha até que caía num canto onde curtia a narça até ao dia seguinte, enquanto o álcool amaciava e apaladava as carnes que seriam, morta a vítima, assadas no fogão de lenha, devidamente recheadas e servidas com batatinha loira e farofa. Cabe aqui dizer, para que se marque a expressão cultural, como se processava a Ceia de natal na Coimbra dos anos quarenta e

---

\* Prof. do Ensino Secundário. Jornalista.

que nada tem a ver com a que hoje a maioria das pessoas realiza, inclusivé em minha casa aculturada por influência minhota e onde o bacalhau é Rei. Na Coimbra de há meio século a Ceia só tinha lugar nas primeiras horas do dia 25, regressada toda a Família, mesmo os que o faziam já por obrigação e pouco por devoção, da Missa do Galo e passado o bulício do ver as prendas que o Menino Jesus (que isso do Pai Natal era paganismo, ou protestantismo puro... dizia minha Avó e acotilava-a a minha Tia Camila) deixara nos sapatinhos carinhosamente abandonados junto ao fogão ou nas beiras do Presépio (que, pelas aduzidas razões, Árvore de Natal também lá em Casa não entrava). Como habitualmente o Jantar fora rigorosamente às seis horas – o limite máximo para onde o meu Avô, por força dos que fazeres, admitira transferir a tradicional refeição ao fim da manhã, começo da tarde. Comia-se então um prato de Peixe, que até podia ser bacalhau, já que a vigília do Natal era de rigorosa abstinência. A Ceia sim, vinha o gordo Perú antecedido da canja do mesmo e seguia-se-lhe uma caterva de doces regionais que haviam sido confeccionados na espera da meia noite e que deixavam por toda a casa um odor a fritos, meio enjoativo, meio apetecedor – ele eram as rabanadas, acaneladas com reverberações acobreadas; ele eram os COSCORÉIS (de cuja feitura se encarregava sacralmente meu Avô envolto no seu capote à alentejana), amarelinhos de ovos de pica no chão; ele eram as velhoses aboberadas e azeitadas que traziam no dia seguinte todo o pessoal a queixar-se do fígado (nanja eu que, apreciando-as hoje como um dado cultural, nunca gostei de tal coisa); ele era o Leite Creme de minha avozinha – de cortar à faca; o Arroz Doce; a Aletria e até a Tapioca, a que eu também torcia o nariz. Todo este cerimonial se perdeu e quase nem na lembrança reside razão porque entendi começar por ele – com todo o seu conteúdo cultural – este trabalho de recordação e saudade que espero motive um esforço de recolha e preservação de um Património que foi rico e hoje está praticamente desaparecido. Na verdade os dados culturais que se podiam ler no que acima escrevi pode dizer-se que se perderam. Todo o encanto familiar do Natal coimbrão já lá vai e da típica Ceia Natalícia quase nada restará, já que a mesma – aliás na generalidade do país – foi sendo absorvida pelas características da Ceia Minhota, feita nacional, onde o Bacalhau Cozido domina e leva ao respeito da abstinência da véspera natalícia. Entretanto o delicioso Perú ficou com os dias contados e nenhum Restaurante o serve, ou melhor servem uns pavlovianamente engordados bichos, congelados, onde a embriaguez que os tornava sápidos e macios deixa de ter possibilidades e onde a granulosa carne nos antecipa as hormonas de que está prenhe. Das sobremesas natalícias só uma que por outra vez lemos nos Cardápios as Rabanadas, nunca as Velhoses e os Coscoréis (também ditos Coscorões) – nem mesmo em época de Natal –, raramente a Aletria, menos ainda a Tapioca, e o tradicional Leite Creme conimbricense anda para aí degradado numa mixórdia de pacote, mesmo quando tem a indicação de caseiro, o que até é verdade pois na rua não foi ele feito. E o que se diz desta mão cheia de regalos natalícios – a que outros mais se poderiam

juntar – diz-se de praticamente toda a cozinha e doçaria (aqui distinguidas por mera facilidade de exposição didáctica) conimbricense, perdida, esquecida, ou, o que quase é pior, adulterada por pseudo restaurantes típicos e regionais, que em muitos casos têm o beneplácito das autoridades que deviam zelar pela cultura local e quase sempre o desinteresse das mesmas. Seria infundável a lista de pratos perdidos e de lambarices esquecidas ou degradadas. Recordemos quase ao acaso: o "Sarrabulho à Moda de Coimbra", jogo da batata, com o lombo e o sangue, que não encontro em nenhum cardápio de Restaurante onde pelo contrário é fácil ler a Carne de Porco à Alentejana ou o Escalope à Milanese; o "Arroz de Polvo" sem malandrines, que melhor era quando feito com o polvo seco – que minha Avó comprava na desaparecida Merceria do Corvo – que é raro encontrar-se ou deixou de existir: fazem-no ainda bem a Mariazinha no Zé Neto, ou a a Alicinha no Zé Manel, que não me constam tenham recomendação turística, faziam-no excelentemente na Democrática do Zé da Silva e no António Ladrão onde depois estive o Adelino – mesmo aquele toquezinho de gordura a mais, que o mostra oleoso, é imprescindível para marcar o tom característico da Cozinha de Coimbra, tom que voltamos a encontrar no "Arroz de Berbigão" – popularmente dito de Cricos, que só conheço, bem feito, saído das mãos das já citadas cozinheiras e que me traz à memória um outro prato Coimbrão, que só uma que outra vez encontro no Zé Manel: os "Cricos Abertos com Pimenta" – uma delícia perdida, talvez porque se entenda ser prato sem *pedigree* para figurar em ementa de Restaurantes ainda que tenham pretensões a regionalidade. Dentro desta linha de humildade, mas de categoria Gastronómica, as genuínas "Papas Labessas" – em que Restaurante se podem comer, quem regista a receita? Contudo elas são garantidamente parte da dieta popular da Região de Coimbra. Deixei para o fim nesta escassa lista de pratos da Cozinha Coimbrã, desaparecida, dois pratos que o não estão mas andam para aí muito adulterados mercê da difusão de receitas com pouca genuinidade e mesmo de alguma charlatanice. Refiro-me à Lampreia e à Chanfana. Começemos por esta já que são mais fortes as raízes populares e é mais fácil encontrá-la nas ementas dos restaurantes – se aí tem ou não qualidade isso é outra coisa. Se não rejeito radicalmente as mais lendárias do que históricas razões que a dão como nascida aquando das invasões francesas, por referenciadas, sem apoio histórico, causas de envenenamento das águas, prefiro radicá-la na genuinidade da cultura popular a que se adapta como uma luva. Na realidade difícil se torna encontrar na Gastronomia portuguesa um prato que mais fale a Povo – ele está lá inteirinho: no ócio das longas noites de inverno (ou dos próprios dias, quando chuvosos), em que o barro negro – já de si com todo o cunho popular – entra, noite entrada, na boca do forno onde o milho cozeu, e sem pressas se cozinha quase sem vigilância pela noite fora; na Cabra velha (e livre-nos Deus de dar-mos ouvidos a quem nos fala de outro bicho para a genuína chanfana) já sem préstimo, que leite já não dá e cabritos já não cria, que resiste à longa noite, enfnada, metida no carrascão que larga cor, odor e

sabor e veio da adegã própria, feito dentro da técnica tradicional que – se não lhe confere direito a envelhecer com nobreza – lhe garante paladar e neste caso, bom tempero. No mais, o louro vem da árvore que a natureza prantou, o azeite do lagar, a banha do suíno encurralado ao longo do ano donde, morto, tudo se aproveita e se aqui e ali lhe deitam pimentão (que nem é dado) e pimenta, vai-se à venda e compra-se, com a mão cheia de sal que não se dispensa e cujo dedo há que acertar. Acompanha-a a batata que do campo vem; mantem-se sem precisar de frigorífico, que não havia e rejeita, e torna-se melhor cada dia que passa, quando os ossos se começam a despegar da pele e os nacos se caçam no molho cada vez mais sávido.

Que se passa com este prato tão cheio de tradição popular e por isso mesmo não registado nos primeiros livros de cozinha que só inseriam receitas de alta cozinha? A verdade é que quase todos os Restaurantes a servem, mas verdade é também que muitos a degradam quer fazendo-a de carne imprópria quer temperando-a mal (chegam mesmo a infestá-la de piri-piri), quer servindo-a no próprio dia em que é feita e guardando-a congelada para os dias seguintes. A recolha e selecção de uma receita tipo tradicional, a realização de concursos, com júris competentes e não por força de cargos que não garantem saber, com difusão das casas premiadas, parecem-me passos urgentes a dar. A mesma linha de conduta se me afigura oportuna para a Lampreia que em Coimbra não será melhor que no Minho ou Douro, mas é diferente. Herdada de minha Avó possuo uma receita com mais de 30 anos cuja genuinidade e excelência garanto. Por onde param as receitas das Cardosas, do Zé da Silva ou da Senhora Beatriz? Há que investigar, seleccionar, experimentar, recolher, publicar, sem o que, como o próprio ciclóstomo, ameaçado pela estupidez humana, se perderá tudo.

Por aqui me fico. Poderá parecer estranho que não fale do LEITÃO, também ele tão adulterado, chegando-se ao ponto de se trocar a pimenta por piri-piri, essa sequela da descolonização exemplar – e não das menos graves. Acontece que o Leitão embora se coma desde há muito em Coimbra e aí o façam por vezes com qualidade, não é de Coimbra, mas da Bairrada – o seu a seu dono.

Posto isto, passemos à doçaria onde a degradação e desleixo são ainda maiores. Começemos, naturalmente pelas ARRUFADAS que tiveram fama e que na minha infância – quando as comia à saída da catequese de S. Bartolomeu, feitas nas Mijadinhas, dadas pelas mãos do bom padre Afonso – já não eram o que teriam sido. Havia-as de duas formas: redondas, assim a modos que em forma de seio, ou na forma clássica, meio aferraduradas que dizem, ou pensam, estar ligadas a um antigo culto fálico. Foram-se degradando de tal modo que as últimas eram já uma massa intragável. Recolher receitas, seleccionar, aproveitando quem ainda recorda e estabelecer a receita padrão a perpetuar são medidas urgentes antes que nada mais haja a fazer a não ser chorar o leite perdido. O mesmo se pode dizer dos Bolos de Santana, que ainda conheci com interesse e que de degradação em degradação

se foram perdendo. E quem diz destes bolos, diz de todos os demais e dos doces que constituem o rico receituário doceiro de Coimbra. É que, afora uns raros Pastéis de Tentúgal, umas Queijadas da mesma origem, uns Suspiros daí ou de Soure, enquanto viva for (como penso que é a D. Deolinda), tudo o que por aí anda é abastardação pura do muito que existiu, isto para não falar já do que se perdeu por completo, como sejam as deliciosas Queijadas de Pereira – que me dizem serem ainda feitas localmente por D. Maria Teixeira; as Broas de Natal – que andam para aí degradadinhas de todo que melhor fora não existirem – de que conheço uma variedade feita em Tentúgal por uma das mais persistentes doceiras (talvez nada apoiada oficialmente) da Região – Cacilda Correia, e de que há uma receita aproximada, recolhida na interessante publicação do Turismo Municipal emitida durante a II Feira Gastronómica; os Pastéis de Santa Clara, uma das variedades deste nome das Monjas Clarissas, que no meu tempo ainda eram bons feitos na Central ou no Manelito, ao Arco da Almedina e me dizem serem feitos com igual nível no Restaurante Manuel Júlio em Santa Luzia; os totalmente desaparecidos Capelos, especialidade de Coimbra alusiva aos doutoramentos e por conseguinte com a forma do Capelo Doutoral, consistindo numa amálgama de vários doces de ovos e frutas – destes doces o doutorando costumava mandar fazer três, dois pequenos e um maior, sendo este para o Magnífico Reitor e os outros dois para os Professores que faziam o elogio do Padrinho e do Candidato; ligados a esta cerimónia estavam ainda os Fios de Ovos que o novo Doutor tinha que pagar em quantidades industriais, uma arroba, se não erro, e as típicas Lampreias de Ovos (de ovos, ovos, claro) genuínas de Coimbra que ornavam a Mesa do Banquete doutoral e hoje se vêem para aí, pálidas, nas mesas de alguns casamentos, e se apresentavam então, ornadas de papel de cor recortado artisticamente; os Queijos do Céu, outra forma de doces de ovos de Coimbra, e as Talhadas de Príncipe, nacos de Arrufadas ou de Pão de Ló com ovos, talvez a modos que as Fatias de Resende – ao que julgo, e pelo que vejo, ambos desaparecidos. Deixei para o fim o tradicional Manjar Branco originário do Convento de Celas que minha Avó fazia segundo a receita tradicional e se comia no meu tempo de miúdo, ainda bom, na Central e no referido Manelito – no resto era massa de sapateiro doce, autêntica, e bom foi que tivesse desaparecido uma vez que continuamos de posse da Receita legítima que nos vem no Livro *A Arte de Cozinhar* de Domingos Rodrigues, cozinheiro de El Rei, editado em Lisboa em 1693, só bastando promovê-la através de iniciativas aliciantes. Deste Manjar Branco derivavam as Pencas, variante daquele doce, mas substituindo a forma de seio de noviça que esses tomavam pela de pirâmides. Poderíamos ficar por aqui; uma palavra contudo para os bolos secos relevando as quase esquecidas Raivas (que Cacilda Correia fabrica muito bem); os azeitados Biscoitos do Lourçal, que ainda há, se bem que alguns abastardados e degradados por péssimo azeite; as Broínhas de Soure que penso ainda serão feitas na D. Deolinda, nem por serem modestos merecem menos interesse e uma outra para as Amêndoas moles, generalizadas

## *Baixo Mondego*

---

pela designação Coimbra cuja fabricação artesanal se perdeu – há que restituí-las à genuinidade tradicional. Para salvar tudo isto tenhamos a consciência de que se é pelo que se foi e de que, como canta Pascoais, se "vive do passado pela lembrança e do futuro pela esperança".



## TURISMO E PATRIMÓNIO NO BAIXO MONDEGO

Mário Nunes\*

O homem dos nossos dias anseia, cada vez mais, pela possibilidade de um saudável regresso às origens, pela conquista do seu direito ao espaço despoluído, à sua intervenção activa nas mais diversas formas de ser e estar na vida e no Mundo.

Por isso, Turismo, que significa o gosto por viagens, sofreu nos últimos tempos uma sensível modificação na etimologia inicial, podendo relacionar-se, actualmente, não só com o gosto por viagens, mas ser, acima de tudo, uma acção cultural e social. Porque viajar é conhecer, é conviver, é divulgar, é enriquecer o espírito.

Turismo que, considerado durante muito tempo como um fenómeno marginal à sociedade, assumiu, a partir da década de 50, uma importância vital na vida dos países, tendo provocado em muitas regiões, nomeadamente na Europa Mediterrânica, consequências económicas e sociais, a par das culturais, com uma dimensão até aí raramente atingidas.

Foi, sobretudo, a partir do final dos anos 60 e início da década seguinte, que numerosos autores, na maioria geógrafos e historiadores, iniciaram um conjunto de estudos que assentaram nos princípios de analisar as profundas modificações que o fenómeno turístico revelou e inseriu no espaço geográfico e na vivência social.

Atente-se que o sul da Europa se converteu, rapidamente, no espaço de ócio das populações, nascidas e formadas na esfera da Europa industrializada, deixando de ser, em muitas zonas e muitos territórios, um factor de produção para se transformar em objecto de consumo. Estas circunstâncias têm contribuído para que a imagem turística tradicional, aquela que via o turismo como o gosto

---

\* Licenciado em História..Presidente do GAAC. Director da revista "Munda".

de viajar, se tivesse, progressivamente, modificado, reflectindo-se na estrutura económica, na inevitável degradação da beira-mar, na transformação da rede viária com vista a permitir maiores capacidades de tráfego, na alteração dos níveis de ambiente saudável, na criação de condições negativas, porque não estruturadas devidamente, aspectos que se repercutem e volatilizam o tradicional "modus vivendi" e as formas de estar das populações e das povoações.

Mas o turismo é uma indústria de muito peso na economia e um filão de riqueza na vida das pessoas, na elevação da qualidade de vida e na Formação das Nações. Injecta milhões que fazem movimentar milhões, obrigando a incentivar iniciativas que o desenvolvem e que o catapultam para um plano de evidência em todos os circuitos da vida nacional. Basta referir o progresso regional, ocasionado pelo turismo rural, pela exploração dos roteiros turísticos, pela maneira de privilegiar os monumentos, a gastronomia, o artesanato, a arqueologia industrial, a paisagem natural, a revitalização das danças e cantares, a recuperação das tradições e costumes, o notável campo de investimento que alicia.

Perante estes factos indesmentíveis, o turismo, inevitavelmente, gera desenvolvimento, constituindo uma actividade de relevante valor, já que interfere, embora dependendo de outros sectores, na construção civil, no comércio e nos transportes.

A dinamização do turismo passou por fases e tem aumentado, gradualmente, desde a institucionalização das férias pagas, da melhoria generalizada dos meios de transporte, especialmente os aéreos, da utilização em grande escala do automóvel, do aumento da esperança de vida, da segurança social, do aumento dos rendimentos "per capita", à procura acentuada de novas áreas de lazer e recreação, fora do âmbito tradicional da área de residência habitual.

Segundo um estudo feito a nível mundial, em 1973, o aumento de pessoas que faziam turismo, passou de 25.285.420, em 1950, para 168.000.000, em 1970, havendo, nesse período, um aumento da ordem dos 660%.

Convém acentuar que o fenómeno progrediu, em números astronómicos, de 1970 aos nossos dias. Deve-se o facto a novas actividades que surgiram e a novos agentes incentivadores do mesmo. Neste entendimento, devemos salientar a publicidade, que avalia e estimula novos conceitos de ocupação dos tempos livres e, ainda, a diversificação dos espaços turísticos.

Em inquéritos levados a efeito, a nível europeu, ressalta que as motivações dos turistas são dirigidas para os litorais, com o mar e o prazer que oferece, para o interior, devido à calma ambiental e fuga do "stress" que os centros urbanos ocasionam, da autenticidade das relações sociais que ganham maior realce e genuinidade nas terras da província, da definição de ambientes naturais, da descoberta do património cultural e da prática de desportos, bem como o gosto pela caça, pela pesca, pelo montanhismo, pelo ténis, pela participação na vivência oferecida pela cultura popular.

A importância do turismo é manifesta, ou seja, tornou-se num fulcro de inusitado interesse e valor. Basta atentar que a CEE adoptou, recentemente, uma resolução, em que elegeu o ano de 1990 como o Ano Europeu do Turismo, estabelecendo um programa intitulado "Turismo para a Europa nos anos 90". Para a sua execução foi escolhida, primeiramente, a qualidade dos serviços oferecidos, definindo-se as três prioridades: educação, formação profissional e a oferta de novos produtos turísticos, onde o turismo rural e o turismo cultural contabilizam saldos, deveras positivos.

Em segundo lugar, aposta-se numa área de formação do Turismo Europeu, de que é responsável a "Comissão Europeia do Turismo", que além de divulgar as potencialidades turísticas europeias, não deverá olvidar as camadas das populações da Europa que não partem, normalmente, para férias, assim como não devem esquecer-se as acções no domínio do turismo social destinado a grupos desfavorecidos, inclusivé, dos deficientes.

Para pôr em prática a estrutura turística europeia, ganha acuidade o incentivo a dar às empresas de dimensão ajustada e conceder-lhes os necessários e imprescindíveis apoios, que terão de ser rápidos, realistas e voltados para as carências locais e regionais, factores que permanecem válidos e atraentes.

Contudo, não basta legislar e afirmar que o ano de 1990 é o Ano Europeu do Turismo. Este propósito é lindo, pese a boa vontade, mas não passa de panaceia de gabinete se as boas intenções não desburocratazarem o acesso aos fundos comunitários e ao crédito, se as sensibilidades humanas e as capacidades técnicas não encontrarem apoio e se a receptividade governamental e europeia não tecer a teia que há-de constituir uma unidade, um progresso e um desenvolvimento consentâneo com a ideia.

Numa primeira amostragem adiantamos que, em Portugal, entre 1953 e 1963, o acréscimo de turistas foi de 12%, para em 1968 se registar uma entrada de 2.510.668 indivíduos. Há um interesse com o 25 de Abril, mas, a partir de 1980, a percentagem sobe em flecha, havendo um acréscimo, entre 1980 e 1987, de 9.196.231 indivíduos, o que corresponde a mais de 131,8%.

Todavia, e apesar do turismo constituir, hoje, uma das principais fontes de receita, há a salientar que a assimetria espacial que se verifica em relação, por exemplo, à distribuição dos fluxos turísticos, à permanência média no País, à taxa de ocupação, à estrutura do equipamento turístico e ao investimento realizado neste domínio, acentua os desequilíbrios regionais que caracterizam o território nacional.

O Algarve, a Costa de Lisboa, a Costa Verde e a Costa de Prata, ultrapassaram o turismo de montanha e de planície em longa escala.

Se a nível nacional demos uma panorâmica breve, mas concisa, da realidade turística, atentemos que o distrito de Coimbra, situado na região centro do País, abrangendo 18 concelhos e distribuindo-se por uma área de 3.955,86 quilómetros quadrados, aufere das cambiantes de litoral, planície e

montanha, tendo nos concelhos de Coimbra, Condeixa e Soure a transição progressiva do litoral para o interior.

O turismo no distrito de Coimbra sofre da falta de estruturas logísticas. O equipamento hoteleiro não acompanha a procura, excepção para a Figueira da Foz, de molde que muito do turismo é de passagem. Mesmo assim, o número de turistas estrangeiros registado no distrito, entre 1980 e 1987, apresentou um crescimento significativo: de 99.589 passou para 155.540 (+56,1%), mas, infelizmente, devido ao factor alojamento, houve um saldo negativo de 15,7% em relação à ocupação e permanência.

Os espanhóis ocupam o primeiro lugar, seguindo-se a França, o Reino Unido, a República Federal Alemã, a Itália, a Dinamarca, a Holanda e a Suécia. Quanto aos americanos devemos referir, conforme informação da Região de Turismo do Centro, que o turista deste país fica, habitualmente, alojado no Palace Hotel do Buçaco e é frequentador das Pousadas de Portugal.

No distrito de Coimbra, o turista entusiasma-se, primeiramente, pelo mar, depois pelo património cultural, em terceiro lugar pelo património natural e, por ordem decrescente, pelas festas tradicionais, exemplo da Queima das Fitas e, também, surge o turismo rural.

Para que o turismo rural, afinal uma vasta componente do turismo do Baixo Mondego, uma grande componente a dinamizar na região do Mondego, aproveite as potencialidades existentes, torna-se necessário pensar em actividades culturais e lúdicas em que os turistas se empenhem, ou que usufruam como animação das zonas que visitam. Na área cultural importa lançar, em força, o estudo social, da fauna, da flora, da ecologia, da zoologia, da arqueologia, da linguística, da etnografia, da etnologia, do folclore, etc..

No capítulo dos tempos de lazer, será de pensar nos desportos ao ar livre, no montanhismo, na marcha, na canoagem, na caça, na pesca e no hipismo.

Mas, não deverão esquecer-se a gastronomia e o alojamento, este quer em parques de campismo, quer em unidades hoteleiras ou em casas rurais, em casas típicas, muitas abandonadas e desprezadas.

O turismo na região do Baixo Mondego pode desempenhar um papel fundamental na elevação da qualidade de vida das populações, no desenvolvimento dos concelhos e ser diversificado: cultural, rústico, turismo de habitação e agro-turismo. Por isso, o Baixo Mondego é uma zona privilegiada e a desenvolver.

Acentua-se, ainda, que os concelhos da Figueira da Foz, Coimbra e Condeixa (devido a Conímbriga), Penacova e Lousã, correspondem aos locais escolhidos e preferidos pelos visitantes, quer estrangeiros, quer nacionais. Todavia, a escassez de alojamentos permite que o turismo seja, em grande parte, um turismo de passagem ou de curta permanência, um a dois dias na generalidade, prolongando-se a uma semana quando o turista utiliza os parques de campismo.

No respeitante a dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, entre 1980 e 1987, registou-se uma quebra de 15,7%, ou seja menos 64.271 dormidas, quebra que, actualmente, foi ultrapassada e não existe. A razão da diminuição assenta no reduzido equipamento hoteleiro, na falta de qualidade, na concentração que se verifica no litoral e no decréscimo do número de turistas nacionais. No entanto, o número de dormidas dos turistas nacionais tem um saldo positivo bastante acentuado, mais 56,1% em 1987 do que em 1980. Esta tendência de subida manteve-se e, hoje, o turista nacional procura mais a região do Baixo Mondego.

Património é o subtítulo deste 1º Congresso do Baixo Mondego. E se "património", tal como foi entendido para o Congresso, pretende abarcar toda a problemática inerente ao cultural e natural e, ainda, ao social, verificamos que há muito património no Baixo Mondego.

Desde o património construído, com realce para os centros históricos, para os monumentos, igrejas, castelos, palacetes, casas senhoriais, habitações solarengas, quintas oitocentistas e outros, até ao artesanato nas suas diferentes expressões, objectos e peças, de vime, de lata, de linho, de madeira, de vidro, de tecido, de linha, de couro, de cerâmica, de faiança, de azulejo e de tantas outras variedades artesanais, passando pelo folclore de contornos definidos e de cambiantes seculares, com destaque para os Grupos dos concelhos de Penacova, Coimbra, Soure, Pombal, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, sem esquecermos as tradições, os costumes, as lendas, a poesia, os cantares, a exteriorização de sentimentos, a maneira de confraternizar, os usos comunitários, a autenticidade do traje, a força dos provérbios e dos ditados, a alegria dos jogos tradicionais, bem como a gastronomia, um património riquíssimo, que se desdobra pelos pitéus mais saborosos até aos doces mais apreciados, e, ainda, pela área musical, onde as Filarmónicas desempenham um papel aglutinador, formativo e turístico, concluimos que o Baixo Mondego é ainda, um repositório de valores excepcionais.

Mas se o património cultural testemunha uma vivência multissecular, olhemos, também, desvanecidos o património natural e quedemo-nos mudos, contemplativos e alegres face à sua vastidão, deixemo-nos extasiar e inebriar das paisagens mais soberbas, dos panoramas mais belos e dos locais mais paradisíacos. Bebamos a exuberância que ressalta dos matizes multi-encantadores das planícies, contemplemos as maravilhas e o sortilégio do mar, observamos a magia das grandezas dos rios e ribeiras e captemos o silêncio retemperador das grutas e das matas. Realmente, o Baixo Mondego é pródigo em riquezas naturais e espectacular em potencialidades patrimoniais. Um mundo fabuloso.

Contudo, meus amigos, se endeusar o Baixo Mondego, radiografando os seus extraordinários bens, é cometer um acto de justiça e de louvor, temos de olhar, com serenidade, o futuro e construir, hoje, o amanhã que vem do ontem.

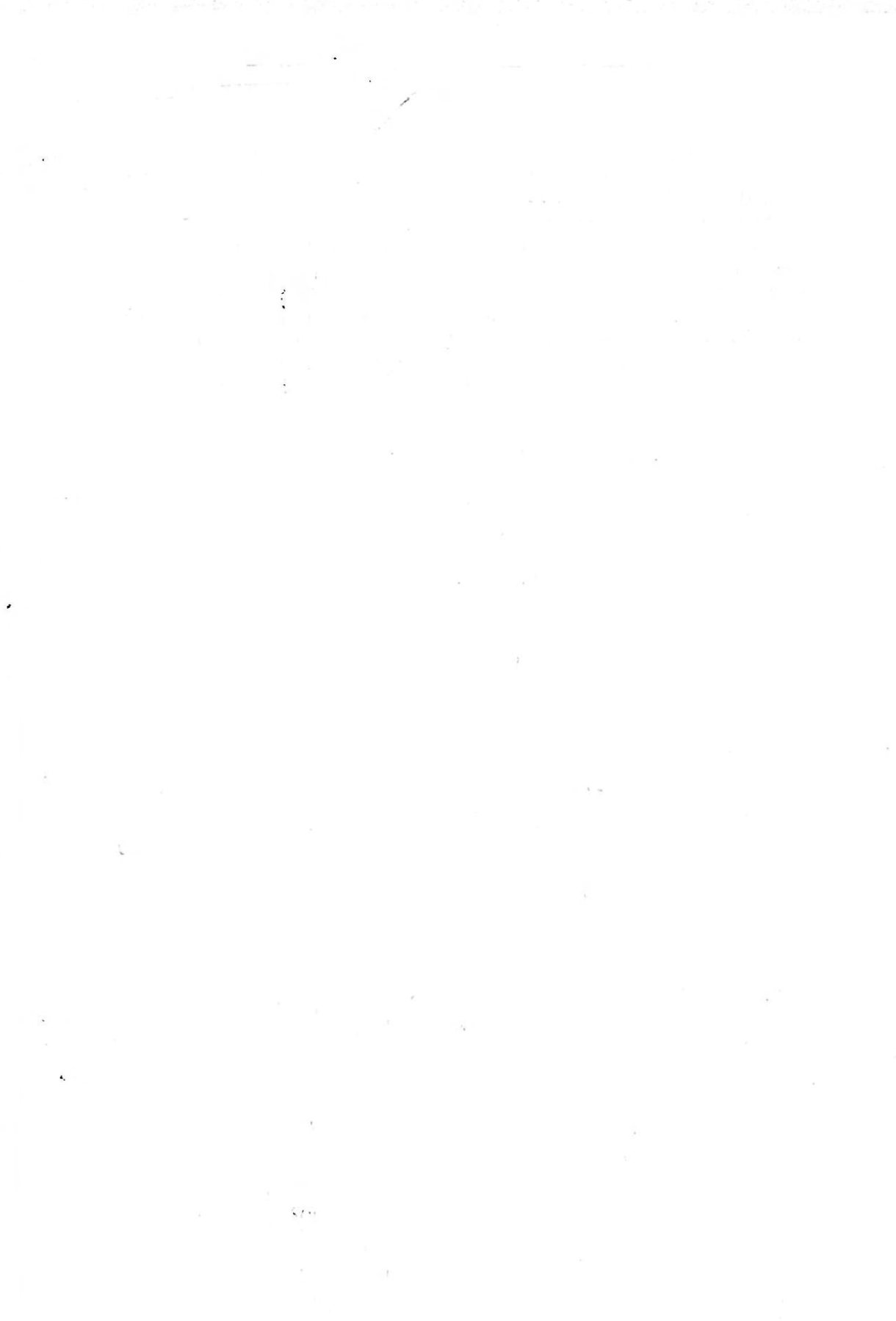
Este Congresso viabiliza um alerta, despoleta situações dramáticas, denuncia atentados de toda a espécie e radicaliza uma vontade de trabalhar pela causa do Baixo Mondego.

Torna-se imperioso impedir que crimes como o da destruição da Livraria do Mondego, em Penacova, voltem a acontecer; que a poluição do Ceira e das águas do Mondego seja um passado sem retorno; que o Paúl de Arzila, conquistado aos homens e institucionalizado reserva natural e zona húmida biogenética, não pereça face à invasão do arroz e à disseminação incontrolada dos adubos químicos e dos produtos tóxicos que provocam a morte em cadeia, das aves e dos insectos, das árvores aos animais; que os rios Arunca e Soure, as ribeiras de Cernache e o Dueça voltem a ter leitões saudáveis, peixes, moinhos e azenhas; que os moinhos de vento de Penacova sejam recuperados e constituam veículos de riqueza cultural e turística; que os centros históricos de Coimbra, de Montemor-o-Velho, de Tentúgal, de Pombal, da Figueira da Foz e de Soure assumam a dignidade que identifica os topónimos onde se inserem; que a Quinta da Almeira, em Verride, e o Celeiro dos Duques de Aveiro, em Pereira, se transformem em museus locais de etnografia; que a Hidráulica do Mondego provoque o nascimento do Museu do Rio Mondego, recolhendo desde o barco à rede e da linguagem ao episódio mais característico deste rio milenário; que a Figueira da Foz se assuma, como a verdadeira entidade, na criação do Museu do Mar; que a Região de Turismo do Centro revitalize as inimitáveis receitas dos doces e dos amargos; que a água volte a ser um bem e não um alimento carecido de cuidados permanentes para ser potável; que o artesanato de Lorvão, de Pereira, de Almalaguês, de Penela, de Miranda do Corvo, de Semide, de Montemor e do Casal Redinho encontre uma escola que o promova e lhe dê futuro; que o IPPC saia dos gabinetes e dê exemplos concretos de como se deve recuperar o património não contrariando a legislação, casos da tabuleta da Igreja de Santa Cruz e Palácio de Justiça de Montemor; que o queijo do Rabaçal retome a autenticidade e a região onde se inscreve seja delimitada; que os conventos de Semide, da Senhora dos Anjos em Montemor e de Santo António de Penela, com as suas igrejas, sejam recuperados e restaurados, bem como a Capela da Senhora da Tocha, em Santo Varão; que as Filarmónicas encontrem no INATEL uma instituição que conceda mais subsídios e mais instrumentos; que os Pelouros da Cultura das Câmaras promovam o levantamento do património arqueológico; que os Grupos Folclóricos e as Associações Culturais recebam das Autarquias a devida atenção e sejam parceiros culturais e órgãos de consulta e até de decisão em áreas onde sabem mais que os Municípios; que o Museu da Agricultura, na Carapinheira, seja uma realidade e que as entidades oficiais acarinhem o projecto com a brevidade que permita a defesa do que ainda resta; que os Municípios entendam o valor da arqueologia industrial e a recolham e preservem; que o Estado perceba que defender a herança cultural e preservar o património natural, corresponde à assunção das responsabilidades nacionais e mundiais que viabilizam continuar a independência portuguesa, honrando D. Afonso Henriques, louvando o

Infante D. Henrique, consagrando a geração de 70, enraizando os princípios da liberdade e garantindo a democracia; que o Estado apoie a cultura e não se esqueça da Natureza.

Meus amigos, muito mais teria a dizer nesta minha comunicação. Penso que os alertas aqui veiculados, as denúncias aqui expressas e as sugestões adiantadas, por mim e pelos restantes conferencistas e comunicantes, correspondem e consubstanciam propósitos e definem atitudes, ou seja, são actos imbuídos da essência necessária, daqueles que, além de viverem o Baixo Mondego, querem transmitir aos vindouros os testemunhos da nossa ancestralidade e as riquezas com que a Natureza privilegiou esta região.

Por isso honremos a nossa memória e salvemos o nosso património.





CONFERÊNCIAS  
e  
COMUNICAÇÕES  
(1990/06/23 - SOURE)



**A ORDEM DOS TEMPLÁRIOS E A ORDEM DE CRISTO  
EM SOURE E NO BAIXO MONDEGO**

H. Barrilaro Ruas\*

NÃO FOI ENTREGUE O TEXTO PARA PUBLICAÇÃO

---

\* Doutorado em História. Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa.



CONFERÊNCIAS  
e  
COMUNICAÇÕES  
(1990/07/01 – PEREIRA)



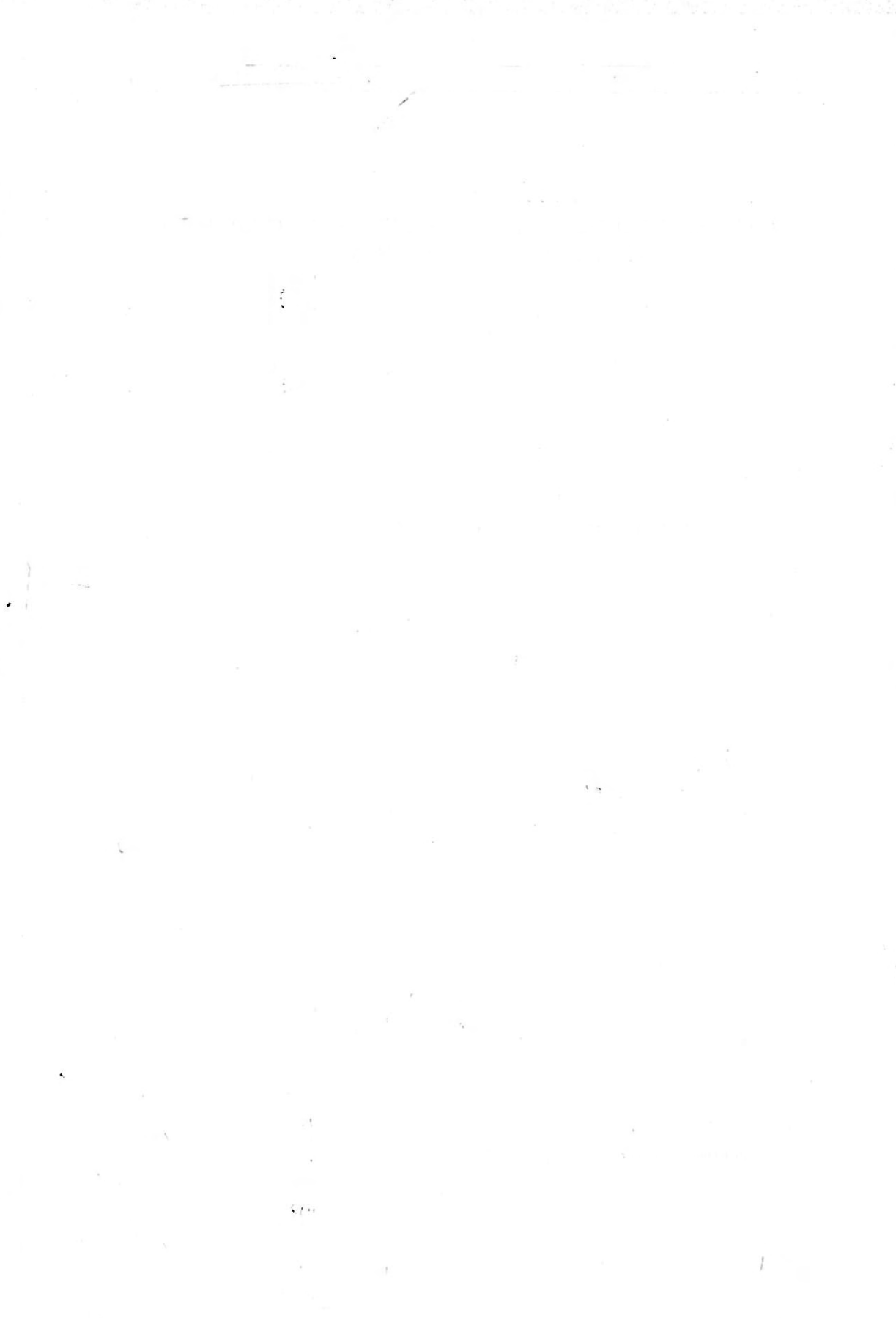
**O CIDADÃO PEREIRENSE, MANUEL SOARES DE OLIVEIRA,  
VICE-REI DAS FILIPINAS**

Correia Góis\*

NÃO FOI ENTREGUE O TEXTO PARA PUBLICAÇÃO

---

\* Licenciado em História. Presidente da LACAM.





CONFERÊNCIAS  
e  
COMUNICAÇÕES  
(1990/07/15 - POMBAL)



## O MARQUÊS DE POMBAL: VIDA E OBRA

Carlos Rodrigues Jaca\*

A todos vós as minhas melhores saudações.

Uma saudação muito especial dirijo-a às entidades, instituições, ou pessoas, que se propuseram materializar os meritórios objectivos do designado "Protocolo de Coimbra".

Assim, e pedindo desde já desculpa por possíveis omissões, cumpre destacar o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure, Assembleia Figueirense, Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro, Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira do Campo e INATEL.

Embora reconhecendo limitações e, até talvez, correndo o risco de apresentar um assunto algo desajustado no que diz respeito aos temas propostos pelo Secretariado da Organização, não encontrei argumentos justificáveis para recusar o honroso convite da Dra. Ester Eusébio que, deste modo, me proporcionou o privilégio de participar, ainda que modestamente, no 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património.

A razão do tema a apresentar seguidamente, fundamentei-a no facto de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, não poder ser dissociado da Universidade de Coimbra, à qual está, com efeito, "umbilicalmente" ligado; e acontece também que, por feliz coincidência, a realização deste 1º Congresso decorre no ano das comemorações do 7º Centenário da velhinha e prestigiada instituição.

Acrescentarei ainda, que a mais antiga Universidade portuguesa, não é só património da Região do Baixo Mondego e do País, mas também património mundial.

---

\* Licenciado em História. Prof. do Ensino Secundário.

### Alguns dados biográficos

Apesar de muitos juízos serenos e objectivos, Carvalho e Melo é ainda hoje uma figura polémica, e tudo indica que jamais deixará de o ser, porquanto a sua vida presta-se a várias perspectivas de análise, desde a puramente biográfica, à sua consideração tipológica como governante do despotismo "iluminado" ou ainda ao debate sobre a sua orientação política, económica, social, diplomática e cultural.

Esta intervenção incidirá, justamente, sobre o primeiro aspecto, o biográfico, e o último, o cultural, aspectos esses que, obviamente, condicionalismos vários não permitirão aprofundar.

É opinião corrente que Carvalho e Melo terá nascido em Lisboa, no solar dos Carvalhos, da Rua Formosa, a 13 de Maio de 1699 e baptizado na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, conforme consta de folhas 80 do Livro 2B de Baptizados da referida freguesia.

Todavia, há quem sustente que o seu nascimento ocorreu na quinta que seus pais possuíam no lugar de Casconho, pertencente ao concelho de Soure.

Não creio ser este o momento adequado para reunir aqui provas a favor ou contra o seu nascimento na região sourense; no entanto, não é de rejeitar a opinião de José T. Montalvão Machado quando afirma não haver razões bastantes para descrever da origem lisboeta de Sebastião José.

Descendente dos Carvalhos de Sernancelhe, vila da Beira Duriense, oriundo de uma antiga família de fidalgos, era filho primogénito de Manuel de Carvalho Ataíde, Fidalgo da Casa Real e capitão de Cavalaria, e de D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo, da família dos morgados dos Olivais e de Souto de El-Rei.

Seriam esses Carvalhos da pequena nobreza empobrecida?

Os detractores de Pombal dirão que os antepassados do Primeiro-Ministro não passaram de uma corja de mitigantes desalmados, que traziam no sangue uma peçonha de inquietação e ambição insofrida. E mais: já no tempo em que dominava toda a política da Nação, não lhe faltavam difamadores impressos que tivessem inventado a existência, entre os seus antepassados, de um padre, Sebastião da Mata Escura, amancebado no Brasil com uma negra chamada Marta Fernandes.

Carvalho e Melo era encarado com imensa suspeita pelos "grandes" do Reino e ajuizado como misto de plebeísmo e fidalguia postiça, homem rústico, de hábitos populescos e tendências intelectuais sem brilho.

Os dados que se conhecem levam-nos a situá-lo na zona de franja que separa a burguesia da nobreza, ou, talvez mais exactamente, colocam-no de pleno direito entre a nobreza de toga, situação a que parecia não resignar-se... queria pertencer ao mundo da nobreza de sangue.

Certo é que este homem extraordinário não saiu da relativa obscuridade antes dos 37 anos, tendo começado a desempenhar funções públicas apenas aos 40.

Logo à pãrtida se verificava que o futuro Primeiro-Ministro não dispunha dos predicados indispensáveis para subir no Séc. XVIII, de acordo com os padrões convencionais: falta de nobreza, um título somente e, quanto a pergaminhos, nenhuns ou discutidos. Por conseguinte, Sebastião de Carvalho não dispunha, teoricamente, dos requisitos para poder vir a ser Rei num posto importante da administração, por que esta era em geral feudo da nobreza de "quatro costados", a nobreza "bacteriologicamente" pura.

Ignora-se onde Sebastião José teria feito os estudos menores, mas tudo permite crer que foi no Convento franciscano de Nossa Senhora de Deus, que se erguia e em terras vizinhas ao Solar dos Carvalhos.

O Prof. Borges de Macedo afirma peremptoriamente ter Carvalho e Melo frequentado a Universidade de Coimbra, mas a verdade, é que procurando-se o seu nome nos livros de registos universitários nunca foi encontrado.

Com Coimbra ou sem Coimbra, pouco importa ao caso; Sebastião José revelaria através da sua carreira uma cultura de nível bastante elevado, talvez superior à de muitos dos seus contemporâneos. No Palácio de Oeiras teve uma biblioteca de autores portugueses, espanhóis, franceses e alguns ingleses; obras de direito, história e clássicos. E não podem subsistir dúvidas que tivesse espírito arejado, não contaminado pelo academismo do tempo, adquirindo pelo seu esforço de autodidacta uma sólida preparação basilar.

Os seus princípios de vida não foram fáceis. Por volta dos 20 anos de idade, e no espaço de alguns meses, a morte ceifou-lhe o avô paterno, o pai e a avó materna, resolvendo três ou quatro anos depois deixar a família na capital e desterrar-se para uma quinta no "Campo de Coimbra", dedicando-se à vida agrícola e a boas leituras.

Qual fosse a razão dessa transferência, não se conhece ao certo; sabe-se que foi um exílio a si mesmo imposto, e que em sua própria opinião, durou mais de sete anos, período que muito provavelmente decorreu entre 1724 e 1731.

Pouco tempo antes, em Janeiro de 1723, casava com uma senhora viúva, muito mais velha, D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, pertencente ao primeiro estrato da nobreza. Possuidora de muitos bens e sobrinha do 5º Conde dos Arcos, era dama da Rainha D. Maria Ana de Áustria, dispondo, por conseguinte, de valimento cortesão, pelo que representava um bom partido para Carvalho e Melo. A família de D. Teresa de Noronha não deu o acordo, mas o casamento fez-se por procuração e, pouco depois, acompanharia o marido para o "Campo do Mondego".

Há quem pretenda localizar a estadia do casal, durante este período, na Quinta da Capa Rota, integrada no já referido lugar de Casconho, na vila de Soure.

Já depois da sua queda do Governo, e com residência mais ou menos fixa em Pombal, escrevia daqui da vila, a seu filho Henrique, em Junho de 1777: "Quando estive nestas terras morador, com mais gosto daquele que hoje tenho..." Ora, esta declaração parece suficientemente elucidativa para situar a estadia do futuro Conde de Oeiras na Quinta da Gramela, próxima a

Pombal, e que pertencia a Gaspar da Costa Ataíde, ainda familiar dos Carvalhos da Rua Formosa. E mais: Sebastião José afeiçoou-se de tal modo à Gramela, que antes de partir para Viena como embaixador procurou obter a quota por compra ou doação, conseguindo que uma provisão régia de 24 de Fevereiro de 1744 (e que consta do tomo da propriedade) lhe concedesse o senhorio da referida quinta e as suas pertenças.

Carvalho e Melo tinha em tal consideração o título de "Senhor do Território da Gramela", que em 1745, em Viena de Áustria, o vai invocar no contrato de casamento com a Condessa de Daun.

Passados que foram sete anos, com o duplo aproveitamento agrícola e literário, volta Sebastião de Carvalho ao convívio da sua família da Rua Formosa, iniciando os esforços para a conquista de uma posição.

Em 24 de Outubro de 1733, na presença do Rei, Carvalho e Melo é recebido na Academia Real da História, como académico de número. Pode admitir-se que dons de ilustração e de convívio lhe tivessem proporcionado a distinção, não sendo porém de rejeitar algumas influências de seu Tio Paulo de Carvalho e Ataíde, lente da Universidade e posteriormente, Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa, homem bem relacionado nas altas esferas do Poder.

Foi aqui, na Real Academia, que Carvalho e Melo começou a tornar-se conhecido, com uma comunicação sobre o panegírico do 5º Conde da Ericeira, 1º Marquês do Lourical, notável Vice-Rei da Índia, o qual tinha também as suas relações com a região de Soure.

Aproximava-se dos 40 anos quando conseguiu que lhe fosse confiada a primeira missão pública, iniciando-se a sua trajectória política pela carreira diplomática exercida em Londres e Viena de Áustria, entre 1738 e 1749.

Ao findar Julho de 1750, a morte de D. João V proporcionaria a Sebastião José a sua imediata subida ao Poder, donde só viria a ser apeado 27 anos depois.

Do que foi a governação pombalina irei evidenciar apenas, como disse, as reformas no campo do ensino mas, antes de o fazer, permitam-me ainda, algumas referências ao período situado entre 1777-1782, correspondente ao exílio e morte do velho Marquês nesta sua vila de Pombal.

Efectivamente, a morte de D. José ocorrida em 24 de Fevereiro de 1777, marcava o fim do poderio político do grande valido do Monarca Reformador; Carvalho e Melo sobrevivia mas o poderoso Ministro morria com o Rei e iria sofrer as maiores afrontas e dissabores.

O Marquês iria abalar para as terras de Pombal, mas... não deixaria de ser fortemente abalado quase até ao fim dos seus últimos dias.

A morte de D. José iria desencadear os acontecimentos. Subia ao trono D. Maria. Era a "viradeira"; Pombal viu que o seu tempo passara... estava nas mãos dos inimigos.

Situado na "mó de baixo", era acusado de todas as calamidades que haviam assolado o País.

Recrudesciam os clamores no Paço e na capital acerca do seu Ministério, acusando-o de peculato, latrocínio, perfídia, arbitrariedades, sequestro e crimes de toda a casta exortando-se a que se lhe desse castigo exemplar.

Já agora, poderá dizer-se que também não terá sido exemplar a atitude de alguns dos seus antigos colaboradores e "Compagnons de Route", que não tiveram pejo de escoucear o leão moribundo.

A 1 de Março de 1777, Carvalho e Melo apresentava requerimento à Rainha renovando o pedido de exoneração dos cargos, manifestando o propósito, e pedindo licença, para se recolher à sua Quinta da Gramela, na vila do seu Marquesado.

A 7 de Março, três dias após a demissão, acompanhado da Marquesa D. Leonor Daun, da filha D. Maria Francisca e protegido por escolta, abalava Sebastião José para a vila do seu título onde chegaria a 15 de Março.

O Marquês ia instalar-se com a família numa casa de um andar, construída em 1553, revestida de madeiramentos fortíssimos, de tectos baixos, ao correr, abandonada durante muitos anos, sem comodidades.

Situada junto da velha Igreja, e na praça do mercado, defrontava o palácio onde cem anos antes o Conde de Castelo Melhor passara parte do exílio. Coincidências...

Ao mesmo tempo que se preocupava em adaptar o velho solar às necessidades e costumes da família e vigiava os trabalhos agrícolas na Horta de Santórum ou na Quinta da Gramela, mais distante e de mais vastas lavouras, ia revendo e completando os papéis políticos referentes à sua longa e, agora, contestada administração.

O genro de Sebastião José, João de Saldanha e o filho Henrique haviam-no informado acerca do que lhe imputavam na Corte e dos clamores públicos. Propalava-se que Pombal se enriquecera à custa do Estado.

Apesar dos males físicos e profundos golpes que o atingiam, Carvalho e Melo trabalhava tão intensamente na preparação da sua defesa, que duas semanas após ter entrado em Pombal, concluía um extenso memorial para ser presente a Sua Majestade.

Em defesa de uma honra agravada, Pombal emprega todos os recursos na habilidade e saber jurídico, adquiridos nos primeiros anos da sua juventude. Saído das mãos de um quase octogenário, o minucioso memorial, a que se deu o nome de "Apologias", é um documento notável onde as 63 proposições são, de facto, bem discriminadas e relatadas, agrafando-lhe, ainda, as provas documentais.

Porém, apesar de muitas e boas defesas o ex-homem forte de D. José não era de todo invulnerável, o que veio a comprovar-se posteriormente.

Em 1779, uma acção de perdas e danos movida por Francisco José Caldeira Soares de Mendanha, fidalgo de Abrantes, iria modificar uma situação até aí de relativa estabilidade; a licença concedida ao Marquês para se retirar para a sua Quinta de Pombal iria transformar-se em sentença punitiva.

Ao processo instaurado por Mendanha contrapôs Carvalho e Melo volumosa contestação, aproveitando a oportunidade para traçar uma defesa igualmente política. Só que... o Rei aparecia agora como o único responsável pelas perseguições de que o ex-Ministro era acusado.

O antigo Conde de Oeiras, levando talvez demasiado longe a sua ousadia, faz a revelação de assuntos "top secret".

Invocando à memória do Rei em abono da administração pombalina, e largamente apoiado em matéria imprópria de conhecimento público por via das várias incidências políticas, Carvalho e Melo iria pagar duro preço pelas indiscrições e culpa de lesa Majestade na resposta a Soares de Mendanha.

A Rainha, pressionada na sua fraqueza por vingativos conselheiros, determinava por decreto de 25 de Setembro de 1779 "dar providências eficazes sobre os excessos, e absurdos, em que se precipitou o Marquês de Pombal".

Para o efeito, era servida nomear o Dr. José Luís de França, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens e o Dr. Bruno Monteiro, desembargador da Casa da Suplicação, para submeterem o estadista a um interrogatório na vila de Pombal.

Iniciaram-se os interrogatórios a 11 de Outubro, prolongando-se até 15 de Janeiro.

As enfermidades, que há longos anos o atormentavam, eram agravadas pela sua provecida idade, pelas calúnias, vexames e humilhações que o mortificavam.

Com interrogatórios longos e minuciosos (cinco e até oito horas seguidas), os juízes pareciam empenhados em revolver de ponta a ponta toda a administração pombalina, esmiuçando "factos e documentos, interessados naturalmente em arrancar de Pombal revelações de estrondo que pudessem ser utilizadas contra a sua administração". Instado a revelar a verdade a respeito das prisões, execuções e daqueles que tinham morrido no cadafalso de Belém e sucumbido nas prisões, bem como dos castigos infligidos aos arruaceiros do Porto e do incêndio da Trafaria, Pombal alegou tratar-se de ordens de El-Rei, crente de que alguns dos visados conspiravam contra os interesses da Coroa.

Manteve a atitude política de responsabilizar o Rei, colocando-se na posição de mero instrumento passivo e, muitas vezes, involuntário.

O processo instaurado a Sebastião José permaneceu largo tempo suspenso, deixado mesmo de se falar nele. O retardamento em proferir sentença desfavorável jogava com o melindre de castigar aquele que tinha sido Ministro do Pai de D. Maria I, "com cuja reputação, por falsas que fossem as afirmações de Pombal, se identificara o reinado do falecido Monarca".

Porém, em face do exacerbamento da corrente antipombalina, era necessário encontrar uma solução política que satisfizesse as "paixões vingativas dos cortesãos, sem sancionar as fantásticas providências de revindicta de que eles falavam".



Assim, por decreto de 16 de Agosto de 1781, D. Maria punha termo a tão celebrado processo, declarando o Marquês de Pombal "réu e merecedor de exemplar castigo".

O decreto sublinhava que no decorrer do interrogatório, Pombal "longe de se justificar, todas as respostas e as diversas informações a que elas deram lugar, não tiveram outro efeito senão sobrecarregá-lo mais e pôr os seus crimes em primeiro plano".

Contudo, tomádo em consideração a sua avançada idade e as graves enfermidades de que padecia, a Rainha lembrando-se mais da clemência do que da justiça perdoava-lhe as penas corporais.

Mantinha-se-lhe apenas o desterro, obrigando-o a conservar-se afastado da Corte, pelo menos à distância de vinte léguas, "sem prejuízo contudo dos direitos e justas pretensões do nosso Fisco e da nossa Coroa", os quais se manterão completamente.

Com os pés para a cova, o "velho senhor" pouco tempo iria sobreviver ao decreto de 81.

Alguns meses depois, ao cair da tarde do dia 8 de Maio de 1782, abandonava o mundo sucumbindo "ao peso da moléstia e dos trabalhos", o homem que durante 27 anos encabeçara o governo mais duro que Portugal conheceu até então.

### **Reforma dos Estudos Menores – Expulsão dos Jesuítas**

Há quem considere que a obra mais incontestável do Marquês de Pombal terá sido a Reforma Universitária de 1772.

Deixarei ao critério de cada um que tal asserção possa ou não constituir a maior coroa de glória de Carvalho e Melo, mas só por ignorância ou má fé alguém poderá negar tratar-se de um facto marcante na História da Cultura Portuguesa.

Quer se queira quer não, o polémico estadista acelerou o movimento cultural de feição iluminista, inaugurando o espírito científico em moldes metodológicos diferentes e de acordo com o espírito racionalista do século, introduzindo no ensino uma mudança que apesar de tudo tentou ser – e em parte foi – a substituição da Universidade "medieval" obscura e dogmática, pela Universidade Moderna, experimentalista e jusnaturalista.

Certo que a reforma pela Universidade da vida mental portuguesa é tardia em relação aos 22 anos que Pombal já levava de Governo, facto que me parece perfeitamente aceitável, se quisermos, ou se se quiser levar em conta que outras preocupações o assoberbavam.

Para além da pesada herança legada pelo reinado anterior, Carvalho e Melo tinha sido abalado pelo Terramoto de 55 e consequentes cuidados da reedificação da cidade; eram os conflitos internos e externos que careciam de rápida e eficaz solução; era a intensa actividade diplomática desenvolvida

pelo antigo Conde de Oeiras acerca da Companhia de Jesus, problema, note-se, com repercussões a nível internacional, acrescentando ainda que o novo Ministro tinha entre mãos uma complicada legislação que não podia padecer demora.

Efectivamente, só depois de liberto de todas estas situações, Pombal poderia lançar as bases da grande reforma, pela organização dos Estudos Menores. Urgia vencer múltiplas dificuldades.

Prioritária e melindrosa questão, era anular a influência jesuítica incluindo mesmo a sua expulsão, golpe que iria alterar todo o sistema da instrução pública.

Foi de facto pelo ensino superior que Pombal iniciou as suas reformas da instrução. E nada há de estranho nisso, porquanto a reforma dos Estudos Menores era o remate lógico da guerra de extermínio contra os jesuítas.

A Companhia era poderosa e influente e se já não predominava tão completamente no ensino como na política, conservava ainda uma situação importante em ambos os sectores quando Carvalho e Melo tomou as rédeas do Poder.

Parece, dizem, que os jesuítas tinham sabido sempre tão bem coordenar as duas funções de ensino e de governo que eles ensinavam para governar e governavam para poderem estender mais longe o seu ensino e portanto a sua influência.

Porém, tudo se conjugava para Sebastião José, mediante os trunfos de que dispunha, dar luta e levar de vencida os "filhos" de Santo Inácio.

Empolvava-se, ou considerava-se relevante, que os jesuítas se haviam levantado contra a soberania portuguesa no sul do Brasil por via de uma questão de delimitações com as vizinhas colónias espanholas; o processo como tinham interferido e explorado o Terramoto, classificando-o como um castigo de Deus por causa da dominação pombalina; a responsabilidade que Pombal lhes atribuía na tentativa de Regicídio. E mais: os jesuítas haviam-se erguido contra as reformas pombalinas de carácter económico a propósito da Companhia do Alto-Douro, chegando o Padre Balester a afirmar do alto do púlpito que "quem tivesse relações com semelhante Companhia não podia fazer parte da Companhia de Nosso Senhor Jesus Cristo".

Essa luta contra a Ordem é testemunhada por violento requisitório onde Carvalho e Melo, em colaboração com Scabra da Silva, revela uma espantosa sagacidade, espírito de sequência e aptidão jurídica.

Sob o aspecto interno, Pombal trata a questão como se se tratasse de uma questão de ordem pública, com a prontidão e força de que já havia dado provas por ocasião do Terramoto; sob o ponto de vista internacional a questão foi tratada directamente com o Santo Padre e com o governo de Espanha e França tão habilmente que, em 1759, pela Lei de 3 de Setembro, foram os Regulares da Companhia de Jesus desnaturalizados, proscritos e exterminados do Reino de Portugal, sendo os seus bens confiscados para a Coroa.

Considere-se, no entanto, que já antes da Lei de 3 de Setembro a Junta de Inconfidência por Alvará de 28 de Junho privara os Jesuítas de exercerem o ensino, sendo extintas as suas classes e escolas e lançadas as bases ou Instruções para os novos estudos.

Obviamente, não bastava expulsar os Jesuítas das escolas. Era preciso fundar um ensino médio, que não existia fora da Companhia e criar receita para pagar as despesas de um ensino que deixava de ser gratuito no que dizia respeito aos mestres. É neste ponto que se iniciariam os esforços para a reforma pedagógica que se impunha de um modo inadiável.

Assim, fechadas as escolas, era um rude golpe que Pombal vibrava na Companhia, mas ao mesmo tempo era uma grave obrigação que contraía para com o progresso científico do seu País, e para com a civilização do seu tempo.

Sebastião de Carvalho viu bem a importância da questão, porquanto não podia, nem devia, mandar fechar os colégios dos Jesuítas sem que, imediatamente, providenciasse para que outros fossem abertos, de modo a não criar um vazio quase total no campo das actividades pedagógicas. Foi esse, de facto, o objectivo do célebre Alvará de 28 de Junho de 1759.

A instauração do ensino oficial, dirigido exclusivamente pelo Governo, pretendia ainda impor um tipo de pedagogia normativo, inflexível, que se julgaria superior ao dos Jesuítas e conforme às correntes em vigor nas escolas da Europa, esperando-se, por meio dele, obter a formação intelectual e moral da juventude da Nação.

Entretanto, o conselho e a voz experiente e sábia de Ribeiro Sanches, Verney, D. Frei Manuel do Cenáculo e o próprio D. Francisco de Lemos, haviam sugerido ou propunham com viveza a necessidade de enfrentar a "Alma Mater" portuguesa, a Universidade de Coimbra.

Com efeito, lançadas as bases e criadas as condições e as estruturas para uma renovação dos estudos menores, impunha-se a reforma do ensino superior.

Refira-se que já na altura da fundação do Colégio dos Nobres, o Ministro de D. José se preocupava com a reforma da Universidade.

Essa preocupação e intenção ressalta numa passagem de carta datada a 12 de Março de 1761, dirigida a Jacopo Facciolati, Professor da Universidade de Pádua, em que lhe pede a indicação de um professor de Física e outro de Matemática para o Colégio dos Nobres. Pede ainda que lhe envie, além de uma história da Universidade de Pádua de que ele, Facciolati, foi autor, os Estatutos dessa mesma Universidade, pois tem em mente – diz – reformar a de Coimbra. Declara também receber com muito agrado qualquer sugestão de Facciolati a respeito dessa futura reforma.

### **Aspectos da Reforma Universitária Pombalina**

Com a instituição da Junta de Providência Literária por Carta Régia de 23 de Dezembro de 1770, iniciava-se o processo que iria levar, a curto prazo, os

estudos universitários à Reforma Pombalina de 1772.

A estada diplomática de Carvalho e Melo em Londres e Viena de Áustria, parece tê-lo sensibilizado a tomar em consideração as ideias reformadoras pregadas por homens reconhecidamente prestigiados nos centros da elite cultural europeia – refiro-me a Luís António Verney, Jacob de Castro Sarmiento e António Nunes Ribeiro Sanches. E a prova é que, com ligeiras modificações de técnica dispositiva, são as preciosas directrizes dos referidos e ilustres "estrangeirados" que orientam os elaboradores do *Compêndio Histórico* e dos *Novos Estatutos Universitários*.

Sob a inspecção de Pombal e do Cardeal da Cunha, a Junta integrada como conselheiros D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja, José Ricalde Pereira de Castro, José de Seabra da Silva, Francisco António Marques Geraldês, Francisco de Lemos de Faria, Reitor da Universidade e Bispo de Coimbra, Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.

Por determinação de D. José, competia à Junta de Providência Literária examinar as causas da profunda e deplorável decadência da Universidade "e o presente estado da sua ruína"...

Depois de examinar com todo o rigor o "status quo" universitário, devia a Junta ponderar sobre soluções a adoptar, cursos e métodos a estabelecer, apresentando ao Rei um plano sistemático de reforma.

Passados que foram alguns meses da sua instituição, a Junta dava à luz, no Sítio de Nossa Senhora da Ajuda a 28 de Agosto de 1771, em parto prematuro, o "*Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam pelas maquinações e publicação dos Novos Estatutos por eles fabricados*".

Não cabe aqui a intenção de pretender fazer um balanço exaustivo à Reforma Universitária Pombalina, nem tão pouco ajuizar sobre o "*Compêndio Histórico*" mas... o título revela, só por si, um verdadeiro libelo antijesuítico (mas não anticatólico) que não pode, nem deve ser escamoteado.

De facto, à partida, é evidente o empenho da Junta de Providência Literária em demonstrar e acumular provas contra a Companhia de Jesus, responsabilizando-a pelo monopólio ou orientação do ensino e pela sua influência nos estatutos vigentes.

Saliente-se, entretanto, que é com copiosa documentação, clara e frequente visão crítica e uma completa informação de todos os progressos da ciência do tempo, que a Junta fundamenta o seu libelo contra o ensino imobilizado e imobilizante atribuído à "invasão dos denominados Jesuítas".

No séc. XVIII nota-se um absoluto contraste entre o estado da ciência – constantemente progressiva e liberta de todos os preconceitos – e a situação do ensino rotineiro, absoluto, imobilizado no escolasticismo e tão submisso ao dogmatismo religioso como ao autoritarismo docente.

Efectivamente, a Universidade era uma instituição muito mais teocrática que pedagógica, e muito mais destinada à defesa da intangibilidade dos dogmas que a cuidar dos progressos do ensino.

A crise em que a Universidade mergulhava havia bastante tempo não podia deixar de pôr em confronto o poder civil e o poder eclesiástico, o choque era inevitável, porquanto o domínio do ensino estava entregue, na sua quase totalidade, directa ou indirectamente a ordens religiosas que se inspiravam numa política educacional tradicionalista ou retrógrada.

Com efeito, não pode contestar-se que os padres da Companhia de Jesus, sistematicamente estacionários, ou até se se quiser, reaccionários, nas coisas das ciências tiveram larga parte na decadência dos estudos. Mas... não deve ser-lhes imputada toda a culpa. Outros elementos terão concorrido para que entre os séculos XVII e XVIII o ensino universitário estivesse totalmente desajustado em relação às actuais circunstâncias e ao progresso verificado nos diversos ramos do saber.

Creio que não deve ser omitido o terror, a intolerância e a desumana perseguição do Tribunal do Santo Ofício (a Santa Inquisição); o reinado de monarcas como D. João III (desde que se deixou avassalar pelas sugestões do fanatismo), D. Sebastião e o Cardeal-Rei; a perda da nacionalidade e o domínio filipino durante seis décadas; e, ainda, os cuidados e os esforços para sustentar a independência recuperada em 1640, que absorvia toda a vitalidade da Nação. Ora, tudo isto foi parte para que os estudos caíssem no lastimoso abatimento a que chegaram.

No entanto, também convém dizer que no séc. XVIII as Universidades europeias clássicas estavam em nítido processo de decadência: em quase todas, o ensino superior processava-se ainda segundo o modelo e a tradição medievais e sem qualquer permeabilidade ao avanço da ciência. As Universidades continuavam e continuaram ainda sem grande renovação.

Apenas as Universidades da Alemanha constituíam já excepção, devendo tal explicar-se pelas liberdades de exposição e de crítica concedidas aos professores, e que eram, sem dúvida, reflexos da liberdade religiosa, não se devendo esquecer que a existência de professores livres, docentes privados, em muito contribuiu para a conservação de um alto nível no ensino superior alemão.

Se considerarmos serenamente, parece não dever aceitar-se que os Jesuítas houvessem "cavilosamente arruinado" a ciência e, muito menos, tentado tornar irreligiosa a Nação – eles que foram dos mais beneméritos obreiros da cristianização do Ultramar e que só pelo receio da heterodoxia punham entaves ao progresso científico.

Todavia, há o direito de afirmar que, se não fora a reacção que os venceu, continuaríamos, e não se sabe até quando, merecendo, pelo anacronismo da nossa cultura, o rótulo de Índios da Europa.

Apesar de só chegarem a Portugal, através do crivo de uma apertada vigilância, leves notícias do que se passava pela Europa, desde o final de

setecentos ou do início do século imediato muitos portugueses cultos aspiravam a um novo estilo de vida: eram os "estrangeirados", cuja influência se circunscrevia a um grupo relativamente limitado, pois as suas ideias reformistas eram, na maior parte dos casos, expostas em correspondência que, pelo menos há poucos anos, estava ainda parcialmente inédita (D. Luís da Cunha, José da Cunha Brochado, etc.). E se um pouco mais tarde apareceram alguns a defender publicamente as novas ideias – como Verney e Ribeiro Sanches – faziam-no quase sempre com uma preocupação de imunidade, garantida por um pseudónimo cauteloso ou assegurada por uma distância de muitos quilómetros.

De qualquer modo, pode dizer-se que toda a acção governativa do Marquês de Pombal em matéria de ensino veio a inserir-se no arejamento de ideias que esses intelectuais "estrangeirados" tinham empreendido durante meia centena de anos.

A traços largos, vejamos o que foi essa profunda e eficaz reforma.

De uma Universidade caduca, surge uma Universidade vitalizada, condizente com as necessidades nacionais e com a ciência e a técnica do "século das luzes".

Mantinha-se a Faculdade de Teologia, como convinha num País eminentemente católico, mas dava-se ao ensino um carácter menos especulativo e escolástico e mais baseado nos conhecimentos da História Sagrada e Eclesiástica.

Conservou-se igualmente a Faculdade de Cânones com o fim de regular e estudar fundamentalmente as normas jurídicas, apresentadas ou aprovadas pelas autoridades eclesásticas, delimitando e definindo a competência da Igreja.

Quanto à Faculdade de Leis, a grande inovação introduzida consistiu numa maior atenção às fontes jurídicas verdadeiramente portuguesas.

As Faculdades de Cânones e Leis acabaram por se fundir conforme decreto de Passos Manuel, datado de 1836.

Notável é a reforma da Faculdade de Medicina, devida em grande parte à colaboração efectiva do médico Saccheti Barbosa e à influência de Ribeiro Sanches.

O ensino aqui era puramente livresco, seguia-se Galeno e outros autores que por essa Europa fora já não contavam.

A anatomia humana era ensinada através da dissecação de carneiros, o que representava um retrocesso indesculpável em relação aos estatutos de 1559, pois estes já previam a anatomia sobre cadáveres fornecidos pelo hospital (a dissecação de cadáveres humanos havia sido abolida por via de preconceitos religiosos).

Desconhecia-se, ou pouco menos, a medicina no norte europeu, sob o impulso de Boerhave, Haller, etc., por parte do ensino universitário, pois fora dele, médicos como Gomes Lourenço, Saccheti Barbosa, em convívio espiritual com os mestres estrangeiros de Anatomia e Cirurgia do Hospital de

Todos-os-Santos, com Castro Sarmiento e Ribeiro Sanches, mostram-se suficientemente informados.

Considera o Prof. João Pedro Miller Guerra que "as providências reformadoras, modernizando o curso universitário e colocando-o a par do que se professava nos centros europeus adiantados, efectuou a modificação mais profunda e ampla da História da Medicina. Apesar da controvérsia que gerou e das limitações que sofreu na aplicação, a reforma pombalina revigorou os estudos médicos, dando-lhes um impulso tão enérgico e certo que perdurou até à República, embora com retoques e acrescentamentos, mas também com modificações nocivas".

Todavia, a maior inovação da reforma universitária consistiu na fundação das Faculdades de Matemática e Filosofia.

Até aos meados do séc. XVIII eram rudimentares os conhecimentos de ciências matemáticas na Universidade, depois de passarem os tempos áureos de Pedro Nunes. Pombal, reconhecendo que, na Universidade, havia Matemática a menos e, no Colégio dos Nobres, Matemática a mais, transferiu de Lisboa para Coimbra vários professores, montou nesta cidade um Observatório Astronómico e estabeleceu o ensino da Astronomia, de Mecânica, do Desenho e da Arquitectura.

Finalmente, com o nome de Filosofia foi criada uma sexta Faculdade, onde, além das tradicionais Metafísica, Lógica e Ética, se encontravam também as modernas ciências da natureza, baseadas na observação e na experiência, ciências que já haviam tomado grande incremento no estrangeiro e constituem a base das ciências aplicadas.

Justamente passado que foi um ano da apresentação do Compêndio Histórico, D. José – por Carta de Roboração datada de 28 de Agosto de 1772 – promulgava a carta orgânica da Universidade, os novos Estatutos.

Neste mesmo dia, uma Carta Régia dirigida ao Marquês determinava a sua presença em Coimbra, como Plenipotenciário e Lugar-Tenente de D. José para "restituir e estabelecer as Artes e as Ciências contra as ruínas em que se acham sepultadas, fazendo publicar os Novos Estatutos".

Para remover todos os impedimentos e incidentes que eventualmente surgissem contra a rápida e fiel execução dos Estatutos, Carvalho e Melo seria investido com todos os poderes que considerasse necessários segundo a natureza dos casos. A Carta Régia concedia-lhe jurisdição privativa, exclusiva e ilimitada para todos os efeitos. D. José parecia saber a quem passava o cheque em branco.

A fim de dar cumprimento ao estabelecido por El-Rei, sairia de Lisboa a 15 de Setembro, uma terça-feira. Sábado, 19, chega à sua vila de Pombal, onde, no Domingo, visita a fábrica de chapéus e planeia outras fábricas de holandas e cambraias.

Partindo no dia seguinte, e viajando por Soure e Condeixa, chega a Coimbra ao fim da tarde do dia 22, ficando alojado no Paço Episcopal, onde se manteve até 24 de Outubro.

Recebido com honras majestáticas e a pompa inerente à dignidade do cargo, as suas visitas à Universidade revestiam sempre grande aparato e solenidade, "andando debaixo do pálio, assentando-se sob um docel e dando dali beija mão segundo as formas feitichistas da autoridade".

Assim aconteceu no dia 29 de Setembro quando em cortejo espantoso se dirigiu à Sala dos Capelos onde o Secretário da Universidade abriu "uma bolsa de veludo carmezim, de borlas e galões de ouro e dela tirou o Novo Estatuto escrito de letras de mão e encadernado em veludo com chapa de prata".

Digamos que os Estatutos, a nova carta orgânica da Universidade, são a resultante da cultura moderna mas combativa da Junta de Providência Literária e do Espírito Lucidíssimo, mas absolutista, do Marquês de Pombal, traduzindo um rompimento com o aristotelismo.

Os autores da Gazeta Eclesiástica de França, bem como outros mais, referem o elevado mérito dos Estatutos, louvando-os pela ordem do método e solidez da doutrina. Prof. Serra de Mirabeau, citado por Mário Nunes, afirma tratar-se do mais notável código de legislação universitária que até então se conheceu em todas as nações civilizadas.

Durante o mês que permaneceu em Coimbra, ocupando-se amiudadas vezes com o Reitor numa activa e eficiente implantação da Reforma e promulgando as disposições indispensáveis à abertura das Faculdades, Pombal ia dando o melhor cumprimento às instruções recebidas por D. José.

Antes de regressar a Lisboa, o mandatário real despediu-se de toda a Universidade na sala nobre e, com o cerimonial costumado, pronunciou uma "fala" em que estimulava a instituição académica a dar continuidade com entusiasmo e dedicação aos trabalhos de que tinha lançado os alicerces.

Augurando felicidades à preclara academia, afirmava ter a certeza de que "os sucessos hão-de corresponder em tudo à expectativa régia" e só isso, de certo modo, o aliviaria de uma despedida que a urgência das suas obrigações em Lisboa exigia.

Ao regressar a Lisboa, em 24 de Outubro de 1772, o Marquês apenas havia deixado em Coimbra os alicerces da nova Universidade, o que só por isso, não pode deixar de ser considerado relevante.

Porém, como justamente observa o Prof. Joaquim Ferreira Gomes, a abertura dos cursos na Faculdade de Medicina e nas duas criadas de novo (Matemática e Filosofia Natural) terá sido prematura.

De facto, constituindo o "espírito experimental" a tónica da Reforma Pombalina, é óbvio que a engrenagem emperasse por falta de organismos e instituições anexas de apoio.

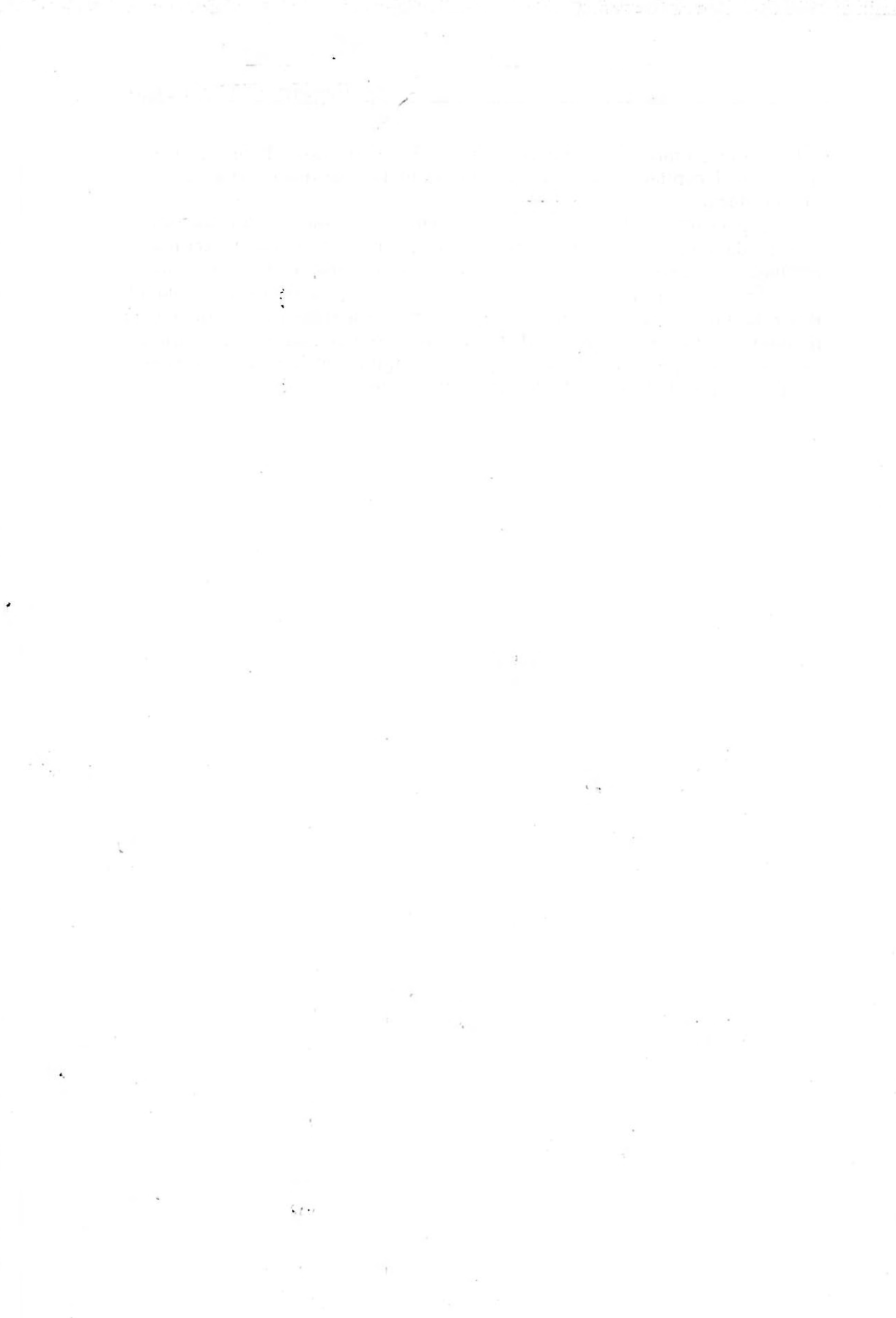
Pombal e o Reitor Francisco de Lemos sabiam que era assim e, por conseguinte, as suas atenções vão privilegiar particularmente a construção e o apetrechamento dos estabelecimentos científicos previstos nos Estatutos destinados à estranha novidade que os trabalhos práticos constituíam: Jardim Botânico, Museu de História Natural, Gabinete de Física Experimental,



Laboratório Químico, Observatório Astronómico, Dispensário Farmacêutico, e, quanto ao Hospital, a escolarização do existente, que ficou sob a direcção universitária.

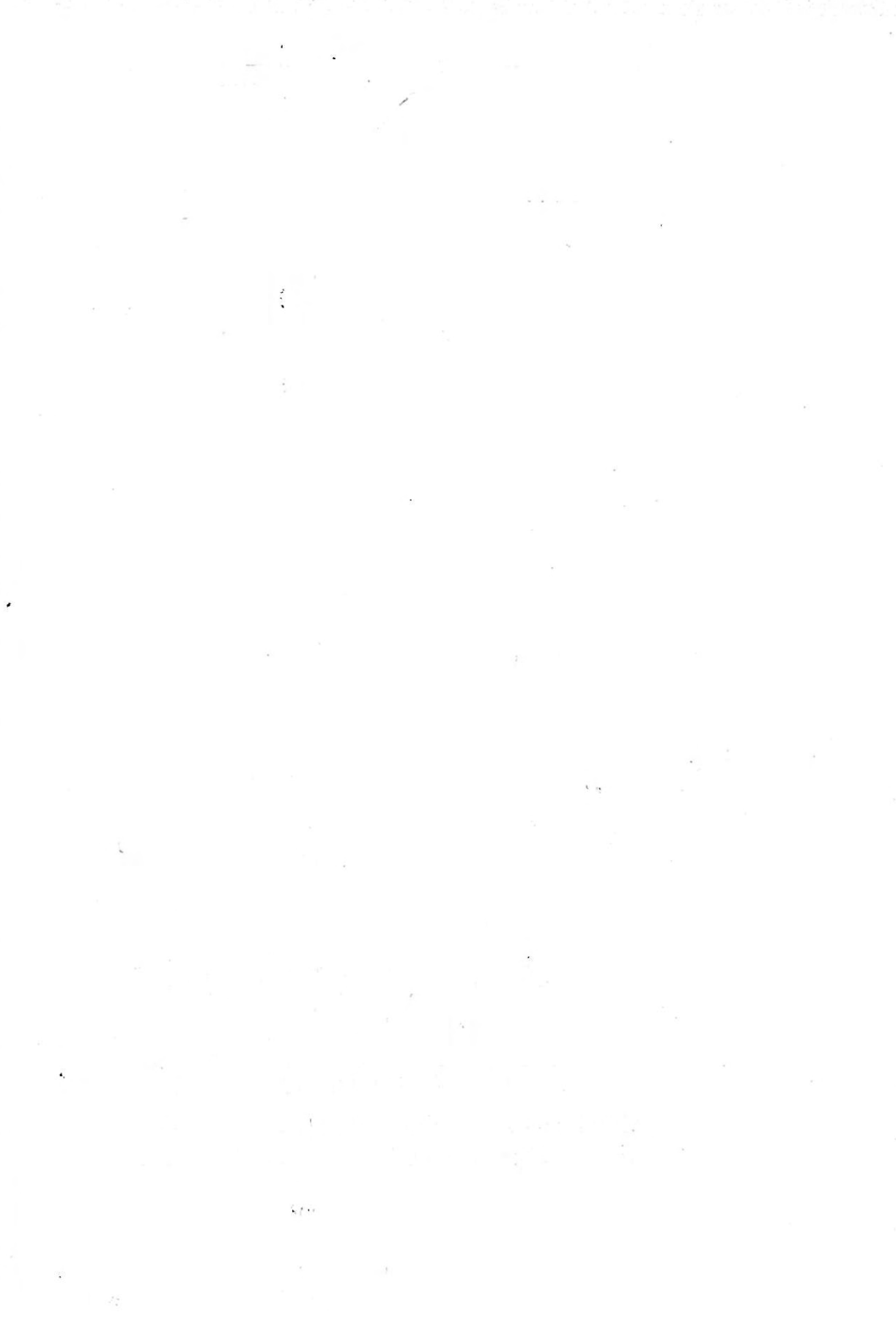
E para que nenhum instrumento de cultura escasseasse, foi sugerida a criação da Imprensa da Universidade destinada a estimular e facilitar a produção científica, bem como o intercâmbio com universidades estrangeiras.

Era, e por fim, mais uma realização que ficou a dever-se à notável Reforma Pombalina, reforma esta que correspondeu verdadeiramente à fundação de uma Nova Universidade e que nos pôs em mais aberta e eficiente comunicação espiritual com a Europa, constituindo um dos mais gloriosos acontecimentos da História da Pedagogia Portuguesa.



**CONFERÊNCIAS**  
e  
**COMUNICAÇÕES**

(1990/07/29 – Salão Nobre da Assembleia  
Figueirense / FIGUEIRA DA FOZ)



## OS CAMPOS E AS GENTES DO BAIXO MONDEGO EM TEMPOS MEDIEVAIS

Maria Helena da Cruz Coelho\*

É uma grande honra, mas não menos uma enorme responsabilidade, fechar o 1º Congresso sobre "O Baixo Mondego - Região e Património". Percorreram os seus participantes quase todas as áreas bordejantes do rio, ouviram falar das suas riquezas naturais, artesanais e industriais, mas não menos do seu belo património artístico, materializado em monumentos arquitectónicos ou esculturas, e da sua tradição cultural de variados costumes, folclores e gastronomia. Conheceram a diversidade neste espaço do Baixo Mondego que, no seu todo, constitui uma unidade. E quase me atrevia a dizer, na senda de Braudel, que de nada serviria falar teoricamente em diversidade, mas foi preciso vê-la com os olhos, deleitando-se com as cores, relevos e luminosidade, sentir os odores, tocá-la com as mãos, até mesmo comê-la e bebê-la, para a perceberem<sup>1</sup>. Tudo isto fizeram os senhores congressistas, assim o creio.

Aptos estão, pois, para, a partir do presente, olharem o passado. Numa visão da história "ao arrecuo", que por vezes se mostra muito salutar.

Depois do que viram e ouviram sobre o Baixo Mondego, no ontem e no hoje, convido-vos agora a reflectirmos um pouco sobre a "arqueologia da paisagem". A paisagem é, de facto, como já foi afirmado, um palimpsesto da história<sup>2</sup>. Ela não é unicamente uma realidade do presente, mas também, e sobretudo, uma sobrevivência do passado. E a terra, tal como a nossa pele, guarda essa marca de feridas antigas<sup>3</sup> inscritas pelo homem na sua superfície.

---

\* Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Directora do Instituto de Paleografia e Diplomática.

1 Leia-se Fernand Braudel, *L'Identité de la France. Espace et Histoire*, Paris, 1986, pp. 40-41.

2 Veja-se o que a este propósito relata Jean-Robert Pitte, *Histoire du paysage français*, t.I, *Le sacré: de la Préhistoire au XVe siècle*, Paris, 1983, p. 19.

3 Fernand Braudel, *ob. cit.*, P. 25.

Traduzindo a correlação entre o meio natural e a acção humana, a paisagem assume-se como um acto de liberdade. Porque não é já defensável afirmar que o meio influi directamente na acção humana. Na verdade, para além do meio geográfico, existe o meio perceptivo, ou seja a imagem que o homem tem dele, sendo essa que verdadeiramente condiciona o comportamento e acção dos homens. Mas nesta análise das características físicas, das peculiaridades sociais e mesmo dos traços simbólicos que individualizam a paisagem é fundamental, para a sua cabal compreensão, o binómio tempo-espaço<sup>4</sup>.

Retrocedamos, pois, no tempo. Pensemos o espaço geográfico que aos homens medievos se deparava. Acompanhemos o seu agir, fruto de condicionantes externas, mas não menos das suas representações mentais individuais e colectivas.

Dominavam naturalmente este espaço do Baixo Mondego um rio e uma fachada marítima<sup>5</sup>. O rio era navegável da sua foz até Coimbra e mesmo mais além até à Raiva. Tinha um regime de águas muito instável, com abundantes cheias no Inverno e um enfraquecido caudal no Verão. Era um Mondego que aqui se encontrava já no final do seu percurso, na velhice, mas correndo livremente no seu leito natural, tantas vezes transbordando para as margens, sem desvios artificiais, já que o seu primeiro encanamento data dos finais do século XVIII e inícios do seguinte e o seu completo aprisionamento dos nossos dias. Mais, era um rio que encontrava as marés logo por alturas de Montemor, o que fazia desta localidade um entreposto marítimo-fluvial de grande importância. A fachada atlântica era servida por um porto abrigado, que se designava genericamente a Foz do Mondego, quando não se referia mais precisamente Buarcos.

A abertura de toda esta área ao mar era simultaneamente um bem e um mal. Um bem, que se traduzia na possibilidade de saída de gentes e produtos, que podiam demandar a restante costa portuguesa ou abalançar-se até outras paragens marítimas estranhas; além de que as suas águas eram penhor de riquezas, da piscícola à salinífera. Mas esta embocadura, em correlação com um rio navegável, era também um perigo. Por ela podia entrar o inimigo, o invasor e perturbar a vida dos que sediavam neste espaço.

Até porque ele se caracterizava essencialmente por terras baixas, planas, sem grandes ou intransponíveis elevações. Com algum significado na

---

<sup>4</sup> São muito curiosas, a este respeito, as considerações introdutórias do artigo de Francisco Javier Gomez Piñeiro, "El paisaje industrial: aspectos teóricos y metodológicos. El caso del País Vasco", in *I Jornadas sobre la Protección y Revalorización del Patrimonio Industrial*, Bilbao, 1982, pp. 300-302.

<sup>5</sup> O que dissermos sobre o Baixo Mondego encontra-se exposto, com maior desenvolvimento, como é óbvio, no nosso estudo, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, 1989 e aí se indicam as respectivas fontes e bibliografia utilizadas, que nos dispensamos aqui de citar. Todavia, para os diversos aspectos agora analisados, indicaremos as respectivas páginas. Desde já, sobre o meio físico, vejam-se as páginas 1 a 5.

costa apenas as Serras da Boa Viagem e Alhadas e depois as elevações de Santa Eulália e Montemor. Ainda assim acidentes com poucas centenas de metros de altitude, que não constituíam significativos obstáculos face à vastidão das planícies. É ainda o rio que marca a oposição entre as terras do campo, as planícies aluviais e as terras do monte. Mas este monte, ou mesmo as adémias e lombos, num contexto em que a maioria da terra anda próximo do nível das águas do mar, são pequenos acidentes cuja altura apenas se destaca na paisagem de terras baixas e inundáveis.

Foram, na verdade, os pontos mais elevados que atraíram prioritariamente os homens<sup>6</sup>. E desde o Neolítico sabemos que havia ocupação humana nas serras das Alhadas e da Boa Viagem, que terá perdurado durante a Idade dos Metais, como deste tempo se conhece o castro de Santa Eulália. A descidas dos montes para as terras baixas é possível que tenha sido um traço da ocupação romana, que depois se prolongou em tempos subsequentes.

Dominando o enquadramento espacial será de realçar o papel de Montemor e Coimbra. Ambas situadas em elevações, desde cedo a sua intransponibilidade natural se reforçou com o levantar de castelos. Montemor, rodeada desde logo de terrenos pantanosos, e com uma fortificação datando já do domínio muçulmano e uma defesa avançada materializada no castelo de Santa Eulália, dominava a fachada marítima. Protegendo o importante centro de Coimbra que se desenvolvera à sua rectaguarda. Dois pólos de domínio, a um tempo militar, político, social, económico, que tutelavam toda esta região do Baixo Mondego.

Coimbra, nas mãos de cristãos e repovoada em 878, sob a égide do rei de Leão, é o baluarte fondeirço da cristandade ocidental. Mas a sua situação estratégica, nó de vias de comunicação que ligam o Norte e o Sul ou o litoral com o interior, e a sua natural capacidade defensiva tornam-na cobiçada. E em finais do século X, Almansor arrebatou-a a favor dos muçulmanos. Enraizaram-se, ainda mais, os usos e costumes de uma comunidade moçárabe que, embora submetida aos infiéis, goza de certas regalias. Até que Fernando Magno vai estender os seus domínios por Lamego e Viseu e vem a alcançar Coimbra em 1064 que, apesar de múltiplas ameaças, jamais deixará de ser cristã. À frente do seu governo é colocado o moçárabe Sesnando Davides, oriundo por certo de Tentúgal, que protagonizará os anseios de vida da comunidade moçárabe. Concede a posse da terra aos colonizadores desta região e dirige os destinos da cidade auscultando o seu "concilium" e apoiando-se num juiz, responsável próximo pelo cumprimento das regras vigentes entre os habitantes.

Coimbra, onde se ergue sobranceiro ao rio um castelo, representa a segurança e a protecção para as gentes que se fixam ao longo do Mondego. A reforçá-la, no sentido do litoral, como dissemos, os castelos de Montemor e Santa Eulália. Que sofrem iguais vicissitudes de ocupação muçulmana e depois a presença cristã, tendo até mudado mais vezes de domínio.

<sup>6</sup> Cfr. *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 5-10.

Conhecendo, mesmo após a conquista definitiva da urbe conimbricense, o destruidor ataque dos almorávidas em 1116 e 1117, o que bem demonstra como eram perigosos e instáveis estes tempos de reconquista.

Enquadrados por estes centros, os homens vão-se fixar à terra. Sem esquecer as remotas ocupações deste espaço, sobretudo à volta de Coimbra, Montemor e junto ao mar, a saga povoadora e colonizadora do homem medieval por terras do Mondego intensifica-se e torna-se uma realidade ao longo dos séculos XI, XII e XIII. Conquistada a segurança pelas vitórias cristãs, em meados do século XI, uma ambiência de crescimento demográfico, em tendência longa, favorecia a empresa<sup>7</sup>. À qual não faltavam sequer mentores, assumidos neste espaço essencialmente pela Sé de Coimbra, restaurada em 1080, e pelo mosteiro crúzio fundado na década de 30 do século XII, para além, é óbvio, dos governantes do condado portugalense e depois do reino de Portugal.

Os terrenos férteis em redor de Coimbra são os que desde logo atraem maior número de gente. Aí foram adquirindo os homens algumas parcelas de terra que devotadamente trabalhavam. Com o decorrer de gerações e o costume sucessório da partilha do património fundiário pelos filhos, os quinhões de terra foram sucessivamente encurtando. Até ao extremo de já não sustentarem uma família. Só havia uma solução, a diáspora. Vendia-se a magra herança e ia-se trabalhar terra alheia. A compra estava assegurada pelos grandes possidentes da região, sobretudo senhores eclesiásticos. E justamente a posse de vastos domínios por parte dos senhores, adquiridos por doações ou compras, representava a certeza do sustento para os que aí quisessem viver e laborar. Não admira, pois, que a enorme mobilidade da terra, traduzida em actos de compra-venda e escambos se conjugue com o movimento de arroteamentos. De facto a maior parte das parcelas de terra transaccionadas são exíguas, como no-lo atesta o baixo preço por que são adquiridas, em consentâneo com o número muitas vezes elevado de vendedores. Era, então, o crescendo das bocas e a escassez de recursos vindos da terra que moveria imperiosamente o proprietário a desfazer-se dela, ultrapassando o consuetudinário apego à sua lavoura. Mas urgia comer. Buscava-se terra alheia que, regada com o suor do trabalho, se oferecia em frutos. Os senhores colhiam os dividendos dessa conjuntura de expansão e encontravam homens dispostos a abalancharem-se a outras aventuras de povoamento e cultivo. Podiam assim atraí-los para as suas terras mais longínquas, desbravando novos espaços.

Deparamos, pois, nos séculos XII e XIII, e sobretudo neste último, com uma vasta empresa de arroteamentos e colonização. Sucodem-se os contratos colectivos "ad populandum" e "ad laborandum". As florestas e pântanos cedem lugar aos terrenos de cultura. Dura é a tarefa de derrubar as árvores, quebrando o silêncio da floresta, esse espaço a um tempo sagrado e temido,

---

<sup>7</sup> Quanto à expansão demográfica destes séculos, veja-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 11-17.



refúgio de divindades ou foras de lei. Duro é igualmente o esforço de dominar as águas do rio e enxugar os terrenos alagados. Mas os esforços são em alguns casos compensados, como nestes últimos terrenos, com uma boa produtividade e satisfatórias produções. No entanto, o arranque destes empreendimentos de colonização e cultivo é arriscado e dispendioso. Não é, pois, uma tarefa individual, mas uma obra colectiva. Não chega, para se tornarem realidade, dar trabalho. Urge possuir bons meios de produção, como arados e bois, quando não apenas enxadas, e capital para investir em semente. Por isso os senhores emprestam por vezes aos colonos essas alfaias agrícolas, algum gado e cereal que garanta o arranque da empresa. E ainda assim, algumas iniciativas soçobraram e tiveram de ser retomadas. Mas a maioria, nesta área, deve ter tido êxito.

Assistimos então ao aparecimento de núcleos de povoamento em Cucos, Lírio e Brenha, na serra das Alhadas, e ao enraizamento de gentes na Póvoa Nova de Torre de Buarcos ou em Emide e Quiaios. Na margem Sul incentiva-se o desenvolvimento de Lavos, Seiça, Coles e Louriçal. Nas cercanias de Montemor, entre montes ou terrenos pantanosos que se recuperam, vão surgindo Verride, Vila Nova da Barca e Brunhós. Mais a Norte progride-se para Vila Franca, Arazedo e Cadima. E já num espaço enquadrado por Tentúgal e Coimbra, fomenta-se a Póvoa de Santa Cristina e arroteia-se o seu paul, os lugares de Antuzede, S. Facundo e a aldeia de Vila Viçosa, bem como a Sul Pereira, Taveiro e S. Martinho. Estes, entre muitos outros aglomerados que se disseminavam neste espaço<sup>8</sup>.

Detendo perpétua e hereditariamente o usufruto da terra, o que permite transmitir de geração em geração os benefícios introduzidos no prédio, os lavradores entregam ao senhor uma renda no geral parciária, acrescida de alguns foros. Repartem-se assim, distributivamente, entre senhores e camponeses, as boas e más colheitas de pão, vinho, linho e legumes. As férteis terras de aluvião constituem campos abertos de forma alongada - as geiras - onde cresce o trigo e o milho. Na encosta e no monte cultiva-se o centeio, mas sobretudo a vinha. E é também no monte que se erguem os povoados para que o espaço habitado não roube os bons terrenos do campo ou as casas fiquem sujeitas às inundações do rio. Nas proximidades da casa situam-se as almuinhas onde vicejam as culturas mimosas dos legumes e produtos hortícolas e os pomares com diversas árvores de fruto. Estas unidades a um tempo fundiárias e agrícolas, os casais, dobram-se de uma exploração familiar que visa a auto-subsistência, depois de satisfazer os encargos para com o senhor da terra. E ainda que houvesse dificuldades e se comesçassem a fazer sentir clivagens entre os habitantes dos diversos povoados, o certo é que

<sup>8</sup> A sua completa enumeração e evolução encontra-se da página 41 a 67 do volume I da referida obra, bem como no volume II se apresenta um mapa com a localização destes povoados, que constitui a figura 1.

os homens teriam conseguido o seu sustento, se não mesmo uns quantos arrecadariam excedentes nestes séculos de crescimento.

Mas a inversão da tendência estava próxima<sup>9</sup>. A anunciá-la os maus anos agrícolas de 1273, 1288 e 1295, nos finais da centúria de Duzentos, responsáveis pela carência de pão. E nos inícios da centúria seguinte uma sequência de anos nefastos, entre 1314-17 e em 1331 e 1333, acarretam mesmo a fome. Secundados pela epidemia de 1348, o conhecido flagelo da mortífera Peste Negra, logo seguida pela de 1361 e outras se fazendo sentir na década de 80 ou progredindo mesmo até ao século seguinte. Paralelamente, continuam os anos secos ou chuvosos em 1355-57, 1364, 1371-72, 1374-76 e 1384-87. E nem faltou sequer a este negro cenário a guerra, sejam os conflitos fernandinos ou as contendas decorrentes da crise de 1383-85. Os braços são desviados da lavoura para os exércitos, os campos são devastados à passagem dos inimigos, os homens ficam sobrecarregados com impostos e a instabilidade conduz a um labor sem incentivos de amanhã, cultivando-se apenas para viver no dia a dia. A insegurança causada pelas epidemias e guerras leva os homens a buscarem a segurança – às vezes enganosa – das cidades. Procura-se refúgio ao abrigo das muralhas, como fizeram as gentes de Tentúgal em 1378, ou as donas de Lorvão aquando da crise. Mais duradouramente demanda-se a cidade na mira de melhores condições de vida.

Os campos ficam sem mão-de-obra, na paisagem crescem os incultos. A terra aumenta nas mãos da Igreja, fruto de doações e testamentos, ocorridos sobretudo em tempos de peste, quando os homens julgam os clérigos os intermediários certos para rogar a clemência divina e rezar pela salvação das almas. E esta concentração de bens inviabiliza ainda mais o seu cabal aproveitamento. A oferta de braços não cobre a procura e os salários sobem. Na cidade cresce uma população desenraizada, que aumenta a marginalidade e o banditismo. Gera-se um clima de instabilidade, abandona-se a agricultura, baixa a produção. A nível do país, como localmente.

Mas para que o homem viva, a crise tem de ser ultrapassada. É imperioso saber adaptar-se e buscar novas soluções. Assim se fará. Porque o *homo stabilis* não se tornou num *homo immobilis*, ele vai lutar contra as condições adversas, moldando-se às novas circunstâncias na tentativa de as ultrapassar<sup>10</sup>. Logo, estes séculos XIV e XV, ditos de crise, são antes tempos de grandes mutações e constante dinamismo.

A crise cava-se mais fundo nas décadas de 50 a 90 do século XIV. Face ao decréscimo demográfico e à instabilidade dos preços dos cereais que, em tendência longa, tendem para a baixa, investe-se noutras culturas mais

---

<sup>9</sup> É referida esta problemática em *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp.17-26.

<sup>10</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 84.

rentáveis<sup>11</sup>. E na paisagem rural alastra a mancha da vinha. Os senhores dedicam boa parte das suas reservas a esta cultura e os camponeses plantam-na em algumas parcelas dos seus casais. Reforça-se a superfície dos vinhedos em redor dos centros urbanos de Coimbra e Montemor, bem como de uma forma maciça na fachada litorânea, cobrindo as encostas de Buarcos, Alhadas ou Tavadede, embora por todo o espaço do Baixo Mondego se nos deprende esta cultura. Cerca de 31,9% dos contratos desta área especificam a vinha e em 59,9% dos casos estão a mandar arrotear terras com tal cultura. O que é incentivado pelos próprios senhores da terra. Assim estipulam nos contratos uma renda baixa para este produto, no geral 1/8, enquanto cobram 1/4 dos cereais; determinam uma fracção do produto mais reduzida nas terras a arrotear e uma mais pesada nas que já têm a vinha cultivada; esperam alguns anos, de 3 a 5, até que as chantas atinjam a sua maturação; cuidadosamente especificam mesmo por vezes as castas que querem ver no terreno, havendo referência a vinhas labrusca, galega ou castelã. O camponês, com todos estes estímulos – às vezes de sinal contrário, pois também impõem multas para os que não cumpram o estipulado – interessa-se pela viticultura. Ainda que o ciclo dos seus labores seja árduo – podar, empar, cavar, arrendar, mergulhar – o resultado final é compensador. Pouco agravados pela renda, os camponeses poderiam obter excedentes a comercializar.

E o vinho tinha boa saída nos mercados, sobretudo para o abastecimento urbano, mantendo-se o seu preço mais estável que o do cereal, para além de que o de melhor qualidade se exportava<sup>12</sup>. Seria por certo com este objectivo que os senhores implantam a vinha no litoral, já que pelo porto de Buarcos o vinho podia sair para Inglaterra, França ou mais além. Toda esta circulação do produto exigia, lembremo-nos, uma correcta medição, um conveniente envasilhamento do mesmo, pelo que o fabrico de tonéis, pipas, moios e almudes devia ser actividade rentável para múltiplos tanoeiros que se aglomeravam nas cidades.

Mas nos finais do século XIV, se não mesmo antes, havia excesso de vinho. Nas Cortes de 1391, os homens bons de Coimbra pedem ao monarca que interditasse aos almocreves a entrada na cidade com vinhos de fora da comarca, já que os existentes bastavam, até porque certos vinhos vermelhos, como dizem, se estragavam ao fim de três meses. Exagerando por certo esta escassa durabilidade para reforçarem a sua argumentação, o certo é que alguns vinhos, dada a sua má qualidade e o seu rudimentar processo de vinificação e precário acondicionamento, estragavam-se rapidamente. Pelo que, ainda que o consumo de vinho fosse elevado – de 1 a 2 litros diários –, o seu fraco teor alcoólico não causaria grandes problemas – para além de ser consumido meado

11 Uma análise pormenorizada das diversas culturas, rendimentos e produções encontra-se em *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 130-201. E concretamente sobre a vinha, veja-se, também, no volume II, as figuras 6, 7 e 9.

12 No que respeita ao vinho leia-se ainda *O Baixo Mondego...*, pp. 229-233, 423, 434-436.

ou terçado de água – e os baixos estratos, nos meses que antecediam as colheitas, beberiam talvez mais vinagre do que propriamente vinho.

A certeza de que este excesso de produção era uma realidade temo-la quando o rei defere aquele pedido, determinando que de Setembro até ao Natal só se venderia em Coimbra o vinho da sua comarca, bem como concede similar regalia ao Porto para a mesma época, quando já na década de 60 outorgara o mesmo a Santarém. A comercialização do vinho, pelo que dissemos, era perigosa e urgia vendê-lo cedo, logo após a colheita, até porque, recordemos, reis e senhores tinham nos seus concelhos e aldeias o direito de relego, ou seja o monopólio da venda do seu vinho durante um certo período, que no geral ia de 1 a 3 meses. Assim garantiam o escoamento do seu produto, ainda que à custa do sacrifício de muitos homens.

Face a esta ambiência não admira que, em finais da centúria de Trezentos, em muitas vinhas mortas se esteja de novo a semear o cereal, como adiante veremos.

Mas com a vinha ombreou uma outra cultura, a oliveira. Progredindo de Sul para Norte, porque uma cultura mediterrânica, os maiores centros olivícolas nestes séculos eram Coimbra, Évora, Santarém e Alcácer do Sal. Surge-nos a oliveira associada à vinha, mas depressa os olivais se individualizam e se vão sobrepor a esta complantação. Olivais que predominam no aro urbano de Coimbra, até para responder à luminária que as múltiplas igrejas e mosteiros da cidade reclamavam. Pela mesma razão a mancha da olivicultura vai alastrar até às cercanias de Montemor, onde os institutos religiosos eram também em número assaz considerável. Os lagares, nos quais a azeitona padecia os seus "mil tormentos", disseminam-se pelo espaço peri-urbano, junto dos veios de água, imprescindíveis para todo o processo de transformação<sup>13</sup>. Deles, separado da água ruça, corre enfim o precioso azeite. Azeite, que faz a riqueza dos vizinhos de Coimbra, como afirmam em 1399, formulando ao monarca o pedido de livremente o comercializarem a mercadores nacionais e estrangeiros. Privilégio que então obtêm, como meio século depois, em 1456, Montemor está a formular idêntico requesito que igualmente é deferido.

A par do vinho e do azeite era bom negócio o gado<sup>14</sup>. A ele se recorre neste mais duro período de dificuldades. Aliás esta actividade moldava-se bem a uma paisagem de terras incultas e a uma conjuntura de escassez de mão-de-obra. Em vez da agricultura a pastorícia. Os campos despovoados, ermos e incultos transformavam-se em terrenos de pastagem. Este é o quadro do país, que D. Fernando bem retrata na lei das Sesmarias. Vivem os donos das pastagens do seu aluguer e os criadores do gado dos rendimentos dos animais e do esterco, nenhum deles se preocupando com a agricultura. Assim era também no Baixo Mondego. Sendo certo que se este excesso da criação de gado afastava os homens do amanho da terra, não menos causava danos nos terrenos

---

<sup>13</sup> Sobre os mesmos veja-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 235-252.

<sup>14</sup> A problemática da criação de gado encontra-se a páginas 235-252 da referida obra.

cultivados, onde os animais retouçavam as espigas ou os tenros rebentos das videiras.

Todavia a complementaridade entre a agricultura e a pastorícia era imprescindível. Mas em equilíbrio. O qual era, como se sabe, muito difícil de obter. O gado é uma força de tracção e penhor da estrumeação dos campos. Logo tem de estar presente em qualquer casal ou granja. O gado é ainda fonte de rendimentos vários, apoiando até diversas indústrias caseiras. Do leite se faz o queijo e a manteiga; com a lã se confeccionam panos, como o burel; os couros sustentam a manufactura dos curtumes; enfim, a carne das diversas espécies alimenta as bocas, pelo menos daqueles que a podem comprar. O gado cavalariço, asinino e muar é ainda a "máquina" que sustenta toda a empresa transportadora de homens e bens.

Estes animais de maior porte seriam essencialmente detidos pelos grandes proprietários, que os criavam nas suas reservas, em terras maninhas ou em áreas de pastagens concelhias, tantas vezes rixosamente disputadas. O camponês confinava-se ao gado miúdo, alimentando-o nas terras em pousio, que a rotação das culturas viabilizava, embora recorresse sempre que possível a espaços de pastagem que senhores ou concelhos lhe facultassem. E a impossibilidade do sustento dos animais podia ser razão para o abandono da terra, como faziam os lavradores do Bolão, em 1421.

O investimento nestas culturas e no gado bem nos demonstra como uma política de mercado dominava já as mentalidades, nestes séculos finais da Idade Média. E cada vez mais a cidade vai tutelar o campo, exigindo-lhe os géneros que a abasteçam, condicionando pois a geografia e a prevalência das diversas culturas. Esta relação campo-cidade era, aliás, ambivalente. O mercado urbano era certeza do escoamento da produção dos homens do campo e garantia de compra dos artefactos que lhes careciam. Trocas estas que mais amplamente se materializavam nas feiras, como as de Coimbra e Montemor.

Ultrapassados, por todos estes meios, os anos mais agudos de crise, senhores e camponeses parecem ganhar novo ânimo no seu combate às adversidades entre os finais do século XIV e inícios do seguinte.

Desde logo os senhores, sobretudo os eclesiásticos, principais proprietários da terra nesta área, dedicam uma atenção muito particular ao seu património<sup>15</sup>. Durante a crise foram, como é óbvio, as terras menos férteis que sofreram um abandono, já que os bons terrenos ribeirinhos continuaram a ser disputados palmo a palmo. Aí ninguém cederia quinhão. Por isso, ontem como hoje, o emparcelamento dos campos do Mondego era um obstáculo difícil de ultrapassar. É que, mesmo nas terras do campo, a produtividade é muito diferente, variando, como no fértil reguengo do Bolão, de 1:2,7 a 1:21,3. Aí continua, pois, a vigorar a dispersão, a descontinuidade das heranças, o minifundismo e uma cultura intensiva.

<sup>15</sup> Esta defesa do património é explanada em *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 84-108.

Mas a luta dos senhores face a uma possível alienação dos seus bens, que por morte ou êxodo dos foreiros haviam ficado abandonados ou incultos, vai ser porfiada e obter êxitos. Assiste-se então a um movimento de encabeçamento das parcelas em casais, que responde a uma preocupação com a defesa, valorização e controlo dos seus domínios territoriais. Ainda que, como sabemos, as herdades constituintes de um casal fossem descontínuas e espalhadas pelos lugares, todavia a sua aglutinação nesta unidade permitia a viabilização de explorações familiares rentáveis do ponto de vista da produção e da cobrança de tributos. Aliás este encabeçamento seria por ambas as partes desejado – o camponês não desmultiplicava os pagamentos, colhendo até vantagens de certas isenções de tributos régios como a jugada, e garantia o sustento da sua família (melhor ou pior, é certo, pois a extensão e rentabilidade dos casais é ainda assim muito díspar); por sua vez o senhor evitava a alienação dos seus prédios e cobrava mais facilmente as rendas.

Será neste sentido que a Igreja e o próprio monarca se propõem a um arrolamento dos seus haveres, que se traduziu em tombo vários<sup>16</sup>. Só a escrita podia já fixar a memória da paisagem a nível da extensão das propriedades, das suas culturas, da produtividade e produção e igualmente dos homens que as amanhavam e eram responsáveis pelas respectivas rendas. Um precioso tomo dos reguengos de Coimbra foi mandado elaborar por D. João I, em 1395, que nos permite hoje reconstituir, com significativo pormenor, a cartografia, aproveitamento e rendimento dos reguengos do Bolão, Tentúgal e Póvoa de Santa Cristina, Quarto da Corredoura e Terras Galegas e muitos casais que lhes andavam afectos.

Mas, para além de conhecerem e controlarem, os senhores querem valorizar, até com obras de melhoramento, os seus domínios. Um destaque muito especial, aqui, para a titânica empresa de regularização do Mondego<sup>17</sup>. Havia que enfrentar as suas perigosas inundações e vigiar o seu contínuo assoreamento. Erguem-se marachões, sulcam-se valas, abertas e regueiras, afasta-se a areia das margens do rio para dar queda à água, plantam-se salgueirais, seiceiros, canaviais e freixos que constituem uma paliçada face às cheias, compensando em parte os efeitos nefastos das queimadas, e absorvem as águas nas zonas alagadas. Obra imensa, trabalhosa e dispendiosa. Por isso nela se empenham os poderosos – rei, nobres e eclesiásticos –, exigindo porém que os seus caseiros mantivessem em bom estado as benfeitorias e assegurassem continuamente o perfeito escoamento das águas. Por isso se sucedem as questões entre senhores e foreiros sobre as abertas das herdades. Duas zonas prenderam sobremaneira a atenção nesta época – a água de Ançã e o rio de Anços. A acção régia na primeira área foi decisiva, concertando-se com a actuação senhorial, bem como depois em Anços teve expressão marcante o infante D. Pedro. Os

---

16 O cadastro da propriedade privilegiada é assunto tratado nas páginas 121-130 da citada obra. A cartografia dos reguengos de Coimbra encontra-se no volume II, figura 4.

17 Veja-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 118-120.

senhores dispunham mesmo de valadores próprios para executar tais obras. Valadores a quem o monarca dava privilégios similares aos homens de guerra, mostrando quanto a valorização do património se igualava já à defesa do reino. E esses operários especializados do Baixo Mondego, de que conhecemos mesmo um curioso regimento outorgado por D. Pedro, deviam ser de tal modo peritos na sua função que um valador de Pereira foi chamado para abrir o paul da grãja de Ota, pertença de Alcobaça. Graças a estes investimentos e esforços, muitos danos do rio eram evitados e muitos pântanos se tornavam terras produtivas. Nos finais da centúria de Trezentos e inícios da seguinte, retomava-se pois a dinâmica dos séculos precedentes e os arroteamentos, pela drenagem de paus, reanimou-se – como em S. Facundo, Acedarça, Ançã, Anços, Anobra. Aumentava-se a área cultivada, que se devotava particularmente aos cereais, cujo cultivo era reincentivado. Sempre o trigo tendo a primazia, mas agora também com grande representatividade da cevada, que em boa parte serviria para alimento do gado. Um mais cabal conhecimento das técnicas agrícolas de afolhamento, uma selecção de terrenos, acompanhada de uma cultura intensiva nos mais férteis, uma melhoria no fabrico das partes metálicas das alfaias agrícolas, um mais completo sistema de adubagem trouxeram compensadores níveis de rendimento<sup>18</sup>. No Bolão a média de produtividade por semente das suas 459,7 geiras (181,3 ha) é de 1:8, equivalendo-se às melhores médias francesas, e nas 977 geiras (597, 9 ha) de Tentúgal é de 1:6<sup>19</sup>, ainda superior à média nacional de 1:4.

Mas igualmente na moagem do cereal se detectam melhorias. A força motriz por excelência dos moinhos no Baixo Mondego era, como é lógico, a hidráulica<sup>20</sup>. Assim encontramos estes engenhos dispersos por todo o espaço onde existiam veios de água, se bem que houvesse concentração nos arredores de Coimbra, em Antanol, Condeixa e rio de Alcabideque e nas proximidades de Montemor, em Rio de Moinhos e Moinho de Santa Eulália, e mais para leste em Ançã. Engenhos já conhecidos nos séculos precedentes, mas que agora se aperfeiçoam. Desde logo deviam prevalecer as azenhas com roda vertical face aos moinhos de roda horizontal, tendo aqueles uma maior capacidade moageira. Mas um acrescido rendimento dos engenhos conseguia-se também por obras que se realizavam para aumentar o ímpeto do caudal das águas, como levadas e açudes. Trabalhos a cargo de mão de obra especializada, a ponto de numa questão em que Santa Clara acusava um homem que trazia um moinho na ribeira de Reveles, a par de Verride, de lhe prejudicar uma levada, se ter chamado como supervisor dos danos um homem de Soure, que entendia de obras de moinhos e levadas. Todas estas melhorias, bem como uma especialização dos moinhos em alveiros e secundeiros, conduzia a um

<sup>18</sup> Sobre as técnicas e alfaias agrícolas leiam-se as páginas 201-214 da aludida obra.

<sup>19</sup> Valores apresentados em *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 142-144.

<sup>20</sup> Sobre os moinhos consultem-se, no volume I da citada obra, as páginas 214-228 e, no volume II, surge um mapa da distribuição geográfica desses moinhos (figura 10).

incremento da indústria transformadora cerealífera que assim estava mais apta a dar resposta às exigências crescentes do consumo. E a rentabilidade económica destes engenhos apreende-se bem quando se lêem múltiplos contratos, onde se mandam erguer moinhos derrubados ou danificados e nos acercamos de várias questões em que os senhores, vigiando de perto os moinhos instalados nas suas terras, exigiam de pronto os serviços e rendas a que tinham direito.

Um processo de recuperação, ainda que lento e com flutuações, estava de facto em marcha, atingindo todas as actividades e espaços. Assim foi com a costa e o aproveitamento das suas riquezas naturais, largamente descuidadas nos tempos de crise mais profunda<sup>21</sup>. Mormente a extracção salinífera.

Na centúria de Duzentos, a par dos arroteamentos com fim agrícola, também os houve com vista à produção de sal. Sob estímulos vários dos senhores, desde o empréstimo de alfaias a capital, as marinhas foram-se disseminando por Lavos, insua de Oveiroa (Morraceira), Tavadrede, Caceira ou Foz do Mondego. Porém a carência de braços atingiu-as e muitas ficaram "delapidadas" ou em mortório. É então que nos finais de Trezentos de novo se dinamiza esta actividade, pondo em laboração marinhas desaproveitadas, ou rompendo juncais bravios. Os cônegos da Sé olham para as suas marinhas de Tavadrede, do mesmo modo que os crúzios vigiam as de Caceira. Como penhor dos arroteamentos colocam por vezes intermediários de boa posição social – nobres e até clérigos –, que pudessem zelar de perto pela empresa. Mas quando lidavam directamente com os foreiros também os senhores os estimulavam, esperando alguns anos pela produção de sal ou baixando as rendas para 1/6 e 1/8, quando cobravam 1/2 ou 1/3 nas que já se encontravam em produção. O sal da foz do Mondego irradiava por todo o termo de Montemor e atingia Coimbra, daí se espalhando pela comarca. Mas a partir do porto de Buarcos abastecerá outras partes do país ou estrangeiro, pelo que o monarca não abdicava dos proventos que lhe advinham da portagem do sal que saía pelo rio Mondego.

Ganhos com o sal, mas também com o mar. O mar ou o rio, neste espaço tão irrigado, eram certeza de pescado. A pesca fluvial praticava-se em todo o curso do Mondego, desde S. João de Óvoa, passando por Penacova, Coimbra e Montemor até Buarcos. E em qualquer fio de água, onde o peixe abundasse, não se desprezaria esta actividade. Os homens da zona lançavam-se a ela como um ganha-pão complementar e os senhores, atentos, cobravam foros e dízimas. Quando não tinham mesmo os seus caneiros, as suas áreas reservadas de pesca. Mas a par deles, os concelhos e a Coroa interessavam-se também por esta lucrativa faina, até porque o sável e a lampreia eram pescado por demais apreciado, que a mesa dos ricos não prescindiria. O soberano exige, pois, a dízima de todo o peixe da foz do Mondego. E D. João I, em 1412, isenta mesmo

---

<sup>21</sup> As actividades saliníferas e piscatórias são abordadas em *O Baixo Mondego...*, vol.I, pp. 255-269.



os moradores de Buarcos, e mais 100 homens, das vintenas do mar, ainda que pescassem e usassem do mar, numa clara protecção da actividade piscatória. Homens estes que pescavam, com as suas barcas e batéis e as suas avargas, tresmalhos ou aljarifes, mas também secavam e salgavam o peixe, preparando-o para a sua difusão até mais longínquas paragens no interior ou exterior do país.

Omnipresente a água nesta paisagem do Baixo Mondego. Com ela se regam os campos, secando-a se conquistam os pântanos. Com ela se movem moinhos, azenhas e pisões. Ao sabor das águas vogam os barcos que transportam as gentes e mercadorias. Das águas salta o peixe que enche as redes. A partir da água marinha cristalizam brancas pedras de sal. Na conjugação da água de um rio com as águas de um mar abre-se todo um espaço de terra ao vasto e aventureiro espaço líquido atlântico. Esta região é bem um dom do Mondego. Ele se abre em dádiva de fertilidade e variegados aproveitamentos, ele se ergue em perigo inundando as colheitas e arrasando as casas. Amando-o e temendo-o viveriam os homens.

Os homens. Fomos até agora analisando a interacção entre o homem e o seu meio. Procurando as suas marcas inscritas, por continuidade ou ruptura, na paisagem real dos nossos dias. Lendo a memória deste interrelacionamento nos velhos pergaminhos escritos para fixar uma doação, uma compra-venda, um escambo, um contrato agrário, dar corpo a uma sentença ou concessão de privilégios. Numa dialéctica de tempos e espaços.

Pensemos agora, em jeito de conclusão, um pouco mais nos homens, ainda que tomados no seu todo. Paços, torres, castelos são os marcos reais e simbólicos dos que detêm o poder. São eles o rei, eclesiásticos ou nobres. Que possuem poder territorial, através de vastos domínios e poder jurisdicional, administrando a justiça e arrecadando tributos fiscais nos seus senhorios imunes. Com eles concorrem os homens bons dos concelhos que constituem também, em si mesmo, uma aristocracia vilã proprietária de terras, detentora de capitais, privilegiada em isenções e serviços. Os poderosos estanciam nos seus domínios ou percorrem as terras da sua alçada. Vigiam patrimónios. Controlam homens. Arrecadam pão, vinho, linho, legumes, capões e ovos. Comem jantares. Exigem serviços. Clamam aposentadorias. Exercem o mando.

O grosso dos homens, porém, não manda, antes trabalha. Para seu alimento, para sustento de outros. Integrados em espaços senhoriais ou concelhios eles lavram a terra, semeiam e colhem, eles pescam e fazem o sal, eles confeccionam os artefactos necessários ao quotidiano humano ou às diversas actividades económicas, eles transportam e comercializam os géneros e produtos que abastecem o mercado. São pois camponeses, pescadores, marnotos, assalariados, artesãos, almocreves ou comerciantes. Uma massa anónima de trabalhadores que prevalece ao longo de todo este espaço. Destacando-se, ontem como hoje, os que vivem da e para a terra. No Baixo Mondego como, então, por todo o Portugal.

Homens que olham o céu e espreitam as nuvens, temendo que a chuva estrague as colheitas ou a seca não favoreça a germinação das sementes. Atentos ao rio que se pode enfurecer, perscrutando o mar que estando calmo logo se encapela. Homens que vivem os seus dias, os seus anos, regidos por um tempo natural. As fainas quotidianas decorrem do nascer ao pôr do sol, os anos pautam-se pelas estações num ritmo mensal que o calendário agrícola assinala – lavra, sementeira, colheita e vindima são tarefas de épocas certas, que quase não dão trêguas. Nos poucos tempos mortos que sobram correm-se os montes na caça, percorrem-se os rios na pesca.

A sua vida é simples e frugal<sup>22</sup>. Uma casa ou cabana os abriga. Aí fazem fogo, aí descansam. À mesa come-se pão de mistura, caldo de legumes, entremeado, em alguns dias, com um naco de porco ou uma sardinha, um punhado de azeitonas e umas fatias de queijo e bebe-se vinho meado ou terçado de água<sup>23</sup>. O corpo cobre-se de camisas ou saias de bragal, defende-se a cabeça do sol com chapéus e coifas.

O trabalho é constante, mas endurece em tempos de semear ou colher. São essas épocas de viva azáfama, mas também de grande alegria quando os grãos crescem nos celeiros ou o vinho enche os lagares, ou de negra tristeza se o ano andou mau e levou a safra.

O descanso semanal vem ao Domingo, quando se vai à missa escutar a prédica e ver o gestual do rito divino. No adro da igreja encontram-se as gentes. Discutem-se negócios, conhecem-se episódios da vida individual ou colectiva. Sabe-se de baptizados, casamentos ou mortes, mas também de questões de partilhas e confrontos de propriedades ou divisão de águas. E nesse espaço a um tempo religioso e profano decide muitas vezes o juiz, como representante máximo da comunidade, as infracções cometidas às regras do viver em comum.

Ao longo do ano festeja-se o Natal, nesse Dezembro frio, em que a matança do porco é esperança de fartura, ou segue-se o compasso na Páscoa. Como ainda se comemora o Corpo de Deus e se honram a Virgem e os oragos das igrejas locais ou dos senhores tutelares. Pela oração se roga a protecção celeste, com cantos e danças se alegra o espírito, com o saborear de algum pitéu e guloseima se consola o corpo.

Esquecem-se, em dias de romaria, a enxada ou o arado, o batel ou a forja. Mas efémera é a festa e certo o trabalho. E logo que raia o sol e se espreguiça o rio, os homens do Baixo Mondego, nesses tempos recuados, voltavam à labuta quotidiana. Para ganhar o pão. Com o suor do seu rosto. Repetidamente. Renovadamente.

---

22 Alguns aspectos do quotidiano destes homens figuram em *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 659-715.

23. Mais especificamente sobre a alimentação veja-se o nosso artigo "Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos", in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, vol. I, *Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 9-22.

**SESSÃO**  
**de**  
**ENCERRAMENTO**  
**(1990/07/29 – Salão Nobre da Assembleia**  
**Figueirense / FIGUEIRA DA FOZ)**



## **PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO**

Dias da Silva \*

Diz o programa que o 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património decorre de 26 de Maio a 29 de Julho. Hoje será, portanto, o último dia. Mas eu recuso-me a acreditar que assim seja, depois do que vi ao longo destes dois meses. Não é mais possível terminar depois das acções que foram realizadas e onde intervieram centenas de pessoas. As exposições reclamam outras exposições; as conferências lançam reptos aos estudiosos para seguirem as pistas enunciadas; as visitas guiadas despertaram o apetite para outras mais profundas e pormenorizadas.

Tudo isto numa descida do rio desde Penacova até à Figueira da Foz, passando por Coimbra, Loureiro, Soure, Caparinheira, Tentúgal, Montemor-o-Velho, Pereira e Pombal.

As conclusões que acabámos de ouvir ler indicam várias sugestões. As Associações organizadoras deste Congresso e outras afins não poderão deixar que se percam as oportunidades de obrigar a levá-las por diante.

O Congresso demonstrou que, mesmo sem auxílios, a capacidade de movimentação das Associações é enorme. Teremos então que exercer pressão, não sair do pé da porta, incomodar, mostrando o que está mal, sugerir modos de salvaguardar, inventar meios de divulgar, forçar os cidadãos a exigirem uma vida com o máximo de qualidade.

Verificámos que, por vezes, é difícil que a mensagem impressione o receptor. Teremos de a tornar mais apetecível para que mais fácil e rapidamente atinja o objectivo. Existem modos e formas de o fazer. Os dados e a experiência ficam para futuras realizações. Não se devem desperdiçar.

As Associações subscritoras do Protocolo de Coimbra devem, no meu entender, discutir e definir a melhor forma de lhe dar continuidade e força.

---

\* Licenciado em Engenharia Electrotécnica. Director do GAAC.

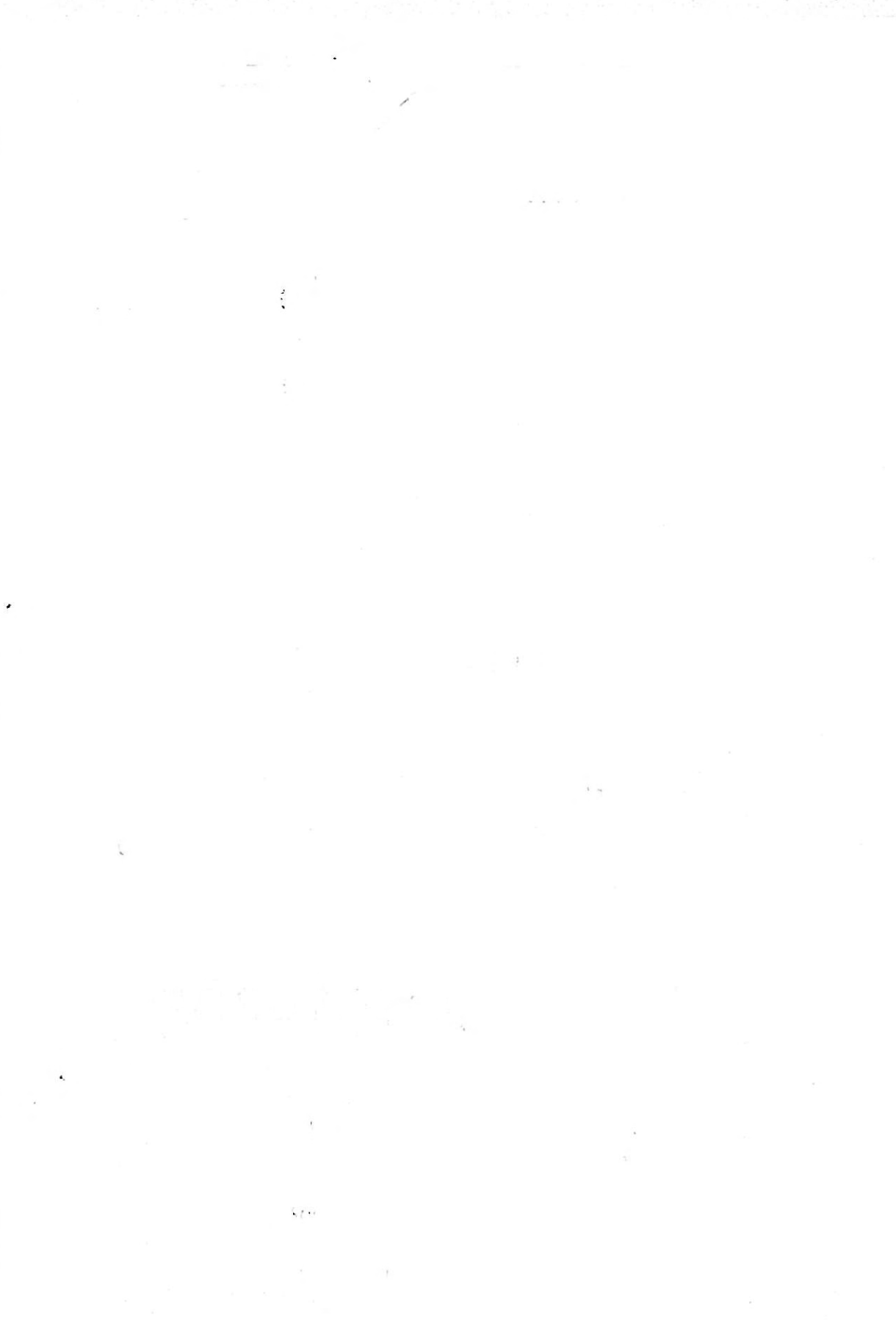
É na união, na vontade de muitos, que mais facilmente se poderá levar a mensagem a mais, ao mesmo tempo. Mas o Protocolo de Coimbra só poderá dar plenos frutos se aliar, aos mesmos direitos de cada Associação, a mesma vontade, orgulho, devoção e disponibilidade de trabalhar pela defesa dos valores culturais.

Quero realçar o trabalho desenvolvido pelo INATEL na organização de vários Encontros de Coros, Folclóricos e de Bandas. Sem a sua presença e empenho, na organização, o 1º Congresso do Baixo Mondego teria ficado mais pobre neste tipo de manifestações culturais.

Antes de terminar, quero deixar expresso que me deu muito prazer ter trabalhado no Secretariado. Nem sempre foi fácil chegar a consenso, mas tudo foi ultrapassado, até mesmo aquelas dificuldades surgidas por atitudes tomadas à margem do Secretariado.

Finalmente, presto a minha homenagem e dou os meus parabéns ao Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, à Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, à Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure, à Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, à Assembleia Figueirense, à Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro e à Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Pereira por terem decidido e organizado o 1º Congresso do Baixo Mondego – Região e Património.

## CONCLUSÕES





## CONCLUSÕES DO 1º CONGRESSO DO BAIXO MONDEGO – REGIÃO E PATRIMÓNIO

Concluído em 29 de Julho de 1990, na Figueira da Foz, o 1º Congresso do Baixo Mondego, o Secretariado, na sua função de Comissão de Redacção, elaborou as seguintes conclusões:

### 1º

A Região do Baixo Mondego tem características próprias que a definem como zona cultural e humana específica dentro do quadro geográfico nacional.

### 2º

Foi útil a realização deste Congresso como forma de consciencialização das potencialidades do Baixo Mondego e como prova da vitalidade da sua cultura.

### 3º

Considerou-se prioritária a defesa do ambiente natural e a criação de condições da sua utilização na melhoria da qualidade de vida.

### 4º

Igualmente se qualificou de muito urgente a preservação do património cultural, nas suas várias vertentes, e a divulgação da sua inegável riqueza e diversidade.

### 5º

O Congresso entendeu chamar a atenção para os pontos que se seguem:

1. Urge tomar medidas de contenção da poluição hídrica, atmosférica e sonora em defesa da saúde e da qualidade de vida dos habitantes do Baixo Mondego.
2. Impõe-se sobretudo proceder à despoluição da água em toda a bacia hidrográfica do Baixo Mondego, devolvendo-a ao seu uso natural e criando, junto aos locais onde ela se encontra, zonas verdes protegidas que possam funcionar como áreas de lazer.
3. Devem ser atribuídas ao Ministério do Ambiente competências para a coordenação e regulamentação do uso da água.

4. Embora existam já reservas naturais na área do Baixo Mondego, outras deverão ser demarcadas, apontando-se, a título de exemplo, o Paul da Madriz, o Paul da Quinta do Taipal e o Poço da Cal. Este último localiza-se no concelho de Montemor-o-Velho e é o maior centro pesqueiro de toda a região.
5. Para preservação dos equipamentos tradicionais ligados ao aproveitamento da água sugere-se a criação de um Museu da Água, a sediãr em Coimbra.
6. Propõe-se também a criação do Museu Agrícola do Baixo Mondego para preservação das tradições e usos agrícolas desta região, devendo promover-se, desde já, a recolha de instrumentos e alfaias antigas. Sugere-se que esta instituição venha a ter a sua sede na Vila da Carapinheira por ser ali o coração agrícola do Baixo Mondego.
7. Lembra-se também a necessidade de inventariação, classificação e conservação do vasto património de arqueologia industrial espalhado em toda a região do Baixo Mondego. Muitos destes valores correm o risco de se perder.
8. Assinala-se a necessidade e interesse do estudo espeleológico de algumas zonas do Baixo Mondego, nomeadamente no Concelho de Soure, sendo certo que a revelação destes valores naturais poderá constituir forte atractivo turístico.
9. Reclama-se a urgente defesa da paisagem rural, constantemente agredida por edificações desenquadradas do meio envolvente e gritantemente incompatíveis com a nossa tradição arquitectónica.
10. Regista-se com muita preocupação o estado de degradação dos centros históricos e, em geral, de quase todo o Património Cultural construído do Baixo Mondego, carecido de urgentes medidas de salvação.
11. Reafirma-se o direito das pequenas localidades à conservação e defesa da sua identidade cultural e dos seus monumentos pelo que as medidas de emergência pedidas devem contemplar também as muitas construções dispersas por toda a região.
12. É urgente a elaboração da Carta Arqueológica do Baixo Mondego devendo este trabalho realizar-se com a intervenção de todos os organismos oficiais e não oficiais existentes na região.
13. Assinala-se a importância do estudo da História do Baixo Mondego, dos seus vultos e da sua influência na História de Portugal.
14. Devem publicar-se os textos históricos actualmente inacessíveis à maioria dos leitores.
15. Sublinham-se com satisfação a riqueza e a diversidade do património folclórico, das artes tradicionais, da gastronomia, da

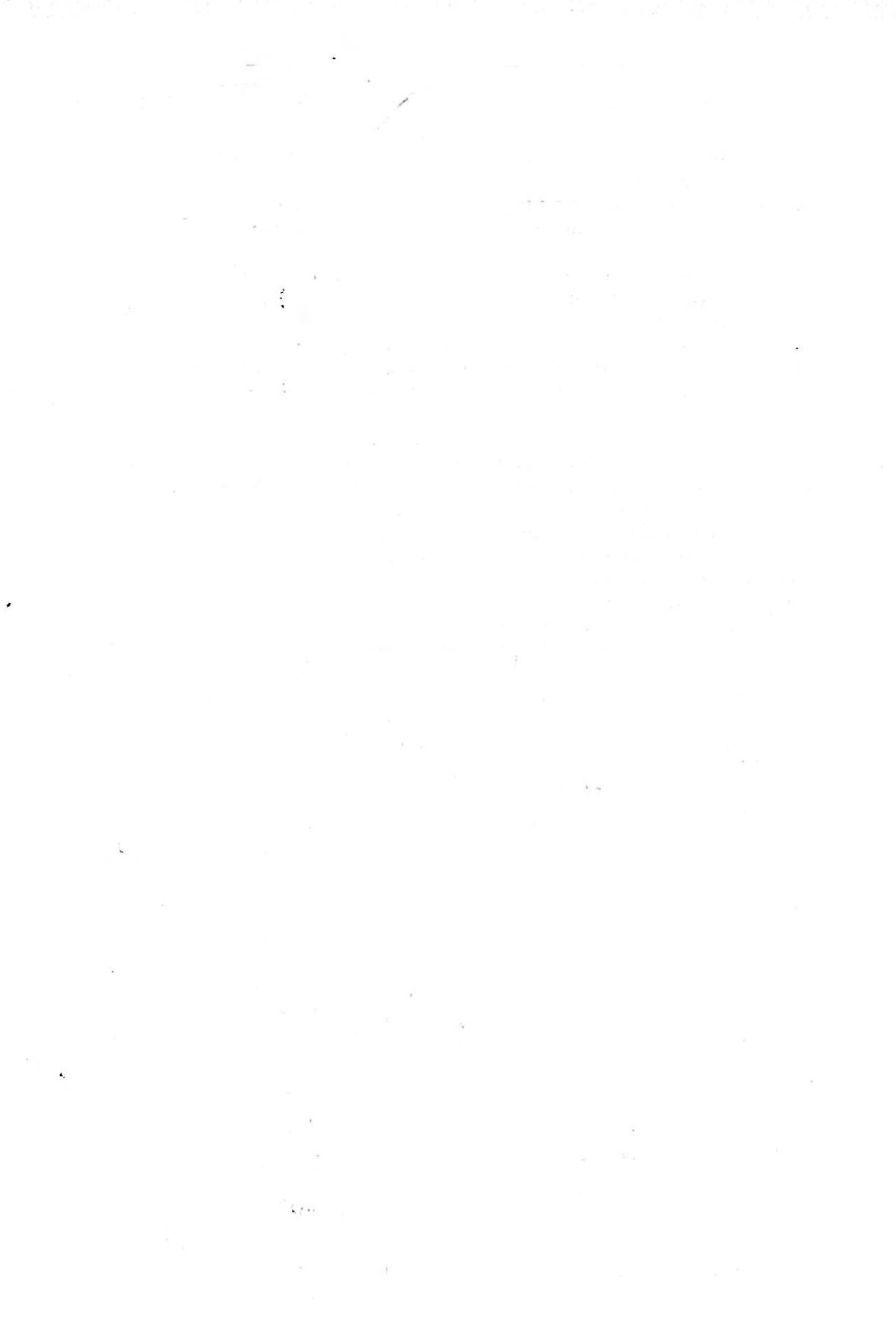
- literatura e da poesia que se revelaram durante a realização do Congresso.
16. Em todas estas áreas impõe-se incentivar e apoiar os seus cultores evitando cuidadosamente toda e qualquer tentação de dirigismo cultural.
  17. Sugere-se a criação, em Pereira, de um Centro Etnográfico onde seja possível estabelecer a coordenação dos referidos apoios e incentivos.
  18. Lembra-se a utilidade da recolha e publicação do riquíssimo acervo de receitas da culinária tradicional. Para a sua divulgação preconiza-se a realização de um festival gastronómico do Baixo Mondego.

Todo este conjunto de conclusões e recomendações só poderá ser levado à prática com êxito se os diversos organismos estatais com competência no Baixo Mondego descentralizarem e regionalizarem os seus serviços.

É também indispensável que as associações privadas vocacionadas para a defesa do património cultural e natural sejam aceites como parceiros de pleno direito, reconhecendo-se-lhes legitimidade de actuação e dotando-as com meios materiais mínimos.

O Congresso termina com uma última conclusão: Não é preciso destruir a Natureza nem esquecer o passado para erguer o futuro.

Figueira da Foz, 29 de Julho de 1990



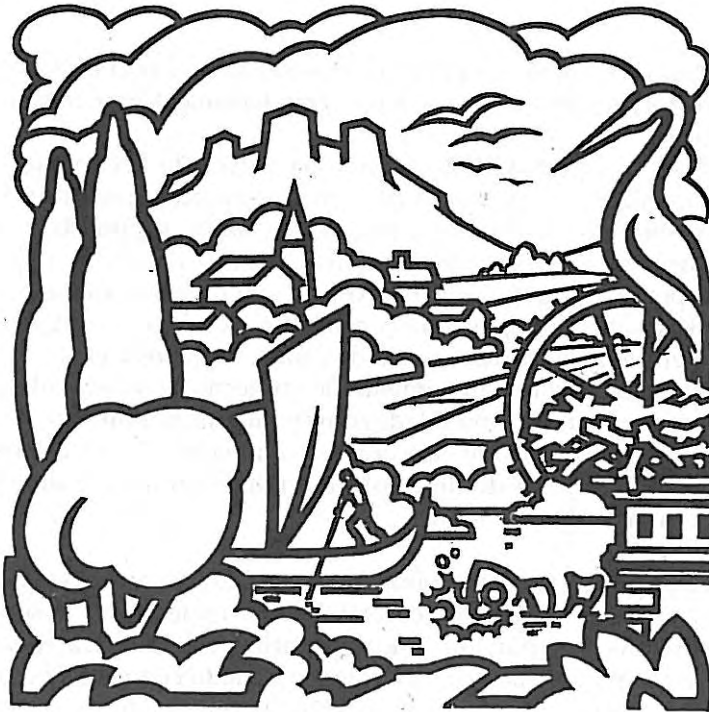
## **ANEXOS**

- Roteiro da exposição "Aldeia" e guia de visita ao Loureiro.
- Catálogo da exposição "Cerâmica Popular – Prato Ratinho".



1º CONGRESSO DO BAIXO MONDEGO – REGIÃO E PATRIMÓNIO

**ALDEIA**  
**ROTEIRO DA EXPOSIÇÃO E GUIA DE VISITA**  
**AO LOUREIRO**



LOUREIRO, 9 A 17 DE JUNHO DE 1990

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DO LOUREIRO  
A.D.R.L.

## NOTA PRÉVIA

A exposição – ALDEIA – consiste numa mostra de materiais de carácter etnográfico, de valor regional, montada nalguns espaços e recantos significativos da história e do património construído da localidade: a povoação do Loureiro, lugar da freguesia de Cernache, concelho de Coimbra.

Além de constituir a forma pela qual a A.D.R.L. participa nas actividades do Congresso, como membro subscritor do Protocolo de Coimbra, esta iniciativa inscreve-se, também, num projecto de Dinamização Cultural que tem vindo a ser implementado desde há 3 anos a esta parte e que visa atingir as mais diversas camadas da população (cerca de meia centena de habitantes). Os objectivos que presidem a este evento são, pois, muitos e diversificados: para além dos do próprio Congresso, podemos acrescentar outros como:

- 1<sup>º</sup> Promover, junto da população local, a consciência do valor cultural de certos espaços e construções, grandemente degradados ou em vias disso.
- 2<sup>º</sup> Criar a oportunidade para uma acção de recuperação desses espaços, de tal modo que possam ser colocados, posteriormente e na medida do possível, ao serviço da elevação cultural da população.
- 3<sup>º</sup> Suscitar a consciência do valor cultural de certos objectos, em especial, os ligados a formas de ser, agir e pensar, caídas em desuso: alfaias agrícolas, rendas e bordados, tecelagem, trajos, móveis e utensílios de cozinha, peças de carácter religioso, etc..
- 4<sup>º</sup> Contribuir, com a movimentação em torno desta actividade, para a criação de uma comunidade com profundos sentimentos de amizade e de solidariedade, alicerçados em laços de vizinhança e no reconhecimento de um passado, de um presente e de um futuro comuns e identificadores.

Toda a população tem contribuído para que esta exposição seja um êxito, ora pondo à disposição os mais diversos locais onde ela se desenrola, ora cedendo materiais a expôr, ou ainda, prontificando-se para reparações e limpezas; um conjunto de acções onde não têm faltado crianças, jovens, adultos e até idosos... enfim, uma movimentação colectiva, digna de apreço e, certamente, mais eficaz, em termos de formação de atitudes em relação à salvaguarda dos nossos valores culturais e à nossa identidade, do que muitos discursos bonitos e belas intenções que não têm o condão de atingir o verdadeiro coração do povo, em especial o rural, ainda vítima de grandes injustiças na distribuição dos bens e benefícios culturais.



## ROTEIRO

Segue-se, na ordem do percurso, a descrição dos espaços pelos quais se desenvolve a exposição e a identificação de algumas peças expostas.

### 1 – EIRA

*Propriedade de:* D. Isabel Figueira.

*Localização:* Eiras.

*Descrição:* Eira, em pedra, com data de 12 de Agosto de 1882, gravada na laje central. Restaurada. Actualmente serve de estaleiro.

*Alfaias expostas:* Carro de bois; grade; arado; charrua.

### 2 – BARREIRO

*Propriedade:* Colectiva.

*Localização:* "Barreiro".

*Descrição:* Poço colectivo. Dada a inexistência de água, na aldeia, era a este armazém de água das chuvas que as pessoas recorriam para lavar as casas, dar de beber aos animais, lavar a roupa e a louça, e para sulfatar as vinhas mais próximas, como as da "Terra da Quinta".

### 3 – EIRA

*Propriedade de:* Herdeiros do Ti Antonino Rodrigues.

*Localização:* "Às Figueiras".

*Descrição:* Eira cimentada. Degradada. Notável vista sobre a Serra da Lousã.

*Alfaias expostas:* Vassouras de urze; pás de eira; malhos; alqueires e quartas; peneiras, etc..

### 4 – PALHEIRO

*Propriedade de:* Miguel Neto.

*Localização:* Estrada das Nogueiras.

*Descrição:* Armação de ripas e paus para guardar e expor, ao Sol, a palha de trigo e erva para o gado.

### 5 – EIRA

*Propriedade de:* Ti Maria Ferreira.

*Localização:* Estrada das Nogueiras.

*Descrição:* Cimentada. Um tanto degradada.

*Alfaias expostas:* Tarara.

6 – CORTELHA

*Propriedade de:* Ti António Castela.

*Localização:* Estrada das Nogueiras.

*Descrição:* Exemplar bem conservado de típicas construções primitivas da zona, de pedra disposta em falsa cúpula, espalhadas por campos e matas e cujos principais objectivos eram os de abrigar os trabalhadores rurais nas invernias ou nas calmas de Verão, e ainda quando se tornava necessário pernoitar nos campos, a fim de guardar as searas.

*Alfaias expostas:* Cesto de almoço; cabaça; saca de picotilho.

7 – LOJA COM FRESCO DO SÉC. XVIII

*Propriedade de:* Fernando Guiné.

*Localização:* Junto ao Largo das Nogueiras.

*Descrição:* Pequena loja com pintura na parede (uma cruz central e dois vasos laterais) de côr avermelhada. Trata-se, provavelmente, de um oratório pintado, do séc. XVIII.

*Alfaias expostas:* Vários crucifixos, trajes de carácter religioso, imagens de santos, livros dos séc. XVII e XVIII.

8 – ALPENDRE DO SÉC. XVIII

*Propriedade de:* Ti Lusitana.

*Localização:* Rua das Nogueiras.

*Descrição:* Alpendre de pedra bem talhada e conservada, com banco ao fundo.

9 – SALA DO SÉC. XVIII

*Propriedade de:* Ti Lusitana.

*Localização:* Rua das Nogueiras.

*Descrição:* Sala com oratório na parede. Entra-se pelo alpendre descrito anteriormente. Na entrada, pode ler-se a data de 1733.

*Alfaias expostas:* Arcas e trajos tradicionais.

10 – CASA DOS POBRES

*Propriedade de:* Manuel Quintas.

*Localização:* Rua das Nogueiras.

*Descrição:* Pequeno anexo destinado a albergar os mendigos. Tem na cimeira da porta os dizeres: "casa dos pobres".

11 – BECO DO LAGAR

*Descrição:* Conjunto de anexos de construção rural, em estado de grande degradação. Pertenceram, provavelmente, a um único proprietário, relativamente abastado, e devem ter sido construídos no séc. XVIII.

ADEGA

*Propriedade de:* Ti Lusitana.

*Localização:* Passadiço do Beco do Lagar.

*Descrição:* Adega "típica"; de notar a porta de carvalho e a "aldraba", provavelmente do séc. XVIII.

*Alfaias expostas:* Dornas e pipas de madeira de carvalho.

ALAMBIQUE

*Propriedade de:* Ti Lusitana.

*Localização:* Beco do Lagar.

*Descrição:* Tanque e fornalha de alambique; muito degradado.

*Alfaias expostas:* Cântara de barro; proveta, capacete, etc.

CISTERNA

*Propriedade de:* Herdeiro da Ti "Esquina" Talala.

*Localização:* Beco do Lagar.

*Descrição:* Cisterna de pedra aparelhada. Junto, no chão, tanque de lavar a roupa, talhado em pedra. Por cima, na varanda, o sistema de captação da água das chuvas, apresentando, numa das faces, uma cruz desenhada, provavelmente do séc. XVIII.

FORNO

*Propriedade de:* Fernando Loureiro.

*Localização:* Beco do Lagar.

*Descrição:* Pequena dependência com forno de cozer a broa de milho, típica da gastronomia local. Relativamente recente; no Loureiro, os fornos situavam-se dentro da cozinha, com o bojo saliente na parede da casa, ou metido dentro da casa vizinha.

*Alfaias expostas:* Pá de forno; rodo e vassouro.

LAGAR DE FEIXE

*Propriedade de:* Fernando Loureiro.

*Localização:* Beco do Lagar.

*Descrição:* Restos de um lagar de feixe ou vara; podem ainda ver-se a lagariça, em bom estado e a pedra do fuso. Note-se na

parede, à esquerda, uma reentrância, para guardar objectos. Repare-se, igualmente, na fechadura da porta.

*Alfaias expostas:* Poceiro de verga; molhelha; enxofradeira.

#### BARBEARIA

*Propriedade de:* Fernando Loureiro.

*Localização:* Beco do Lagar.

*Descrição:* Compartimento que serviu de oficina de barbeiro ao antigo proprietário, o Ti Henriques. Muito degradado.

*Alfaias expostas:* Cadeira de barbeiro e outras alfaias próprias do ofício.

#### 12 – COZINHA

*Propriedade de:* Manuel Teixeira.

*Localização:* Beco das Nogueiras.

*Descrição:* Reconstituição de alguns aspectos de uma cozinha antiga.

*Alfaias expostas:* Arcão (em péssimo estado), cantareiras, cântaros, louça e candeias.

Exteriormente podem observar-se uma chaminé típica e o bojo de um forno de cozinha.

#### 13 – CAPELA

Em 1917 foi ampliada e sujeita a um arranjo arquitectónico equilibrado. Recentemente sofreu algumas adaptações que a descaracterizam por completo. Notável é, porém, o Cristo, actualmente sobre o Altar-mor. Foi oferecido à capela pelo célebre Padre Maneira, prior da freguesia, nos primeiros anos deste século. Segundo o Padre Nogueira Gonçalves, no seu Inventário Artístico, trata-se de um velho crucifixo, "*de carácter medieval, talvez dos fins, obra secundária mas não vulgar*".

#### 14 – LARGO DA RUA

Amplo espaço a convidar ao convívio colectivo, objectivado em danças e jogos populares. Tocadores de flauta, concertina ou guitarra nunca faltaram para animar este centro, em tardes de Domingo; entre os jogos que aí se praticavam, o mais popular era o da péla.

Pode ainda admirar-se um secular freixo e a janela da 1ª escola do Loureiro, nos princípios deste século.

Expostos, no local, estão fotografias e "brinquedos do pé descalço".

#### 15 – CELEIRO DO FIDALGO

*Propriedade de:* Manuel Quintas e Abel Fernandes.

*Localização:* Largo da Rua.

*Descrição:* Duas lojas com arcaria de pedra, bem proporcionada, e que, segundo a tradição, teriam sido o "celeiro do fidalgo". Obra do séc. XVIII.

*Alfaias expostas:* Algumas alfaias agrícolas.

#### 16 – QUARTO DO FIDALGO

*Propriedade de:* Ti Maria Luísa Frutuoso.

*Localização:* Canto da venda.

*Descrição:* Quarto abobadado, com bancos de pedra, bem talhadas, à janela.

Note-se, ainda, a escada em cantaria e uma lareira, na adega desta casa.

#### 17 – PASSADIÇO DO FIDALGO

*Localização:* Canto da venda.

*Descrição:* Passagem abobadada, em estado de grande degradação. No local da actual loja de comércio, a venda, erguia-se outrora, a Capela do fidalgo. Não restam vestígios.

#### 18 – VARANDA FECHADA, DE TABIQUE

*Propriedade de:* Ti Afonso.

*Localização:* Beco do Passadiço.

*Descrição:* Varanda fechada, de tabique, que serve de passagem entre duas casas. Muito degradada. Perto, pode observar-se mais um bojo de forno.

#### 19 – CISTERNAS

Existem duas cisternas de grandes proporções, pertencentes ao fidalgo, nos quintais do Ti Afonso e do Ti "Esquim" Paiva.

#### 20 – EIRA DE BAIXO

Eira de pedra bem talhada e ampla, construída junto à "Quinta de Baixo" e que fez parte dos haveres do fidalgo.

#### 21 – LARGO DO SOALHEIRO

Construções descaracterizadas, mas onde não falta o gosto pelo cultivo das flores. Numa dessas casas, cedidas para a exposição, pelo Ti Afonso, pode ver-se:

- Um quarto de lavrador;
- Uma exposição de rendas e bordados;

- O primeiro carro que veio para o Loureiro – a M<sup>a</sup> Alice. Foi mercearia ambulante, táxi, ambulância, enfim, tudo o que o negócio ou a solidariedade exigisse, no momento.

## 22 – FUNDO DO LUGAR

Construções descaracterizadas. Algumas guardam ainda, porém, cachorros para vãos, nas janelas.

## 23 – VISTA SOBRE A INVÍBORA

Do Fundo do Lugar, podem avistar-se as ruínas da Invíbora, a uma distância de quinhentos metros. Trata-se de uma localidade (de topónimo árabe), abandonada há cerca de 50 anos e em absoluto estado de ruína. O seu orago era o S. António, e a povoação do Loureiro, em colaboração com o pároco de Assafarge, Padre Luís Domingues, natural da Invíbora, tem procurado reavivar os seus festejos.

Valor paisagístico e ambiental. A flora, rica e variada, tem sido, também, motivo de atracção de alguns visitantes.

## 24 – TEARES

*Propriedade de:* Lurdes Camila.

*Localização:* Rua da Escola.

*Descrição:* Dois teares em funcionamento: um dos aspectos do artesanato tradicional da localidade que ainda se insere na zona de influência da tecelagem de Almalaguês.

*Alfaias expostas:* São expostos alguns trabalhos.

## 25 – ESCOLA

Reconstruída em 1970. Incaracterística.

## 26 – ALMINHAS

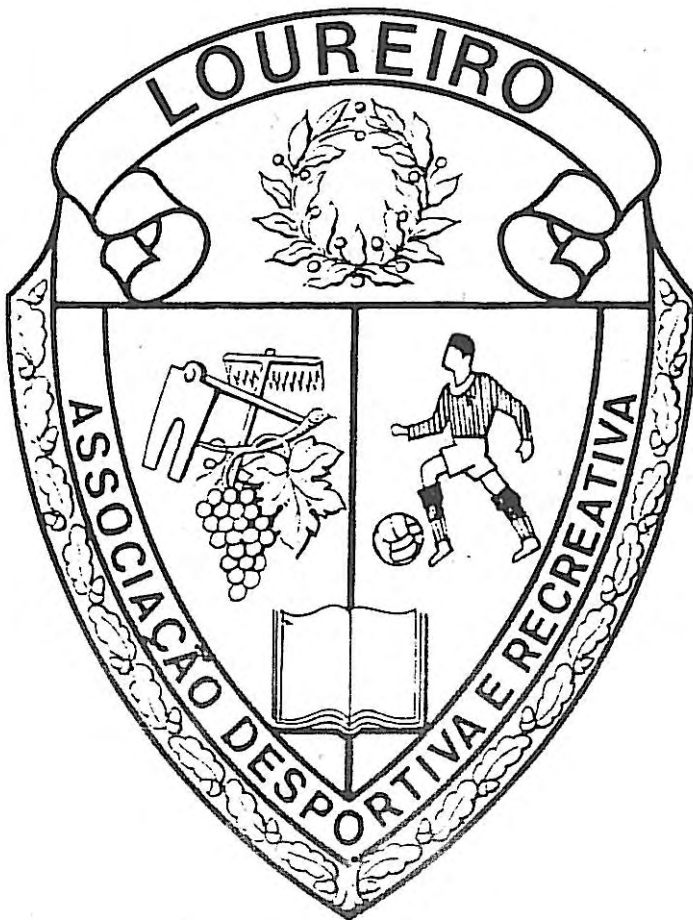
Erguia-se, outrora, aqui, uma grande pedra ao alto, sem qualquer tipo de marca ou talhe, mas o suficiente para fazer recordar os ente-queridos que desta terra se foram e, a quem, deste preciso lugar, se faziam as últimas despedidas com um Padre Nosso pela Alma. Desaparecida a pedra, por motivo de alargamento da estrada, construiu-se, recentemente, este pequeno monumento que mãos piedosas se encarregam de adornar com flores.

Daqui, a vista pode estender-se sobre a Serra de Sicó e, mais precisamente, sobre o Monte da Senhora do Circo.

## 27 – ALTO DA PERDIGOA

Lugar mítico, de mortes, bruxas e medos. Verdadeiro "Cabo das Tormentas" para quem tivesse de ir e vir, a pé, à sede de freguesia; o que explica, em parte, o isolamento secular do Loureiro e algumas características da sua população, em especial, a solidariedade, o espírito de iniciativa e de autonomia que os responsáveis do poder autárquico, e não só, traduziam no velho ditado: *"da Perdigoa para lá, manda quem lá está!"*.

A vista, hoje que a floresta ardeu, pode espriar-se sem obstáculos, pelo extenso vale do Baixo Mondego.



## NOTA FINAL

"ALDEIA" foi um percurso actual, demarcado pelos vestígios de um viver passado ainda não muito longínquo. Para trás deixámos as eiras, palco da suada luta pela sobrevivência, de uma humanidade que aprendeu a agarrar-se à terra, à volta do trigo e do milho... Para trás ficaram as adegas, o alambique, o lagar, face escondida da humanização de uma paisagem, acalentada por sonhos, esperanças, alegrias efémeras e muito, muito trabalho... arrotear, podar, empar, esladroar, sulfatar, enxofrar, vindimar etc., etc.. Para trás ficaram os fornos, as cozinhas, os celeiros mais ou menos ricos, e pequenos pormenores de construções antigas que o tempo ainda não teve força para derrubar... ficaram as alfaias de toda a espécie, muitas que ainda nos ligam aos nossos antepassados romanos mas que a nova civilização já começou a pôr de lado.

A tudo isto que ficou para trás, a população deste humilde lugar, só contemplado num mapa de grandes pormenores, vem aprendendo, com acções como esta, a expressar o seu amor e a sua gratidão. E é da sede da sua Associação (hoje um património que não sendo histórico é contudo, de grande valor e, além do mais, construída com o esforço e o carinho de todos) que saem os planos, colectivamente forjados, de um enriquecimento cultural e de uma dinamização interior que a todos dignifica: exposições várias com base em trabalho realizado pelos jovens do Núcleo de Investigação e Acção Cultural (N.I.A.C.) e outros colaboradores (e de que salientamos a dos "Brinquedos do Pé Descalço"), publicação do boletim "Folha do Louro", Escola de Música para 27 crianças e jovens, Grupo Coral (uma das últimas iniciativas), jogos tradicionais com especial ênfase no jogo da péla, abertura da Comunidade à Escola (iniciativas em colaboração com o Colégio de Cernache - CAIC), visitas guiadas para crianças e terceira idade, ocupação de tempos livres (com o apoio do Instituto da Juventude e da Câmara Municipal de Coimbra), revalorização das ruínas da Invfpora, biblioteca infantil e juvenil (com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian), construção de um polidesportivo, etc., etc..

Na hora em que a desidentificação é o processo mais natural, em que a uniformização de pensamento e de costumes é a senda mais fácil, no Loureiro, em torno das actividades da sua Associação, uma pequena Comunidade de poucas centenas de habitantes tenta os caminhos mais difíceis... mas com a consciência de que são esses que, de certeza, levam à FELICIDADE.

João Amado

PRESIDENTE DA A.D.R.L.:

*Enf<sup>o</sup> José dos Santos Vicente*

SECRETARIADO DO CONGRESSO, PELA A.D.R.L.:

*Dr<sup>a</sup> Alice Veríssimo; Dr. João Amado*

NÚCLEOS DA A.D.R.L. RESPONSÁVEIS PELA EXPOSIÇÃO:

*Direcção e N.I.A.C.*



**1º CONGRESSO DO BAIXO MONDEGO**

EXPOSIÇÃO DE CERÂMICA ANTIGA DE COIMBRA

**- PRATOS RATINHOS -**

NA  
SEDE DA LACAM  
EM  
CARAPINHEIRA

DIA 30 DE JUNHO DE 1990, PELAS 19.00 HORAS



**ORGANIZAÇÃO DE:** Engº Luís Marçal Correia de Oliveira

**COLABORAÇÃO:** LACAM – Liga dos Amigos dos Campos do Mondego  
Secretariado do 1º Congresso do Baixo Mondego

**COLECÇÕES DE PRATOS GENTILMENTE CEDIDAS POR:**

Drª Maria Cremilde Oliveira Cruz

Dr. José dos Santos Viegas

Engº Luís Marçal Correia de Oliveira

## PRATOS RATINHOS

### ORIGENS E CARACTERÍSTICAS:

Os pratos ratinhos são os exemplares mais autênticos da maravilhosa faiança popular de Coimbra do séc. XVIII e XIX, cujo fabrico se manteve até princípios do nosso século.

Não há referência escrita deste tipo de louça Coimbrã anterior ao século passado, ainda que se saiba remontar ao último lustro do séc. XVI o fabrico de faiança na cidade de Coimbra.

Nos finais do século passado haviam só na cidade doze fábricas de louça de barro branco vidrado, que fabricavam tanto louça fina, também chamada de Vandelli, como louça grossa também conhecida por ratinha.

É a este tipo de faiança que pertencem os tão famosos pratos ratinhos.

A matéria-prima, barro branco, era constituída por um composição de barros com três origens distintas, mas todas elas do concelho de Coimbra; Cioga do Monte, Póvoa do Bordalo e barro do Quarto do Loreto.

As quantidades eram variáveis e o vidrado que a princípio era obtido da areia do mar, foi mais tarde substituído por caulino impuro de Alencarce, localidade próxima de Soure, onde também existiu uma fábrica de faiança.

Charles Lepierre, Ilustre Professor da Escola Avelar Brotero, no seu trabalho sobre cerâmica Portuguesa, publicado nos finais de 1889 e inserido em parte na edição do Jornal "O Século" de 17 de Maio de 1900, refere existirem em Coimbra aquelas duas espécies de faiança para além do fabrico de louça de barro vermelho.

Tanto a faiança fina como a ratinha eram decoradas, mas enquanto na primeira os desenhos eram estampilhados, na segunda toda a decoração era feita a pincel e morrão.

Aqui reside a diferença e valor da louça ratinha.

De facto, quem observa um prato ratinho, logo fica convicto de estar na presença duma obra de arte popular de inigualável sensibilidade, beleza e poder criativo.

É praticamente impossível encontrar dois pratos iguais, e se os pratos com figuras são os mais valiosos por serem raros, não inferiores são os que exibem motivos vegetalistas.

Em particular, os artistas populares que pintaram estes últimos vagueou-lhes na mão a imaginação, pouco lhes importando a simetria circular do prato.

As cores – verde, amarelo torrado, azul, vermelho, castanho e arro-xado – são esbatidas e juntas em cambiantes de harmonia, dando aos pratos um sabor não despido de influência Talaverana.

#### DIFUSÃO E DENOMINAÇÃO:

Sabe-se que toda a louça branca vidrada produzida em Coimbra, era no século passado "exportada" para todas as províncias do Reino. Tal facto é provado pela notícia inserida no Jornal "O Conimbricense" de 17 de Janeiro de 1891 da autoria de Joaquim Martins de Carvalho e de que se transcreve a parte final:

*"Tratando da louça branca, pois que a vermelha é relativamente de muito menor importância, diremos que a louça branca, annualmente fabricada nas 12 fábricas d'ella, se pode calcular em mais de 40.000\$000 réis.*

*É consumida a louça de barro branco, tanto a fina, como a grossa, não só nesta cidade, mas em geral nas províncias da Beira Alta, Beira Baixa, Extremadura, Alentejo e Algarve. Também vae embarcada da Figueira para Caminha, na província do Minho.*

*Em Lisboa e no Porto é só consumida louça grossa de Coimbra.*

*São numerosos os barcos que vem a esta cidade carregados de lenha, ramagem e carqueja da serra, para aquecer os fornos de cozer a louça.*

*Calcula-se em 5 a 6.000\$000 réis a importância d'esses materiaes, o que é de muita utilidade para os povos da serra".*

Foram no entanto as gentes da Beira, Caramelos e Ratinhos que demandando o Ribatejo e Alentejo, em busca de trabalho e transportando consigo os pratos de faiança grossa de Coimbra em que comiam, que a deram a conhecer às gentes do Sul, sendo então esta louça apelidada de ratinha.

Em particular, os trabalhadores do Baixo Mondego utilizaram-na durante décadas e podem ainda hoje ver-se em algumas cantareiras ou prateleiras das casas de lavradores da zona pratos destes que escaparam à "fúria" dos antiquários e coleccionadores.

São ainda vulgares os pratos ratinhos com ramagem e outros motivos vegetalistas, e as taças grandes que serviam principalmente para a refeição colectiva no campo e em casa.

Foi à volta destes pratos que gerações de trabalhadores rurais, valadores, lavradores e ceifeiros mataram a fome em troca de magros salários.

Não é sem justificação que os pratos ratinhos são de grandes dimensões. A função para que foram destinados assim o exigia.

Que sabor tinha, até aos anos cinquenta, uma refeição no campo à sombra dum choupo ou dum salgueiro, seguida da tradicional sesta?!

Era do prato ratinho que se comiam as célebres zargatoas, o bacalhau sovalcado, ou as batatas cozidas regadas com molho de carne, culinária que a LACAM na Carapinheira, em boa hora, tem ultimamente divulgado.

VALOR ACTUAL DOS PRATOS RATINHOS:

Convém aqui frisar, neste nosso pequeno contributo para o conhecimento do prato ratinho, que não se deve confundir este tipo de faiança de Coimbra com a Louça do Ratinho ou faiança da fábrica do Rato. Estas são produto de duas excelentes fábricas Lisboetas. A primeira, a Louça do Ratinho, nasceu da iniciativa da Sr<sup>a</sup> Duquesa de Palmela e da Sr<sup>a</sup> Condessa do Ficalho, em 1872, e dedicava-se ao fabrico de excelentes peças de faiança policromada, algumas delas em relevo. A sua marca era azul e tinha pintada um pequeno rato. A segunda trata-se da célebre Real Fábrica do Rato estabelecida por conta da Coroa e anexada à das Sedas, junto à Casa das Águas Livres, no antigo Largo do Rato em 1767, no reinado de D. José. Dedicou-se esta Fábrica a todos os tipos de faiança utilitária e artística, com pleno êxito, e tinha por marca geralmente as letras F.R..

Os pratos ratinhos não têm marca, conhecem-se e são inconfundíveis pelos motivos, cores e "patine" adquirida.

São hoje procurados por todos os amantes e coleccionadores de cerâmica antiga e valem, alguns deles, principalmente os que exibem figuras, mais do que os pratos de porcelana da China.

Por essa razão os pratos com figuras são raros, existindo apenas em Museus ou em colecções particulares.

Armando Moradas Ferreira, no seu trabalho sobre pratos ratinhos publicado em Junho de 1962, aquando da única exposição deste tipo de faiança, que se saiba feita em Castelo Branco, dizia o seguinte:

*"Hoje, de facto, a louça ratinha já não oferece novidade a quem quer que se ocupe destes assuntos, e tem assegurada uma posição inconfundível e singularmente significativa no exuberante mostruário das faianças Portuguesas.*

*E um título pelo menos é devido: o de ser a mais autenticamente popular de todas elas. Produto de um artesanato regional, virgem de lições ou influências estranhas, é a expressão pura, original e espontânea das virtualidades plásticas do nosso povo".*

Concordamos em parte, mas o prato ratinho para nós, gente do Baixo Mondego, tem outro significado.

Ele é um dos elos da cadeia que sempre uniu a cidade de Coimbra aos seus campos, testemunho de gerações passadas, pensado e gerado por mãos anónimas mas cheias de sensibilidade, andou na bagagem dos beirões servindo de "baixela" à gente ratinha e caramela.

Foi por isso que o autor desta pagela de comum acordo com a LACAM, teve a iniciativa de não perder esta oportunidade que oferece o 1º CONGRESSO DO BAIXO MONDEGO de levar a efeito na Carapinheira, bem no coração do Baixo Mondego, esta mostra de pratos ratinhos.

Pensamos de alguma forma, mesmo que modesta, ter contribuído para dar a conhecer esta parte tão rica do nosso espólio artesanal, que por estar esquecido localmente, nos cumpre defender e divulgar.

Por último, queremos agradecer a todos aqueles que nos ajudaram e contribuíram para o bom êxito desta exposição.

Eng<sup>º</sup> Luís Correia de Oliveira

